

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

**UM ESTUDO DA DIVERSIDADE E ATUALIDADE DA
REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE DOS TIPOS DE
ASSENTAMENTOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU -
ESTADO DO PARANÁ**

Presidente Prudente, 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**UM ESTUDO DA DIVERSIDADE E ATUALIDADE DA
REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE DOS TIPOS DE
ASSENTAMENTOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU -
ESTADO DO PARANÁ**

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT Unesp, *campus* de Presidente Prudente como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Estudos Rurais e Movimentos Sociais.

Presidente Prudente, 2011

Coca, Estevan Leopoldo de Freitas.
C591e Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária :
análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu -
estado do Paraná / Estevan Leopoldo de Freitas Coca. - Presidente
Prudente : [s.n], 2011.
231 f.

Orientador: Bernardo Maçano Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Território
Cantuquiriguaçu. I. Fernandes, Bernardo Maçano . II. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

**Um estudo da diversidade e atualidade da reforma
agrária: análise dos tipos de assentamentos do
Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” à banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Departamento de Geografia FCT/Unesp

Prof. Dr. José Antonio Segrelles

Departamento de Geografia Humana Universidade de Alicante (Espanha)

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Departamento de Geografia FCT/Unesp

Agradecimentos

Antes de tudo, agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade de progredir nos estudos e concluir o mestrado em Geografia com êxito. Ele é o Senhor de todo conhecimento e de toda sabedoria, por isso não poderia deixar de expressar toda minha gratidão para com Ele.

À minha esposa Thaís, que mesmo não tendo contribuído técnica ou teoricamente para que eu chegasse aos resultados aqui apresentados, ofereceu contribuições muito mais especiais para a pesquisa, como o carinho e a atenção nos momentos em que eu precisava. Obrigado por me fazer feliz!

Ao Professor Bernardo Mançano Fernandes, orientador da pesquisa, com quem trabalho desde o período em que cursei a Graduação em Geografia. Obrigado pela atenção dispensada e pelos conselhos que me tornaram melhor não só como pesquisador, mas principalmente como ser humano.

Aos companheiros do NERA, grupo de pesquisas no qual trabalho desde outubro de 2006. A todos os graduandos e pós-graduandos que estiveram diretamente relacionados com os resultados aqui expostos. Dentre esses, não posso deixar de citar os nomes de: Rafael Coelho dos Santos, Herivelto Rocha; Elienai Constantino Gonçalves, Matuzalém Cavalcante Bezerra, Diego Vilanova Rodrigues, Janaína de Souza Campos, Nívea Massareto, Anna Luísa de Araújo, Rubens dos Santos Romão, José Sobreiro Filho, Lara Dalpério, Leandro Ribeiro, Angela Cristina Silva, Camila Ferracini, Carlos Alfredo Vacaflores Rivero, Claudia Pilar Lizárraga Aranibar, Dablys Tadeu Comini Boaventura, Danilo Valentin Pereira, Elenira de Jesus Souza, Fernanda Bertuqui Marzola, Francilane Eulália de Souza, Israel Felipe Castro Reis, Mayara Gomes Cadette, Nallígia Tavares de Oliveira, Rodrigo Simão Camacho, Ronaldo Desidério Castange, Thais Fernandes de Almeida, Tiago Egídio Avanço Cubas, Tomas Sombrini Druzian e os demais que passaram pelo grupo de pesquisas nesse período.

Aos professores do Departamento de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT Unesp. Seja nas aulas ou em colóquios informais todos eles contribuíram de algum modo para que este trabalho fosse gerado. Dedico especial agradecimento aos professores Clifford Andrew Welch, Eduardo Paulon Girardi e Eraldo Ramos Filho, com quem trabalhei no NERA e que sempre se mostraram dispostos a discutir os rumos da pesquisa comigo.

Aos professores Luís Antonio Barone e Carlos Alberto Feliciano, que participaram do Exame de Qualificação, contribuindo com uma leitura atenta e criteriosa do trabalho.

Ao professor José Antonio Segrelles que, ao lado do professor Carlos Alberto Feliciano, participou da banca de defesa da dissertação.

A todos os assentados entrevistados formalmente ou informalmente. Pela atenção às perguntas que foram feitas e pela disposição em fazer com que eu entendesse os assentamentos não apenas sob o viés da teoria, mais principalmente pelas vidas que nele se desenvolvem. Faço questão de destacar o auxílio dos assentados Élder José Marcelites, Pedro Tavares, Antônio Tavares, Isidoro e Danilo Almeida, que não hesitaram em me receber em suas casas quando eram feitos os trabalhos de campo.

Ao meu pai, Valdir e meu irmão, Diego, que foram meus motoristas durante o trabalho de campo.

Aos companheiros de faculdade, que mesmo estudando outros temas, de um modo ou de outro, sempre dialogaram comigo sobre os resultados que eram alcançados. Aqui, menciono de maneira especial, os nomes de Eder Pereira dos Santos e Ricardo dos Santos que, de companheiros de estudo, tornaram-se grandes amigos.

Enfim, agradeço a todos aqueles que durante o período de iniciação científica e de mestrado estiveram ao meu lado, ajudando direta ou indiretamente para que estes resultados fossem alcançados.

Apoios institucionais

Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), por meio de uma bolsa de estudos que foi concedida entre março de 2009 e fevereiro de 2011. Com esta bolsa foi possível, minha total dedicação à realização do trabalho, de maneira a cumprir o cronograma pré-estabelecido dentro do prazo proposto.

Além dessa bolsa, recebi auxílio financeiro do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp para realização de dois trabalhos de campo no Território Cantuquiriguaçu e para a participação no XII Encontro de Geógrafos da América Latina, em Montevideu e do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, em Niterói.

Contribuiu também o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec) nas pessoas de seu presidente o prefeito do município de Porto Barreiro, João Costa e do então Secretário de Educação deste município, Joaquim Costa, que não economizaram esforços em ofertar a estrutura necessária para que fossem visitados os assentamentos.

“Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida” (Teodor Shanin - Lições Camponesas, 2008).

Resumo

No Brasil existem 20 tipos de assentamentos de Reforma Agrária, além de 07 linhas de financiamento do Crédito Fundiário. Os assentamentos rurais não são implantados somente por meio da desapropriação de terras, mas também através de outras políticas como a regularização fundiária, o reconhecimento de projetos já existentes, o reassentamento de atingidos por grandes obras de infra-estrutura e outros. Eles não são implantados somente no campo, mas também na floresta. Não são assentados somente camponeses sem-terra, mas também comunidades tradicionais, posseiros, colonos e outros. Esses fatos demonstram que a atualidade da reforma agrária brasileira não pode ser estudada sem se levar em consideração essa diversidade dos assentamentos rurais. Como meio de contribuir com este debate, nesta dissertação fazemos um estudo sobre as territorialidades que são desenvolvidas nos tipos de assentamentos que existem no Território Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná. Estudamos amostras dos 3 tipos de assentamentos presentes neste Território: o Projeto de Colonização (PC), o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB). Esses tipos possuem origens e finalidades distintas, configurando diferentes usos do território. Embasados por estes resultados, demonstramos como a reforma agrária no Brasil precisa ser entendida por meio de uma perspectiva abrangente, levando-se em consideração a variedade dos tipos que têm sido implantados.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Campesinato; Território; Território Cantuquiriguaçu.

Abstract

In Brazil, there are 20 types of land reform settlements, in addition to seven different financing arrangements offered by the federal government's land credit program. Rural settlements are established not only through land expropriation but also through the recognition of existing land occupations and projects, the resettlement of families displaced by large public works, such as the construction of hydroelectric plants. They are not established only on agricultural land but also in forests and urban areas. Settlers are not always landless peasants, but also squatters, colonists and traditional communities, such as indigenous peoples, among others. These facts demonstrate that Brazilian agrarian reform cannot be studied without taking into consideration the diversity of rural settlements. As a means of contributing to this debate, the focus of this master's thesis is a study of the territorialities that have been developed among the settlements that exist in Cantuquiriguaçu territory in the state of Paraná, in southern Brazil. We study examples of three types of settlements present in the area. They are: 1) Colonization Projects (PC - Projeto de Colonização), 2) Federal Settlement Projects (PA - Projeto de Assentamento Federal) and Dam Displacement Resettlement Projects (PRB - Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens). These different types have distinct origins and objectives. Based on the results of this research, we argue that land reform in Brazil needs to be understood through a wider perspective, taking into account the variety of types that have been implemented.

Keywords: Land Reform; Rural Settlements; Peasantry; Territory; Cantuquiriguaçu Territory.

Lista de figuras

01-	Tipos e Escalas Territoriais do Território Cantuquiriguaçu	125
02-	Localização do Projeto de Colonização Ilhéus	151
03-	Proximidade entre os lotes do PC Ilhéus e os corpos d água	154
04-	Relevo do Assentamento Ilhéus	154
05-	Portão de acesso ao PA Ireno Alves dos Santos	172
06-	Comunidade Arapongas - PA Ireno Alves dos Santos	176
07-	Placa colocada na entrada de um dos lotes onde se desenvolve a agricultura orgânica no PA Celso Furtado	184
08-	Modelo de residência criada pela Copel no PRB Três Barras	203
09-	Campos de futebol e bocha do PRB Três Barras	204
10-	Capela do PRB Agroibema	205
11-	Posto de saúde do PRB Agroibema	205

Lista de mapas

01-	Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1979-2009 - Municípios com Assentamentos do tipo PC	146
02-	Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1961-2009 - Municípios com Assentamentos do tipo PA	167
03-	Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1992-2009 - Municípios com Assentamentos do tipo PRB	196

Lista de pranchas

01-	Território Cantuquiriguaçu - Tipos de Assentamentos Rurais - 1984-2009	139
-----	--	-----

Lista de Tabelas

01-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo João Goulart (1961-1963)	56
02-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Regime Militar (1964-1984)	61
03-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Regime Militar (1964-1984)	62
04-	Brasil - Ocupações de terras - Governo Sarney (1985-1989)	66
05-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo Sarney (1985-1989)	67
06-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Governo Sarney (1985-1989)	68
07-	Brasil - Ocupações de Terras - Governos Collor e Itamar (1990-1994)	74
08-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos nos Governos Collor/Itamar (1990-1994)	74

09	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados nos Governos Collor/Itamar (1990-1994)	75
10-	Brasil - Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado implantados no Governo FHC (1998-2002)	82
11-	Brasil - Ocupações de Terras - Governo FHC (1995-2002)	83
12-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Primeiro Mandato do Governo FHC (1995-2002)	84
13-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Segundo Mandato do Governo FHC (1999-2002)	84
14	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Primeiro Mandato do Governo FHC (1995-1998)	85
15-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Segundo Mandato do Governo FHC (1995-1998)	85
16-	Brasil – Ocupações de Terras - Governo Lula (2003-2009)	89
17-	Brasil - Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado Implantados no Governo Lula (2003-2008)	90
18-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo Lula (2003-2009)	91
19-	Brasil – Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Governo Lula (2003-2009)	92
20-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Assentamentos (1961-2009)	103
21-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Famílias Assentadas (1961-2009)	105
22-	Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Área dos Assentamentos (1961-2009)	106
23-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Assentamentos (1961-2009)	107
24-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Famílias Assentadas (1961-2009)	108
25-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Área dos Assentamentos (1961-2009)	109
26-	Brasil - Número de Assentamentos - Reforma Agrária de Mercado (1998-2008)	110
27-	Brasil - Número de Famílias Assentadas - Reforma Agrária de Mercado (1998-2008)	111
28-	Brasil - Área dos Assentamentos - Reforma Agrária de Mercado - 1998-2008	111
29-	Território Cantuquiriguaçu - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária (1984-2009)	138

Lista de Gráficos

01-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Governo João Goulart - 1961-1963	93
02-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos	93

	- Governo João Goulart - 1961-1963	
03-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Regime Militar - 1964-1984	94
04-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos Assentamentos - Regime Militar - 1964-1984	94
05-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Governo Sarney - 1985-1989	95
06-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo Sarney - 1985-1989	95
07-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Governo Collor/Itamar - 1990-1994	96
08-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo Collor/Itamar - 1990-1994	97
09-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Governo FHC1 - 1995-1998	97
10-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo FHC 1- 19951-1998	98
11-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos - Governo FHC2- 1999-2002	98
12-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo FHC2- 1961-1963	99
13-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos – Governo Lula1 - 2003-2006	100
14-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo Lula1 - 2003-2006	100
15-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Número de Assentamentos – Governo Lula2 - 2007-2010	101
16-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - Área dos assentamentos - Governo Lula2 - 2007-2010	101

Lista de Quadros

01-	Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - 1961-2010	8
02-	Brasil - Tipologia de Assentamentos de Reforma Agrária - 1961-2010	9
03-	Brasil - Tipologia dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado - 1998-2009	10
04-	Brasil – Relação e Caracterização dos Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária – 1961-2009	23
05-	Relação e Caracterização das Políticas de Obtenção de Terras para Reforma Agrária - 1961-2009	29
06-	Brasil - Relação dos Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado 1998-2009	31

LISTA DE SIGLAS

Tipos de Assentamentos

AQ	Assentamento Quilombola
BT	Banco da Terra
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CF	Crédito Fundiário
CPR	Combate a Pobreza Rural
FLOE	Floresta Estadual
FLONA	Florestas Nacionais
NPT/CAF	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar
NPT/CPR	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PEAEX	Projeto Agroextrativista
PFL	Partido da Frente Liberal
PFP	Projeto Fundo de Pasto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por Barragens
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista

Institucionais

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
APIG	Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrária do Governo da Bahia
CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Educação em Agroecologia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEUC/SDS	Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
CGU	Controladoria Geral da União
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COAGRI	Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná
COFLAP	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Integração Solidária
CONAMA	Conselho Nacional do Meio-Ambiente
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Cantuquiriguaçu
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta Pela Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FTP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade
GEOLUTAS	Laboratório de Geografia e Lutas no Campo e na Cidade
GOE	Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBASE	Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-Econômicas
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICM Bio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IHA	Associação Internacional de Energia Elétrica
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITERPA	Instituto de Terras do Estado do Pará
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ITR	Imposto Territorial Rural
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária - UFU
LEADER	Liaisons Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale
MAARA	Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARIPÁ	Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-terra
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MJT	Movimento Justiça e Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
NEAG	Núcleo de Estudos Agrários

NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPNRA	Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN	Partido da Renovação Nacional
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRRA's	Planos Regionais de Reforma Agrária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista Trabalhista Unificado
OAN	Ouvidora Agrária Nacional
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PIN	Plano de Integração Nacional
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
RIMISP	Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAC	Sistema de Análise e Contratação
SIG	Sistema de Informações Gerais
STF	Supremo Tribunal Federal
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TDA's	Títulos da Dívida Agrária
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
Outras	
PCA	Plano de Consolidação Ambiental
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEA	População Economicamente Ativa

Sumário

	Introdução	1
1	Metodologia	6
2-	A diversidade dos assentamentos rurais	11
2.1-	A importância da luta pela terra para a conquista dos assentamentos rurais	12
2.2-	A importância dos assentamentos rurais para a territorialização camponesa	16
2.3-	A diversidade dos assentamentos rurais: tipologia e políticas de obtenção de terras	23
3-	Diferentes abordagens do conceito de reforma agrária	34
3.1-	A reforma agrária a partir dos teóricos	35
3.2-	A reforma agrária a partir das instituições e dos movimentos socioterritoriais	47
3.3-	A reforma agrária a partir dos governos brasileiros	53
3.3.1-	O Governo João Goulart (1961-1963): a possibilidade de reforma agrária assusta os detentores do poder	53
3.3.2-	O Regime Militar (1964-1984): a reforma agrária é subordinada a colonização agrícola	57
3.3.3-	O governo José Sarney (1985-1989): a frustração dos que esperavam, enfim, a reforma agrária	62
3.3.4-	O governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1993): do enfretamento contra a reforma agrária à retomada do diálogo	68
3.3.5-	O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): a reforma agrária ganha relevo nos debates sobre o país	75
3.3.6-	O Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008): a reforma agrária de torna ainda mais diversificada	85

3.3.7-	As políticas de obtenção de terras nos governos brasileiros	92
3.3.8 -	Elementos que compõem a reforma agrária brasileira	102
3.3.8.1-	A RA	102
3.3.8.2-	A RAM	109
3.3.8.3-	Algumas interpretações sobre os elementos que compõem a atualidade da reforma agrária brasileira	111
4-	O Território Cantuquiriguaçu e os assentamentos rurais	117
4.1-	Delimitação teórica sobre território e territorialidade	118
4.2-	Territórios em construção no Território Cantuquiriguaçu	123
4.2.1-	Breve histórico das disputas por territórios no Território Cantuquiriguaçu	130
4.2.2-	Políticas de desenvolvimento territorial e o Território Cantuquiriguaçu	140
5-	A territorialidade dos assentamentos do tipo PC	144
5.1-	Os projetos de colonização no Brasil	145
5.2-	A construção de Itaipu e a formação do assentamento Ilhéus	146
5.3-	A territorialidade do PC Ilhéus: buscando reproduzir as condições encontradas nas ilhas do rio Paraná	152
5.3.1-	Dimensão social	152
5.3.2-	Dimensão econômica	156
5.3.3-	Dimensão política	161
5.3.4-	Dimensão ambiental	163
5.4-	Considerações sobre os PC's	164
6-	A territorialidade dos assentamentos do tipo PA	165
6.1-	A representatividade dos PA's para a territorialização da reforma agrária no Brasil	166
6.2-	A conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado: do território do latifúndio ao território do campesinato	168

6.3-	A territorialidade dos PA's: a influência do MST	175
6.3.1-	Dimensão social	175
6.3.2-	Dimensão econômica	181
6.3.3-	Dimensão política	185
6.3.4-	Dimensão ambiental	189
6.4. -	Considerações sobre os PA's	192
7-	A territorialidade dos assentamentos do tipo PRB	193
7.1-	Os assentamentos do tipo PRB no Brasil	194
7.2-	Da expropriação ao reassentamento: a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e a implantação dos PRB's Agroibema e Três Barras	196
7.3-	A territorialidade dos projetos de reassentamentos de atingidos por barragens: os contrastes da adaptação aos novos territórios	200
7.3.1-	Dimensão social	200
7.3.2-	Dimensão econômica	206
7.3.3-	Dimensão política	208
7.3.4-	Dimensão ambiental	211
7.4.-	Considerações sobre os PRB's	211
8-	Considerações finais: a atualidade da reforma agrária no Brasil	213
8.1-	A definição dos conceitos e a possibilidade de entendermos a reforma agrária mais abrangentemente	214
8.2-	Tecendo uma interpretação sobre a atualidade da reforma agrária brasileira	215
	Referências	222

Introdução

Esta dissertação faz parte de um projeto de maior abrangência que é o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta)¹. Ela é resultado de um processo de amadurecimento teórico e metodológico que vem ocorrendo desde o período em que cursamos a Graduação em Geografia e realizamos uma pesquisa em caráter de iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Em agosto de 2007 iniciamos os estudos sobre a tipologia dos assentamentos rurais com o objetivo de qualificar o Dataluta e contribuir com o debate sobre a atualidade da reforma agrária no Brasil. Nesta pesquisa agrupamos informações sobre 18 tipos de assentamentos de Reforma Agrária que tiveram origem através de 09 políticas de obtenção de terras, além de 07 linhas de financiamento do Crédito Fundiário, que também denominamos tipos de assentamentos. Sistematizamos esses dados em quadros, tabelas, gráficos e mapas referentes às macrorregiões Norte e Nordeste do Brasil.

Esses resultados despertavam em nós uma necessidade de melhor nos aprofundarmos na discussão sobre o conceito de reforma agrária. Entendemos que os assentamentos rurais no Brasil já não podiam ser entendidos apenas pelo clássico modelo agropecuário, objetivando beneficiar os agricultores sem-terra. A correlação de forças entre os camponeses, o capital e o Estado havia colaborado para que os assentamentos passassem a beneficiar também comunidades tradicionais, posseiros, atingidos por obras públicas e outros; sendo implantados não só no campo como também em áreas florestadas. Esses fatos demonstravam que elementos novos eram relacionados à reforma agrária e que esses precisavam ser debatidos. A possibilidade de melhor contribuir com o debate foi conquistada quando ingressamos no curso de Mestrado em Geografia, em março de 2009.

Para o Mestrado, tivemos a intenção de dar continuidade a esta pesquisa, todavia, incorporando aos dados e informações já obtidos, análises de campo. Consideramos que conhecer a realidade dos assentamentos era importante, já que

¹ O Dataluta tem sido construído através de um processo coletivo interinstitucional, sendo que compõem o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente; o Laboratório de Geografia Agrária (Lagea), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) e o Laboratório de Geografia das Lutas do Campo e da Cidade (Geolutas), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon

a tipologia é gerada pela diversidade do campesinato e suas demandas, constituindo territorialidades diferenciadas. Elegemos o Território Cantuquiriguaçu, um conjunto de 20 municípios pertencentes às mesorregiões Oeste Paranaense e Centro-Sul Paranaense como escala de análise, pelo fato dele possuir uma considerável diversidade de tipos de assentamentos e pela relevância que os assentamentos rurais, como importante expressão da reforma agrária possuem na definição e orientação das políticas lá adotadas. O Território Cantuquiriguaçu está inserido no grupo de territórios com características rurais beneficiados com o programa federal Territórios da Cidadania, sendo que um dos motivos que gerou tal fato foi a diversidade dos assentamentos rurais que ele possui.

O Território Cantuquiriguaçu é definido como um grupo de municípios, ou seja, o território é formado pelos espaços de governança. Neste trabalho, o território é interpretado para além do espaço de governança, destacamos também as propriedades (particulares e comunitárias), conforme tipologia sistematizada por Fernandes (2008). Contudo, é importante destacar, que o espaço de governança é o ponto de partida para analisarmos as demais relações que geram os outros territórios dentro do Território Cantuquiriguaçu. O Território Cantuquiriguaçu influencia os territórios dos assentamentos e vice-versa.

No Cantuquiriguaçu existem três tipos de assentamentos: o Projeto de Colonização (PC); o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB). São diferentes respostas às demandas dos camponeses paranaenses por terra e território, expressões diferentes de um mesmo processo denominado como reforma agrária. Nas visitas a campo, observamos como as territorialidades dos camponeses destes assentamentos configuram os diferentes tipos.

Os projetos de colonização foram as principais medidas adotadas pelo Regime Militar para conter os conflitos no campo e responder ao Estatuto da Terra, elaborado neste governo e que previa duas vias de desenvolvimento: a modernização agrícola e a reforma agrária. Os projetos de colonização corresponderam pela maior parte das ações de reforma agrária previstas. Esses projetos compreendem 05 dos 20 tipos de assentamento que existem no Brasil, sendo que estão territorializados principalmente pela região Norte do país. A exceção é o PC que existe apenas nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Essas particularidades nos levaram a indagar se o processo social que origina os PC's era o mesmo dos projetos de colonização ou mesmo tendo esta nomenclatura ele não era uma ação de colonização.

Para respondermos a esta indagação, no Cantuquiriguaçu visitamos o PC Ilhéus, que teve origem na expropriação de comunidades que habitavam ilhas do rio Paraná quando foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sua territorialidade tem sido definida tendo como referência a organização que estas famílias tinham nas ilhas antes da expropriação, levando-se em consideração dois elementos que são fundamentais para a reprodução desses camponeses: a terra e a água.

Os assentamentos do tipo PA são os mais utilizados no Brasil, no Paraná e no Território Cantuquiriguaçu. A grande maioria deles tem origem quando os movimentos socioterritoriais realizam as ocupações de terra e impulsionam o governo federal a desapropriar ou comprar a área demandada. Para conhecermos a sua territorialidade visitamos três assentamentos: o PA Ireno Alves dos Santos e o PA Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu e o PA Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu. Esses assentamentos possuem como elemento norteador de sua territorialidade a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), ao qual pertence a maior parte das famílias assentadas. A visão de sociedade defendida pelo MST influencia a organização dos assentados, as práticas produtivas, a educação, etc. Demonstramos como o processo de aprendizado vivido no período de luta pela terra é de extrema importância para a definição da territorialidade destes assentamentos.

Os PRB's são ações de compensação oferecidas por passivos sofridos pelas famílias que foram expropriadas de seus territórios em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no rio Iguaçu. Estudamos dois assentamentos deste tipo: O PRB Agroibema, localizado em Campo Bonito e o PRB Três Barras, localizado em Três Barras do Paraná. Ambos foram implantados pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), constituindo processos diferenciados se comparados com os dos assentamentos conquistados pelos agricultores sem-terra. Destacamos as particularidades da territorialidade deste tipo de assentamento no seu enfoque social, espacial e temporal. Com isso, buscamos demonstrar as diferenças e semelhanças que existem entre ele e o PC, que são frutos de

processos semelhantes: a expropriação de famílias camponesas devido à construção de barragens.

De tal maneira, os tipos de assentamentos estudados são formados por distintos elementos que compõem a Questão Agrária brasileira. Eles caracterizam a resposta do Estado às demandas que são apresentadas pelo campesinato em suas múltiplas características. Assim, essa dissertação traz uma contribuição para que se considere a importância da reforma agrária não só para os camponeses sem-terra que apresentam suas reivindicações nas ocupações de terras, mas também para os demais tipos de camponeses e a diversidade dos territórios que são gerados no exercício do seu modo de vida e produção.

Na bibliografia sobre os assentamentos rurais brasileiros a discussão sobre tipologia é sumária. Com este trabalho, trazemos uma contribuição para aprofundarmos nossas compreensões sobre o assunto, o que poderá embasar futuros estudos. Trazemos uma análise geográfica da reforma agrária, demonstrando como os diferentes tipos de assentamentos contribuem para que o campesinato conquiste e procure manter domínio sobre territórios.

De tal maneira, organizamos a dissertação em oito capítulos por meio dos quais buscamos relacionar teoria e realidade.

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos que foram utilizados na elaboração do trabalho. Esses procedimentos englobam a revisão bibliográfica e documental, a definição dos critérios utilizados nos trabalhos de campo e o tratamento com os dados quantitativos.

No capítulo 02 destacamos a diversidade dos assentamentos rurais e sua importância para territorialização camponesa no Brasil. Demonstramos como a atuação dos movimentos socioterritoriais por meio das ocupações de terras é a principal responsável pela implantação dos assentamentos. De acordo com a mudança do foco dessas ocupações também podemos observar mudanças na definição da reforma agrária. Ainda neste capítulo, buscamos definir o que são os assentamentos rurais e apresentamos algumas características das políticas de obtenção e dos tipos.

O debate conceitual sobre a reforma agrária é destacado no capítulo 03. Nele trazemos diferentes abordagens sobre este processo, demonstrando como alguns elementos são considerados em determinadas abordagens e em outras não. A

apresentação é feita por meio da produção dos intelectuais, das instituições e movimentos socioterritoriais e dos governos brasileiros. Com base nessas abordagens, buscamos ter referências para posteriormente tecermos uma interpretação sobre a atualidade da reforma agrária no Brasil.

No capítulo 04 demonstramos nossa compreensão sobre os conceitos de território e territorialidade, que são centrais na pesquisa. Aqui destacamos questões importantes como a multidimensionalidade e a multiescalaridade dos territórios para a interpretação das diferenças entre os tipos de assentamentos. Nesta discussão também demonstramos qual a visão de território que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou na elaboração da política de territórios rurais, na qual o Território Cantuquiriguaçu está inserido. Enquanto entendemos o território por meio das relações de poder, o MDA o entende como um espaço físico. Por isso, mostramos a importância de considerarmos os diferentes tipos de territórios, incluindo os espaços de governança, as propriedades e os territórios fluxos para não negarmos as diferenças entre as classes sociais na elaboração de políticas públicas.

Os resultados da análise sobre os tipos de assentamentos estão contidas nos capítulos 5, 6 e 7 desta dissertação. Em cada um desses capítulos tratamos de um tipo de assentamento, considerando a territorialização deles em escala nacional, o processo de conquista do território e a territorialidade com enfoque nas seguintes dimensões do território: social, econômica, política e ambiental.

Por fim, no oitavo capítulo nos apoiamos nos resultados quantitativos e qualitativos para fazer uma análise da atualidade da reforma agrária brasileira. Demonstramos como a definição do conceito de reforma agrária pode ser feita levando-se em consideração alguns elementos ou não, dependendo da posição política do seu formulador. Tecemos uma abordagem que demonstra a necessidade de se entender à reforma agrária para além dos assentamentos oriundos da desapropriação de terras, todavia, sem desconsidera esta como o meio mais eficaz de efetivá-la.

CAPÍTULO I

Metodologia

Demonstramos neste primeiro capítulo a metodologia utilizada para a confecção dessa dissertação. Destacamos tanto os critérios de ordem teórica que embasaram os resultados aqui apresentados, quanto os de ordem técnica. Dedicamos especial atenção à contribuição trazida pelo Dataluta, por meio do qual tivemos uma ampla compreensão da diversidade de tipos de assentamentos rurais no Brasil.

A primeira etapa da elaboração desta dissertação foi constituída pelo levantamento, leitura e discussão da bibliografia para a fundamentação teórica, metodológica e empírica. Os principais temas levantados foram: reforma agrária, assentamentos rurais, conceitos de território e territorialidade e questão agrária no estado do Paraná. Aprofundamos o conhecimento sobre esses temas por meio de consultas a sítios da *Internet* e ao acervo de jornais do Dataluta.

É importante frisar, que ainda nesta etapa tivemos acesso aos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA's) dos PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e ao Plano de Consolidação Ambiental (PCA) do PA Celso Furtado. Esses materiais foram cedidos pela superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do estado do Paraná e nos possibilitou um maior aprofundamento das informações sobre os PA's. Contudo, a mesma superintendência não possuía materiais sobre o PC estudado, mesmo sendo este administrado pelo Incra.

Quando solicitamos à Copel materiais sobre os PRB's Agroibema e Três Barras esta pediu que enviássemos um ofício solicitando as informações que desejávamos. Este ofício foi enviado, porém não recebemos resposta. Por diversas vezes entramos em contato com o setor responsável pelos assentamentos dentro desse órgão estatal, porém sem obter resposta.

A segunda etapa constitui-se da sistematização dos dados e informações do Dataluta para qualificação e análise sobre os tipos de assentamentos. O Dataluta é dividido em categorias como movimentos socioterritoriais, ocupações de terras, assentamentos rurais e estrutura fundiária. Apesar de também utilizarmos dados sobre movimentos e ocupações neste trabalho, os assentamentos foram o foco principal da pesquisa, portanto é importante explicarmos alguns critérios do Dataluta para o estudo dos assentamentos rurais.

Os dados sobre assentamentos são obtidos nos relatórios publicados anualmente pelo Incra e em informações colhidas via *Internet* no Sistema de Análise e Contratação (SAC) e no Sistema de Informações Gerais (SIG) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCR). A confrontação entre os dados de diferentes fontes e relatórios nos possibilita sanar incompatibilidades como: diferentes anos de obtenção, diferenças na capacidade de famílias, na tipologia, nas políticas de obtenção e na área dos assentamentos.

Agrupamos os assentamentos em dois modelos de reforma agrária: a Reforma Agrária aplicada de maneira “convencional” (RA), quando o governo arca com o ônus da implantação do assentamento e a Reforma Agrária de Mercado (RAM), que ocorre quando os assentamentos são pagos pelos camponeses através de financiamentos subsidiados pelo Banco Mundial. Os dados sobre a RA são cedidos pelo Incra e os da RAM pelo PNCF.

Nos dados da RA consideramos como ano de origem do assentamento primeiro a data em que a terra é obtida pelo governo e em segundo a data de criação. Ambas podem ser iguais ou diferentes, contudo, nunca a data de criação será menor do que a data de obtenção. A opção pela data de obtenção da terra é feita pelo fato de através dela entendermos a intenção de determinado governo de transferir terras sob seu domínio ou sob o domínio de particulares à reforma agrária, mas também para.

No que tange à quantidade de famílias assentadas, optamos primeiramente pela capacidade de famílias do assentamento e caso não existir esse dado utilizamos o número de famílias assentadas. Julgamos mais coerente considerar a capacidade de famílias como a primeira informação a se considerar pelo fato dessa dificilmente ser alterada. Já o número de famílias pode variar devido à existência de agregados nos lotes.

Além desses, são consideradas a política de obtenção dos assentamentos e a sua tipologia. A política de obtenção é o processo que gera a reforma agrária e a tipologia dá conteúdo a ele. No Dataluta dividimos os assentamentos em 09 políticas de obtenção, que são as seguintes:

Quadro 01 - Brasil - Políticas de Obtenção de Terras - 1961-2010

Políticas de Obtenção de Terras
Adjudicação
Cessão
Compra
Confisco
Desapropriação
Doação
Incorporação
Reconhecimento
Transferência
Fonte: Dataluta, 2011. Org: Estevan Coca

Os tipos de assentamento são ao todo 20 (Quadro 02). Eles demonstram a diversidade de camponeses e territórios que estão relacionados com a reforma agrária na atualidade.

Quadro 02 – Brasil - Tipologia de Assentamentos de Reforma Agrária - 1961-2010

	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
2	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
3	AQ	Assentamento Quilombola	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
4	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	INCRA/GOVERNOS ESTADUAIS
5	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA
6	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	INCRA
7	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	INCRA
8	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	INCRA
9	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	INCRA
10	PC	Projeto de Colonização Oficial	INCRA
11	PIC	Projeto Integrado de Colonização	INCRA
12	PFP	Projeto Fundo de Pasto	CDA
13	PE	Projeto de Assentamento Estadual	INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
14	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	GOVERNO MUNICIPAL
15	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	GOVERNO MUNICIPAL
16	FLONA	Florestas Nacionais	ICMbio*
17	RESEX	Reserva Extrativista	ICMbio*
18	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	ICMbio*
19	FLOE	Floresta Estadual	CEUC/SDS**
20	PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista	ITERPA***

Fonte: Dataluta, 2011. Org: Estevan Coca

*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas)

***Instituto de Terras do Pará

No que se refere à RAM, consideramos como o número de famílias a quantidade de pessoas que acessam ao crédito de financiamento. Em alguns casos isso se dá unitariamente, de maneira com que cada família assentada representa um assentamento. Em outros, o crédito é acessado através de associações, sendo que o número de membros dessas é que configura o número de famílias.

O ano de origem é o ano em que o contrato de financiamento foi firmado entre os camponeses e o órgão responsável.

Os tipos são definidos de acordo com a linha de financiamento acessada. Ao todo existem sete linhas financiamento (Quadro 03).

Quadro 03 – Brasil - Tipologia dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária de Mercado - 1998-2009

	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	SIGLA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Projeto de Cédula da Terra	PCT	MDA*
2	Banco da Terra	BT	MDA*
3	Crédito Fundiário	CF	MDA*
4	Combate a Pobreza Rural	CPR	MDA*
5	Consolidação da Agricultura Familiar	CAF	MDA*
6	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar	NPT/CAF	MDA*
7	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	NPT/CPR	MDA*

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA, 2008.

*Ministério do Desenvolvimento Agrário

No procedimento seguinte realizamos as visitas a campo, quando entrevistamos lideranças das famílias que vivem nestes assentamentos e autoridades do Território Cantuquiriguaçu. Utilizamos o método de pesquisa qualitativa delineado por Triviños (1995). Foram elaborados 2 roteiros de entrevistas: um voltado para os assentados, onde buscamos conhecer a territorialidade de cada assentamento visitado e outro voltado para autoridades do Cantuquiriguaçu, onde buscamos conhecer a contribuição dos assentamentos para sua formação. No total, entrevistamos 07 lideranças dos assentados e 02 autoridades do Território Cantuquiriguaçu.

Os resultados foram analisados tomando-se por referência o enfoque socioterritorial como questão geográfica, buscando um melhor reconhecimento da realidade complexa e processual.

CAPÍTULO II

A diversidade dos assentamentos rurais

Neste primeiro capítulo é demonstrada a contribuição que os assentamentos rurais oferecem para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Eles são um importante instrumento de territorialização dos camponeses que lutam pelo acesso ou pela permanência na terra. Mostramos como as ocupações de terras são as principais responsáveis pela existência dos assentamentos implantados no Brasil até o momento. Também apresentamos a diversidade de políticas que formam os assentamentos rurais, através de sua tipologia e das políticas de obtenção de terras utilizadas quando são originados.

2.1. - A importância da luta pela terra para a conquista dos assentamentos rurais

No Brasil, as lutas pelo acesso ou permanência na terra estão presentes em todas as macrorregiões, não se limitando ao campo, mas chegando também às florestas e às áreas urbanas. Essas lutas são as principais responsáveis pela implantação dos assentamentos rurais no país (FERNANDES, 1999). Na ausência de um programa de reforma agrária que garanta terra aos camponeses expropriados ou em vias de expropriação de seus territórios, a luta pela terra surge como alternativa para garantir a reprodução social do campesinato. Ou seja, o principal fator para a implantação dos assentamentos rurais não é a iniciativa do Governo Federal, de estados ou municípios e sim o protagonismo dos movimentos socioterritoriais.

A luta pela terra é composta por várias táticas utilizadas pelos camponeses na busca pela manutenção do seu modo de vida e produção. Dentre estas táticas, a mais utilizada é a ocupação de terras. Ela expõe o conflito entre os modelos de desenvolvimento do campesinato e do capital. A tendência do capital de expandir seus territórios para que os lucros das empresas e grandes proprietários se tornem cada vez maiores coloca o campesinato em uma função de subalternidade e complementaridade neste processo. O campesinato é considerado como parte do desenvolvimento capitalista e não como detentor de uma proposta alternativa. Este fato não é novo, o capitalismo, seja qual for sua faceta no campo, tem utilizado a tática de se apropriar da terra e do trabalho dos camponeses para seu desenvolvimento e expansão. Isso demonstra o caráter do desenvolvimento capitalista no campo, que é contraditório e desigual.

Fernandes (2004) demonstra como o capital tem mudado suas táticas de ação, tendo, porém, um mesmo objetivo: subalternizar o campesinato no processo de desenvolvimento do campo. Até o início da década de 1990, o capital utilizava-se do latifúndio para impor suas dinâmicas de desenvolvimento no meio rural. Todavia, o latifúndio trazia consigo a imagem de atrasado econômica e politicamente, relacionando-se à escravidão e outras formas de exploração do trabalho e a baixa produtividade. Com o vertiginoso crescimento dos centros urbanos, ocorrido na segunda metade do século XX, este sistema de exploração era questionado quanto

a sua capacidade de ofertar alimentos para a crescente população. O latifúndio era um território a ser ocupado para que se fossem criadas outras políticas de desenvolvimento para o país, em especial a reforma agrária. As lutas realizadas pelos movimentos socioterritoriais tinham como principal foco o combate ao latifúndio e a reforma agrária aparecia como uma alternativa de dinamizar a produção de alimentos, através da ocupação de áreas que não eram exploradas economicamente.

Na década de 1990 o mesmo esquema de exploração do campo recebe um novo nome: agronegócio. Era a tentativa de dar um caráter produtivista ao latifúndio, justificar e garantir a opção pelo modelo capitalista de desenvolvimento no campo. Com isso, foi desencadeada uma série de processos que causaram grandes impactos no meio rural: a substituição do trabalho humano pelo mecanizado; a utilização de novas técnicas de manejo e cultivo; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo; o crescimento quantitativo da produção etc. Todavia, com o agronegócio, o caráter concentrador do latifúndio não deixou de existir, ele foi modificado. “Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, 2004, p. 1). Enquanto o latifúndio concentra apenas a terra, o agronegócio vai além, concentrando também as tecnologias de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004).

Como já apontado por Fernandes e Welch (2008), as primeiras formulações sobre o conceito de agronegócio foram feitas por Davis e Goldberg (1957). Eles consideram o agronegócio como um complexo que une os sistemas agrícola, industrial, mercantil e financeiro. Contudo, é importante frisar, que eles tratam da realidade estadunidense na década de 1950. Naquele país, já nesta época, os sistemas haviam se unido, porém, no Brasil isso só ocorreria na década de 1990. Por isso consideramos que é a partir da década de 1990 que o agronegócio é efetivado no Brasil, causando mudanças no campo e dando um caráter produtivista ao latifúndio.

Essas mudanças nas táticas de ação do capital exigem que os movimentos camponeses mudem o foco de suas ações. A luta pela reforma agrária deixa de se resumir ao combate contra o latifúndio e seu caráter explorador, ganhando maior

amplitude, questionando as políticas de desenvolvimento para o campo, que na sua grande maioria estão atreladas ao processo de expansão do capital.

Assim, as ocupações, como táticas de luta pela terra, estabelecem o conflito entre o campesinato e o capital, tendo como mediador o Estado. É o conflito sobre qual tipo de exploração será dado à propriedade da terra, se ao capital ou ao campesinato, sendo que o Estado age como regulador de tal processo.

É importante frisar, que a Constituição Federal brasileira, elaborada no ano 1988 estabelece que as propriedades devem obedecer a uma função social, caso contrário se tornam passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. É nesta hipótese de não cumprimento da função social que os movimentos socioterritoriais se apegam para criarem o conflito através da ocupação destas, reivindicando a sua desapropriação. De acordo com o artigo 186 da Constituição, as propriedades devem obedecer a quatro requisitos para cumprirem com sua função social: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Todavia, no inciso II, do artigo 185 desta mesma Constituição é estabelecido que as propriedades produtivas não são suscetíveis de desapropriação para reforma agrária, dando margem para que existam variadas interpretações sobre as possibilidades de desapropriação de terras para fins de reforma agrária na Constituição Federal (BRITO, 2008).

De um lado, alguns defendem que basta a propriedade obedecer aos critérios de produtividade para cumprir com sua função social. De outro, há que entenda que caso seja desobedecido algum dos dispositivos do artigo 186 a propriedade deixa de cumprir com sua função social. Apoiados nesta lacuna deixada pela Constituição, os movimentos socioterritoriais têm ampliado suas ações, para além das propriedades improdutivas. Tem sido realizadas ocupações de terras em propriedades onde são desobedecidas as leis ambientais, onde são encontradas situações de trabalho escravo e outros casos.

No estado do Paraná, uma das ações que demonstram a ampliação do foco nas ocupações de terra ocorreu no ano de 2007, quando movimentos camponeses, vinculados à Via Campesina, ocuparam uma área da Embrapa, no município de Santa Teresa do Oeste onde funcionava uma fazenda experimental da empresa

suiça *Syngenta Seeds*. Os camponeses reivindicavam a desapropriação da área devido ao fato de a empresa praticar experimentos com sementes transgênicas em uma área inserida na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, fato que não era permitido pela Lei de Biossegurança. O estabelecido pela Lei era que os experimentos de tal tipo só poderiam ser realizados se obedecessem a uma distância mínima de 10 km de parques e unidades de conservação, o que não acontecia neste caso, já que a distância era de apenas 6 km (FABRINI, ROOS e MARQUES, 2007).

Com a ocupação, os camponeses formaram o acampamento permanente “Terra Livre”, cobrando a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Como reação a ocupação, uma milícia armada contratada pela *Syngenta* promoveu um ataque ao acampamento, atingindo com tiros alguns dos acampados e causando a morte do agricultor Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno. Este fato rendeu notoriedade internacional ao conflito. Depois de muita pressão, a *Syngenta* repassou a área ao governo do estado do Paraná, por meio do Iapar - Instituto Agrônomo do Paraná e no ano de 2009, foi inaugurado no mesmo lugar, o Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira.

Este exemplo elucidado que as ocupações de terras, na atualidade, têm representado não apenas um meio de acesso a terra, mas principalmente uma forma de contestar o atual modelo de desenvolvimento. Não se questiona mais se estão sendo produzidos alimentos ou não, como na época em que o alvo das ocupações era latifúndio. Questiona-se agora, quais as relações sociais que dão origem a esta produção. Contudo, é importante destacar que a maior parte dos casos de desapropriação de terras ocorre devido a improdutividade.

Um importante fator das ocupações de terra, apontado por Fernandes (1999, p. 269), é que elas possibilitam a recriação do campesinato, já que

Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não – capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na *produção capitalista das relações não capitalistas de produção*. (Martins, 1981).

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim,

na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Portanto, as ocupações de terra têm sido de vital importância para que o trabalho de base familiar não seja suprimido pelo assalariado, garantido a reprodução social dos camponeses. Entender o seu significado é de fundamental importância para conhecermos a diversidade das políticas de assentamentos rurais, pois os tipos de assentamento refletirão os objetivos traçados pelos camponeses na luta pela terra e/ou pela permanência nela. Ao mesmo tempo em que a luta ganha maior amplitude, também os projetos de assentamentos irão mudar. São as demandas expressas pelos camponeses que configurarão a diversidade da reforma agrária.

2.2 - A importância dos assentamentos rurais para a territorialização camponesa

Os assentamentos rurais possuem uma grande importância para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Eles são consequência da luta do campesinato pela terra, representando realidades distintas e complexas. Ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso e a garantia da terra, também representam o desafio de nela permanecer; de garantir alimento, moradia e renda para as famílias assentadas. A maneira como são implantados, seu significado para a vida dos camponeses assentados e para o campo, de maneira geral, são assuntos que devem ser elucidados para conhecermos o significado da reforma agrária na atualidade.

De acordo com Bergamasco e Leite (1996) o termo “assentamento” foi utilizado primeiramente no ano de 1960 no vocabulário jurídico e sociológico durante a execução da reforma agrária venezuelana e daí se difundiu para outros países, definindo políticas de criação de novas unidades agrícolas. Eles designam uma medida de combate a pobreza e a exclusão social, propondo um modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais mais equitativas. Uma série de experiências internacionais foi formulada com base neste pressuposto, como os

assentamientos, na Venezuela e no Chile, os *ejidos* no México, os *kibutz* e *moshov*, em Israel, a autogestão na Iugoslávia, dentre outros.

No Brasil, conforme Delgado (2007) as leis referentes à reforma agrária, poucas referências fazem aos assentamentos rurais. No Estatuto da Terra, de 1964 “não encontramos o termo “assentamento”, mas a propriedade familiar, “a colonização”, a “empresa rural” etc. “A Lei atual da Reforma Agrária é muito econômica com o conceito de assentamento, citando-o uma só vez, no seu artigo 17, sem defini-lo previamente” (p. 119).

Uma definição mais esclarecedora é dada na Portaria nº 080 de 24/02/2002 elaborada pelo MDA, onde o assentamento rural é definido como:

Unidade Territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do governo federal ou, em parceria com estados ou com municípios, mediante desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber, em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (BRASIL, 2002).

Nessa definição nos é mostrada a diversidade de políticas fundiárias denominadas como assentamentos rurais. Eles não são originários unicamente das ações federais, mas também estaduais e municipais. Muitos dos assentamentos criados por estados e municípios são posteriormente reconhecidos pelo Governo Federal para que os beneficiários (assentados) possam ter acesso aos recursos e assistência técnica oferecidos nos programas da reforma agrária. Os assentamentos não são originários unicamente das ações de desapropriação de terras, mas também por meio de outras políticas de obtenção como a compra, a doação, o reconhecimento e a regularização fundiária.

Mesmo sendo um fato recente nos mais de 500 anos de luta pela terra no Brasil (FERNANDES, 1999) os assentamentos têm sido a medida mais usada pelo Estado para conter os conflitos pela posse ou permanência na terra. Entender seu significado é de fundamental importância para entendermos o campo, a população que nele reside e as relações sociais que os envolvem.

Na literatura brasileira sobre os assentamentos rurais encontramos importantes contribuições para a compreensão desta política fundiária. Para Fernandes (1999), eles são triunfos e trunfos dos movimentos socioterritiais na luta pela terra. São triunfos porque garantem o acesso à terra a camponeses

expropriados ou em vias de expropriação, impedindo a desintegração de seu modo de vida e trabalho. São trunfos por que servem como referência para que outras lutas sejam realizadas. Os acampados que ainda estão em busca da terra, vêm nos que já a conquistaram um exemplo que os motiva a se sustentarem na luta pela terra. Os assentamentos representam, portanto, a conquista de territórios materiais (terra) e de territórios imateriais (sonhos, ideologias etc.) (FERNANDES, 2007). Eles se caracterizam como uma ação fundiária, por meio da qual é garantida terra a quem não possui e fomentam a luta daqueles que estão acampados e ainda não a conquistaram.

Com a implantação dos assentamentos ocorrem mudanças locais e também regionais. A pesquisa coordenada por Medeiros e Leite (2004) demonstra como os assentamentos causam consideráveis impactos nas regiões onde são instalados. É exposto através de análises amostrais em seis estados da federação brasileira como os assentamentos modificam a economia e a política das localidades onde são implantados. Eles fortalecem a luta pela terra; exigem o reaparelhamento do Estado para poder lidar com novas demandas; fomentam o comércio; diversificam a oferta de alimentos e os assentados passam a ter influência eleitoral nos municípios onde vivem (através do aumento do número de eleitores e em alguns casos com a conquista de cargos políticos, como vereadores, prefeitos e secretários), entre outros. Não são apenas modificações na estrutura agrária que os assentamentos causam, mas nas diversas dimensões sociais.

Em trabalho semelhante, todavia com diferenças na metodologia e nas áreas pesquisadas, Leite et al (2004) demonstra os impactos causados pelos assentamentos, sejam eles internos (na vida dos beneficiários) ou externos (no entorno dos projetos). Foram analisadas seis manchas territoriais que se caracterizam pela grande densidade de projetos de assentamentos, famílias assentadas e área destinada, levando em consideração os assentamentos implantados entre 1985 e 1997. Alguns dos impactos observados são: redistribuição fundiária, que varia conforme a quantidade de projetos nos municípios e a área que eles ocupam; diversificação produtiva, já que os assentamentos possibilitam o aumento no número de produtos e produtores no comércio local, os assentados passam a comprar no comércio do município e das cidades vizinhas (produtos alimentares, insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de

consumos em geral); diversificação dos canais de comercialização; acesso às políticas públicas, criando novas demandas para os governos nacional, estadual e municipal, para que sejam oferecidas nos assentamentos, condições de vida e produção; elevação do nível de vida dos assentados e criação de empregos no meio rural.

Na pesquisa coordenada por Sparovek (2003), cujo objetivo era analisar os aspectos qualitativos dos assentamentos rurais brasileiros também são apontadas algumas importantes contribuições trazidas por estes. Dentre os aspectos metodológicos do trabalho, foram colhidas as opiniões dos envolvidos com a reforma agrária para que fosse avaliada sua qualidade. Entre os entrevistados estavam representantes do governo, dos assentados e das associações que representam os assentamentos. Constatou-se que os assentamentos, apesar das inúmeras dificuldades encontradas, contribuíram para melhorar as condições econômicas e sociais no campo. Fatores como o acesso aos créditos agrícolas, melhoria da infraestrutura, moradia e outros são apontados como mudanças geradas pela implantação dos assentamentos. Todavia, o domínio dos meios de produção, em especial, a posse da terra é considerado como a principal causa do sucesso da reforma agrária (p. 170).

Abrangendo uma escala geográfica menor, porém com reflexões de grande profundidade, a dissertação de Mazzini (2007) demonstra como a implantação dos assentamentos contribui para o desenvolvimento regional. A autora analisa os impactos socioterritoriais causados pelos assentamentos em três municípios do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. O desenvolvimento é abordado em uma perspectiva multidimensional, destacando-se a influência dos assentamentos nas dimensões social, política, econômica e ambiental dos municípios. Após comparar outras políticas de desenvolvimento adotadas no Pontal com a dos assentamentos rurais, chega-se a conclusão que esta segunda foi a única a não buscar o desenvolvimento apenas da dimensão econômica, compreendendo também as demais.

Estes exemplos mostram como os assentamentos rurais têm sido importantes instrumentos para a recriação do campesinato na atualidade. Esse movimento se dá no contraditório processo de expansão das relações capitalistas no campo. O capital cria e recria relações não-capitalistas de produção para que ocorra seu

desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que ele expulsa as famílias camponesas de seus territórios ele necessita do trabalho familiar para poder se expandir. Desta forma, o camponês deve ser entendido como:

[...] classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar . Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007. p. 11).

Os assentamentos rurais testemunham esse processo apontado por Oliveira. Eles representam a busca das famílias camponesas pela terra, se recriando enquanto classe social através da luta pela terra e sua conseqüente conquista. Isso demonstra a contradição do sistema capitalista, o qual subalterniza o camponês para se expandir, mas ao mesmo tempo permite que ele se recrie social e economicamente.

As famílias assentadas apresentam trajetórias variadas, todavia é comum entre elas o vínculo com a terra. Como mostrado por Leite et al (2004) a maior parte dos assentados é de origem rural, residindo anteriormente no próprio município do assentamento ou em algum município vizinho, exercendo atividades agrícolas. Algumas das condições de subordinação a qual esses trabalhadores eram submetidos são: assalariados do meio rural e urbano; posseiros; parceiros na busca pela terra própria; atingidos por obras de infra-estrutura (especialmente a construção de barragens); seringueiros, que com a expansão da fronteira agrícola e a transformação das áreas florestadas em pastos, viram ameaçado seu modo de vida; filhos de agricultores de base familiar; aposentados em busca de uma melhoria de renda e da qualidade de vida; pessoas que viviam na periferia urbana etc. Todas essas situações demonstram como o capital separa o camponês de seu principal instrumento de trabalho (a terra), fazendo com que ele se sujeite a pagar taxa por ela, executar trabalhos para outros ou migrar para os centros urbanos.

O capitalismo tem por característica forçar a migração, fazer com que a mobilidade da população urbana e rural esteja relacionada com a expulsão de seus territórios e não como uma livre iniciativa (MAZZINI, 2007). Os assentamentos rurais representam a resistência do campesinato perante tal processo. Eles demonstram que o campesinato não se realiza enquanto classe social no território capitalista, ele

busca alternativas para que possa garantir a sua reprodução material. Todavia, em muitos casos para que essa recriação aconteça os camponeses são forçados e migrarem para regiões diferentes das suas, tendo que se adaptarem aos diferentes climas, culturas, linguagens etc. Isso acontece, por exemplo, nos projetos de colonização, onde os camponeses são levados para áreas de expansão da fronteira agrícola, de vazio demográfico. Os assentamentos são criados, nestes casos, longe das regiões onde se manifestaram os conflitos pela posse da terra. São questões que devem ser melhor pensadas para que posteriormente os assentamentos rurais não sejam relacionados ao fracasso como muitos tem apontado.

Deve-se salientar que com a conquista do assentamento rural inicia-se uma nova luta, agora não mais para ter o acesso a terra, mas pela permanência nela. Os camponeses buscam a partir de então, fazer do assentamento um território que garante a reprodução do seu modo de vida e trabalho. Essa conscientização tem guiado as táticas de vários movimentos socioterritoriais, tem-se entendido que a luta não pode parar na conquista do assentamento rural, mas prosseguir na busca pela reprodução do campesinato enquanto classe social. Devem ser buscadas melhores condições de vida (educação, saúde, lazer, saneamento básico, energia elétrica) e trabalho (estradas para escoamento da produção, preços mínimos para os produtos, créditos produtivos etc.). Os assentados não podem ser alheios aos efeitos causados pelas políticas que têm sido implantadas no campo, mas ao contrário, devem conhecê-las para se posicionarem enquanto classe social que quer permanecer na terra. Bastante elucidativa deste fato é a entrevista de Valdir Misnerovicz, liderança nacional do MST publicada no jornal do movimento. Ele explica como o assentamento é um território que está em permanente disputa com o capital. O capital, representado pelo agronegócio busca expandir seus territórios através da compra e do arrendamento das terras dos pequenos agricultores, fato que traz desafios para que as famílias assentadas sejam mantidas na terra.

Nossas áreas de assentamento não estão livres de uma ofensiva de territorialização do agronegócio, que busca de várias formas de entrar e controlar os nossos espaços. Precisamos ficar atentos para impedir que isso aconteça e colocar nossas áreas a serviço de nosso projeto de assentamento (MISNEROVICZ, 2008).

Esta fala demonstra a preocupação com a manutenção do território dos assentamentos rurais. Se não existir um projeto de desenvolvimento que contemple

as expectativas do campesinato, as famílias assentadas serão frustradas em seus objetivos de permanecerem na terra, contribuindo para que muitos considerem as ações de reforma agrária como um insucesso. Este fato traz um desafio para os assentados, para as organizações que contribuem com o desenvolvimento dos assentamentos e as agências de mediação: se no assentamento não forem geradas medidas que possibilitem ao campesinato se reproduzir através do trabalho familiar, o capital voltará a subordiná-lo.

Isso pode ser observado nos territórios de alguns assentamentos que têm sido utilizados por empresas capitalistas para desenvolverem suas produções de *comodities* como a cana-de-açúcar, por exemplo. Analisando o Pontal do Paranapanema, Gonçalves (2011) mostra como o agronegócio sucroalcooleiro tem expandido suas territorialidades através das “parcerias” estabelecidas com os assentados, utilizando-se do arrendamento das terras. Isso acontece por que perante as dificuldades que os assentados encontram para sobreviverem das produções dos lotes se faz mais rentável o arrendamento. Através dele, as usinas compram o direito de explorar o espaço produtivo dos lotes durante certo período, através de um acordo firmado em contrato. Esse processo surgiu de uma demanda apresentada pelos camponeses ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que posteriormente criou alternativas que possibilitaram esta parceria entre eles e o capital.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar em áreas de assentamentos rurais também é mostrada na pesquisa de Moreira e Targino (2009). Os autores utilizam como escala geográfica em sua análise a Zona da Mata, no estado da Paraíba, chegando ao resultado de que 29% dos assentamentos da região têm sido utilizados para a produção da cana, compreendendo 9% das famílias assentadas. Os assentados justificam a opção por esta atividade produtiva por julgarem que a renda que ela gera não seria alcançada com outras produções.

Além da cana-de-açúcar, o capital utiliza outras ações para expandir suas territorialidades nos territórios camponeses, como a produção de soja, trigo, fumo, algodão; a exploração da madeira e outros. Ao invés de ser utilizado para a produção de alimentos, o assentamento passa a ser utilizado para a produção de *comodities*. Esses fatos demonstram que os assentamentos, apesar de serem de grande importância para a territorialização da reforma agrária ainda possuem

limitações, tornando necessário que sejam constantemente debatidos pelo Estado, por instituições, pela academia e principalmente, pelos próprios beneficiários.

2.3. - A diversidade dos assentamentos rurais: tipologia e políticas de obtenção de terras

O Brasil possui uma das mais diversificadas experiências de reforma agrária em âmbito mundial. A correlação de forças entre os movimentos socioterritoriais e o Estado tem impulsionado a implantação de assentamentos através de políticas que vão além da desapropriação de terras, sendo utilizados também mecanismos como a compra, a doação, o reconhecimento e a regularização fundiária. Entre os beneficiários do processo estão, além dos camponeses sem ou com pouca terra: comunidades tradicionais (quilombolas, faxinais, fundos de pasto, seringueiros, etc.), atingidos por obras públicas (como no caso da construção de barragens), colonos e outros. São beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) camponeses envolvidos nos mais diversos tipos de conflitos pela posse da terra, não só aqueles que desejam nela entrar, mas também os que a ocupam sem possuir o título de propriedade. A diversidade da reforma agrária explicita deste modo, a diversidade das lutas do campesinato (e a própria abrangência do conceito de camponês) e as ações do Estado para conter os conflitos.

Uma maneira de conhecer a amplitude dessas políticas é o estudo dos assentamentos rurais através de sua tipologia. No quadro 04 são apresentados os 20 tipos de assentamentos rurais que compõem os PNRA do Incra, na escala temporal de 1961 a 2009. Os critérios que definem os tipos são os mais variados, indo desde as características dos camponeses que serão assentados até as propostas de exploração econômica para estes territórios. Trazemos algumas das características principais de cada um deles.

Quadro 04 - Brasil - Relação e Caracterização dos Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - 1961-2009

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Características	Órgão responsável
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	<ul style="list-style-type: none"> • A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade da União, através do Incra; • A gestão do território é individual; • Possui um limite de desmatamento de 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

			<ul style="list-style-type: none"> 20%; O instrumento de gestão é o Plano de Desenvolvimento do Assentamento; Os recursos de crédito para instalação e produção são provenientes do Pronaf, de responsabilidade da União; Infra-estrutura básica: estradas de acesso, água e energia elétrica; toda de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Legislação: (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art.3°) 	
2	PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	<ul style="list-style-type: none"> A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade da União, através do Incra; A gestão do território é coletiva; O limite de desmatamento é de 20%; Os recursos de crédito para instalação e produção são oriundos do Pronaf A, de responsabilidade da União; A infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade da União; A titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários, na maioria dos casos, são oriundos de comunidades extrativistas; Nele são desenvolvidas atividades ambientalmente diferenciadas, visando o desenvolvimento sustentável; Legislação: PORTARIA/INCRA/P/N° 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Institutos de terra estaduais
3	AQ	Assentamentos Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> Visa garantir o direito de propriedade da terra de comunidades tradicionais quilombolas, sendo considerados pelo Incra como beneficiários da reforma agrária. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Institutos de Terras Estaduais
4	PRB	Projeto de reassentamento de atingidos por barragens	<ul style="list-style-type: none"> A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA. Com isso, as famílias assentadas passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental e ao Pronera; Legislação: PORTARIA/ INCRA N°687/2004. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Governos Estaduais
5	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	<ul style="list-style-type: none"> Modalidade de assentamento destinada às áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária. Prevê a formação de plantios com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas; A gestão do território é coletiva; O limite de desmatamento é de 10%; A obtenção da terra, a criação do projeto, a seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito para instalação e produção (Pronaf A), a infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

			<p>energia elétrica) e a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do Incra;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação: PORTARIA/INCRA/P/ N°. 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e PORTARIA /INCRA/P /N°- 215, DE 6 DE JUNHO DE 2006. 	
6	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Visa o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; • A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade da União, através do Incra; <ul style="list-style-type: none"> • A gestão do território é coletiva; • Titulação: concessão real de direito de uso; • O limite de desmatamento é de 20%; • Aporte de recursos de crédito para instalação e produção (Pronaf A) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Legislação: Portaria/INCRA/P N°. 477, de 04 de novembro de 1999. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
7	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Colonização Oficial implantado pelo Incra em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas; • Este projeto não tem sido implantado na atualidade; • Legislação: LEI N°. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
8	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmas características do Projeto de Colonização Oficial, porém é um projeto que apresenta uma demanda específica, como o remanejamento de comunidades atingidas por barragens e remanejamento de famílias inseridas em áreas indígenas, entre outras; • Forma criada a partir da década de 70, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar; • Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio; • Legislação: LEI N°. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
9	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos criados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio; <ul style="list-style-type: none"> • Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica; • Titulação de responsabilidade da União; • Não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica; • Este projeto não tem sido implantado na atualidade; 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

			<ul style="list-style-type: none"> Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	
10	PC	Projeto de Colonização Oficial	<ul style="list-style-type: none"> Projeto criado pela União visando a colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em especial da Amazônia Legal nas décadas de 1970 e 1980; Este projeto não tem sido implantado na atualidade; A obtenção de terras, criação, aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção, além da coordenação do projeto são de responsabilidade da União; A infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade da União, podendo ser feita conjuntamente com as unidades federativas e os municípios; A titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) é de responsabilidade do Inbra; Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
11	PIC	Projeto Integrado de Colonização	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Colonização Oficial, geralmente implantado em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo ações integradas entre as três instâncias governamentais; Implantado em terras públicas da União ou áreas desapropriadas pelo INCRA; Forma pouco utilizada nas últimas duas décadas; Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
12	PFP	Projeto Fundo de Pasto	<ul style="list-style-type: none"> Projetos criados pelo estado ou municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia, voltado ao atendimento dessas populações tradicionais locais; Projetos reconhecidos pelo Inbra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A; Legislação: Convênio entre o Inbra da Bahia, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (Fapex) e a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA). 	Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia
13	PE	Projeto de Assentamento Estadual	<ul style="list-style-type: none"> A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade das unidades federativas; O aporte de recursos de crédito e infraestrutura é de responsabilidade das unidades federativas segundo seus programas fundiários; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, crédito para instalação e produção (Pronaf A) 	Institutos de Terras Estaduais

			<p>mediante convênio;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à infra-estrutura básica; • O Incra reconhece os projetos estaduais como projetos de Reforma Agrária, viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária. • A titulação é de responsabilidade das unidades federativas; • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	
14	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade dos municípios; • O aporte de recursos de crédito e infra-estrutura é de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, o crédito de apoio a instalação e produção é o Pronaf A, mediante convênio; • O Incra reconhece os projetos municipais como de reforma agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (PRA); • A titulação de responsabilidade dos municípios; • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	Governo Municipal
15	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto criado pelos municípios; • A União pode participar na obtenção de recursos fundiários, mas a terra é do município; • O aporte de recursos para instalação e produção (Pronaf A e C) é de responsabilidade do Governo Federal; • A infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade do Governo Federal e dos municípios; • Diferencia-se pela proximidade dos centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; • A titulação é de responsabilidade do município; • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	Governo Municipal
16	FLONA	Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • A gestão é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção 	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

			(Pronaf A); <ul style="list-style-type: none"> Legislação: Criação: LEI 9985/200 E DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de FLONA como beneficiária do PNRA, feito por analogia à portaria de reconhecimento das Resex. 	
17	RESEX	Reservas Extrativistas	<ul style="list-style-type: none"> A gestão é de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (créditos de implantação e produção e eventualmente infra-estrutura básica); A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais, de caráter federal ou estadual quando da criação das RESEX; Legislação: Criação: LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002. Reconhecimento: PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002. 	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
18	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> A gestão é de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; São unidade de conservação de uso sustentável reconhecida pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); Legislação: Criação, LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 O reconhecimento do RDS como beneficiário da Reforma Agrária é feito por analogia à portaria de reconhecimento das RESEX. 	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
19	FLOE	Floresta Estadual	•	Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas)
20	PEAEX	Projeto Agroextrativista	•	Instituto de Terras do Estado do Paraná

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Esses tipos de assentamentos e as famílias assentadas formam o conteúdo da reforma agrária. O processo é efetivado através das políticas de obtenção de terras, que são 9 (Quadro 05). Elas manifestam os mecanismos pelos quais o Estado transfere ou legitima as terras em favor do campesinato com a criação dos

assentamentos rurais. Portanto, são essenciais para a compreensão da atualidade do processo de reforma agrária.

Quadro 05 - Brasil- Relação e Caracterização das Políticas de Obtenção de Terras para Reforma Agrária - 1961-2009²

Política de Obtenção	Características	Referências
Adjudicação	Ato judicial através do qual uma determinada propriedade é transferida de seu dono para um credor, ficando este com os direitos sob sua posse e domínio.	<ul style="list-style-type: none"> Arts. 708, 714 a 715 do Código de Processo Civil.
Cessão	É feita a transferência dos direitos de uso de terras pertencentes ao Poder Público para comunidades nativas ou organizações profissionais de coletores, tendo por fim a reforma agrária.	
Compra³	Permite com que a União, estados ou municípios adquiram imóveis para serem destinados à reforma agrária através da compra efetuada de maneira direta com os proprietários. Ocorre em regiões consideradas prioritárias para a reforma agrária, quando existe a impossibilidade da desapropriação. Da mesma forma como é feita na desapropriação, na compra também as terras são pagas através de TDA's e as benfeitorias em dinheiro.	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992 Instrução normativa 34/2006 do Inkra Artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964

² Os relatórios do Inkra que apresentam os dados sobre os assentamentos rurais existentes no Brasil consideram que, além dessas nove, existem outras três políticas de obtenção de terras: arrecadação, discriminação e reversão de domínio. Não as incluímos no quadro porque não as consideramos como políticas de obtenção e sim como processos de obtenção. Por ser processo, entendemos que estes assentamentos ainda não foram obtidos, mesmo com as famílias já ocupando as áreas. A arrecadação é o ato de incorporar ao Patrimônio Público as terras devolutas não cobertas por título de domínio particular, ou que sob elas não pese contestação ou reclamação administrativa ou promovida por terceiros, quanto ao seu domínio ou posse. A discriminação é o procedimento utilizado para saber quais terras estão sob o domínio público e quais estão sob o domínio particular, para posteriormente transferir as que assim o permitirem aos projetos de reforma agrária. A reversão de domínio é um procedimento utilizado para que possam ser expropriadas terras que estão sob domínio particular e após isso, destinadas à reforma agrária.

³ Esta política de obtenção refere-se apenas aos assentamentos oriundo da RA. Frisamos isto, para que ela não seja confundida com a RAM, através da qual são feitos financiamentos por meio dos quais as famílias camponesas são assentadas.

Confisco	<p>Caracteriza-se pela apreensão e integração compulsória ao patrimônio público de bem particular, ou, teoricamente, bem de outras pessoas jurídicas de direito público. O Confisco tem, portanto, o sentido de apoderamento do patrimônio alheio, seja por apreensão ou por adjudicação, ocorrente quando o expropriário é destituído de seus bens, sem nenhuma indenização. O art. 243 da Constituição Federal prevê: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". Determinação legal reforçada pelo contido no art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal".</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 243 da Constituição Federal • Art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991
Desapropriação	<p>A desapropriação de terras para fins de reforma agrária é prevista nos artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal e se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social. É o principal instrumento utilizado até aqui para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais. O texto constitucional autoriza a União a propor a ação de desapropriação, a partir de decreto presidencial, declarando o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária. Expropriar ou desapropriar, nessa situação, se refere ao fato de transferir bens particulares para o domínio público. As terras desapropriadas são pagas através de TDA's e as benfeitorias em dinheiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal • Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962 • Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003
Doação	<p>É o contrato pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, (doador), por liberdade, transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário), que o aceita. É um contrato civil fundamentado na vontade do doador, embora possa incidir encargos para o donatário. A doação só se aperfeiçoa com a aceitação do donatário, seja pura ou sem encargo. Em qualquer caso depende de lei estabilizadora que estabeleça as condições para sua efetivação. O imóvel a ser doado deve ser previamente avaliado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Arts. 538 e seguintes, do Código Civil (Lei 10.406/2002).
Incorporação	<p>Permite com que terras devolutas vagas sejam destinadas à reforma agrária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto 59428/66 • Decreto 59.428, de 27 de outubro de 1966.
Reconhecimento	<p>O reconhecimento é uma medida adotada pelo governo federal para incorporar projetos de assentamentos rurais criados pelos governos estaduais e municipais. Em alguns casos são áreas regularizadas pelos governos estaduais e municipais que passam a compor os programas de reforma agrária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DATALUTA • II PNRA
Transferência	<p>Transferência é o ato de transferir o direito de propriedade de um imóvel, de uma para outra pessoa, física ou jurídica, por qualquer das formas, por leis aceitáveis e reconhecidas.</p>	<p>Sem informações</p>

Fonte: Dataluta, 2010.

Tomando como referência a pesquisa de Santos (2010), classificamos estas políticas em cinco finalidades:

- 1- **Desapropriação:** Transfere para os camponeses, terras onde a função social não era observada por seus proprietários. Isso ocorre por meio do pagamento de TDA's pelas terras e de dinheiro pelas benfeitorias. É aplicada através da adjudicação, do confisco e da própria desapropriação.
- 2- **Regularização:** Legitima áreas já ocupadas pelos camponeses que ainda não possuíam título de posse delas. Possuem estas especificidades a incorporação, a cessão, o reconhecimento (nos casos referentes a títulos de posse) e a transferência.
- 3- **Reconhecimento:** São assentamentos criados por estados e municípios e que posteriormente são incorporados aos números de reforma agrária. Através desse processo, as famílias assentadas passam a ter direito aos recursos destinados aos programas de reforma agrária. Possuem esta finalidade os assentamentos que foram obtidos pelo reconhecimento e que não se referem a casos de concessão de títulos de posse.
- 4- **Compra:** O Estado adquire as áreas onde serão implantados os assentamentos rurais pagando por elas aos seus proprietários. Somente a compra possui esta finalidade.
- 5- **Doação:** As terras são ofertadas por terceiros ao Estado que as destina para a reforma agrária através da criação dos assentamentos rurais. Somente a doação possui esta finalidade.

Deve-se destacar, que estas finalidades devem ser estudadas levando-se em consideração sua transversalidade, de modo que algumas políticas de obtenção podem ser incluídas em mais de uma delas.

Além desta diversidade representada nos tipos e nas políticas de obtenção de terras, também compõe a atualidade da reforma agrária no Brasil a RAM. Ela se constitui em operações financeiras, por meio das quais os camponeses financiam as terras onde serão assentados, tendo como mediador deste processo o Estado.

No quadro 06 demonstramos as sete linhas de financiamento através das quais a Reforma Agrária de Mercado tem sido implantada no Brasil.

Quadro 06 – Brasil - Relação dos Tipos de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado - 1998-2009

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Características
1	PCT	Programa Cédula	• Projeto de Assentamento criado pela União

		da Terra	<p>com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; • A Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) é de responsabilidade da União;
2	BT	Banco da Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Foi criado no governo de FHC; • Os assentamentos podem ser implantados pelo Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de assentados. • O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; • LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998.
3	CF	Crédito Fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Visa o combate à pobreza rural, beneficiando agricultores sem-terra que vivem em condições precárias.
4	CPR	Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Foi criado no primeiro mandato do governo Lula. • Possui como público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios, sendo aplicado em imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar; • Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
5	CAF	Consolidação da Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Criado no primeiro mandato do governo Lula, para substituir o PCT; • Tem por finalidade a aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva; • Possui como Público-Alvo: trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc.), proprietários de minifúndios, assim classificados os imóveis, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar definida no Estatuto da Terra. Associações e cooperativas que agreguem as pessoas mencionadas anteriormente. O proponente deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 15.000,00 e patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 30.000,00.

			<ul style="list-style-type: none"> Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Lei complementar 93/98
6	NPT/CAF	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Famílias	<ul style="list-style-type: none"> Foi criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade; O programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil; Os beneficiados devem estar organizados em associações. O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial; A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar.
7	NPT/CPR	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> Foi criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade; O programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil; Os beneficiados devem estar organizados em associações; O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial; A linha de crédito é liberada pelo programa de Combate a Pobreza Rural

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Esta diversidade demonstra que a reforma agrária no Brasil já não pode ser estudada tendo por referência apenas os casos de desapropriação de terras. Novos elementos têm sido colocados no debate e levá-los em consideração ou não compete à escolha de cada pesquisador. Entretanto, esta diversidade não pode ser negada.

No Território Cantuquiriguaçu não existem empreendimentos da RAM e sim três tipos de assentamentos da RA. Mais adiante buscamos analisar alguns exemplos destes tipos para compreendermos sua relevância para o campesinato.

CAPÍTULO III

Diferentes abordagens do conceito de reforma agrária

Neste capítulo, apresentamos alguns significados dados à reforma agrária por intelectuais, instituições, movimentos socioterritoriais e governos brasileiros. O objetivo é apresentarmos a diversidade de interpretações sobre o tema e termos referências para tecermos posteriormente, uma análise da atualidade da reforma agrária no Brasil. De acordo com a concepção de sociedade que um intelectual, instituição, movimento socioterritorial ou governo possui a reforma agrária ganhará significados distintos, podendo ser mais abrangente ou mais restrita. Por isso, é importante conhecermos esta amplitude de significados para podermos qualificar nossa interpretação do processo.

3.1- A reforma agrária a partir dos teóricos

Nesta parte, analisamos as posturas de alguns intelectuais sobre o significado da reforma agrária nas últimas décadas. Com objetivos distintos, eles analisaram os efeitos desta política nos países que a efetivaram. Estas análises vão desde aquelas que consideram que ela geraria mudanças estruturais na sociedade até aquelas que a defendem como uma medida que fomentaria o capitalismo. Alguns consideram ter neutralidade em suas posições, outros admitem que política e produção teórica não se separam. É neste emaranhado de abordagens e concepções que o conceito tem sido tratado por teóricos inseridos na academia ou não. Conhecer este debate é de fundamental importância para entendermos os posicionamentos de governos e instituições, já que muitos desses intelectuais acabam influenciando-os. De tal forma, a produção teórica é gerada por e gera posicionamentos frente ao problema da desconcentração de terra e poder em determinado país.

Uma importante contribuição para o entendimento do conceito é oferecida pelo sociólogo colombiano Antonio García Nossa. Ele apresenta uma tipologia das experiências de reforma agrária realizadas na América Latina, demonstrando como ela varia de acordo com a correlação de forças que determina a configuração política de cada país. São elencados três tipos de reforma agrária: estrutural, convencional e marginal.

A *reforma agrária estrutural* é a mais drástica entre os tipos elencados pelo autor. Ela é parte de um processo de transformações revolucionárias, pelas quais se aspira uma nova ordem econômica e social. Este processo gera a mudança do *status quo*, ocasionando o surgimento de novas forças sociais. Ela está relacionada ao processo onde é gerada uma nova sociedade. São substituídas ou alteradas as relações tradicionais de poder e modificadas as regras institucionais (GARCÍA, 1973, p. 27). A reforma agrária estrutural pode ocorrer no capitalismo, como no caso do México ou no socialismo, como se deu em Cuba.

De tal forma, este tipo pode ser entendido como uma revolução agrária. De acordo com Luxemburgo (1986, p. 23), ao delinear os objetivos da social-democracia alemã, a revolução é um processo mais amplo do que a simples reforma, contudo as reformas podem contribuir para a revolução:

Pode, portanto, a social-democracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor à revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é o seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a social-democracia lutar dia-a-dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta de classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução o fim.

Assim, a reforma é uma luta dentro do próprio sistema e a revolução é um novo sistema. A reforma pode ser entendida como parte do processo revolucionário, porém, ela não é o objetivo final.

A reforma agrária do tipo convencional refere-se a um conjunto de operações negociadas entre antigas e novas forças sociais. Busca-se modificar o monopólio latifundiário sem mudar as regras institucionais da sociedade tradicional. O objetivo é alterar as relações de poder no campo, através de um pacto social estabelecido entre forças sociais antagônicas. Isto ocorre por meio do sistema institucionalizado de partidos, sejam eles conservadores ou revolucionários. Este tipo de reforma agrária ocorre no capitalismo, não visa alteá-lo.

A reforma agrária do tipo marginal não gera a ruptura com o monopólio senhorial da terra, ocasionando reparações superficiais sobre essas estruturas. É uma medida tomada para amenizar a pressão camponesa. Ela se apoia no sistema tradicional de partidos e nas regras institucionais da sociedade tradicional. São geradas medidas paliativas ou compensatórias, com o intuito de conter as pressões populares por uma efetiva reforma agrária. Reformas deste tipo expressam a intenção de não gerar modificações na propriedade fundiária. Não apontam para o rompimento com o capitalismo, ao contrário, criam meios de preservá-lo. Mais adiante, o autor considera este tipo de ação como uma autêntica “contra-reforma agrária” (GARCÍA, 1973, p.48-57).

Assim, a tipologia elaborada por García mostra sociologicamente como dependendo da correlação de forças que existe em determinado país a reforma agrária terá um impacto social maior ou menor. Contudo, podemos considerar que enquanto a convencional e a marginal podem ser consideradas como reformas a estrutural possui um impacto ainda maior sendo considerada como revolução. Reformas ocorrem como meio de melhorar uma estrutura que não é substituída, já as revoluções alteram as estruturas existentes.

É importante frisar, que esta tipologia tem como base as experiências realizadas na América Latina até a década de 1960, quando setores da sociedade tinham a intenção de com a reforma agrária atingir o latifúndio e as relações de poder estabelecidas e perpetuadas através dele. A sociedade não tinha graus de urbanização tão elevados como a de hoje e a agricultura mecanizada ainda era incipiente, ou seja, a questão agrária possuía diferentes especificações.

No Brasil, o debate sobre a reforma agrária seria fomentado com o fim do período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Dois fatos que influenciaram a eminência destas discussões foram as constantes secas no Nordeste e o crescente êxodo rural. Dentre os vários setores da sociedade que passam a debater o tema destaca-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entre as décadas de 1950 e 1960 reunia em seus quadros intelectuais/militantes que se dedicaram a análise dos problemas agrários do país. A produção destes intelectuais/militantes traz discordâncias teóricas e políticas sobre o papel da reforma agrária para o desenvolvimento brasileiro. Um dos principais temas de divergência estava na ocorrência ou não do feudalismo no Brasil colonial. Enquanto alguns defendiam a tese de que no período colonial brasileiro vigoraram relações de produção feudais, outros defendiam que desde quando ocorreu a dominação portuguesa sob o território nacional já eram efetivadas relações capitalistas⁴.

No grupo dos que defendiam a primeira tese está Alberto Passo Guimarães. Ele apresentou críticas aos intelectuais que defendiam a tese que o Brasil, desde a dominação portuguesa, esteve sob a égide de uma formação social capitalista. Pois assim entendido, seria supérflua qualquer necessidade de mudança na estrutura agrária do país. As críticas ainda prosseguem, quando ele taxa esse tipo de interpretação como evolucionista, não reformista e não revolucionária, já que defende o desenvolvimento gradual, sem a realização de reformas. Pequenas medidas pontuais sobre a estrutura agrária então em voga, como a adubação e a mecanização seriam suficientes para acelerar o processo produtivo no campo e excluir a necessidade da realização de reformas.

⁴ Estas divergências são abordadas com maior acuidade no trabalho de Silva (2008). Apesar de o autor dedicar maiores esforços para compreender o pensamento de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, também são analisadas as produções de outros intelectuais que integraram o PCB.

A reforma agrária seria uma medida que contribuiria para a extinção das relações feudais no campo brasileiro, através de uma ação revolucionária, como consta no trecho a seguir:

A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.

Esse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal do movimento pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1989, p. 34).

Em consonância com o que pensava o PCB esta proposta sobre a reforma agrária indicava para o rompimento com o monopólio da terra e das relações de produção pré-capitalistas, que contribuíam para que existissem os privilégios da elite agrária. As propostas que negavam a existência do feudalismo na formação econômica brasileira eram taxadas de conservadoras. A reforma agrária não era encarada como uma política de cunho socialista e sim como parte da expansão do capitalismo no país. Em um primeiro momento seriam consolidadas as instituições burguesas e a economia capitalista para que estes gerassem as contradições necessárias para a eminência da revolução socialista.

Também membro do PCB, porém negando a tese dos resquícios feudais no Brasil, Caio Prado Júnior foi outro intelectual que elaborou uma análise sobre a conjuntura agrária brasileira. Através de textos publicados na “Revista Brasiliense”, o autor apresenta sua interpretação sobre a questão agrária brasileira e aponta algumas medidas que poderiam ser tomadas para minimizá-la. No texto “Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil”, publicado em 1960, ele mostra como os principais responsáveis pelas desigualdades econômicas no campo eram a exploração agro-mercantil e a concentração da propriedade fundiária e não apenas o latifúndio improdutivo, como muitos entendiam naquele momento. Somente com a reforma agrária ocorreriam às transformações que elevariam o nível de vida da população miserável do campo, como está expresso a seguir:

Não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo de estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da

população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária. Esse seria o ponto fundamental da reforma agrária, pois com a sua realização se atingiria o essencial que a reforma agrária tem em vista: a elevação do nível da vida da população rural (PRADO JÚNIOR, 2000. p. 82-83).

O autor aponta a desconcentração fundiária como uma medida de combate as desigualdades econômicas no campo. Essas desigualdades teriam origem na relação entre os poucos proprietários detentores do monopólio da terra e das oportunidades de emprego e a massa de trabalhadores que viviam em condição de miséria. A reforma agrária é apresentada como a única medida capaz de eliminar estas discrepâncias, sem ela as transformações na economia agrária não seriam capazes de alterar a estrutura fundiária.

No ano de 1962, através de um texto intitulado “Nova contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil”, Caio Prado Júnior amplia sua concepção de reforma agrária, incorporando além da necessidade de desconcentração fundiária a criação de uma legislação trabalhista para o homem do campo. Ele deixa claro que a reforma agrária não pode ser confundida apenas como o aperfeiçoamento e elevação do nível tecnológico da exploração do campo, pois ela deve ter como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população rural. De tal maneira:

São assim, em suma, duas as frentes de ataque da reforma agrária: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra. É muito importante a colocação do nosso problema agrário nessa dupla perspectiva, acentuando o caráter alternativo em que se relacione e combinam as duas soluções propostas. Isso porque seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) o desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira (PRADO JÚNIOR, 2000. p. 90).

A definição de reforma agrária trazida pelo autor parte de duas ações: a desconcentração fundiária e a criação de uma legislação trabalhista para a população rural. No que se refere à necessidade de mudanças na estrutura fundiária o pensamento do autor convergia com o que era defendido pelo PCB, todavia, este partido não concordava quanto à urgência da criação de uma legislação voltada para os trabalhadores do campo, como já ocorria na cidade. Enquanto Prado Júnior (2000) acreditava que a criação da legislação trabalhista fortaleceria a população

camponesa, passo essencial para que futuramente eles pudessem ser incorporados a luta por uma sociedade socialista, o PCB julgava que tais medidas eram de caráter conservador e não apontavam para a mudança do capitalismo.

Assim, o debate entre Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior dá a tônica das discrepâncias que os teóricos do PCB possuíam em relação às políticas agrárias. A discussão sobre a existência ou não do feudalismo no período de formação social do Brasil é a gênese da divergência entre os dois pensadores. Guimarães propõe mudanças mais radicais, com a eliminação dos restos feudais que eram gerados pelo sistema latifundista e o estabelecimento pleno do capitalismo para que surgissem as contradições propícias a revolução socialista. Prado Júnior, ao contrário, considera que o capitalismo já estava em vias de desenvolvimento no Brasil, e que deveriam ser tomadas medidas no campo, com o intuito de fortalecer a classe trabalhadora. Essas medidas se resumiam as ações de desconcentração fundiária e a criação de uma legislação que amparasse os trabalhadores.

A atuação destes intelectuais/militantes no PCB mostra como produção teórica e política são processos indissociáveis. A produção intelectual gera políticas e as opções políticas influenciam a produção intelectual. Personagem importante da luta pela reforma agrária no Brasil, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva demonstra muito bem essa relação dialética. Apesar de nunca ter possuído vínculo com partidos políticos, as suas idéias ainda hoje são uma grande referência na luta pela redemocratização do acesso a terra no Brasil. José Gomes é uma figura lembrada com admiração por movimentos socioterritoriais e instituições que defendem a reforma agrária como uma política de fortalecimento do campesinato enquanto classe social.

Silva (1971) busca esclarecer o que de fato ela vem a ser a reforma agrária, diferenciando-a das demais políticas destinadas ao campo. Demonstra como ela possuía até aquele momento uma definição imprecisa, fato que colaborava para que ela não fosse aplicada, como desejavam as forças contra-reformistas da sociedade. Na época em que esta obra foi escrita, o regime militar dedicava-se a criação de projetos de colonização, através de ações previstas no Estatuto da Terra. O autor deixa explícito que este tipo de política deve ser dissociado da reforma agrária. Neste sentido, ele propõe uma conceituação diferenciada para a reforma agrária no Brasil, definindo-a da seguinte maneira:

Reforma Agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política (SILVA, 1971, p. 38)

Nesta definição alguns pontos são de extrema importância para termos clara a idéia do autor. A palavra terra refere-se a tudo o que está ligado ao solo, desde as profundezas até o céu; incluindo os corpos de água, a vegetação e outros recursos naturais. A reforma agrária é entendida como um processo, que deve ter local e prazo definidos para sua efetivação. Deve atender parte significativa da população sem-terra, de maneira imediata, não podendo arrastar-se pelo tempo. Deve modificar o *status quo* no campo, causando impactos estruturais. Os beneficiários do processo (camponeses sem-terra) têm de ter ativa participação na definição das políticas, não as deixando a cargo apenas dos técnicos estatais. A reforma deve gerar a promoção humana dos sem-terra, já que todo o processo está centrado no homem. A promoção social ocorreria com o fortalecimento dos camponeses enquanto classe. A econômica se daria com o fortalecimento quantitativo e qualitativo da produção no campo, substituindo o latifúndio por outros sistemas mais modernos. A política ocorreria com a proposição de um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado na produção camponesa.

Política e teoria também se inter-relacionam na interpretação do economista e dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), João Pedro Stédile. Ele também se destaca na busca pela definição do papel reforma agrária na sociedade brasileira. Em entrevista concedida ao professor Bernardo Mançano Fernandes, ele diz que a reforma agrária pode ocorrer de três maneiras: clássica, política de assentamentos e progressista.

A reforma agrária clássica é realizada sob bases capitalistas, com o intuito de democratizar a propriedade da terra, distribuindo-a aos camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso, aumentam a oferta de mercadorias e o mercado consumidor, com o crescimento da renda dos camponeses. Reformas deste tipo foram efetivadas por alguns países sob a influência da burguesia industrial no período que compreende o final do século passado e o final da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de reforma agrária teria três características fundamentais:

a) foram feitas de forma massiva, ou seja, atingiram todas as grandes propriedades do país; b) em alguns lugares impuseram inclusive tamanho máximo da propriedade (caso da França, dos Estados Unidos, na lei de colonização e no Japão); c) foram rápidas, em um ou dois anos se realizaram (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 158).

Portanto, este tipo de reforma agrária atingiria a estrutura da propriedade da terra. Seria fomentado o capitalismo nos países que a efetivassem, contribuindo, de maneira especial, para que fossem criadas as condições que propiciariam o futuro desenvolvimento industrial. Em Stédile e Fernandes (1999, p. 158), ele frisa ainda que no Brasil, as elites nunca tiveram a intenção de realizar este tipo de reforma agrária, mesmo ela tendo bases capitalistas. Isso porque, no país, desde a colonização tem-se desenvolvido um capitalismo dependente, que tem por base a agricultura de exportação. Neste caso, não há necessidade de se dividir a terra para gerar o crescimento econômico.

O segundo tipo ocorre quando a política de implantação de assentamentos rurais é confundida com a reforma agrária. Trata-se de uma política de assistência social, apenas para se livrar dos sem-terra e não para resolver o problema da propriedade da terra. Estas ações ocorrem como forma de conter os conflitos por terra, onde apesar da implantação dos assentamentos não existe um plano geral que vise à desconcentração fundiária. Ou seja, fazer assentamento não significa fazer reforma agrária (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 159-160).

O terceiro tipo é o preconizado pelas forças sociais progressistas, dentre as quais estão incluídos movimentos socioterritoriais como o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Busca-se resolver o problema da concentração da propriedade da terra através de um programa de desapropriações, de forma rápida, regionalizada, distribuindo as terras às famílias que não as possuem. A desconcentração da propriedade da terra seria uma das medidas de combate aos dois principais problemas que existem no meio rural brasileiro: a pobreza e as desigualdades sociais. Também objetiva democratizar o capital, criando condições para que o camponês assentado tenha boas condições de produção e comercialização. Além disso, a reforma agrária não deve ser dissociada da redemocratização da educação, já que na sociedade moderna, “conhecimento, cultura, informação é poder” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 162) e para que os camponeses possam se colocar de maneira autônoma frente aos desafios impostos

pela modernidade é necessário acesso à educação. De tal forma Stédile (1999, p. 162) resume este tipo de reforma agrária da seguinte maneira:

[...] dizemos que nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 162).

Assim, Stédile demonstra entender que o terceiro tipo seria o ideal para o Brasil, dado o estágio de desenvolvimento do capitalismo no país. O autor situa as características da reforma agrária por ele defendida, mas frisa, de maneira especial, os entraves encontrados para sua efetivação, sendo eles o latifúndio, o capital e a ignorância.

Outro intelectual vinculado ao MST que traz uma definição da reforma agrária e aponta os obstáculos para sua efetivação é o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. Ele destaca a disputa por território entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da reforma agrária. O agronegócio tem sido beneficiado por vultosos incentivos financeiros concedidos pelo Estado, o qual o entende como uma totalidade, da qual a agricultura camponesa ou de base familiar faz parte. Sendo assim, a luta pela terra e a reforma agrária são importantes instrumentos de resistência camponesa como aduz o autor:

[...] a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (FERNANDES, 2007. p. 86).

Portanto, a reforma agrária é tida como uma política de desenvolvimento que garante a territorialização do campesinato. A territorialização vai além da conquista de terras, ela é a expansão das relações de poder no espaço geográfico, é o confronto entre a propriedade capitalista e a propriedade camponesa (FERNANDES, 2003). A obtenção de terras não deve ser o objetivo final da reforma

agrária, deve-se pensar os assentamentos como uma proposta de desenvolvimento, onde seria gerada a agricultura de base camponesa.

A disputa territorial entre o agronegócio e a reforma agrária também tem sido debatida pelo economista Guilherme Delgado. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato, ele defende que a reforma agrária ainda não foi alvo de um programa oficial por parte do Estado. A facilidade com que o agronegócio tem se apoderado das áreas agrícolas do território nacional tem acarretado grandes prejuízos à nação, já que este não cumpre com suas funções sociais, ambientais e de posse da terra; além de não respeitar as relações de trabalho. Nessas condições, a reforma agrária, aplicada de forma incluyente, seria a solução para estes empecilhos. Assim, diz Delgado (2008):

Muitas vezes, se coloca a reforma agrária como um programa oficial, mas não encontramos isso. Afirma-se que o Brasil está fora da curva e que, hoje, não se faz mais reforma agrária. A questão é discutir como inserimos os pequenos estabelecimentos. Mesmo no modelo capitalista, temos variantes da maior diferença. A experiência europeia do pós-guerra permite que, sem uma reforma agrária clássica, as pequenas propriedades coexistam sem serem engolidas pelo agronegócio internacional. Esse padrão de desenvolvimento – que chamaríamos de uma política agrária condizente com a realidade – abriria espaço para setores do campo participarem do desenvolvimento de forma mais incluyente. Mas, para isso, há a necessidade de uma política econômica distinta. Nosso modelo não é parecido com o europeu nem o dos Estados Unidos, apesar de muitos dizerem que é a nossa inspiração. O nosso agronegócio é mais desigual do que o deles. Após a abolição e a guerra civil, houve uma mudança na estrutura de posse da terra e uma ocupação do meio-oeste dos EUA. Já nós chegamos ao século 20 sem fazer nenhuma dessas mudanças. E descartamos fazê-las porque dizemos que passou o tempo. Não se passou do tempo de uma política de igualdade e distribuição. Mudaram, sim, os instrumentos, as estruturas de intervenção. Precisamos de uma política comum que tenha capacidade de impedir o avanço do agronegócio, com a liberdade que tem hoje. Ele não tem obrigações com sua função social, obrigações de posse da terra, de meio ambiente e de respeito às relações de trabalho. O caso brasileiro é ímpar de desigualdade crescente. Um formato de reforma agrária incluyente, de desenvolvimento e igualdade não está fora da agenda ao menos que se pense que não há desigualdade no país. O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar. Agora, o Brasil precisa de uma política clara de contenção da liberdade de ação do agronegócio. Sem isso, a reforma agrária é engodo, tão residual e incapaz de se manter que será engolada.

De tal maneira, tanto Guilherme Delgado, quanto Bernardo Mançano Fernandes destacam o agronegócio como o grande rival da reforma agrária na disputa pelas terras agricultáveis do Brasil. Isso mostra a evolução do debate, já que antes o latifúndio era tido como o principal obstáculo para que a reforma agrária

fosse efetivada. Além do mais, discute-se agora, não apenas a necessidade de desapropriar áreas, entregando-as a camponeses sem-terra, mas sim, a mudança dos paradigmas de desenvolvimento adotados no campo. A reforma agrária não é entendida apenas como uma medida conjuntural, de alívio da pobreza, mas como um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo. Ela garante território para que o campesinato desenvolva seu modo de vida e produção, valorizando o trabalho de base familiar, a produção diversificada e em pequena escala e a gerando uma paisagem heterogênea no campo. O agronegócio, ao contrário, gera relações como o trabalho assalariado, a produção em larga escala e a homogeneidade da paisagem. Portanto, reforma agrária e agronegócio não são entendidos como modelos de desenvolvimento complementares e sim como opostos, dada as diferentes relações sociais que produzem.

Outro autor que aborda a reforma agrária enquanto política de desenvolvimento é o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ao analisar a demanda por reforma agrária no Brasil, ele entende que esta não possui apenas alcance social, mas também político e econômico, como se demonstra a seguir:

No Brasil é quase consenso, que qualquer alternativa de remoção da exclusão social neste país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 146).

O autor aborda a reforma agrária mostrando os impactos que ela pode causar nas diversas dimensões sociais. Ele faz uma interpretação multidimensional do processo, ao contrário da abordagem contida em grande parte das políticas públicas. A reforma agrária possui alcance social, já que possibilita ao campesinato o acesso à terra que é seu principal instrumento de trabalho, possibilitando melhores condições de vida a pessoas que estavam em situação de miséria. Possui alcance econômico, pois fomenta o mercado interno, com a oferta de produtos e com o aumento da renda por parte dos camponeses. Possui alcance político, pois o campesinato se posiciona enquanto classe social na luta pela manutenção do seu estilo de viver e trabalhar.

Neste trabalho, Ariovaldo Oliveira também demonstra o que não é a reforma agrária. O autor apresenta uma crítica à maneira como foram divulgados os dados sobre assentamentos rurais do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República. De acordo com ele, a incoerência está em afirmar que ações como a regularização fundiária, o reordenamento fundiário, o reassentamento de atingidos por barragens e o reconhecimento de assentamentos criados por outros governos são reforma agrária. Isso faz com que a criação de assentamentos novos, especialmente através da desapropriação de terras seja colocada no mesmo patamar que essas ações, assim chega-se a conclusão que neste período houve uma “não reforma agrária”.

Já o sociólogo José de Souza Martins, defende que não é a quantidade que define a reforma agrária e sim a qualidade. Assim, o autor qualifica que a conquista de territórios de assentamentos é um fator secundário se comparado à conquista de um espaço no mercado por parte da *agricultura familiar*. Para ele:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram (MARTINS, 2000. p. 103-104).

Assim, ele defende que seria assegurada no interior e no campo a diversificação das oportunidades de trabalho, além da modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais. Todavia, nessa análise o autor não leva em consideração a enorme massa de camponeses acampados na beira das rodovias e que clamam por território, na espera pelo assentamento. Evidente que para esses autores quantidade e qualidade formam um condição realização da reforma agrária. São, portanto inseparáveis.

Ainda nesta obra, é demonstrada a compreensão de que os posicionamentos que entendem a desapropriação como a única política de obtenção de terras capaz de efetivar a reforma agrária é incoerente com a luta dos camponeses brasileiros. Martins justifica essa afirmação demonstrando que já nas décadas de 1950 e 1960 os posseiros da Amazônia e do Centro-Oeste lutavam pela regularização das terras em que viviam. De tal modo, a regularização fundiária deveria ser entendida como a

tentativa do Estado de retomar o controle do território, perdido com a Lei de Terras de 1850 e controlar o processo de expropriação dos camponeses.

Essas referências demonstram as mudanças pelas quais o conceito de reforma agrária tem passado, acompanhando as características da Questão Agrária em determinado momento e refletindo as concepções ideológicas de seus formuladores. Atualmente, alguns autores têm trabalhado com a idéia de que é necessária a reconceitualização da reforma agrária, como iremos demonstrar no capítulo 7 deste trabalho, quando tentamos relacioná-la com a implantação dos assentamentos rurais no Brasil.

3.2- A reforma agrária a partir das instituições e dos movimentos socioterritoriais

Nesta parte tratamos a reforma agrária com base nas concepções de instituições e movimentos socioterritoriais. O conceito de movimento socioterritorial tem sido construído nos últimos anos por meio de intelectuais como Fernandes (2000) e Pedon (2009). Este conceito visa dar uma interpretação geográfica aos movimentos camponeses que lutam por território, seja no campo ou na cidade. De acordo com Pedon (2009, p. 179)

O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. Para compreendermos essa mudança é fundamental considerar uma nova realidade, materializada a partir das experiências construídas por esses trabalhadores que, tendo o acesso à moradia e a terra negado, assumem a condição de trabalhadores sem teto e sem terra. Ou seja, são os mesmos sujeitos da exclusão social e subordinação, só que em ambientes distintos. No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, de nela permanecer e por melhores condições de seu uso, para dela poder reproduzir as condições da sobrevivência. Na cidade, o objetivo é o acesso à moradia, *lócus* da dinâmica familiar, do descanso e da intimidade; não obstante, na cidade também se desenvolve a luta pelo espaço do trabalho, como, por exemplo, no caso das ocupações de fábricas.

De tal maneira, os movimentos socioterritoriais são expressão concreta da luta de classes, representando a organização dos trabalhadores na luta pela conquista e defesa de territórios. Por precisarem de terra e/ou moradia para sua sobrevivência, não tendo-os eles se organizam e lutam para os conquistar.

Já as instituições são organismos reconhecidos pelo Estado e que atuam como mediadores entre os movimentos socioterritoriais e os governos no complexo campo de forças que determina a reforma agrária. As instituições podem fazer parte do governo do Estado, tendo os seus cargos de direção subordinados a ele ou possuir independência na busca por suas propostas para a sociedade.

A Igreja Católica brasileira, por meio de sua ala progressista, embasada nos pressupostos doutrinários da Teologia da Libertação se destaca dentre as instituições que tem a reforma agrária em sua pauta de discussões. É notável seu protagonismo na organização da ecumênica Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975, que se tornaria um dos maiores aliados dos movimentos socioterritoriais na organização e realização da luta pela terra. A posição de apoio à luta dos camponeses e indígenas pela manutenção do seu modo de vida e produção é atestada no documento da 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Neste documento é feita uma discussão sobre a questão social da propriedade da terra e a situação de subalternidade a qual eram submetidos os camponeses e os indígenas em relação ao capital. Não é apresentado um estudo técnico ou teórico sobre a reforma agrária, mas é demonstrado o apoio às lutas pela sua efetivação, de forma massiva e imediata, ofertando terra ao homem do campo e condições para que ele possa cultivá-la. Defende-se que a reforma deve conter a valorização da propriedade familiar, da propriedade tribal dos povos indígenas e da propriedade comunitária da terra (CNBB, 1980).

No ano de 2005, em um novo documento, bispos das igrejas Anglicana, Católica e Metodista, pastores sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Ieclb) e membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) demonstram novamente o apoio às lutas dos trabalhadores do campo. Entende-se que a reforma agrária

[...] continua sendo urgente e necessária. Ao mesmo tempo em que democratiza o acesso à terra, ela deve garantir o uso do território no respeito das diferentes culturas camponesas, redesenhar a distribuição das terras, acabando com os latifúndios e redimensionando os minifúndios. (CEBI, 2006, grifo do autor).

Este documento que atualiza o apoio firmando em 1980 demonstra que as desigualdades no campo ainda assolam uma grande quantidade de famílias e que a reforma agrária poderia contê-las. Fica explícita a preocupação com o tamanho da

propriedade, advogando em favor da substituição dos latifúndios por minifúndios. Mais adiante, são apresentadas outras considerações como a crítica as políticas de financiamento de terras do Banco Mundial, a opção pela desapropriação de terras como instrumento de desconcentração da estrutura fundiária e a necessidade de arrecadação das terras devolutas e sua destinação para a reforma agrária.

Cinco anos após, em novo documento, a CNBB (2010, p. 49) ratifica que a reforma agrária deve ser entendida como “a reconquista dos territórios camponeses violentamente tomados pela colonização e o avanço do capital e a conquista de novos territórios, respeitando a diversidade, a cultura, a religiosidade, as etnias dos povos dos diferentes biomas brasileiros”.

Assim, a preocupação da ala progressista da Igreja Católica com o tema da reforma agrária está em sintonia com as lutas realizadas pelos movimentos socioterritoriais que advogam em favor de mudanças estruturais na sociedade. Não é apresentado um tratado técnico ou teórico sobre o tipo de reforma a ser implantado, todavia se enfatiza a contribuição que ela poderia trazer no combate as diversas desigualdades no campo. Ao dar ao tema da terra uma leitura bíblico-teológica, a Igreja assume um papel relevante no incentivo à organização dos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, influenciando e até mesmo realizando ocupações de terra e outras formas de luta.

O trabalho de Mitidiero (2008) demonstra como este posicionamento de apoiar e em alguns casos, até mesmo sustentar a luta dos camponeses fez com que fosse gerada uma ação territorial deste segmento da Igreja Católica. A influência da Teologia da Libertação fez com que setores da Igreja buscassem incentivar o povo a através da fé, ser protagonista de sua própria libertação. As pessoas eram mobilizadas para exercitar sua fé propondo atos reivindicatórios em favor dos pobres e oprimidos.

A atuação da CPT, no período do regime militar foi fundamental para o surgimento de diversos movimentos socioterritoriais, com especial destaque para o que hoje é o mais organizado do país, o MST. A gênese das reivindicações que ambos viriam a fazer, desde então, está na necessidade de mudanças estruturais na sociedade, combatendo o capital e promovendo a agricultura camponesa.

Para o MST (2007a), a reforma agrária deve ser ampla, beneficiando todos os trabalhadores rurais sem-terra. Deve garantir a posse e o uso da terra a todas as

comunidades tradicionais, não apenas aos sem-terra acampados. Destaca-se o princípio da soberania alimentar, com a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos). Em seus princípios de luta pela reforma agrária consta o seguinte:

É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas.

O conceito de reforma agrária do MST abrange a diversidade do campesinato, não se referindo apenas aos casos de conflito para entrar na terra, mas também para nela permanecer. Demonstra-se que a agricultura camponesa deve ser valorizada em detrimento da exportação de produtos agrícolas. É uma definição mais detalhada que a da ala progressista da Igreja Católica, todavia, com uma mesma finalidade: gerar as mudanças necessárias para que fossem dados os primeiros passos para a construção de uma nova sociedade.

Essas concepções do MST formam a denominada “reforma agrária popular”, que é entendida como diferente da “reforma agrária capitalista” e da “reforma agrária socialista” (BALZA, 2009). A reforma sob bases capitalistas não ocorre devido ao fato dela não estar nos projetos da burguesia brasileira, a classe social que poderia efetivá-la. A reforma sob bases socialistas não ocorre por que no atual momento não existem forças sociais suficientes para ocasionar a revolução.

Nessa perspectiva, também é importante apresentarmos a definição dada pela Via Campesina (2008), uma organização internacional que agrupa movimentos camponeses e indígenas. Dela fazem parte no Brasil, o MST, a CPT, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros. Dentre os objetivos de luta assumidos por ela conta a busca por

Um novo modelo agrícola e hídrico, baseado na agricultura camponesa, na reforma agrária, na distribuição de renda e fixação das pessoas no meio rural. Precisamos impedir a concentração da propriedade da terra, das florestas e da água, e fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo

inclusive o tamanho máximo da propriedade em mil há (VIA CAMPESINA, 2008, p. 34).

A reforma agrária é entendida como parte de um novo modelo agrícola e hídrico. Ela compõe as mudanças necessárias para que a agricultura camponesa possa se desenvolver de maneira autônoma, propondo uma nova perspectiva de desenvolvimento. Além da preocupação com a agricultura, demonstra-se a luta pela democratização do sistema de gestão de águas. Assume uma postura contrária ao regime de privatização dos corpos d'água, especialmente por empresas transnacionais e ao atual modelo energético brasileiro, que de acordo com a organização privilegia os grandes consumidores eletro-intensivos em detrimento do consumidor comum, transformando a água em mercadoria.

Assim, para os movimentos ligados a Via Campesina a reforma agrária é uma importante medida que comporia parte de um projeto maior de mudança social. Essa mudança consiste na destruição do capitalismo e sua substituição por outro modelo socioeconômico mais equitativo e democrático. Dentre os movimentos que participam desta organização no Brasil existem diferenças nas táticas de luta, todavia o objetivo deles é comum: propor mudanças estruturais na sociedade, modificar o *status quo* e promover os indígenas e camponeses como protagonistas desta nova ordem.

As propostas de reforma agrária de cunho progressista, como as mostradas até agora eram quase que hegemônicas até a década de 1990. Poucas discussões e proposições eram feitas pelos setores da sociedade que tinham uma postura mais conservadora. Estes se limitavam a criticá-la e depreciar os que lutavam por sua realização. Uma nova perspectiva seria apresentada na década de 1990, quando acontece a ampliação do debate institucional a respeito do tema. A partir deste momento, também instituições ligadas ao processo de mundialização do capital incluem o tema em suas propostas de desenvolvimento. A reforma agrária passou a ser entendida como uma medida necessária à expansão do capital. Reformas de cunho neoliberal, que fomentaram o mercado de terras foram implantadas em países da América Latina, da Ásia e da África, sendo que estes tinham em comum, características como: histórico de mobilização social em favor da democratização da propriedade da terra, concentração fundiária e elevada pobreza rural. A intenção era

propor um modelo de reforma que não desprestigiasse as relações mercantis, tentando desvinculá-la ao máximo da iniciativa do Estado.

Uma das instituições que passam a compor o debate é o Banco Mundial, propondo a implantação da Reforma Agrária de Mercado (RAM), em oposição ao modelo de Reforma Agrária “convencional” (RA). A atenção desta instituição para com a reforma agrária se deu como parte de um processo de reestruturação do neoliberalismo que se fez necessário na década de 1990 em razão da eminência dos efeitos negativos das políticas em voga e dos constantes casos de tensão social, motivados pelos acentuados índices de pobreza nos países periféricos do sistema. A democratização do acesso a terra era entendida como uma medida de combate a pobreza, aplicada especialmente em países onde as tensões sociais pudessem fugir ao controle político-repressivo do Estado (PEREIRA, 2004).

A RAM surgia como uma proposta alternativa ao modelo de reforma baseado nas desapropriações. Por meio dela, os camponeses teriam acesso a terra por meio de financiamentos, cedidos pelo Estado tendo o Banco Mundial como grande incentivador. As parcelas desses financiamentos seriam pagas posteriormente. Assim, o ônus gerado pela efetivação do assentamento não ficaria com o Estado, apenas, como ocorria até então. Ele seria repassado aos camponeses posteriormente. Onde foi implantado, esse modelo de reforma agrária acabou despolitizando o tema e beneficiando muitos proprietários de latifúndios, passíveis de desapropriação.

Outra instituição que passa a compor o debate é a *Food and Agriculture Organization* (FAO) (2008), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), para a agricultura e a alimentação; que a relaciona ao fortalecimento dos atores públicos e privados envolvidos no processo, como vemos a seguir:

No contexto atual, a reforma agrária não se limita exclusivamente à redistribuição de terras e recursos naturais, mas deveria ser acompanhada por políticas que abordem de maneira integral o acesso aos recursos e sua administração, sustentadas nos princípios de diversidade e participação, o que implica entregar aos atores públicos e privados, através de mecanismos de concertação e diálogo, a liderança no desenvolvimento de seus respectivos territórios. (FAO, 2008).

Esta instituição foca o potencial que a reforma agrária possui de combater a crise mundial da produção de alimentos. Isso porque a estrutura concentrada da

propriedade da terra tem sido um dos obstáculos para a conquista da soberania alimentar de várias nações. Deve-se ressaltar que a FAO tem atuado em parceria com o Banco Mundial em ações de mercantilização da terra em vários países da América Latina, África e Ásia. Assim, apesar de entender a reforma agrária como de grande importância para a atual dinâmica de crescimento populacional, em escala mundial, ela não entende esta como uma ação necessária para a construção de um novo modelo de sociedade. A reforma agrária é entendida como uma medida de fortalecimento do capitalismo, de garantir o seu crescimento sustentável.

Temos, portanto, diferentes paradigmas de desenvolvimento propondo modelos de reforma agrária. Instituições como a FAO e o Banco Mundial vêem na reforma agrária uma medida de fortalecimento e reestruturação do capitalismo. A ala progressista católica, e os movimentos vinculados à Via Campesina vêem na reforma agrária uma medida de combate ao capitalismo. São diferentes abordagens dadas a um mesmo tema, demonstrando que a questão ideológica é de suma importância para entendermos de qual reforma agrária estamos falando.

3.3- A reforma agrária a partir dos governos brasileiros

Neste tópico apresentamos os significados da reforma agrária nos governos brasileiros, desde o mandato de João Goulart. Utilizamos, além das referências bibliográficas e documentais, também os dados do Dataluta. Na análise sobre cada governo, buscamos demonstrar quais atores lutaram pela efetivação da reforma agrária e como o Estado respondeu a estas lutas. Apresentamos os dados sobre ocupações de terras e assentamentos rurais, enfatizando a diversidade dessas políticas em cada período destacado. Analisar a reforma agrária por períodos de governo nos leva a conhecermos seu significado por quem de fato pode realizá-la.

3.3.1. - O Governo João Goulart (1961-1963): a possibilidade de reforma agrária assusta os detentores do poder

O governo de João Goulart foi marcado pela intensificação dos conflitos por terra, fazendo com que a reforma agrária entrasse na pauta de discussões no Brasil. Neste período, ganharam relevo, lutas que vinham sendo travadas desde a década de 1950, como a das Ligas Camponesas, por exemplo. As Ligas foram uma

iniciativa do PCB e atuaram primeiramente no Nordeste, tendo sido formadas com o intuito de receber contribuições que posteriormente seriam utilizadas para auxiliar os camponeses ameaçados de desalojamento (MEDEIROS, 1982). Em 1955, elas passam a contar com o auxílio do advogado Francisco Julião, fato que seria deveras significativo para sua posterior territorialização por outras regiões brasileiras, além do Nordeste. Aos poucos, as Ligas também incorporam em suas reivindicações a necessidade de uma urgente reforma agrária. Como demonstra Medeiros (1982), Francisco Julião acreditava que a reforma poderia ocorrer através do voto, desde que este fosse estendido também aos analfabetos. A reforma agrária seria uma medida de grande importância para substituição do capitalismo pelo socialismo, já que eliminaria relações feudais que ainda existiam no Brasil, como o cambão, a meia, a terça e outros. Tendo definidos esses objetivos, as Ligas intensificavam sua atuação neste período, entrando em conflito com proprietários e realizando ocupações de terras (FERNANDES, 1999).

Além das Ligas Camponesas, outra frente de luta criada pelo PCB que se destaca neste período é a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab). Através dela seriam coordenadas as associações de trabalhadores agrícolas geridas pelo partido. A Ultab também se posicionaria de maneira favorável à reforma agrária, sendo que através desta seria distribuída gratuitamente as terras dos latifúndios para os trabalhadores agrícolas com pouca ou nenhuma terra (MEDEIROS, 1982).

No Rio Grande do Sul, existia o Movimento dos Agricultores Sem-terra (Master), que havia surgido através da resistência de 300 famílias que ocupavam terras na Encruzilhada do Sul. Ganhando o apoio do então governador estadual, Leonel Brizola, no princípio da década de 1960 este movimento se territorializou por todo o Rio Grande do Sul. Enquanto as Ligas Camponesas lutavam para não sair da terra, os camponeses do Master lutavam para nela entrar, realizando para isso ocupações e acampamentos.

No estado do Paraná também ocorriam conflitos pela posse da terra. Na região de Porecatu, ocorreu um dos mais importantes dentre estes, quando posseiros e policiais militares travaram um enfrentamento armado. O alvo destes posseiros era um latifúndio pertencente à família Lunardelli, que tinha estreitos laços com o governo estadual (WELCH, 2010). Este latifúndio tinha sido ocupado pelos posseiros que o haviam desmatado para ali instalar suas habitações. Quando a

família Lunardelli solicita a posse da área, os camponeses passam a ser despejados pela polícia. Muitos deles resistem, configurando o conflito, que só teria fim quando mudou o governo e as terras foram declaradas públicas, sendo destinadas à desapropriação. Contemporâneo a este conflito é o do sudoeste do Paraná, o qual abordamos no capítulo 3, dada sua relação com o Território Cantuquiriguaçu.

Esses exemplos demonstram que o contexto no qual se insere o governo de João Goulart se caracteriza pelo surgimento de diversos conflitos que traziam ao cenário nacional grupos e indivíduos que advogavam em favor da reforma agrária. Percebendo isso, João Goulart dá a reforma agrária um tratamento privilegiado em suas propostas de governo. Uma de suas primeiras medidas foi anunciar as “Reformas de Base”, que gerariam profundas mudanças na educação, na economia e na questão agrária. Dentre estas, a reforma agrária foi a que encontrou maiores opositores, pois enquanto as demais exigiam apenas leis ordinárias, ela implicava na modificação da Constituição Federal de 1946, que em seu artigo 141, prescrevia que as desapropriações deveriam ser pagas de maneira prévia, pelo justo preço e em dinheiro vivo (SILVA, 1996).

Já no Plano de Governo de Goulart a reforma agrária ocupava um papel de destaque, considerando, mesmo que de maneira tímida, a necessidade de mudanças na estrutura fundiária. Entendia-se que o binômio latifúndio/minifúndio era o principal responsável pela existência de uma estrutura fundiária arcaica no Brasil, impedindo o aumento da produtividade e o progresso tecnológico (MEDEIROS, 1982).

A reforma agrária seria implantada como forma de estender os padrões capitalistas ao campo, de maneira que seriam tidos como princípios:

- a) Isenção do pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação; b) não se poderia privar de terras para trabalhar, ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade a não ser com justa indenização; c) isenção do pagamento de renda sobre a terra, sob qualquer forma, ao trabalhador que auferisse dela rendimento igual ou superior ao salário mínimo, a ser fixado regionalmente; d) desapropriação, com pagamento a longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos que não estivessem para outros fins, com rendimentos inferiores à média estabelecida regionalmente (MEDEIROS, 1982. p. 114).

Para colaborar com a política agrária no Brasil, é criado ainda no período parlamentar a Superintendência de Política Agrária (Supra), que teria poderes para desapropriar de terras.

Para colocar em prática as reformas almejadas, o Executivo solicita ao Congresso a mudança na Constituição Federal, fato que não ocorreria dada à resistência dos setores contrários às reformas.

Deste modo, o Executivo toma a iniciativa neste processo e no dia 13 de março de 1964, em um famoso comício realizado na Central do Brasil, município do Rio de Janeiro, João Goulart apresentava publicamente o seu programa de reforma agrária, sistematizado no decreto Supra. Este decreto possibilitava a desapropriação de áreas que fossem maiores do que 100 ha, localizadas às margens das rodovias ou ferrovias federais; de áreas com mais de 30 ha que estivessem localizadas em bacias de irrigação dos açudes públicos federais. Essa postura adotada por Goulart, uma das mais ambiciosas até então nos governos brasileiros, causou o temor daqueles que eram contrários à reforma agrária, por mexer com a propriedade da terra, fonte não só de riqueza como principalmente de poder e por ser relacionada por muitos como uma medida de caráter comunista. Dezesesseis dias depois, ele era deposto do cargo através de um golpe de Estado conduzido pelos militares⁵.

Durante o período do governo Goulart, foram implantados 6 assentamentos rurais (Tabela 01), todos oriundos do modelo RA. Isso demonstra que a contribuição deixada neste período foi suscitar o debate sobre a necessidade da reforma agrária no Brasil e não de ofertar a garantia da terra às famílias camponesas. Dentre os tipos de assentamentos, o PAC e o PIC são projetos de colonização.

⁵ Silva (1996) considera que foram dois os motivos que incentivaram os militares a deporem Goulart do poder: 1) sua opção pela realização das “Reformas de base”, especialmente a reforma agrária; 2) a quebra da hierarquia militar, já que Goulart por várias vezes interveio em questões militares favorecendo soldados de baixa patente sem consultar seus superiores.

Tabela - 01 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo João Goulart (1961-1963)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
PA	1	16,67	465	25,78	6.548	29,82
PAC	2	33,33	160	8,87	6.570	29,92
PE	1	16,67	11	0,61	90	0,41
PIC	2	33,33	1.168	64,75	8.752	39,85
TOTAL	6	100,00	1.804	100,00	21.960	100,00
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca						

É importante frisar, que nesta análise estamos considerando os assentamentos que foram **obtidos** durante cada mandato. Existem duas datas que podem ser consideradas na análise dos assentamentos: a de obtenção e a de criação. O ano de criação sempre será ou maior ou igual ao de obtenção, porém, nunca será menor do que ela. Optamos pela obtenção porque esta data demonstra quando o território do assentamento foi adquirido pelo Governo para ser destinado à reforma agrária, mesmo que ele já estivesse ocupado pelas famílias camponesas. Optamos por ter a data de criação como critério secundário, porque assentamentos que foram obtidos por um governo podem ser criados apenas em outros mandatos.

No período de governo de João Goulart o único assentamento criado foi o PIC Alexandre Gusmão, localizado em Brasília, no Distrito Federal. Esse assentamento possui uma capacidade de abrigar 640 famílias e ocupa uma área de 8.641 ha. Portanto, o governo João Goulart possui maior quantidade de assentamentos obtidos do que de assentamentos criados.

3.3.2. - O Regime Militar (1964-1984): a reforma agrária é subordinada à colonização agrícola

No poder, os militares tomaram medidas repressivas em relação às organizações de trabalhadores que existiam até então. No campo, por exemplo, foram perseguidas e presas lideranças, ocorreram intervenções nos sindicatos dos trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas foram combatidas de maneira veemente. Todavia, o novo governo, tendo como presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco elenca a reforma agrária como uma medida prioritária, causando a surpresa e a contestação de muitos que haviam apoiado o golpe. Embasados nas concepções da Comissão Econômica para a América Latina

(CEPAL) e da “Aliança para o Progresso”, os militares consideravam que a reforma agrária fomentaria o capitalismo. Com ela seria criada uma classe média rural, incrementando o mercado interno e combatendo os conflitos no campo, fator essencial para que fosse assegurada a estabilidade política e social (BRITO, 2007).

Castelo Branco formou uma equipe interministerial⁶ que ficaria a cargo de estudar os programas de reforma agrária já elaborados para chegar a conclusão de como ela deveria ser desencadeada no Brasil. Esta equipe foi chefiada pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, economista de formação e profundo conhecedor do papel da reforma agrária no desenvolvimento capitalista. Silva (1996) mostra que esta equipe era formada por dois grupos principais: 1) o dos paulistas, que possuíam mais experiência em relação ao tema, tendo figuras de destaque como os engenheiros agrônomos José Gomes da Silva e Copérnico de Arruda Cordeiro e o advogado Messias Junqueira; 2) o dos cariocas, formado por intelectuais, como Júlio Viana e o engenheiro e economista Paulo de Assis Viana.

As propostas desta equipe, somadas a discussões realizadas entre os militares, as associações representativas dos proprietários rurais e os partidos que apoiavam o governo dariam origem à emenda constitucional nº10 e ao Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

A emenda, aprovada em 10 de novembro de 1964, introduzia 10 modificações na Constituição Federal de 1946, fato de extrema relevância para a publicação do Estatuto. Dentre algumas novidades trazidas pela emenda, pode-se citar: a possibilidade do pagamento das indenizações, em caso de desapropriação para fins de reforma agrária através de Títulos da Dívida Pública (TDA's) e a transferência dos recursos provenientes do Imposto Territorial Rural (ITR) para o governo federal, que posteriormente os repassava para os municípios. Também era estabelecido que 100 ha seria o limite máximo para que os posseiros tivessem prioridade para a aquisição de terras devolutas e houve a redução a menos de 1/3 do limite para a concessão de terras públicas sem a necessidade de aprovação prévia do Senado Federal. Além desses, foi ampliado para 100 hectares o limite para o exercício de direito de usucapião *pro labore* (SILVA, 1971).

O Estatuto da Terra regulamentava os dispositivos citados acima e estabelecia os fundamentos jurídicos referentes à reforma agrária no Brasil. Dentre

⁶ Maiores informações sobre as peculiaridades deste grupo podem ser observadas nos trabalhos de Silva (1971, 1996).

os principais pontos do Estatuto da Terra, podemos citar: a previsão de criar frentes pioneiras através da colonização agrícola oficial e particular, fato que contribuiria para amenizar os conflitos por terra em outras partes do país; estabelecia como políticas de obtenção de terras a desapropriação por interesse social (paga através de títulos da dívida pública), a compra, a venda e a doação e excluía as empresas rurais⁷ da possibilidade de desapropriação. O Estatuto da Terra previa, ainda, que fossem criadas duas instituições: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que seria responsável pela efetivação da reforma agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que ficaria como responsável pelas políticas de desenvolvimento rural, nos setores da colonização, da extensão rural e cooperativismo. Deste modo, evidencia-se que o Estatuto da Terra abria duas possibilidades de desenvolvimento para o campo brasileiro: de um lado, buscava-se garantir o direito de propriedade da terra, “modernizando” os latifúndios e valorizando a produção agropecuária em larga escala e de outro, criava medidas para atender a reivindicação dos trabalhadores rurais sem-terra.

Todavia, evidenciou-se que no decorrer do regime militar a opção pela modernização do latifúndio prevaleceu em relação à reforma agrária. Foram adotadas políticas visando incentivar a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; o trabalho humano cedeu espaço ao mecanizado, causando êxodo rural; foi intensificado o uso de produtos químicos etc. As ações de reforma agrária não aconteceram de maneira a alterar a estrutura de posse e poder no campo, medidas de desapropriações de terras foram tomadas apenas topicamente. O papel de coadjuvante concedido à reforma agrária foi sacramentado quando foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), substituindo o INDA e o IBRA. Com isto, a reforma agrária passava a ser relacionada à colonização agrícola. Esta política de colonização ocorria com a intenção de ocupar áreas de vazio demográfico e conter os conflitos pela terra que aconteciam em regiões diferentes daquelas onde eram instalados os núcleos coloniais. No governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) é implantado o Plano de Integração Nacional (PIN), destinando uma série de políticas para a região amazônica. O lema

⁷ No Estatuto da Terra, a empresa rural é considerada como o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente o imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situava e que explorasse área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.

adotado por este governo era “integrar para não entregar”. Era uma referência à necessidade de criar vínculos entre a região amazônica e o restante do país, para que ela não fosse ocupada por forças estrangeiras. Como parte do PIN foram construídas grandes rodovias, como a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus que eram entendidas como “corredores do desenvolvimento”. Tais estradas deveriam estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal. De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia. O objetivo era o estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de três mil hectares. Para esses projetos foram trazidas famílias do Nordeste e do Centro-Sul do país.

Ianni (1979) demonstra que até este momento ocorria na região amazônica uma “reforma agrária espontânea”, que era a ocupação das terras devolutas e indígenas pelos posseiros vindos de outras regiões do Brasil. As políticas de colonização dos militares barraram esta iniciativa, caracterizando-se como uma “contra-reforma agrária”. A política de colonização dirigida implantada pelos militares tinha por objetivo substituir as iniciativas de colonização espontânea, realizadas pelos posseiros. Entre os anos 1970 e 1978 o Estado procura enquadrar toda e qualquer colonização espontânea como colonização dirigida, oficial ou particular. Isso possibilitou com que empresas dedicadas à agropecuária, extrativismo, mineração etc., ocupassem as terras dos posseiros, sejam elas devolutas ou tribais; caracterizando a “contra-reforma agrária”.

Na tabela 02 apresentamos os tipos de assentamentos RA obtidos durante o regime militar. O PA é o que possui maior número, entretanto as porcentagens diminuem no que se refere ao número de famílias e a área. Os PAE’s se destacam na área que ocupam, já que por terem como principal atividade prevista o extrativismo requerem maior quantidade de terras do que os assentamentos onde são desenvolvidas atividades agropecuárias. O PIC se destaca no número de famílias e na área ocupada. Isto ocorre porque ele foi criado como um projeto de colonização que requer grandes proporções de terra.

Tabela 02 - Brasil -Tipos de Assentamentos Rurais obtidos no Regime Militar (1964-1984)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	6	0,82	1.667	0,71	182.293	0,73
FLONA	3	0,41	1.160	0,49	795.075	3,19
PA	503	69,09	128.087	54,35	7.663.449	30,77
PAC	6	0,82	3.666	1,56	240.600	0,97
PAD	8	1,10	18.225	7,73	1.805.136	7,25
PAE	39	5,36	14.223	6,04	6.882.106	27,63
PAF	4	0,55	947	0,40	236.910	0,95
PAR	3	0,41	1.214	0,52	274.843	1,10
PC	5	0,69	744	0,32	8.188	0,03
PCA	3	0,41	183	0,08	665	0,00
PDS	43	5,91	8.566	3,63	1.256.838	5,05
PE	88	12,09	5.090	2,16	176.402	0,71
PIC	14	1,92	51.597	21,89	5.017.064	20,14
RESEX	3	0,41	297	0,13	367.617	1,48
TOTAL	728	100,00	235.666	100,00	24.907.186	100,00
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca						

Na tabela 03, demonstramos os assentamentos que foram criados durante o Regime Militar. Nota-se que os números são menores se comparados com os de assentamentos obtidos. Alguns tipos que aparecem nos dados sobre assentamentos obtidos não aparecem nos dados sobre assentamentos criados, como o AQ, o FLONA, o PAE, o PAF, o PCA, o PDS e o RESEX. Assim, podemos constatar que as áreas desses tipos de assentamentos foram adquiridas no Regime Militar, porém, os projetos só seriam efetivados em governos posteriores. Além do mais, esses tipos nem eram previstos no período em que os militares estavam no poder. As famílias habitam as áreas após a obtenção, contudo, os projetos são efetivados apenas quando o assentamento é criado.

Tabela 03 - Brasil -Tipos de Assentamentos Rurais criados no Regime Militar (1964-1984)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
PA	28	44,44	41.316	35,39	2.499.199	25,40
PAC	2	3,17	2.986	2,56	209.986	2,13
PAD	8	12,70	18.225	15,61	1.805.136	18,35
PAR	3	4,76	1.214	1,04	274.843	2,79
PC	5	7,94	744	0,64	8.188	0,08
PE	2	3,17	370	0,32	10.680	0,11
PIC	15	23,81	51.874	44,44	5.031.647	51,14
TOTAL	63	100,00	116.729	100,00	9.839.679	100,00

Fonte: Dataluta, 2011. Org: Estevan L. F. Coca

3.3.3. - O governo José Sarney (1985-1989): a frustração dos que esperavam, enfim, a reforma agrária

Os últimos anos do regime militar marcaram a retomada das discussões sobre as reformas necessárias ao pleno desenvolvimento da cidadania no Brasil. Eventos importantes trataram da viabilidade da reforma agrária e a forma como ela deveria ser aplicada. Em maio de 1979 ocorria o 3º Encontro Nacional da CONTAG, onde uma das decisões tomadas foi a de que os sindicatos de trabalhadores rurais deveriam combater a então vigente política de colonização agrícola executada pelo governo militar. Ainda neste encontro, deliberou-se que a reforma agrária deveria ocorrer de maneira drástica e massiva, atendendo aos princípios de justiça social e contribuindo para o aumento da produtividade. Em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, acontecia o 1º Encontro Nacional do MST, tendo como palavra de ordem para a luta “terra não se ganha, terra se conquista”. Este evento marcaria a fundação do MST, que já vinha sendo gestado desde 1979 (FERNANDES, 1999).

Na transição do regime militar para o democrático, dando início ao período conhecido como “Nova República”, é eleito o candidato da Aliança Democrática⁸, Tancredo Neves, para a presidência da República. Esta eleição aconteceu por meio do voto indireto, realizado por um colégio eleitoral. Já na campanha, Tancredo prometera que a reforma agrária seria uma das prioridades em seu governo. Sua aplicação se daria com base no Estatuto da Terra, iniciando-se no Nordeste e tendo como principal política de obtenção de terras a desapropriação por interesse social.

⁸ Formada pelo Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Partido da Frente Liberal.

Além disso, ele prometia uma ampla política agrícola para viabilizar a produção nos assentamentos e fomentar a agricultura de base familiar. Todavia, Tancredo, morre antes de assumir o cargo, ficando em seu lugar o maranhense José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, conhecido com Sarney.

Sarney, apesar de notável conservador, demonstra no início de seu governo a intenção de cumprir as promessas de Tancredo de efetivar a reforma agrária. É criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), tendo frente o advogado paraense Nelson Ribeiro. Este era apoiado pela CNBB e reconhecido defensor da reforma agrária. Como presidente do INCRA é estabelecido José Gomes da Silva. Vários setores da sociedade eram tomados pela expectativa de que a reforma agrária enfim seria realizada. José Gomes da Silva fica encarregado de comandar uma equipe que criaria um plano de reforma agrária, para colocar em prática o Estatuto da Terra. São criadas 17 comissões temáticas, formadas por mais de 102 especialistas, todos trabalhando na elaboração deste plano. Em maio de 1985, o grupo entrega o plano para as lideranças políticas do Congresso Nacional, trazendo uma proposta de aplicação da reforma agrária para o Brasil. Esta proposta é apresentada por Sarney no 4º Congresso da Contag, tendo dentre seus objetivos: causar uma profunda mudança na estrutura fundiária do país, através da distribuição de terras; eliminar progressivamente o latifúndio e o minifúndio, de maneira que o regime de uso e posse da terra atenda aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade e assentar 1 milhão e 400 mil famílias ainda no governo Sarney, privilegiando-se as ações de desapropriação por interesse público e restringindo os projetos de colonização. Estabelecia-se que seriam criadas áreas prioritárias para a aplicação da reforma, considerando o número de latifúndios, de conflitos agrários, de posseiros e outros. Algumas das entidades que a apoiavam eram a Contag, o MST, a CNBB, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-Econômicas (Ibase), o Partido dos Trabalhadores (PT), a base de esquerda do PMDB e outros.

Alguns setores ligados ao latifúndio apresentaram forte oposição à proposta. Dentre esses estavam: a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade (FTP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Estes se manifestavam cobrando maior participação das organizações representativas dos

latifundiários na elaboração do plano e tentando convencer os militares de que o Incra estava tomado por ideais comunistas, representando um perigo à Nação.

A organização dos opositores do plano leva a criação da União Democrática Ruralista (UDR), composta tanto por latifundiários antigos, quanto por proprietários modernos; ambos descontentes com a possibilidade de as desapropriações serem a principal medida da reforma agrária propalada. A UDR passa a combater abertamente as iniciativas de mobilização dos movimentos socioterritoriais, assassinando camponeses e lideranças religiosas que os apoiavam (RAMOS FILHO, 2008). Para o fortalecimento e expansão dessa organização eram utilizadas doações vindas de seus associados, seja de forma direta (em dinheiro) ou da doação de bens que seriam colocados em leilão. A UDR incitava dentre seus membros uma postura de pressão junto ao Judiciário, tentando impedir as desapropriações; pedia para que eles não permitissem que seus imóveis fossem cadastrados pelo Incra como latifúndios e que combatessem as ocupações de terras, fato que estimulava a violência contra os membros dos movimentos socioterritoriais.

O governo Sarney acaba cedendo a estas pressões e a proposta de plano elaborada pela equipe comandada por Gomes da Silva é modificada por 12 vezes antes da elaboração do plano, descaracterizando-a em favor dos interesses dos grandes proprietários. Dentre as modificações pelas quais passou a proposta uma das que mais a descaracterizou foi à substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos TDA's Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida à possibilidade da "negociação" com os proprietários. Outra modificação que descaracterizou a Proposta foi à ausência no Decreto assinado pelo presidente da república de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária. Estabeleceu-se que caberia aos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA's) a incumbência de definir as áreas prioritárias para a implantação dos assentamentos rurais. Deste modo, foram constituídas comissões agrárias nos estados da federação, buscando-se gerar um zoneamento mais democrático, fato que não ocorreu, já que as comissões agrárias e os planos regionais de reforma agrária foram influenciados pela pressão exercida pelos grupos conservadores (Leite et al, 2004).

O papel de subordinação ao qual a reforma agrária seria submetida não ficaria restrito as limitações impostas no PNRA. Como parte da reestruturação pela qual passava o país, em 1986 é formada uma Assembléia Constituinte que ficaria com a incumbência de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Depois de uma série de discussões sobre como se daria a composição da Assembléia, seus componentes são eleitos no fim de 1986, tendo majoritariamente dentre seus membros, associados do PMDB, partido que tinha em seu quadro pessoas de postura progressista, afinadas com a reforma agrária e outras que estavam associadas ao conservadorismo, inclusive antigos integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o regime militar.

Quando da elaboração da Constituição, as entidades favoráveis à reforma agrária apresentaram uma emenda popular com mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas, demonstrando o apoio de grande parcela da sociedade para a democratização do acesso à terra. Entretanto, os setores ligados ao latifúndio, especialmente a UDR, fizeram grande *lobby* junto a Assembléia Constituinte, de maneira com que seus interesses prevalecessem em relação aos dos camponeses sem-terra na elaboração da Constituição Federal de 1988.

Silva (1996), analisando a Constituição Federal de 1988, considera que ela trouxe os seguintes empecilhos para a efetivação da reforma agrária:

- a) recuou, lamentavelmente, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do pagamento prévio (art. 184);
- b) não resgatou o critério decretado pelo Governo Costa e Silva (com as assinaturas dos Constituintes de 1987/1988 Delfim Neto e Jarbas Passarinho) de fixar o valor declarado para fins de pagamento do ITR como limite para o valor das indenizações;
- c) recuou, na perspectiva da tradição constitucional, também rebaixando de 100 para 50 hectares o limite do instituto de usucapião, o que permitia uma área maior que aquela milite, dependendo da região;
- d) manteve praticamente inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas, já que passou de três mil para 2 500 há, quando, na etapa interconstitucional anterior, a redução foi de 10 mil para 3 mil ha (SILVA, 1996, p. 78).

Todavia, o autor também elenca umas poucas vantagens que a Constituição trouxe para a reforma agrária, sendo elas:

- a) deu, pela primeira vez na história constitucional, como já visto, um tratamento diferenciado à RA, dedicando-lhe capítulo especial;
- b) trouxe para o texto a explicitação da função social;

- c) criou o instituto da perda sumária para as glebas que cultivarem plantas psicotrópicas;
- d) determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais;
- e) dispôs sobre a demarcação das terras indígenas dentro de cinco anos;
- f) obrigou à revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1987 (SILVA, 1996, p. 79).

Ainda no governo Sarney, seria publicada a Medida Provisória nº 29, de 15 janeiro de 1989, que extinguiu o MIRAD, passando suas atribuições para o Ministério da Agricultura, que passaria a se chamar Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária e teria como ministro Irís Resende.

Durante o governo Sarney, os conflitos pela terra demonstravam a urgência da reforma agrária como parte da composição da redemocratização do Brasil. Entre os anos de 1988 e 1989 ocorreram 157 ocupações de terra, com a participação de 30.841 famílias (Tabela 04). Deve-se salientar que naquela época, o MST e a Contag eram os dois principais representantes dos trabalhadores sem-terra. Entretanto, enquanto a Contag optou por atuar no âmbito institucional, junto aos parlamentares, o MST realizou a pressão por meio das ocupações de terras, entendendo que “a ocupação é única solução” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 67). Em contrapartida, foram obtidos entre 1985 e 1989, 826 assentamentos rurais da RA, abrigoando 125.412 famílias e ocupando uma área de 8.359.197 hectares (Tabela 05). Dada a proposta de assentar 1 milhão e 400 mil famílias em 43 milhões de hectares, constante no PNRA, constata-se que foram assentadas apenas 8% do total de famílias e a área destinada compreendeu 19% do prometido. Deste modo, a conjuntura política durante o governo Sarney impediu a grande oportunidade de realização da reforma agrária que o processo de redemocratização oferecia, as propostas apresentadas foram sufocadas pelos ruralistas.

Tabela 04 - Brasil- Ocupações de terras – Governo Sarney (1985-1989)

ANO	Ocupações	Famílias
1985*	NI	NI
1986*	NI	NI
1987	NI	NI
1988	71	10.491
1989	86	20.350
TOTAL	224	42.613
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009 Org: Herivelto Fernandes Rocha		

Dentre os tipos de assentamentos obtidos durante o governo, o PA representa a grande maioria tanto no número de assentamentos obtidos, quanto no número de famílias assentadas e na área, demonstrando a supremacia do governo federal na implantação da reforma agrária, neste momento de reestruturação democrática. Todavia, os governos estaduais também colaboraram neste processo, haja vista que o PE é o segundo tipo de assentamento mais utilizado. O FLONA, apesar de ter apenas 0,4% do total de assentamentos, concentra 24% da área. Isto porque, este tipo de assentamento, criado em áreas florestadas, requer um módulo rural maior, pelo fato de neles serem realizadas atividades extrativistas, de maneira a manter a cobertura florestal. Enquanto, o PA e o PE, majoritariamente são conseqüência das lutas realizadas pelos movimentos do campo, o FLONA, o PAE e o PDS têm origem na luta dos povos da floresta. Vale ressaltar, que no ano de 1988, o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em Xapuri, no estado do Acre, viria chamar atenção internacional para as lutas que estavam sendo travadas pelos povos florestâneos. A reforma agrária deixava de ser política exclusiva do campo e chegava também à floresta.

Tabela 05 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo Sarney (1985-1989)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	1	0,12	101	0,08	5.377	0,06
FLONA	4	0,48	1.200	0,96	2.016.600	24,12
PA	755	91,40	117.563	93,74	5.778.836	69,13
PAE	10	1,21	3.609	2,88	472.512	5,65
PDS	3	0,36	1.050	0,84	42.894	0,51
PE	53	6,42	1.889	1,51	42.978	0,51
TOTAL	826	100,00	125.412	100,00	8.359.197	100,00
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca						

Na tabela 06 destacamos os assentamentos que foram criados no Governo Sarney. Os únicos tipos utilizados foram o PA e o PAE. O AQ, o FLONA, o PDS e o PE que constam nos dados sobre os assentamentos obtidos não constam dentre os assentamentos que foram criados neste período. Portanto, assim como ocorreu no Regime Militar, foram destinadas áreas ao assentamento de famílias nas quais só seriam criados os assentamentos em outros governos.

Tabela 06 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária criados no Governo Sarney (1985-1989)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
PA	509	98,64	86.263	95,66	3.724.853	86,81
PAE	7	1,36	3.912	4,34	566.175	13,19
TOTAL	516	100,00	90.175	100,00	4.291.028	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

3.3.4. - O governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1993): do enfretamento contra a reforma agrária à retomada do diálogo

Na Constituição de 1988, foi estabelecida a eleição direta para a Presidência da República. A eleição ocorre no ano de 1989, sendo que oito candidatos entram na disputa presidencial. Destes, dois vão para o segundo turno: Fernando Collor de Melo, filiado ao Partido da Renovação Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Essa disputa expressava claramente o embate entre a direita e a esquerda. Fernando Collor, alinhado a direita, representava o interesse dos grandes latifundiários; de grupos de telecomunicações, como o do empresário Roberto Marinho (incluindo a TV Globo) e de outros setores conservadores. Lula, que cresceu politicamente como líder metalúrgico, representava a esquerda brasileira, sendo associado por Collor como um socialista que buscava ascender ao poder⁹. Lula contava com o apoio dos movimentos de luta pela terra. Estes consideravam que com ele seria possível a realização de uma reforma agrária ampla e massiva. Durante a campanha política, o maior comício realizado por ele fora das capitais, ocorreu na Encruzilhada Natalino¹⁰, no Rio Grande do Sul, contando com a participação de 40 mil pessoas. Collor, apesar de não gozar da aprovação dos setores favoráveis da reforma agrária, havia prometido durante a campanha, o assentamento de 500 mil famílias durante seu mandato.

No último debate entre os dois candidatos antes da votação, realizado na TV Globo, esta emissora utilizou-se de artimanhas para que Lula não tivesse tempo de responder algumas das acusações lançadas contra ele, como mostrado no trabalho

⁹ Na época da eleição de 1989, o socialismo entrava em derrocada em alguns países, por isso na campanha eleitoral, Collor associou Lula com a incapacidade de governar.

¹⁰ Acampamento organizado pelo MST no município de Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul. Este acampamento foi de grande relevância para a formação do movimento, servindo de referência para as demais lutas que começavam a ocorrer no período de declínio do regime militar.

de Silva (1996) e no documentário “Muito além do cidadão Keynes”, do cineasta britânico Simon Hartog. Este fato foi decisivo para que Collor vencesse as eleições.

Eleito, Collor tomou medidas que aceleraram o processo de inserção do Brasil no neoliberalismo. Buscou-se diminuir o papel do Estado em todas as esferas sociais, não só economia, mas também na educação, na saúde, na infra-estrutura etc. Por este motivo, cada vez mais aqueles que esperavam a realização de uma reforma agrária massiva, via desapropriação por interesse social, tendo o Estado como principal efetivador, viam suas esperanças ruírem. Collor iniciou uma política de combate aos movimentos de luta pela terra. Foi acionada a Polícia Federal para reprimir todas as formas de organização dos camponeses no combate ao latifúndio. Foram presas lideranças camponesas em diversas unidades da federação, eram realizadas escutas telefônicas e cerca de quatro secretarias estaduais do MST foram invadidas, demonstrando como este governo estava atrelado aos interesses dos ruralistas (STÉDILE, FERNANDES, 1999).

Para tratar da reforma agrária, Collor criou em abril de 1990 a Secretaria Nacional de Reforma Agrária, que passava a ser gestora de várias funções que até então eram delegadas ao Incra. Em março de 1991, esta foi extinta, a partir daí, o Incra voltou a ser o único órgão a cuidar da reforma agrária, estando, contudo, diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, filho e neto de proprietários de terras no estado de São Paulo e filiado a UDR. Ao assumir o ministério, Cabrera promete a realização de “uma reforma agrária sem caráter ideológico”, já que esta faz parte de um projeto mais amplo que é a Política Agrícola (COLETTI, 2005). Assim, Cabrera tomava uma medida que já vinha sendo requerida pelos ruralistas desde a elaboração do PNRA, a reforma agrária deixava de ter um tratamento exclusivo e era incluída em outros pacotes de ação para o campo, ficando mais fácil adiar sua efetivação.

Dentre as práticas adotadas por Cabrera, enquanto ministro, esteve a de criticar a postura da administração de Sarney¹¹ e relacionar as ocupações de terras com o MST e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), de formar a desmoralizar estas duas referências da luta pela terra no Brasil. Além, do mais este ministro teve

¹¹ Dentre as críticas feitas contra o governo Sarney estava a de que ele havia gasto mais de um bilhão em Títulos da Dívida Agrária e a reforma agrária ainda não havia sido feita e que algumas desapropriações teriam sido realizadas de maneira criminosa, já que havia sido pago alto demais aos proprietários e o dinheiro era repartido entre estes e os “invasores”, devido a acordos pré-estabelecidos.

como meta não criar assentamentos em áreas de conflitos, como forma de desestimular as ocupações de terras. Só existia desapropriação em áreas onde os movimentos não haviam intensificado a luta pela terra. A opção pela agricultura de exportação e não pela agricultura familiar ficou clara quando da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), transferindo as incumbências destas primeiramente para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e depois para a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, fato que causou grandes prejuízos a assistência técnica oferecidas aos pequenos agricultores (COLETTI, 2005).

No início de 1992, o governo Collor lança seu programa de reforma agrária, cujo título era “Programa da Terra”. O objetivo desse programa era assentar, naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras - dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer), 114 bilhões de cruzeiros para os assentados antigos; emancipar dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc. (COLETTI, 2005).

Porém, antes que este programa fosse colocado em prática, o governo Fernando Collor é encerrado prematuramente. Isto porque, no início de 1992, acusações de corrupção contra o presidente e pessoas de seu governo vinham à tona. Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, denunciou um esquema de corrupção tendo à frente o tesoureiro da campanha para a presidência, Paulo César Farias. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e depois de alguns fatos decisivos, como os depoimentos do motorista Eriberto França e do secretário particular de Fernando Collor, Cláudio Vieira foi comprovada a participação do presidente da República no esquema. Com isso, houve uma grande mobilização nacional, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), exigindo que Collor fosse destituído do poder. No dia 02 de outubro de 1992, Fernando Collor renuncia ao mandato, como forma de escapar do processo de cassação, todavia, o

Senado Federal julga as denúncias, entendendo que o presidente não deveria ser inocentado e cassa seus direitos políticos por oito anos.

No lugar de Fernando Collor, assume o vice Itamar Franco, do PMDB. Itamar fez um governo de transição, o destaque fica para a luta contra a inflação, que atingia índices alarmantes no Brasil. Durante o governo, várias equipes econômicas foram formadas com o objetivo de contê-la, sem obter sucesso. Itamar retomou o diálogo com os movimentos socioterritoriais, recebendo por várias vezes em seu gabinete o MST e outros movimentos socioterritoriais¹². De acordo, com o líder do MST, João Pedro Stédile, a substituição de Collor por Itamar "... foi um alívio muito grande. Do ponto de vista das conquistas, reabriu um período semelhante ao da Nova República, embora mais atrasado" (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 70).

Uma das primeiras medidas de Itamar no poder é substituir no cargo de ministro da agricultura Antônio Cabrera pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, do PMDB. Como presidente do Incra foi nomeado o advogado Marcos Lins, todavia, este pouco pode fazer, dado a pouca representatividade que o este órgão possuía no momento.

Faz-se importante frisar, que até então havia um vácuo legal na interpretação que o Supremo Tribunal Federal (STF) fazia do decreto-lei nº 554/69 pela Constituição de 1988, de maneira a não levá-lo em consideração. Isso se dava por que:

Além da aquisição *initio litis* da propriedade ser contrária à garantia de prévia e justa indenização consagrada pelo novo texto constitucional, a Constituição de 1988 havia abandonado a antiga classificação de imóveis rurais (empresa rural, latifúndio por exploração ou extensão e minifúndio) e adotado outra (imóveis produtivos e improdutivos, pequenos, médios e grandes). Para o STF, a Constituição subordinou a possibilidade de utilização da desapropriação para fins de reforma agrária à definição desta nova classificação de imóveis rurais, tendo em vista que criou várias salvaguardas expropriatórias vinculadas a tal classificação (BRITO, 2008, p. 66).

Por este motivo, desde a promulgação da Constituição de 1988 o Executivo estava impossibilitado de realizar desapropriações de terras. Algumas tentativas foram feitas de tentar modificar tal fato, tanto na Câmara quanto no Senado, todavia, até o fim do mandato de Sarney este entrave não foi resolvido. Dada esta carência

¹² De acordo com João Pedro Stédile (1999), em entrevista concedida a Bernardo Mançano Fernandes, Itamar foi o primeiro presidente da República a receber o MST. Isso mostra que a prática de repressão que havia caracterizado o governo Collor havia sido superada no mandato de Itamar.

na legislação brasileira, no mandato de Itamar Franco é promulgada a Lei de Reforma Agrária (nº 8.629/93), e a Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o Rito Sumário nas Desapropriações (RAMOS FILHO, 2008).

A Lei de Reforma Agrária vinha estabelecer os procedimentos adotados nos casos de desapropriação de terras. O projeto apresentado pela Câmara sofreu alguns vetos do presidente da República, dentre os quais se destacam os seguintes artigos:

- 1) Artigo 3º. Previa a possibilidade de a União desapropriar imóveis de propriedade dos Estados, Municípios e Distrito Federal bem como os de suas entidades de administração indireta, condicionando tais desapropriações à autorização do Congresso Nacional;
- 2) Artigo 14. Estabelecia que o “*o expropriado permanecerá na posse do imóvel objeto da desapropriação até o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos da ação de desapropriação*”;
- 3) Artigo 15. Determinava serem insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária os imóveis que tenham sido adquiridos por via judicial, para pagamento de dívida do anterior proprietário devedor, e que esteja sob o domínio temporário do credor;
- 4) Artigo 17. Embora determinasse em seu *caput* que o assentamento dos trabalhadores rurais se daria preferencialmente na região por eles habitada, o seu parágrafo único praticamente anulava tal disposição ao estabelecer uma ordem de prioridade para a desapropriação dos imóveis rurais em todo o território nacional que obedeceria ao grau de utilização de terras (GUT) (BRITO, 2008, p. 71, grifos do autor).

Com estas alterações, a Lei é sancionada no dia 25 de fevereiro de 1993. Mesmo com os vetos, alguns artigos que dificultam a realização da reforma agrária permaneceram. Por exemplo, o artigo 7º estabelece que os imóveis que comprovem estar sendo utilizados para a implantação de projetos técnicos, desde que estes estejam registrados no órgão competente, não poderão ser desapropriados. Abramovay et al (1992) interpretando este artigo, dizem que através dele poderia ser criada uma série de “projetos frios”. Os proprietários criariam estes projetos com o intuito de impedir a desapropriação. O artigo 12º determina que as desapropriações devem ser pagas com justa indenização, tendo como base os valores de mercado, beneficiando os proprietários que não tem cumprido com a função social de suas terras. No artigo 20º, consta que as pessoas que já tivessem sido beneficiadas com parcelas por algum programa de reforma agrária. Este artigo apresentava um obstáculo, prejudicando “[...] as famílias que já participaram de assentamentos mal concebidos ou não conseguiram resistir às determinadas condições político-econômicas enfrentadas” (FERNANDES, 1994. p. 54).

Assim que foi criada a Lei de Reforma Agrária, começa a ser debatida no Congresso Nacional sua lei complementar, o Rito Sumário, que definiria os critérios utilizados nos processos de desapropriação por interesse social. Primeiramente, o Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em de junho de 1992, logo após foi enviado para o Senado que o aprovou no início de 1993, retornando à Câmara, onde foi aprovado e sancionado sem vetos do presidente da República, em julho de 1993. Nesta lei complementar, delimita-se o papel dos poderes Executivo e Judiciário nas ações desapropriatórias. Alguns dos obstáculos que esta lei complementar apresentava em relação à reforma agrária eram: não eram definidas áreas, zonas ou regiões prioritárias à implantação de assentamentos rurais; existia dúvida quanto ao papel que caberia ao judiciário na execução da reforma agrária, se seria apenas como o árbitro que definiria o valor pago pela desapropriação ou se ele poderia interferir na legitimidade ou não do ato desapropriatório¹³ e o ficava estabelecido que o valor pago pela indenização seria de acordo com o mercado, o que encareceria o processo.

Assim, a legislação supria o vácuo que impedia o Executivo de realizar desapropriações de terras, mesmo com uma série de objeções que a Lei de Reforma Agrária e o Rito Sumário traziam. Isso possibilitou ao governo Itamar avançar em relação ao que foi feito por Collor nas políticas de reforma agrária. No governo Itamar houve um acréscimo no número de assentamentos obtidos, de famílias assentadas e da área destinada à reforma agrária, como também no de ocupações de terras.

Itamar assumiu o governo interinamente em 02 de outubro de 1992, sendo efetivado no cargo de maneira formal no dia 29 de dezembro do mesmo ano. Os dados tabela 07 nos mostram que durante o período em que ele esteve à frente do governo houve um acréscimo no número de ocupações de terras.

¹³ Ao mesmo tempo em que a Lei Complementar estabelecia que o Incra fosse imitado na posse após 48 horas do pedido de desapropriação, ela também possibilitava que os laudos da vistoria realizada no imóvel fossem questionados, o que requeria uma nova averiguação judicial (ABRAMOVAY ET AL, 1993).

Tabela 07 - Brasil - Ocupações de Terras - Governos Collor e Itamar (1990-1994)

ANO	Ocupações	Famílias
1990	50	7.314
1991	86	15.190
1992	91	16.438
1993	116	19.442
1994	161	22.516
TOTAL	504	80.900
Fonte: Dataluta - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009 Org: Herivelto Fernandes Rocha		

Em resposta a estas ocupações, durante o mandato Collor/Itamar foram obtidos 473 assentamentos, sendo que o PA novamente foi o mais utilizado (Tabela 08). O PE se destaca como o segundo mais empregado no que se refere ao número de assentamentos, entretanto fica atrás do RESEX no número de famílias e especialmente na área. Isso ocorre porque o RESEX é de características agroextrativistas, requerendo maiores porções de terras para a reprodução social das famílias nele assentadas. Deste modo, apenas 4 assentamentos destes (0,85%) representa 43% da área dos assentamentos obtidos no período.

Tabela 08 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo Collor/Itamar (1990-1994)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
PA	338	71,46	52.943	83,51	2.392.475	52,73
PAM	1	0,21	130	0,21	8.340	0,18
PCA	2	0,42	74	0,12	228	0,01
PDS	2	0,42	650	1,03	36.285	0,80
PE	124	26,22	4.456	7,03	110.012	2,42
PRB	2	0,42	41	0,06	2.203	0,05
RESEX	4	0,85	5.105	8,05	1.987.948	43,81
TOTAL	473	100,00	63.399	100,00	4.537.491	100,00
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca						

No governo Collor/Itamar foram criados 369 assentamentos (Tabela 09). O PAE que não aparece nos dados sobre os assentamentos obtidos, conta entre os que foram criados. Isso porque as terras foram obtidas em outros governos e o assentamento criado somente nesse período. Já os tipos PCA, PDS, PRB e RESEX constam nos dados sobre os assentamentos obtidos e não constam nos dados sobre os assentamentos criados.

Tabela 09 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Governo Collor/Itamar (1990-1994)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
PA	299	81,03	52.704	94,86	2.655.796	95,89
PAE	2	0,54	273	0,49	29.383	1,06
PAM	1	0,27	130	0,23	8.340	0,30
PE	67	18,16	2.454	4,42	76.163	2,75
TOTAL	369	100,00	55.561	100,00	2.769.682	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

3.3.5. - O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): a reforma agrária ganha relevo nos debates sobre o país

Fernando Henrique Cardoso, co-fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), exerceu papel de destaque na transição do governo Collor para o de Itamar. De 1992 a 1993 desempenhou o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em maio de 1994, assume o cargo de Ministro da Fazenda, onde traria valiosa contribuição na luta contra a inflação, tida na época como a grande vilã da sociedade brasileira. Enquanto Ministro da Fazenda, FHC lança o Plano de Estabilização Econômica, que ficou popularmente conhecido como Plano Real, através do qual seria tomada uma série de medidas que colaborariam para a contenção da inflação. O sucesso de FHC na busca pela estabilidade econômica nacional acaba por qualificá-lo como um dos candidatos à sucessão de Itamar. É firmada uma aliança política conservadora entre o PSDB, o PFL e o PTB, visando apoiar a sua candidatura. Além de FHC, outros cinco candidatos concorrem à sucessão presidencial. Destes, Lula, do PT, em aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o PCB, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Trabalhista Unificado (PSTU); Leonel Brizola, do Partido Democrata Trabalhista (PDT) e Orestes Quércia, do PMDB eram os únicos que possuíam chances de ganhar a disputa.

A questão agrária foi um dos temas mais debatidos durante a campanha presidencial. Existiam divergências nas metas que estes candidatos apresentaram em relação à reforma agrária. FHC prometeu o assentamento de 280 mil novas famílias, todavia, comprometia-se ao firmar uma aliança com partidos conservadores como o PFL, que tinha em seus quadros várias lideranças da UDR e o PTB. Brizola não apresentou metas, entretanto deixava claro que a reforma agrária ocorreria em

consonância com as políticas de colonização das áreas de vazio demográfico. Lula prometia o assentamento de 800 mil novas famílias, 200 mil em cada ano de mandato, através principalmente da desapropriação de terras. Quércia, trazia a proposta de assentar 1 milhão de famílias, entretanto, assim como Brizola, isto ocorreria de maneira a não distinguir a colonização de outras políticas, de maneira a estimular a ocupação do Norte e do Centro-Oeste do país (SILVA, 1996). No princípio da campanha eleitoral, FHC ocupava apenas o terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto e Lula estava em primeiro, com pouco mais de 40%. Todavia, com o sucesso do Plano Real, o nome de FHC cresceria de maneira vertiginosa, ao mesmo tempo em Lula despencava nas pesquisas, fato que se comprovou no resultado das eleições, quando FHC venceu no primeiro turno.

Eleito, FHC deu continuidade ao processo de inserção do Brasil no neoliberalismo, aprofundando as políticas que tinham sido iniciadas por Fernando Collor. O mercado e a economia brasileiros foram abertos ao produto e capitais estrangeiros, empresas estatais foram privatizadas, o mercado de trabalho foi desregulamentado, aumentou o número de empregos informais ao mesmo tempo em que diminuiu o de empregos formais, houve perda de alguns direitos sociais etc. (COLETTI, 2005).

O programa de reforma agrária do governo seria lançado no dia 24 de março de 1995, no município de São João do Jaguaribe, no Ceará. Era reafirmada a meta estabelecida em campanha de assentar 280 mil famílias até 1998. Deve-se salientar, que até então nenhum governo havia assentado mais do que 20 mil famílias em um ano. Contudo, as alianças conservadoras firmadas quando da campanha eleitoral começam a influenciar as políticas agrárias quando são nomeados para cargos de relevância no governo integrantes de organizações patronais. Para a pasta do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Maara) foi nomeado José Eduardo Andrade Vieira, dono do Banco Mercantil e Industrial do Paraná (Bamerindus), tradicional proprietário de terras e membro da UDR. Ainda nos primórdios do mandato, Marcos Lins, profundo conhecedor da reforma agrária é substituído na presidência do Incra por Brasilino de Araújo Neto, pecuarista e vinculado a federação da agricultura. Estas eram as primeiras manifestações de como a aliança firmada com os conservadores levaria o governo FHC a ser um grande opositor da reforma agrária.

Stédile e Fernandes (1999) entendem que neste primeiro momento de seu governo, FHC tomou como postura negar à existência de problemas agrários no Brasil, subordinando a agricultura camponesa à agricultura de exportação. A grande propriedade não era entendida como um obstáculo para o desenvolvimento capitalista brasileiro, não existindo mais a necessidade de fazer a reforma agrária sob bases capitalistas. Ainda, de acordo com Stédile, essa postura seria modificada através de duas manifestações do MST, uma voluntária e outra involuntária.

A involuntária foi o massacre de Corumbiara, em Rondônia, que “revelou ao mundo os problemas agrários do Brasil” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 143). A gênese deste conflito ocorreu quando quinhentas e quatorze famílias ocuparam uma pequena parte da fazenda Santa Elina, neste município, reivindicando sua desapropriação. Como resposta, na madrugada do dia 09 de agosto de 1995, policiais militares e jagunços invadiram o acampamento e assassinaram 11 camponeses, além de outros que ficaram feridos ou que desapareceram; sem ao menos terem a oportunidade de se defender. Este fato chamou a atenção da sociedade brasileira para os problemas trazidos pela desigual distribuição de terras.

A voluntária foi o III Congresso do MST, ocorrido em Brasília entre os dias 24 e 27 de julho, com a participação de 5 mil pessoas, tendo como palavra de ordem: “Reforma agrária: uma luta de todos”. Esta manifestação demonstrava o poderio de organização do MST, já que “não é qualquer movimentozinho que faz um congresso com cinco mil pessoas durante cinco dias” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 143).

Aproveitando esta conjuntura, o MST e a Contag passam a pressionar o governo para que o órgão encarregado de executar a reforma agrária esteja diretamente subordinado à Presidência da República. Cedendo a estas pressões, FHC demite Brasilino de Araújo e nomeia para a presidência do Incra, o seu chefe de gabinete Francisco Graziano Neto. Este retoma o diálogo com os movimentos de luta pela terra, e a reforma agrária passa a ser debatida com maior ênfase. Durante sua gestão visitou acampamentos e assentamentos e fez uma série de alterações visando dar maior agilidade ao Incra. Todavia, Graziano teve que abandonar o cargo por envolver-se em um episódio de escuta telefônica, tornando insustentável sua permanência na equipe de governo.

Ao mesmo tempo em que ocorria uma aproximação com o governo a luta pela terra ganhava cada vez mais era fomentada pelos movimentos camponeses. No fim

de 1995 são decretadas as prisões de Diolinda Alves de Souza, Márcio Barreto e José Rainha Júnior, todos vinculados ao MST. Entre março e abril de 1996 o MST organiza uma grande onda de ocupações, em vários estados da federação. Para o lugar de Graziano, é nomeado o engenheiro agrônomo Raul do Vale, que também tinha a simpatia dos movimentos socioterritoriais, além de possuir larga experiência no estudo da reforma agrária. Ele permanece no cargo até a ocorrência do massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 17 de abril de 1996. Neste episódio, mais de três mil famílias ocupavam a rodovia PA 150 exigindo a aceleração do assentamento de várias famílias que estavam acampadas na região. Estes camponeses foram surpreendidos por duas tropas da polícia militar do Pará, que os atacou de maneira brutal, assassinando 19 deles. O acontecimento teve repercussão mundial, demonstrando como o Brasil ainda possuía uma estrutura fundiária arcaica, razão dos alarmantes índices de miséria que acompanhava boa parte da população do campo.

Com a destituição de Raul do Vale, Raul Jungmann é nomeado para comandar o recém-criado Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. Este adotaria a tática de isolar os movimentos socioterritoriais, evitando negociar com eles. São realizadas alterações na legislação, o Rito Sumário é instituído, com a intenção de dar maior agilidade às desapropriações de terras, diminuindo o tempo entre o decreto presidencial e a posse das glebas pelo Incra.

Percebendo a dificuldade de diálogo, o MST realiza um dos eventos mais importantes de sua história, a “Marcha Nacional: reforma agrária, emprego e justiça”, na qual durante sessenta dias, três grupos partiram de São Paulo, capital (600 pessoas); Governador Valadares, no estado de Minas Gerais (400 pessoas) e Rondonópolis, no estado de Mato Grosso (300 pessoas) rumo a Brasília, buscando despertar a atenção pública para a urgência da reforma agrária. Chegando ao destino, um grupo de representante dos camponeses foi recebido por FHC, quando apresentou a ele um documento repleto de críticas a opção do Brasil pelo neoliberalismo.

Esta contestação surgia porque o governo FHC trazia uma forte contribuição para a inserção do Brasil no neoliberalismo. Em todas as dimensões sociais eram tomadas medidas visando diminuir a participação estatal, delegando a função de regulador ao mercado. Isso se pode observar também nas políticas agrárias,

especialmente na reforma agrária, já que eram criadas alternativas ao modelo baseado nas desapropriações. De acordo com Ramos Filho (2008) outros três grupos de políticas de criação e recriação do campesinato podem ser identificados nesta fase: a) a regularização fundiária destinada a posseiros e comunidades remanescentes de quilombolas; b) o Projeto Casulo, que visava transferir a incumbência da realização da reforma agrária da esfera federal para as estaduais e municipais; c) políticas de financiamento de terras do Banco Mundial, tentando resolver o problema da má distribuição de terras através de mecanismos de mercado.

Para que esta última fosse efetivada, foi criado o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, mais conhecido como Cédula da Terra. Este projeto foi implantado primeiramente no Ceará, estendendo-se em seguida para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e para o norte Minas Gerais. A escolha destas áreas, o que se deu por terem em comum elevados índices de pobreza rural, que seriam combatidos através dos mecanismos de mercado. Foi uma maneira de implantar em nível nacional as propostas de desenvolvimento rural que o Banco Mundial vinha formulando, para expandir o neoliberalismo. Primeiro, houve um acordo financeiro entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, em seguida foi instituída a Lei Complementar nº 93/98, que criava o Banco da Terra, garantindo a implantação de outras linhas de financiamento, além do Cédula da Terra (RAMOS FILHO, 2008).

Na proposta do PCT estava a previsão de atender 15 mil famílias no período de 3 anos (sendo que o prazo poderia ser estendido para 4 anos). Inicialmente, o projeto foi concebido com empréstimos destinados à aquisição de terras com dez (10) anos de prazo de pagamento, incluindo três (3) anos de carência. A dívida das famílias deveria ser corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), algo em torno de 15% ao ano em 1997, bem acima da inflação anual do período. Diante das críticas, o governo federal alterou as condições (por ocasião da criação do Banco da Terra, em 1999) estendendo o período de amortização da dívida para vinte (20) anos, mantendo o mesmo prazo de carência. Os encargos e serviços foram fixados em 4% de juros ao ano, uma taxa bem menor que a TJLP, mas muito próxima dos índices de inflação.

Concomitantemente surgiam críticas de diferentes setores da sociedade contra esse modelo de implantação da reforma agrária. Eram feitas denúncias por

sindicatos rurais, movimentos socioterritoriais, CPT, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, organizações não-governamentais, governos estaduais, parlamentares e Controladoria Geral da União (CGU) que denunciavam problemas como: o desvio de recursos, o superfaturamento do valor das áreas adquiridas, atendimento de pessoas que não possuíam o perfil estabelecido pelo programa etc (RAMOS FILHO, 2008).

No que se refere ao desenvolvimento dos assentamentos, o governo toma como principal ação o Procerá, que tinha como objetivo auxiliar os assentados a iniciarem o processo produtivo. É implantado, ainda, o Projeto Lumiar, através do qual seria oferecida assistência técnica e capacitação profissional nos assentamentos (RAMOS FILHO, 2008). Para tratar da educação é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que teria como fundamento gerar práticas educativas voltadas para o campo. Através desse sistema seriam treinados monitores nos assentamentos, com o auxílio de universidades e outras instituições de ensino superior, para colaborar na alfabetização e escolarização dos jovens e adultos dos assentamentos. Em oposição a estas conquistas era implantado o Projeto Emancipar, com o intuito de tornar independentes do governo federal os assentamentos mais antigos. Este projeto contava com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Chegada à campanha presidencial de 1998, novamente o debate é centralizado em FHC e Lula. Dada a popularidade adquirida por FHC, enquanto presidente, pela conquista da estabilidade da inflação, este acaba vencendo em primeiro turno. Iniciado o segundo mandato é lançado um documento intitulado "Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado". Este documento sintetizava as propostas deste governo para desenvolvimento do campo, em sintonia com o que o Banco Mundial propunha no momento. Deste modo, busca-se passar a idéia de que as mudanças pelas quais o mundo tem passado exigem uma reinterpretação dos sujeitos e lutas sociais, de forma que o campesinato passa a ser chamado de agricultor familiar. Assim, entende-se que a luta pela terra já não se fazia necessária, já que os agricultores familiares devem integrar-se ao mercado e ao capital. No dizer de Fernandes (2001)

No “**novo mundo rural**” não existem conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média (sic), estão consolidados. Nesse processo extraordinário, os trabalhadores entram como sem-terra e saem como agricultores familiares, prontos para o mercado, prontos para se tornarem prósperos capitalistas (grifos do autor).

Merece destaque, o fato de o “Novo Mundo Rural” ter sido gerado em âmbito acadêmico por meio de autores como Graziano da Silva (1999) e Carneiro (1997). Neste caso, a academia exercia influência sobre a aplicação de políticas públicas no Brasil. Sobre esse fato, Feliciano (2006, p. 73) afirma:

O documento oficial foi elaborado por alguns pesquisadores reconhecidos, no que diz respeito às discussões sobre o desenvolvimento da agricultura e pretendeu, de fato, mascarar o problema agrário e sufocar as ações dos movimentos sociais. Em momento algum no documento foi levantada a questão dos movimentos sociais e sua importância nesse processo, uma vez que foram esses os agentes que sempre levaram à tona, agora mais evidente, o debate sobre a reforma agrária no Brasil.

De tal modo, eram institucionalizadas algumas experiências que já vinham sendo executadas pelo governo com o intuito de fomentar este processo de mudança na agricultura. São firmadas as bases do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que a partir de então tornar-se-ia a principal linha de financiamento dos pequenos agricultores no Brasil.

A RAM é ampliada, com a criação de novas linhas de financiamento, como o Banco da Terra (BT), o Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e o Combate a Pobreza Rural (CPR). De tal modo, nesse governo são implantados 3.575 assentamentos oriundos da RAM. A linha de financiamento mais utilizada foi o BT, com quase 70% do total. Contudo, o PCT é a linha de financiamento mais utilizada para o assentamento de famílias e que ocupou a maior parte da área dos assentamentos (Tabela 10).

Tabela 10 - Brasil - Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado implantados no Governo FHC (1998-2002)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
BT	2.486	69,54	10.989	31,72	174.602	22,56
CF	27	0,76	596	1,72	13.864	1,79
CPR	148	4,14	3.437	9,92	88.564	11,44
PCT	914	25,57	19.626	56,64	496.889	64,20
TOTAL	3.575	100,00	34.648	100,00	773.919	100,00
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca						

Deve-se frisar, que neste segundo mandato, é adotada uma postura diferente do primeiro no tratamento dado aos movimentos socioterritoriais. Enquanto no primeiro houve uma tentativa de conter os conflitos pela terra através da implantação de assentamentos rurais, no segundo a tática foi à repressão. Isso porque, no primeiro mandato acreditava-se que o assentamento dos trabalhadores que demandavam por terra solucionaria a questão agrária, todavia, quanto mais assentamentos eram criados mais aumentavam os números de ocupações de terras.

Um marco da repressão foi a implantação da Medida Provisória 2109-52, datada de 24 de maio de 2001, a qual especificava que os trabalhadores que se envolvessem em ocupações de terras não teriam direito ao assentamento e que as propriedades onde ocorressem as ocupações ficariam por um prazo isentas de desapropriação. Desta forma, buscava-se conter as ocupações de terras através da repressão. Os dados da tabela 11 demonstram que esta medida fez com que diminuísse o número de ocupações, já que em 2001 e 2002 ocorre uma queda no número de famílias que participaram dessas ações. Nos seis anos de governo que antecederam a aplicação da Medida Provisória a média anual de ocupações foi de 550 e o de famílias envolvidas 80.500, nos demais eles caem para 271 e 42.536, respectivamente. Assim, ocorre um refluxo naquele que é o principal meio de acesso a terra, por parte do campesinato.

Tabela 11 - Brasil- Ocupações de terras - Governo FHC (1995-2002)

ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1995	186	42.746
1996	451	75.115
1997	500	63.110
1998	792	106.481
1999	856	113.909
2000	519	81.640
2001	273	44.927
2002	269	40.146
TOTAL	3.846	568.074

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Herivelto F. Rocha

Fernandes (2001), analisando esta conjuntura considera que ocorre a judicialização da questão agrária.

Em tempos de ditadura, o governo utilizava-se da militarização da questão agrária, nesses tempos de democracia, o governo utiliza-se da judicialização da questão agrária. Desse modo, ao Poder Judiciário cabe o dilema atualizado da história, em reprimir a luta pela terra, humilhando os trabalhadores, tratando-os com os mesmos recursos com que tratam os traficantes e toda bandidagem. Na ditadura militar, os sem-terra foram presos como subversivos. Hoje são presos para garantir a “ordem social”...

Por este motivo, também ocorre uma diminuição nos dados sobre os assentamentos implantados. Até 2000, a média anual de assentamentos obtidos foi de 520, a de famílias assentadas 52.673 e a da área dos assentamentos 2.735.460 hectares. Entre 2001 e 2002 esses números caíram para 403, 38.969 e 2.015.727, respectivamente. Nas tabelas 12 e 13 apresentamos os tipos de assentamentos implantados durante esses dois mandatos. Nos dois mandatos o PA foi o tipo mais implantado, sendo seguido pelo PE, o que demonstra a prevalência de assentamentos oriundos da desapropriação de terras como forma de responder a luta pela terra deflagrada pelos movimentos socioterritoriais nesse período. No segundo mandato, contudo, tipos oriundos da regularização fundiária como o Resex e do reconhecimento de terras, como o PFP ganham maior destaque.

Tabela 12 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Primeiro Mandato do Governo FHC (1995-1998)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	4	0,18	978	0,40	45.131	0,34
FLONA	2	0,09	380	0,15	575.686	4,37
PA	1.988	88,28	215.286	87,70	7.765.252	58,99
PAE	3	0,13	84	0,03	28.963	0,22
PAF	1	0,04	150	0,06	34.000	0,26
PAM	1	0,04	22	0,01	18	0,00
PAR	1	0,04	53	0,02	1.629	0,01
PC	1	0,04	89	0,04	590	0,00
PCA	26	1,15	1.062	0,43	8.569	0,07
PDS	1	0,04	60	0,02	3.140	0,02
PE	212	9,41	25.365	10,33	747.340	5,68
PRB	9	0,40	579	0,24	17.842	0,14
RDS	2	0,09	920	0,37	3.682.471	27,97
RESEX	1	0,04	450	0,18	253.226	1,92
TOTAL	2.252	100,00	245.478	100,00	13.163.857	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

Tabela 13 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Segundo Mandato do Governo FHC (1999-2002)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	3	0,18	472	0,32	3.935	0,05
PA	1.326	79,02	104.218	70,18	3.996.240	54,89
PAE	3	0,18	366	0,25	87.278	1,20
PCA	53	3,16	3.016	2,03	12.270	0,17
PDS	2	0,12	650	0,44	31.983	0,44
PE	229	13,65	17.209	11,59	1.139.703	15,65
PFP	11	0,66	516	0,35	9.901	0,14
PRB	32	1,91	962	0,65	60.720	0,83
RDS	1	0,06	400	0,27	59.137	0,81
RESEX	18	1,07	20.694	13,94	1.879.392	25,81
TOTAL	1.678	100,00	148.503	100,00	7.280.559	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

Nas tabelas 14 e 15 trazemos os dados sobre os tipos de assentamentos criados no governo FHC no primeiro e no segundo mandatos. Nos períodos analisados neste capítulo, este governo é o primeiro onde o número de assentamentos obtidos é menor do que o de assentamentos criados, somando-se os dois mandatos. Isso demonstra que assentamentos que tiveram seus territórios

adquiridos e destinados à reforma agrária em governos que antecederam o de FHC só foram efetivados neste governo. Tipos como o FLOE, o PAF, o PRB e o RDS que constam nos dados sobre os tipos de assentamentos obtidos não aparecem nos dados sobre os tipos de assentamentos criados.

Tabela 14 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no primeiro mandato do Governo FHC (1995-1998)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	9	0,39	1.716	0,58	140.509	1,13
PA	2.084	89,52	266.585	90,50	11.467.597	92,58
PAE	3	0,13	583	0,20	56.261	0,45
PAM	1	0,04	22	0,01	18	0,00
PAR	1	0,04	53	0,02	1.629	0,01
PC	1	0,04	89	0,03	590	0,00
PCA	18	0,77	633	0,21	2.530	0,02
PDS	1	0,04	50	0,02	13.884	0,11
PE	210	9,02	24.851	8,44	703.031	5,68
TOTAL	2.328	100,00	294.582	100,00	12.386.049	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

Tabela 15 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no segundo mandato do Governo FHC (1999-2002)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	4	0,20	1.492	0,90	94.858	1,05
FLONA	1	0,05	600	0,36	1.020.000	11,34
PA	1.550	78,24	134.345	81,19	5.355.607	59,55
PAE	3	0,15	326	0,20	94.369	1,05
PCA	57	2,88	3.079	1,86	15.053	0,17
PDS	4	0,20	545	0,33	91.926	1,02
PE	348	17,57	23.379	14,13	1.288.229	14,32
PFP	8	0,40	402	0,24	6.127	0,07
RESEX	6	0,30	1.299	0,79	1.026.704	11,42
TOTAL	1.981	100,00	165.467	100,00	8.992.873	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

3.3.6. - O Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008): a reforma agrária de torna ainda mais diversificada

Na campanha eleitoral de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, depois de três tentativas frustradas, enfim, conquistava o posto de Presidente da República ao vencer no segundo turno o candidato do PSDB, José Serra, ex-ministro da saúde do governo FHC. De origem proletária e ex-líder sindical, Lula era visto pelos movimentos socioterritoriais como o nome ideal para a implantação de uma reforma agrária drástica e massiva no Brasil. Essa idéia era corroborada pelo fato de historicamente as bandeiras de luta do PT terem a reforma agrária como uma das mudanças necessárias ao desenvolvimento do país.

No início do governo, uma equipe de intelectuais liderada pelo economista Plínio de Arruda Sampaio é encarregada de elaborar uma proposta para o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Em outubro daquele ano, esta equipe apresentava a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PPNRA), trazendo concepções como:

- Conceber a reforma agrária como política de desenvolvimento e não como política compensatória;
- Conceber a reforma agrária como uma política pública de desapropriação de terras e desvinculá-la do Crédito Fundiário;
- Oferecer políticas de financiamento aos assentados em todas as etapas de formação dos assentamentos, como meio de garantir sua autonomia econômica (FERNANDES, 2007a);

Além dessas concepções, a PPNRA trazia a sugestão de assentar 1 milhão de famílias, sendo que dessas 600 mil seriam assentadas ainda no primeiro mandato de Lula e as demais em 2007.

Entretanto, as alianças que o PT havia estabelecido durante a eleição, especialmente com o Partido Liberal (PL) fizeram com que essa proposta fosse rejeitada e substituída por outra, elaborada por técnicos do próprio governo (RAMOS FILHO, 2008).

De tal modo, no dia 21 de novembro de 2003, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto apresentava o II PNRA que tinha como característica marcante a abrangência do significado da reforma agrária. No documento é demonstrada a compreensão de que as políticas de reforma agrária devem ser destinadas, além dos beneficiários diretos (agricultores sem ou com pouca terra) também a outros camponeses, como:

[...] os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infra-estrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas (BRASIL, 2003. p. 10).

Além disso, as políticas devem ser orientadas para as especificidades regionais, como consta a seguir:

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o PNRA prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, por meio de um instrumento prévio de ação do Estado, como já dispunha o Estatuto da Terra (BRASIL, 2003. p. 15).

Deste modo, evidencia-se que o II PNRA traz uma concepção ampliada de reforma agrária, incorporando novos atores e demandas ao tema. Esta ampliação faz com que seja sacramentada a prática já utilizada por vários governos brasileiros de denominar uma série de ações fundiárias (compra, regularização, desapropriação, incorporação etc) como criação de assentamentos rurais, incrementando os dados relativos a reforma agrária.

O fato de no início do governo serem privilegiadas políticas como o Crédito Fundiário e a regularização fundiária fez com que os movimentos socioterritoriais de cunho progressista desencadeassem uma série de manifestações contrárias aos rumos que a reforma agrária vinha tomando. Dentre essas, duas merecem destaque: a Conferência Nacional da Terra e da Água, que aconteceu em Brasília no mês de novembro de 2004, sendo promovida pelo Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e também a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo MST em maio de 2005. Nesta marcha, várias brigadas do MST se reuniram em Goiânia e caminharam por 17 dias até chegarem a Brasília, onde realizaram uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto e entregaram uma carta ao Presidente da República, onde era demonstrado seu descontentamento com os rumos da reforma agrária (RAMOS FILHO, 2008).

Outra característica do governo Lula foi à aplicação de políticas de combate a pobreza que estiveram diretamente relacionadas com o poder de mobilização dos

movimentos socioterritoriais. No início do primeiro mandato, começou a ser aplicado aquele que seria um dos principais programas do governo, o “Fome Zero”. Este consistia na junção de uma série de ações desenvolvidas com o intuito de acabar com a pobreza e as carências alimentares da população brasileira. Como parte do “Fome Zero” foi implementado o “Bolsa Família”, através do qual seria ofertada uma quantia financeira às famílias que estavam em estado de pobreza e extrema pobreza para que elas pudessem suprir suas necessidades básicas.

Essas ações colaboraram para que ocorresse uma diminuição no número de integrantes dos movimentos de luta pela terra e dos próprios movimentos, fazendo com que a pressão sobre o Estado perdesse a intensidade. Uma reportagem realizada pelo jornal “Folha de São Paulo”, publicada no dia 11 de novembro de 2007 tentava demonstrar como a existência desses programas havia colaborado para a diminuição do número de ocupações de terras e acampamentos. Na oportunidade, foram colhidos depoimentos de alguns estudiosos da Questão Agrária que demonstravam sua compreensão sobre o que estava acontecendo. Plínio de Arruda Sampaio, por exemplo, tinha a seguinte compreensão: "há indício forte de que Bolsa Família tira a combatividade das pessoas para lutar pela reforma agrária. É o efeito mais perverso do programa" (BEGUOCI, 2007). Já o Bispo Dom Tomás Balduino, integrante da CPT dizia naquela oportunidade que "o assistencialismo é uma forma de solução mais fácil, e é fato que o Bolsa Família arrefeceu a luta dos sem-terra. Só onde há consciência política é que as ocupações se mantêm" (BEGUOCI, 2007). Portanto, demonstrava-se que a oferta de políticas paliativas que beneficiavam as populações mais pobres colaborava que os movimentos perdessem o poder de ação.

Outro fator apontado como auxiliar para a queda da intensidade da ação dos movimentos socioterritoriais foi a identificação que as famílias sem-terra tinham com Lula, fazendo com que em muitos casos os movimentos não buscassem o enfrentamento com o Governo Federal. Mesmo não vendo diferenças nas políticas efetivadas por este governo e o de FHC, elas ainda acreditavam na possibilidade de mudanças estruturais.

No pleito eleitoral de 2006, Lula concorreria a reeleição, tendo como principal adversário novamente um membro do PSDB, dessa vez Geraldo Alckimin, ex-

governador de São Paulo. O petista vence a disputa no segundo turno, alcançando a maior votação já concedida a um candidato ao Executivo no Brasil.

No segundo mandato o governo Lula deu continuidade às políticas de reforma agrária que haviam sido iniciadas no primeiro. O agronegócio teve um crescimento vertiginoso, fazendo que o Brasil fortalecesse ainda mais seu papel de fornecedor de matéria-prima na divisão internacional do trabalho. Os assentamentos rurais implantados tinham duas vertentes principais: o crédito fundiário (RAM) e a regularização fundiária, aliada a um decrescente número de desapropriações.

Nos assentamentos, algumas ações que visaram melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias foram implantadas, com destaque para o “Programa Luz para Todos”, que teve como foco possibilitar o acesso a energia elétrica a grande parte das famílias que vivem no meio rural brasileiro.

Entretanto, os movimentos socioterritoriais têm como um legado positivo do governo Lula a retomada do diálogo que havia sido perdido com a criminalização efetivada durante o governo FHC. Por isso, mesmo com a diminuição no número de integrantes de acampamentos e de movimentos socioterritoriais houve um acréscimo no número de ocupações, em relação aos últimos anos do governo FHC (Tabela 16). Observa-se que nos primeiros anos de governo houve uma intensificação nas ações de ocupações de terras, entretanto o número de famílias participantes diminuiu devido entre outros fatores, às ações assistencialistas, como o Programa Bolsa Família e ao decréscimo no número de desapropriações de terras.

Tabela 16 – Brasil - Ocupações de Terras - Governo Lula (2003-2009)

ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
2003	540	90.008
2004	662	111.447
2005	561	71.884
2006	545	57.868
2007	533	69.484
2008	389	38.827
2009	391	37.075
TOTAL	3.621	476.593
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.		

A RAM continuou sendo implantada durante o mandato de Lula. As linhas de financiamento que haviam sido criadas no governo de FHC foram substituídas por novas linhas agrupadas no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Através

da Tabela 17 percebemos que entre 2003 e 2008 foram assentadas sob essas premissas 54.074 famílias. Dentre as linhas de financiamento, a que mais possibilitou o acesso das famílias a terra foi o CPR, apesar de não possuir o maior número de assentamentos. Essa linha foi criada como uma proposta alternativa ao PCT e é destinada, especialmente, para a região Nordeste, apesar de também estar presente em outras regiões. O CAF, que é a linha com maior número de assentamentos criados substituiu o BT e é voltado, especialmente, para as regiões Sul e Sudeste.

Tanto o NPT/CAF, quanto o NPT/CPR são modalidades desses financiamentos voltadas para os filhos dos agricultores, controlando dessa forma, a juventude, que é uma faixa etária relevante na composição dos movimentos socioterritoriais.

De tal modo, o governo Lula ao invés de combater a RAM, como era esperado pelos movimentos socioterritoriais, intensificou essas ações, dando a elas um novo formato.

Tabela 17 - Brasil - Tipos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado Implantados Governo Lula (2003-2008)

Tipo	Assentamentos	Famílias	Área
BT	205	1.179	22.061
CAF	10.233	13.796	188.618
CF	47	936	19.801
CPR	1.904	35.655	722.979
NPT/CAF	1.750	1.985	20.001
NPT/CPR	31	384	9.049
PCT	6	141	3.043
TOTAL	14.176	54.076	985.552

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Leopoldo de F. Coca

No que tange à RA, houve uma diversificação dos tipos de assentamentos obtidos (Tabela 18). O PA ainda prevaleceu como o mais implantado. Entretanto, os projetos de caráter agro-florestal, como o FLOE, o FLONA, o PAE, o PAF, o PDS, o PEAEX, o RDS e o RESEX concentraram boa parte das famílias assentadas e principalmente, da área destinada a reforma agrária. Percebe-se que a reforma agrária deixa de ser uma questão voltada apenas para o campo e cada vez mais se torna também florestal.

Na tabela 19, demonstramos os tipos de assentamentos que foram criados neste período. Assim como ocorreu no governo de FHC o número de assentamentos criados foi maior do que o de assentamentos obtidos. Mais uma vez, o governo utilizava terras que haviam sido obtidas em outros governos para criar assentamentos de reforma agrária. É importante frisar, que famílias já viviam nesses assentamentos, mesmo antes deles serem criados.

Tabela 18 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Obtidos no Governo Lula (2003-2009)

TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	5	0,19	435	0,17	12.718	0,05
FLOE	6	0,22	1.360	0,52	1.877.755	6,85
FLONA	3	0,11	535	0,20	2.135.993	7,80
PA	1.745	65,28	130.071	49,59	4.501.384	16,43
PAC	10	0,37	4.221	1,61	310.791	1,13
PAD	4	0,15	1.010	0,39	41.723	0,15
PAE	226	8,45	59.230	22,58	2.508.656	9,16
PAF	1	0,04	50	0,02	15.170	0,06
PAM	1	0,04	10	0,00	20	0,00
PCA	12	0,45	530	0,20	1.951	0,01
PDS	62	2,32	18.164	6,93	1.762.543	6,43
PE	332	12,42	21.960	8,37	949.190	3,46
PEAEX	3	0,11	154	0,06	68.132	0,25
PFP	150	5,61	4.909	1,87	188.125	0,69
PRB	44	1,65	1.072	0,41	36.531	0,13
RDS	11	0,41	3.694	1,41	5.801.589	21,17
RESEX	22	0,82	14.891	5,68	7.188.975	26,24
TOTAL	2.673	100,00	262.296	100,00	27.401.246	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

Tabela 19 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária Criados no Governo Lula (2003-2009)

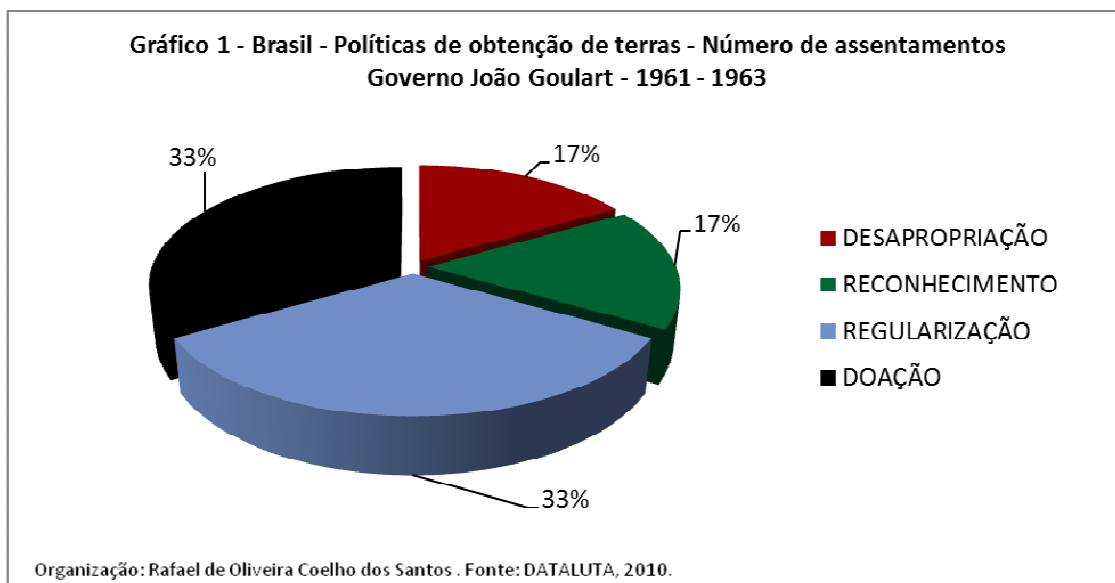
TIPO	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
AQ	6	0,18	445	0,12	14.087	0,03
FLOE	7	0,21	1.580	0,44	1.984.651	4,15
FLONA	10	0,29	2.455	0,68	4.396.458	9,20
PA	2.197	64,69	169.252	46,63	6.491.421	13,59
PAC	16	0,47	5.061	1,39	347.975	0,73
PAD	4	0,12	1.010	0,28	41.723	0,09
PAE	303	8,92	72.520	19,98	9.268.748	19,40
PAF	6	0,18	1.147	0,32	286.080	0,60
PAM	1	0,03	10	0,00	20	0,00
PCA	21	0,62	1.153	0,32	6.100	0,01
PDS	110	3,24	30.295	8,35	3.276.267	6,86
PE	415	12,22	25.046	6,90	1.089.589	2,28
PEAEX	3	0,09	154	0,04	68.132	0,14
PFP	153	4,51	5.023	1,38	191.899	0,40
PRB	88	2,59	2.657	0,73	117.381	0,25
RDS	14	0,41	5.014	1,38	9.543.197	19,98
RESEX	42	1,24	40.138	11,06	10.650.454	22,29
TOTAL	3.396	100,00	362.960	100,00	47.774.182	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan L. F. Coca

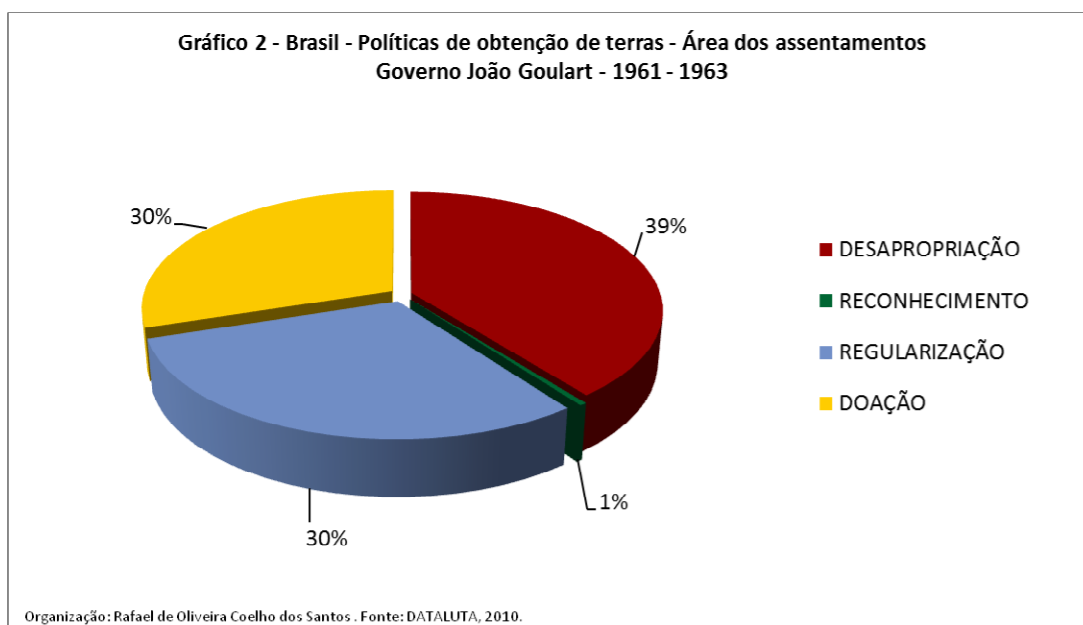
2.3.7 - As políticas de obtenção de terras nos governos brasileiros

A análise sobre os significados da reforma agrária nos governos brasileiros pode ser qualificada com a apresentação e discussão dos dados sobre as políticas de obtenção que foram utilizadas nos assentamentos rurais implantados em cada período. Por isso, neste tópico demonstramos com que intensidade essas políticas foram utilizadas pelos governos brasileiros.

Dos assentamentos obtidos durante o Governo João Goulart, 33% tiveram origem no reconhecimento e 33% na doação (Gráfico 01). A desapropriação e o reconhecimento tiveram 17% cada. É importante destacar, que nesse governo apenas 6 assentamentos foram obtidos, por isso esses dados percentuais não representam realidades tão abrangentes como em outros governos.

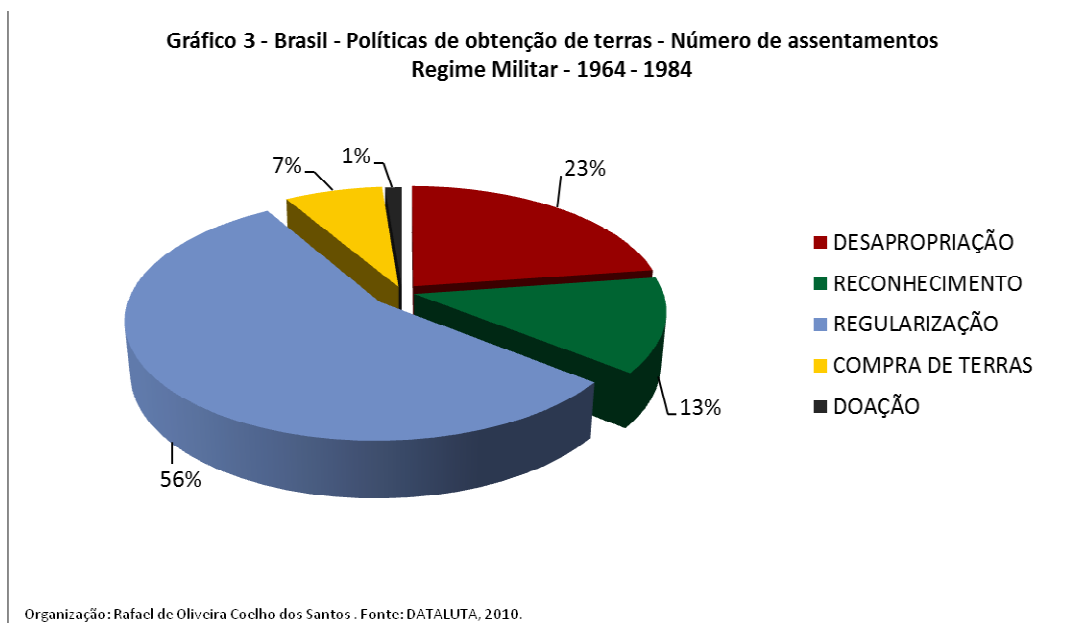


No que concerne à área desses assentamentos obtidos no governo João Goulart a política de obtenção com maior número é a desapropriação, com 39% do total, sendo seguida da regularização e da doação, que possuem 30% cada (Gráfico 2).

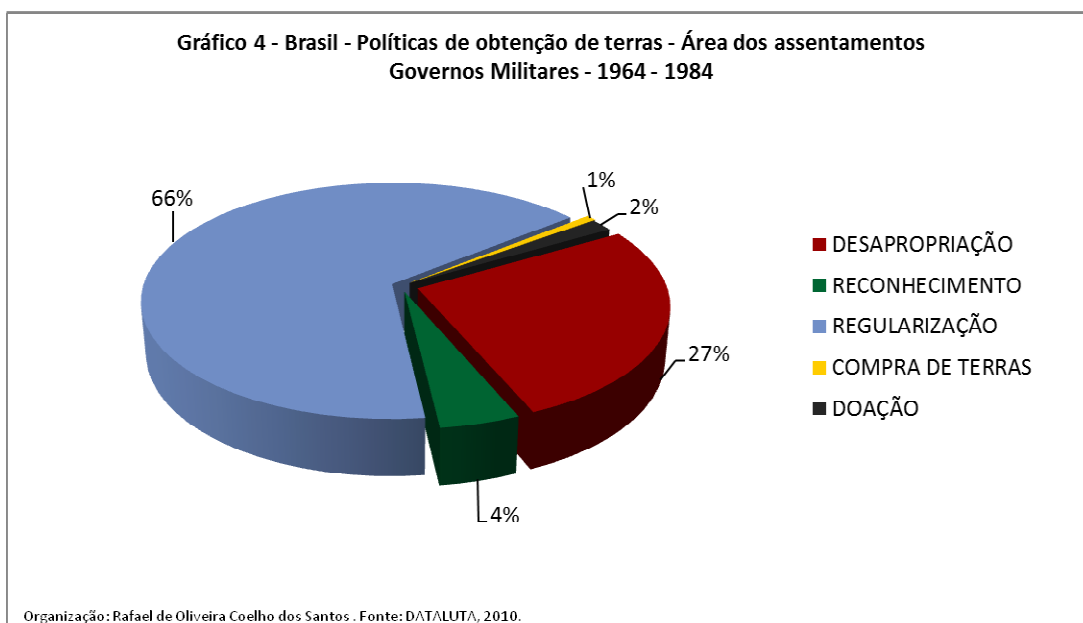


Durante o Regime Militar, a principal política utilizada foi à regularização fundiária, com 56% (Gráfico 03). Isso pode ser explicado pelo fato de terem sido priorizados os projetos de colonização na região Norte do país. Como o capital ainda não havia se apropriado dessas áreas, elas foram destinadas aos assentamentos

rurais. Seguindo a regularização, temos a desapropriação, que foi utilizada em 23% dos assentamentos.

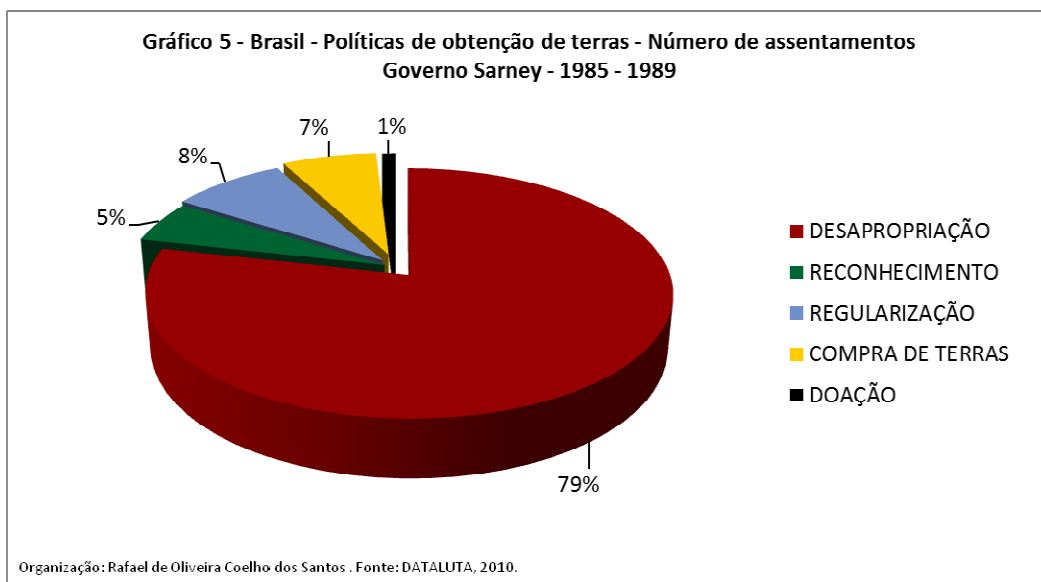


Quando analisamos a área desses assentamentos percebemos que o número da regularização é ainda maior, sendo seguida pela desapropriação e pelo reconhecimento de terras (Gráfico 4).

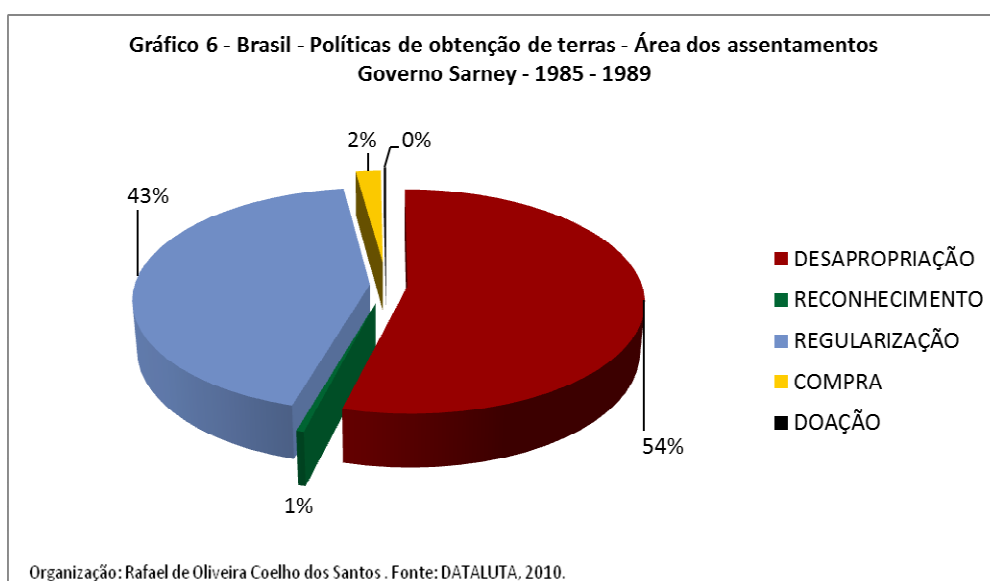


No governo Sarney a principal opção foi a desapropriação de terras, com 79% dos assentamentos obtidos (Gráfico 05). Conforme foi apresentado anteriormente, esses assentamentos foram originados principalmente pela ação dos movimentos

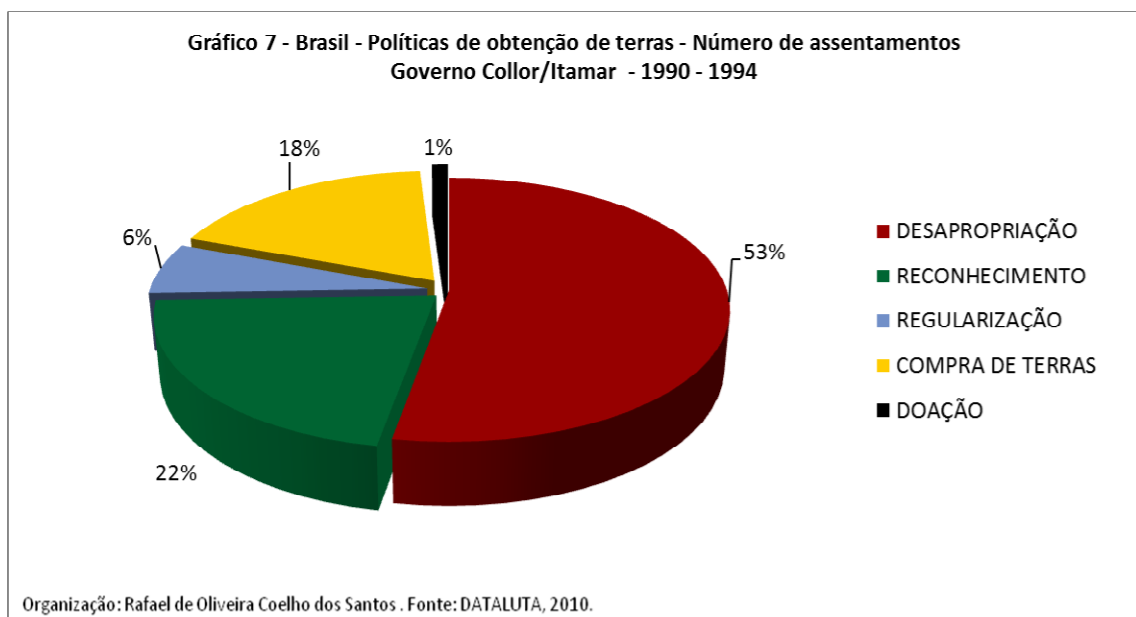
socioterritoriais e não por um programa de reforma agrária do governo. Deve-se ressaltar que este período foi caracterizado pelo fim da repressão àqueles que lutam pela terra, por isso, o conflito estabelecido nas ocupações contribuiu para a implantação desses assentamentos.



No que se refere à área, no mandato de Sarney, a desapropriação também ocupa o primeiro lugar, porém com percentual menor, já que a regularização fundiária se destaca com 43% do total (Gráfico 6). Para isso, contribuiu a criação de assentamentos de caráter agroflorestal, fato motivado pelas lutas dos povos da floresta, com destaque para o assassinato de Chico Mendes, em 1988.

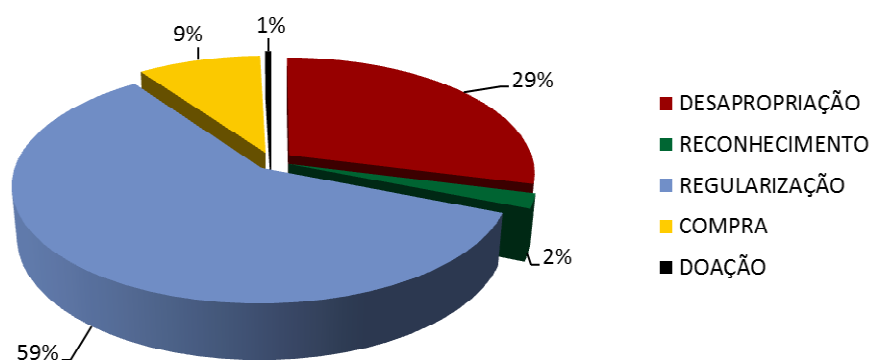


No Governo Collor/Itamar a desapropriação foi utilizada em 53% dos assentamentos obtidos (Gráfico 07). O reconhecimento de assentamentos criados por estados e municípios aparece como a segunda política mais utilizada e a compra como a terceira. É importante destacar, que esses casos de desapropriação foram intensificados quando Itamar assumiu o governo no lugar de Collor, já que até então havia uma tentativa de negar a reforma agrária como política necessária para o desenvolvimento do país.



Dessas políticas de obtenção, a regularização foi a que ocupou maior área durante esse período de governo (Gráfico 8). Na sequência aparece a desapropriação e a compra. O reconhecimento fica atrás apenas da doação.

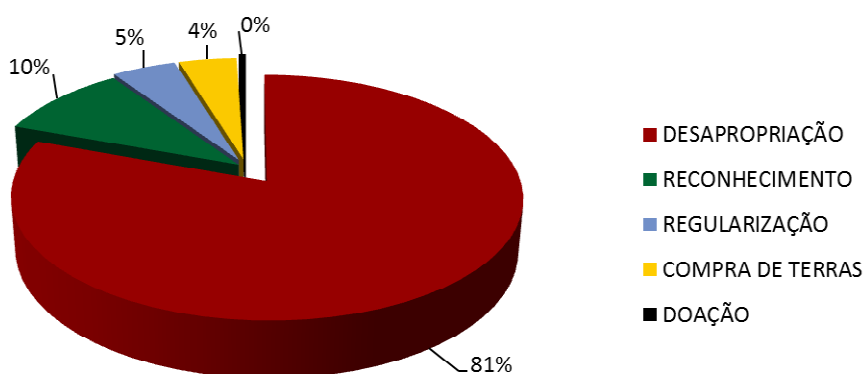
Gráfico 8 - Brasil - Políticas de obtenção de terras - Área dos assentamentos
Governo Collor/Itamar - 1990 - 1994



Organização: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos. Fonte: DATALUTA, 2010.

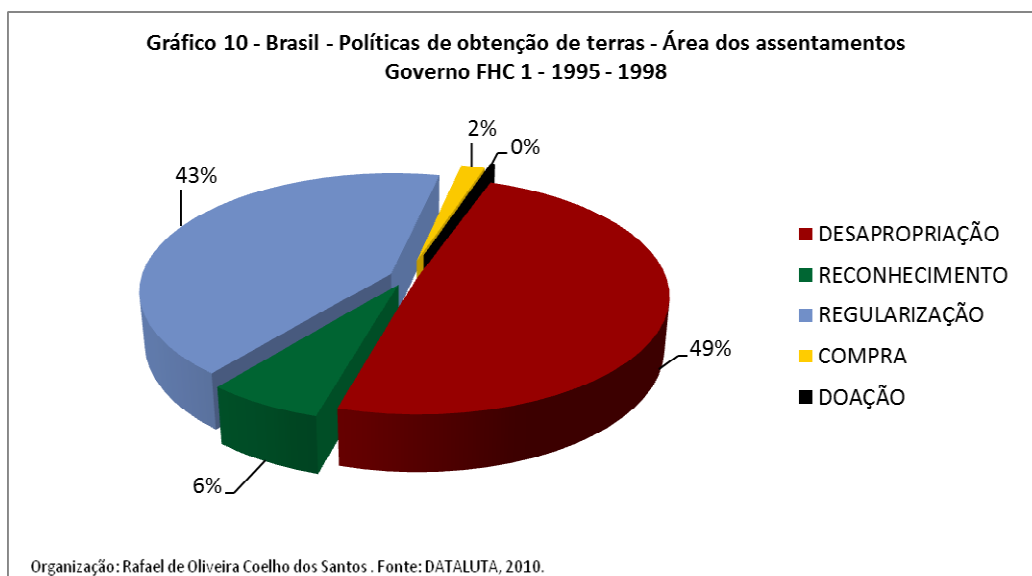
No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso houve a maior porcentagem de assentamentos obtidos por meio da desapropriação, com 81% (Gráfico 9). Isso ocorreu concomitantemente à intensificação da atuação dos movimentos socioterritoriais. Assim, na medida em que ocorria a pressão exercida pelos camponeses, através de ocupações e outras manifestações, o Estado via-se forçado a desapropriar terras em favor da reforma agrária. O reconhecimento permaneceu como a segunda política mais utilizada, sendo seguido pela regularização fundiária.

Gráfico 9 - Brasil - Políticas de obtenção de terras - Número de assentamentos
Governo FHC 1 - 1995 - 1998

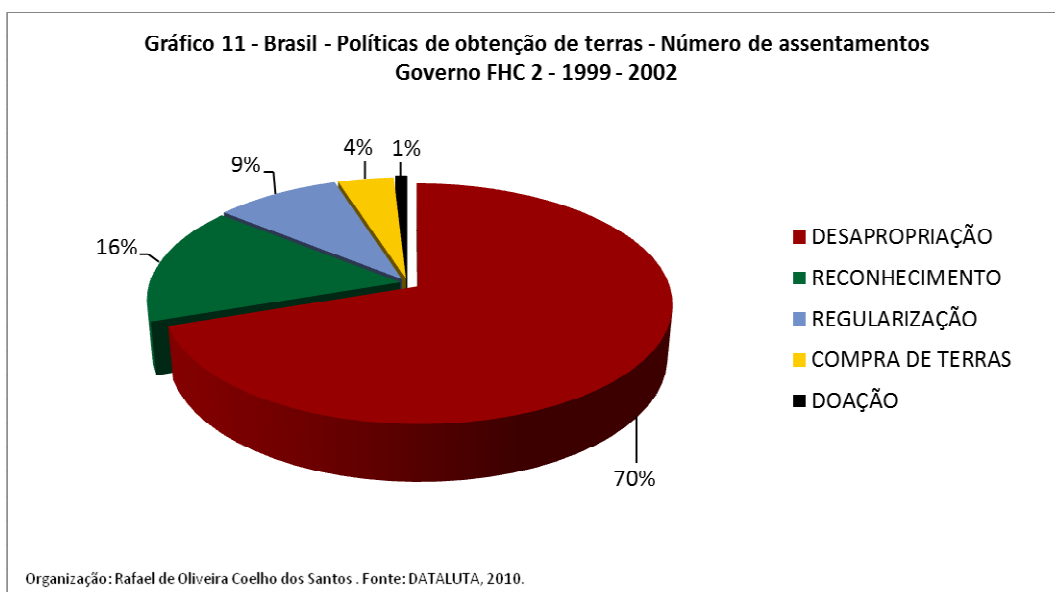


Organização: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos. Fonte: DATALUTA, 2010.

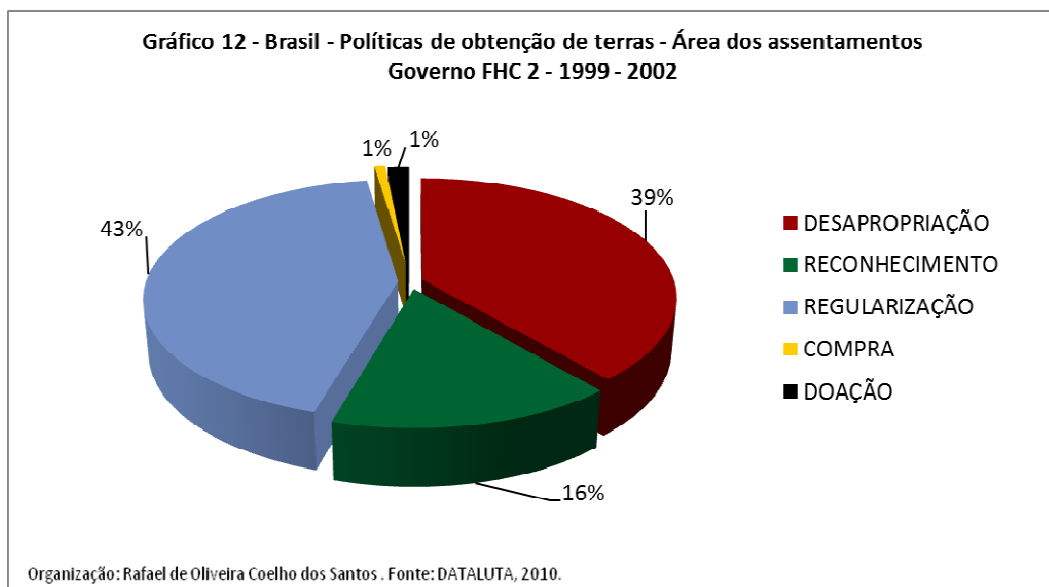
Também a desapropriação ocupou o primeiro lugar na área destinada as políticas de obtenção nesse primeiro mandato de FHC (Gráfico 10). Na sequência aparece a regularização e o reconhecimento, conseqüentemente.



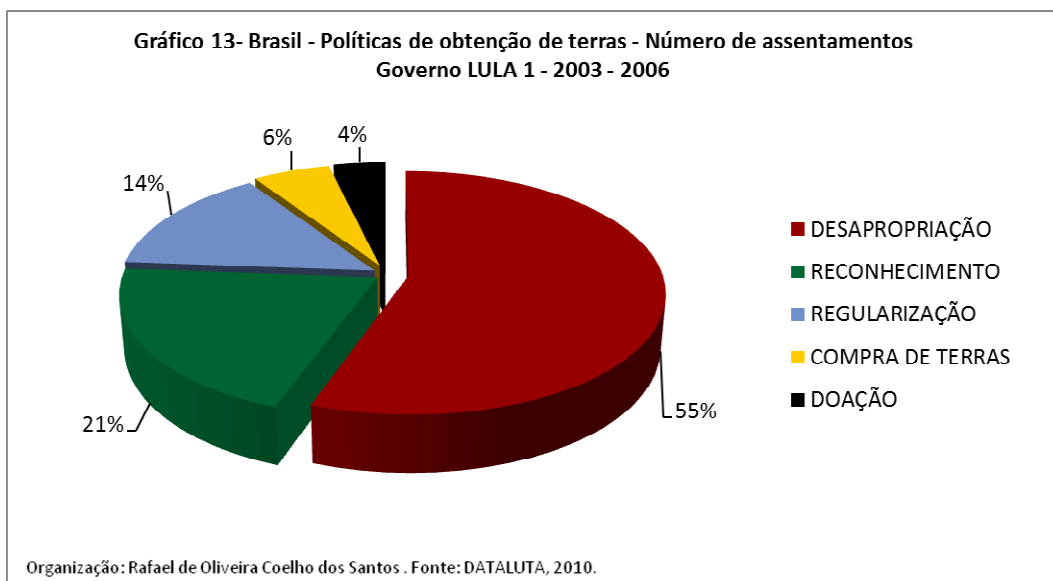
No segundo mandato de FHC esta hierarquia permanece no número de assentamentos implantados por cada política de obtenção de terras, contudo diminuem os números de desapropriações e aumentam os de reconhecimentos e regularizações (Gráfico 11). Neste período ocorria a repressão do governo contra os camponeses, daí a diminuição dos casos de desapropriação.



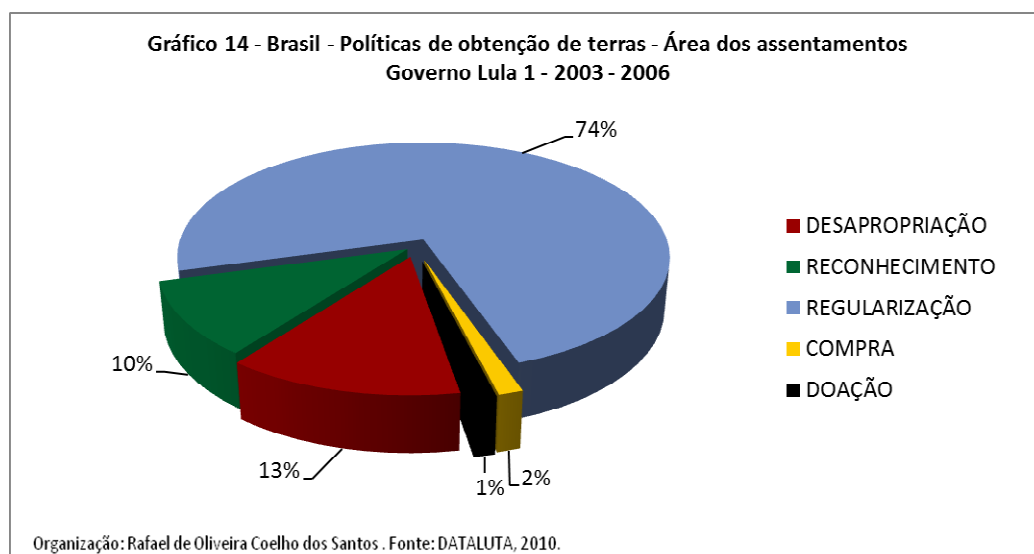
Na área destinada às políticas de obtenção durante o segundo mandato de FHC a regularização ocupad o primeiro lugar, sendo seguida pela desapropriação (Gráfico 12). Também se destaca o reconhecimento de terras, que ocupa o terceiro lugar. A compra e a doação possuem apenas 1% da área.



No primeiro mandato de Lula houve uma intensificação na utilização do reconhecimento e da regularização e a consequente diminuição dos número de desapropriação (Gráfico 13). Lula, embasado na proposta contida no II PNRA dava maior diversidade a reforma agrária no Brasil. Deve-se frisar, que a diminuição do número de desapropriações ocorre concomitantemente a perca de intensidade na ação dos movimentos socioterritoriais, como foi mostrado no tópico 2.3.6.

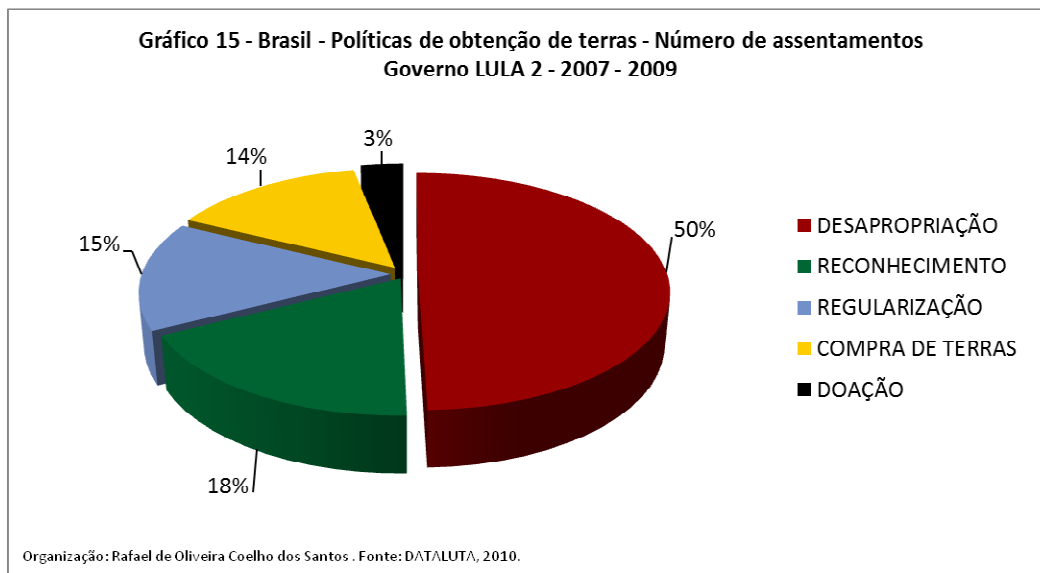


Contudo, na destinação da área as políticas de obtenção, a regularização é a que possui maior número, com quase três quartos do total (Gráfico 14). Seguindo-a está a desapropriação e o reconhecimento.

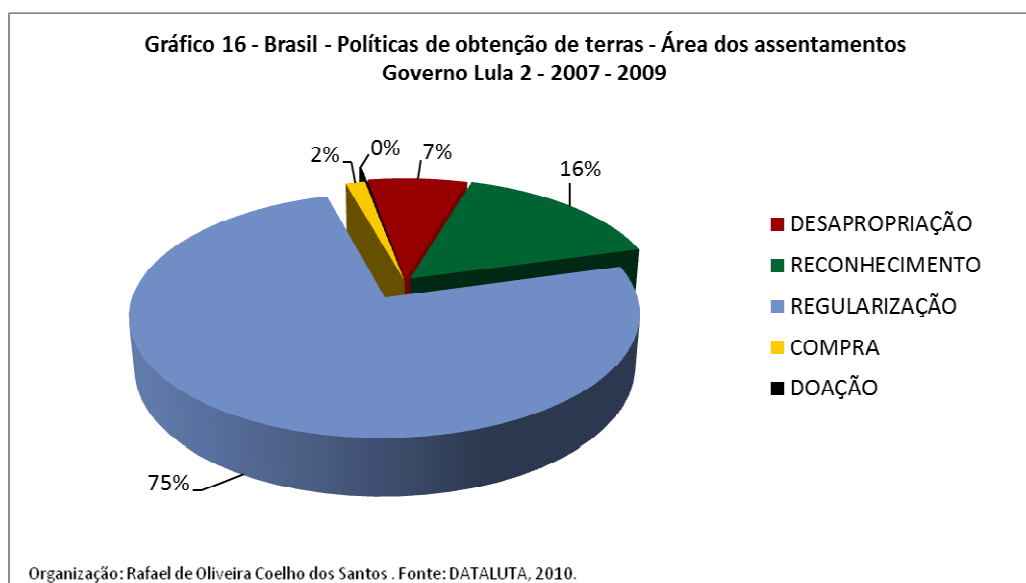


No segundo mandato de Lula a desapropriação é utilizada em 50% dos assentamento obtidos, sendo seguida pelo reconhecimento e pela regularização fundiária (Gráfico 15). Contudo, também merece destaque a compra de terras, utilizada em 14% dos assentamentos obtidos. Essa opção pode ser explicada pela intensificação da opção pelo agronegócio e a ocupação das terras agricultáveis por este. Como o agronegócio não é improdutivo como o latifúndio (mesmo sendo

excludente e concentrando terra e poder) diminui o número de áreas passíveis de desapropriação.



Também no segundo mandato, a maior parte da área destinada aos assentamentos rurais foi obtida por meio da regularização fundiária (Gráfico 16). Ao contrário do primeiro mandato, o reconhecimento fica no segundo lugar e a desapropriação em terceiro.



De tal modo, é especificado que a desapropriação tem sido a política mais utilizada nos períodos analisados. Contudo, outras ações também tem sido

utilizadas para que sejam implantados assentamentos rurais. Na medida em que a desapropriação cai em seus percentuais novas propostas de reforma agrária começam a ser efetivadas, daí a necessidade de debatermos seus limites e possibilidades.

3.3.8. – Elementos que compõem a reforma agrária brasileira

No Brasil, a reforma agrária tem sido implantada através de dois modelos: a Reforma Agrária “convencional” (RA) e a RAM. A RA existe através de 20 tipos de assentamentos que são oriundos de 12 políticas de obtenção de terras. A RAM é efetivada através de 7 linhas de financiamento, que denominamos como tipos de assentamentos. Mostramos adiante como estão distribuídos pelas macrorregiões brasileiras estes dois modelos.

3.3.8.1. - A RA

Entre 1961 e 2009 foram implantados no Brasil, 8.637 assentamentos oriundos da RA (Tabela 20). A macrorregião que possui o maior número deles é o Nordeste, com 45% do total, sendo seguido pelo Norte, que possui 22%. O Norte é a macrorregião com maior quantidade de tipos, possuindo 18 dos 20 que existem em escala nacional. Isso pode ser explicado porque desde meados da década de 1960 quando é intensificada a implantação dos assentamentos no Brasil, esta região tem sido alvo de variadas políticas. Primeiro, foram os projetos de colonização implantados durante o regime militar e depois vieram os assentamentos com caráter agro-florestal, implantados com maior intensidade durante o governo Lula. No Norte, ao mesmo tempo em que possível a implantação de assentamentos no campo, voltados para os agricultores sem-terra também é possível a implantação de assentamentos na floresta, voltados para comunidades que tradicionalmente exploram os recursos dessas áreas.

Os tipos que possuem maior quantidade são o PA e o PE. Esses assentamentos têm origem na luta pela terra, especialmente através das ocupações, sendo destinados na maior parte dos casos a agricultores que não possuem terra. O PA é implantado pelo governo federal e o PE pelos governos estaduais. Após a

implantação dos PE's pelos governos estaduais, estes são reconhecidos pelo Governo Federal.

A diversidade da RA pode ser observada quando percebemos que dentre esses tipos de assentamentos constantes na tabela 19 existem funções como: regularização das terras ocupadas por comunidades tradicionais (AQ e PFP); promoção do desenvolvimento sustentável, com forte apelo ambiental (FLOE, FLONA, PAE, PAF, PDS, PEAEX, RDS e RESEX), colonização (PAC, PAD, PAR, PIC e PC); compensação por passivos sociais (PRB) etc.

Tabela 20 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Assentamentos - 1961-2009

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
AQ	7	11	0	0	1	19
FLOE	7	0	0	0	0	7
FLONA	11	0	0	0	0	11
PA	1.329	3.147	1.022	616	543	6.657
PAC	16	0	2	0	0	18
PAD	12	0	0	0	0	12
PAE	317	0	0	0	0	317
PAF	6	0	0	0	0	6
PAM	1	1	0	1	0	3
PAR	3	0	1	0	0	4
PC	0	0	1	5	0	6
PCA	16	63	17	0	0	96
PDS	95	2	3	0	13	113
PE	34	570	126	140	169	1.039
PEAEX	3	0	0	0	0	3
PFP	0	161	0	0	0	161
PIC	8	3	1	1	3	16
PRB	16	0	5	31	35	87
RDS	14	0	0	0	0	14
RESEX	40	8	0	0	0	48
TOTAL	1.935	3.966	1.178	794	764	8.637
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca						

Na Tabela 21, mostramos a quantidade de famílias assentada em cada um desses tipos de assentamentos nas macrorregiões brasileiras. Também nessa análise destaca-se o PA como o que possui o maior número. Porém, ao contrário do que ocorre com o número de assentamentos, no número de famílias não é o Nordeste que possui a liderança nos dados e sim o Norte. Contribui especialmente

para isso, a grande quantidade de famílias assentadas no Sudeste do Pará, em razão do elevado índice de conflitos que ocorrem nessa região, com destaque para o de Eldorado dos Carajás, no ano de 1996. Na seqüência encontra-se o PAE, o qual está territorializado apenas pela região Norte. Esse tipo de assentamento tem no agro-extrativismo a principal atividade prevista, portanto, requer porções de terra maiores do que a dos assentamentos voltados para atividades agropastoris.

Também merecem destaque os tipos PE, que fica em terceiro lugar, concentrando-se especialmente no Nordeste e o PIC, que é um projeto de colonização voltado para grandes porções de terra, com o intuito de abrigar maior quantidade de famílias do que os demais projetos de colonização.

Analisar o número de famílias é importante porque por ele percebemos, de fato, quantos camponeses têm sido beneficiados com a reforma agrária. Isso porque a grande quantidade de assentamentos não quer dizer que essas políticas beneficiaram muitas pessoas. Assim, enquanto o Nordeste concentra a maior parte dos assentamentos implantados, o Norte concentra a maior parte das famílias assentadas. Essa prevalência se deve, especialmente, aos assentamentos PA, mas também aos tipos que possuem especificações agro-florestais, evidenciando a necessidade de uma interpretação da reforma agrária que não leve em consideração apenas os projetos com características agropastoris.

Tabela 21 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Famílias Assentadas - 1961-2009

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
AQ	1.768	1.832	0	0	53	3.653
FLOE	1.580	0	0	0	0	1.580
FLONA	3.055	0	0	0	0	3.055
PA	273.280	261.108	142.504	32.469	39.402	748.763
PAC	5.061	0	2.986	0	0	8.047
PAD	19.235	0	0	0	0	19.235
PAE	77.512	0	0	0	0	77.512
PAF	1.147	0	0	0	0	1.147
PAM	130	22	0	10	0	162
PAR	767	0	500	0	0	1.267
PC	0	0	89	744	0	833
PCA	1.063	2.964	838	0	0	4.865
PDS	27.435	181	745	0	779	29.140
PE	1.302	49.323	11.887	4.530	8.938	75.980
PEAEX	154	0	0	0	0	154
PFP	0	5.425	0	0	0	5.425
PIC	43.161	8.215	640	58	691	52.765
PRB	354	0	283	1.065	952	2.654
RDS	5.014	0	0	0	0	5.014
RESEX	32.157	9.280	0	0	0	41.437
TOTAL	494.175	338.350	160.472	38.876	50.815	1.082.688

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca

Outro elemento de grande importância para compreendermos a contribuição dos tipos de assentamentos para a reforma agrária é a análise da área que ocupam. Na Tabela 22 observamos que o PA é que possui maior área, com destaque para o Norte do Brasil. Entretanto, se compararmos o número de assentamentos (Tabela 19) com a área (Tabela 21) percebemos que enquanto o PA representa 77% dos assentamentos obtidos, ele só corresponde a 37% da área destinada a reforma agrária. Por outro lado, assentamentos que têm sido implantados com intensidade no Norte apresentam resultados inversos. Vejamos alguns exemplos: o RESEX possui 0,5% dos assentamentos obtidos e 13% da área; o PAE tem 3% dos assentamentos obtidos e 11% da área; o RDS representa 0,16% do número de assentamentos obtidos e 11% da área; o PIC concentra 0,09% dos assentamentos obtidos e 5% da área.

Por meio desses dados podemos concluir que por políticas como a colonização e a promoção do desenvolvimento sustentável o Norte tem concentrado

a maior parte da área dos assentamentos rurais implantados no Brasil, com 76%. Os assentamentos rurais têm sido utilizados nesta macrorregião como forma de gerar sua ocupação humana e também de regularizar terras que já estão ocupadas.

Tabela 22 - Brasil - Tipos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Área dos Assentamentos - 1961-2009

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
AQ	187.670	60.894	0	0	890	249.454
FLOE	1.984.651	0	0	0	0	1.984.651
FLONA	5.416.458	0	0	0	0	5.416.458
PA	16.412.075	7.654.470	6.258.431	661.659	1.120.505	32.107.140
PAC	347.975	0	0	209.986	0	557.961
PAD	1.846.859	0	0	0	0	1.846.859
PAE	9.979.516	0	0	0	0	9.979.516
PAF	286.080	0	0	0	0	286.080
PAM	8.340	18	0	20	0	8.378
PAR	49.843	0	226.629	0	0	276.472
PC	0	0	590	8.188	0	8.778
PCA	8.586	10.458	4.639	0	0	23.683
PDS	3.070.019	10.896	38.734	0	14.033	3.133.682
PE	54.191	1.738.588	1.069.460	90.807	212.468	3.165.514
PEAEX	68.132	0	0	0	0	68.132
PFP	0	198.026	0	0	0	198.026
PIC	4.636.728	377.959	111	1.740	9.278	5.025.816
PRB	15.624	0	11.850	29.188	60.634	117.296
RDS	9.543.197	0	0	0	0	9.543.197
RESEX	11.509.886	167.272	0	0	0	11.677.158
TOTAL	65.425.830	10.218.581	7.610.444	1.001.588	1.417.808	85.674.261

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca

Também buscamos demonstrar como são obtidos esses assentamentos, para podermos compreender a intensidade dos impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária. Através da Tabela 23 podemos observar que a desapropriação é a política de obtenção de terras mais utilizada, com especial destaque para o Nordeste. Através da desapropriação, as terras onde não se é seguida a observância da função social da propriedade são destinadas a reforma agrária. De acordo com a legislação vigente, nesses casos, os proprietários são pagos pelas terras com Títulos da Dívida Agrária e as benfeitorias realizadas por eles em dinheiro (sendo muito recorrentes os casos onde existe superfaturamento). Elas representam, portanto, a transferência de terras do capital para o campesinato de

maneira abrupta. Contudo, o proprietário, apesar de perder a posse de sua terra é beneficiado financeiramente.

Seguindo a desapropriação, destaca-se o reconhecimento. Por meio dele, assentamentos criados por estados e municípios são incorporados aos dados da reforma agrária, de maneira com que as famílias assentadas são inseridas nos programas de crédito, infra-estrutura e assistência técnica. O Nordeste é a macrorregião que concentra a maior quantidade dessas ações. Isso ocorre porque projetos criados por estados como o PE e o PFP são muito freqüentes nessa macrorregião.

A regularização ocupa o terceiro lugar. O Norte possui a maior parte dessas políticas, especialmente porque lá existe um grande número de casos de posses, que são regularizadas e transformadas em assentamentos rurais. Através dessa política, terras que já são ocupadas por camponeses são legalizadas. Não é uma ação de transferência de terras e sim de validação. Portanto, não alteram a estrutura fundiária, apenas aumentam o poder dos camponeses dos mais variados tipos.

A compra, que ocupa o quarto lugar, ocorre nos casos onde existe o conflito e a desapropriação não pode ser realizada. Também através dela o capital é desterritorializado, entretanto, em muitos casos, os valores pagos aos proprietários são maiores do que os de mercado. O Nordeste possui a maior parte dessas ações.

A doação é a política de obtenção menos utilizada. Através dela proprietários destinam espontaneamente suas terras ao Governo Federal que nelas implanta os assentamentos rurais. Dadas estas especificações, não são tão comuns de ocorrerem. Também nesse caso, o Nordeste apresenta os maiores números.

Tabela 23 - Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Assentamentos (1961-2009)

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Desapropriação	864	2.721	747	502	495	5.329
Compra	52	239	121	96	28	536
Doação	18	91	10	13	7	139
Regularização	112	113	63	38	61	387
Reconhecimento	60	717	132	141	163	1.213
Indefinida	823	45	103	3	2	976
Sem informação	0	57	0	0	0	57
TOTAL	1.929	3.983	1.176	793	756	8.637

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Na Tabela 24, demonstramos quantas famílias foram assentadas através dessas políticas. Novamente, a desapropriação aparece como a que mais se destaca, tendo o Nordeste com a macrorregião que mais concentra essas ações. Entretanto, percebemos que a regularização fundiária também tem sido utilizada com frequência, sendo que o Norte concentra a maior parte dos casos. Isso demonstra que as famílias têm tido acesso a terra, principalmente através da penalização do latifúndio, mas também por meio da regulamentação de posses. A reforma agrária representa assim, uma medida que beneficia não só o camponês que luta para entrar na terra, como também o que luta para poder permanecer na terra que ocupa.

Tabela 24 - Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Número de Famílias Assentadas - 1961-2009

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Desapropriação	186.392	226.555	101.160	25.596	33.672	573.375
Compra	6.291	15.221	20.875	6.131	1.898	50.416
Doação	6.080	13.540	816	396	989	21.821
Regularização	45.814	19.865	2.635	1.129	4.836	74.279
Reconhecimento	5.214	54.764	11.950	4.540	8.764	85.232
Indefinida	241.961	4.108	22.880	1.080	204	270.233
Sem informação	0	7.332	0	0	0	7.332
TOTAL	491.752	341.385	160.316	38.872	50.363	1.082.688

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Na Tabela 25 demonstramos a área ocupada por tais políticas. Aqui ocorre uma inversão, já que não é mais a desapropriação que ocupa o primeiro lugar e sim a regularização. O Norte concentra a maior parte dos casos de regularização, o que demonstra como essa macrorregião tem sido alvo de boa parte das ações que propõem uma reforma agrária alternativa ao modelo desapropriatório. Os casos de regularização são majoritariamente, assentamentos voltados a práticas agro-florestais. Entretanto, o Norte também possui o maior número de desapropriações de terras. Para isso colaboram os projetos de colonização, já que os três assentamentos oriundos da desapropriação que possuem maior área são os PIC's Altamira (Altamira-PA) e Itaituba (Aveiro-PA) e o PAD Marechal Dutra (Ariquemes-Ro).

Tabela 25 - Brasil - Políticas de Obtenção de Terras Utilizadas para a Implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - Área dos Assentamentos (1961-2009)

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Desapropriação	11.891.476	6.350.193	4.765.516	522.626	1.016.217	24.546.028
Compra	278.640	428.750	552.167	119.291	42.619	1.421.467
Doação	313.944	467.699	29.612	6.276	28.494	846.025
Regularização	24.975.072	837.923	52.983	27.365	107.842	26.001.184
Reconhecimento	3.042.544	1.822.767	1.053.619	90.827	210.852	6.220.609
Indefinida	2.621.862	0	0	0	0	2.621.862
Sem informação	0	285.759	0	0	0	285.759
TOTAL	65.266.826	10.392.815	7.814.949	791.556	1.408.106	85.674.252
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.						

3.3.8.2. – A RAM

A RAM começou a ser implantada no governo FHC, como forma de propor uma política de assentamentos rurais que não tivesse como fator determinante as ações desapropriatórias (SAUER e PEREIRA, 2006; RAMOS FILHO, 2008). Ela é implantada através de linhas de financiamento, de maneira com que os lotes devem ser pagos posteriormente pelos camponeses que por ela são beneficiados. No Brasil, existem 17.752 empreendimentos oriundos deste modelo de reforma agrária (Tabela 26). A região Sul possui 62% do total, ficando o Nordeste em segundo lugar, com 25%. Entretanto, quando analisamos os dados da Tabela 27, que trata do número de famílias nos projetos, vemos que o Nordeste concentra 72%, ficando em primeiro lugar e o Sul 13%, ocupando a segunda posição. Esta oposição fica mais evidente nos dados contidos na Tabela 28, que trata da área dos empreendimentos. O Nordeste possui 82% do total e o sul 7%.

Essa diferença pode ser explicada pelas linhas de financiamento que são predominantes nessas macrorregiões. No Nordeste predominam as linhas que têm como foco o combate a pobreza rural, com destaque para o CPR e o PCT. Essas linhas prevêm o assentamento das famílias por meio de associações, organizadas em grupos e não individualmente.

No Sul, a predominância é das linhas de financiamento que tem visam o fortalecimento da agricultura familiar, como CAF, o BT e o NPT/CAF. Quando comparamos a Tabela 26 com a 27, vemos que é pequena a diferença entre o número de famílias assentadas e o de assentamentos criados nos assentamentos

deste tipo. Isto ocorre porque estas linhas de financiamento prevêem o assentamento individualmente e não através de associações como ocorre no Nordeste. Cada família que contrata o financiamento é tida como um assentamento criado.

Portanto, a RAM oferece linhas de financiamento diferenciadas, de acordo com as especificações do campesinato em cada macrorregião. Enquanto no Nordeste o objetivo é combater a pobreza rural, no sul é consolidar a agricultura familiar. No Nordeste criam-se menos assentamentos e assentam-se mais famílias. No Sul criam-se mais assentamentos e assentam-se menos famílias.

O Norte é a macrorregião com menor número de projetos (2%), de famílias (2%) e de área (3%), sendo que lá a única linha de financiamento utilizada é o CAF. Também no Centro-Oeste predominam as linhas de financiamento que visam a consolidação da agricultura familiar, ou seja, o BT, o CAF e o NPT/CAF. Esta macrorregião concentra 5% dos empreendimentos e 1% do número de famílias e da área. O Sudeste possui 4% dos assentamentos, 9% das famílias e 5% da área. Nesta macrorregião predominam os assentamentos que visam o fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, também observamos um considerável número de assentamentos criados para o combate da pobreza rural. Isso acontece porque no começo da implantação da RAM no Brasil, o norte de Minas Gerais foi alvo de tais empreendimentos ao lado de estados da região Nordeste, já que esta é uma área com elevados índices de miséria da população do campo.

Tabela 26- Brasil - Número de Assentamentos - Reforma Agrária de Mercado (1998-2008)

TOTAL	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
BT	0	518	121	319	1.732	2.690
CAF	381	1.248	829	180	7.599	10.237
CF	0	69	0	5	0	74
CPR	0	1.862	0	172	17	2.051
NPT/CAF	0	65	38	13	1.634	1.750
NPT/CPR	0	19	0	4	8	31
PCT	0	710	0	39	170	919
TOTAL	381	4.491	988	732	11.160	17.752
Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.						

Tabela 27 - Brasil - Número de Famílias Assentadas - Reforma Agrária de Mercado (1998-2008)

TOTAL	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
BT	0	5.003	716	4.577	1.865	12.161
CAF	1.964	2.914	846	325	7.762	13.811
CF	0	1.427	0	105	0	1.532
CPR	0	36.878	0	2.046	156	39.080
NPT/CAF	0	233	38	13	1.701	1.985
NPT/CPR	0	286	0	22	76	384
PCT	0	17.943	0	1.345	478	19.766
TOTAL	1.964	64.684	1.600	8.433	12.038	88.719

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Tabela 28 - Brasil - Área dos Assentamentos - Reforma Agrária de Mercado - 1998-2008

TOTAL	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
BT	0	102.928	11.110	45.794	36.775	196.607
CAF	53.844	54.320	9.222	2.325	69.129	188.840
CF	0	32.665	0	1.000	1.298	34.963
CPR	0	792.533	0	17.562	14.257	824.352
NPT/CAF	0	5.055	465	224	0	5.744
NPT/CPR	0	8.226	0	111	712	9.040
PCT	0	461.345	0	31.192	7.390	499.927
TOTAL	53.844	1.457.072	20.797	98.208	129.561	1.759.482

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Esses dados demonstram que a RAM tem avançado por todas as macrorregiões brasileiras, oferecendo aos camponeses por ela beneficiados o acesso a terra através de uma ação financeira. O estudo de Ramos Filho (2008) demonstra que dentre os beneficiários de tais empreendimentos existe um grau de conscientização política muito menor do que é observado em assentamentos oriundos da Reforma Agrária. Isso porque, eles não possuem um histórico de mobilização para conquistar a terra. Com isso, na medida em que são assentados possuem dificuldades para se manterem autonomamente em seus territórios. Dado este fato, o autor diz que enquanto a Reforma Agrária é território da política, a RAM é território da economia.

3.3.8.3- Algumas interpretações sobre os elementos que compõem a atualidade da reforma agrária brasileira

Atualmente têm surgido muitos questionamentos sobre o fato dessa diversa política de assentamentos rurais ser considerada como reforma agrária. No dia 06 de junho de 2010, por exemplo, o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre-RS, divulgou uma reportagem intitulada “O cálculo que infla a reforma agrária”, onde questiona o fato de o governo federal considerar os casos de regularização fundiária e de reconhecimento de assentamentos criados por estados e municípios como números da reforma agrária durante o mandato de Lula. De acordo com a publicação:

Por meio de um artifício na contabilidade, o governo Lula inflou as estatísticas da reforma agrária no país e, em função da manobra, proclama ter feito a maior distribuição de terras dos últimos 40 anos. Os dados oficiais foram inchados por assentamentos antigos e pela concessão de títulos de posse a agricultores que já detinham propriedades rurais antes de 2003. Dos 46,7 milhões de hectares que a União diz ter distribuído nos últimos sete anos, mais da metade – 27 milhões de hectares – são áreas que foram regularizadas ou assentamentos criados por Estados e municípios (ZERO HORA, 2010).

A reportagem chama atenção para o fato de não serem divulgados separadamente os dados de assentamentos obtidos por meio da desapropriação dos demais. Com isso, alguns assentamentos que não foram implantados pelo atual governo são incorporados aos dados como se o tivessem sido. Na mesma reportagem é entrevistado o presidente do Incra, Holf Hackbart, que defende a política utilizada, através dos seguintes argumentos:

Os 46,7 milhões de hectares foram destinados à reforma agrária. Isso está no Diário Oficial. Mais importante do que quantos hectares o Incra obteve é quantas famílias foram incorporadas. Com o reconhecimento, passam a ter direitos (ZERO HORA, 2010)..

Sobre as famílias que vivem em assentamentos que foram reconhecidos pelo governo Lula, mas que foram implantados em outros governos federais ou até mesmo por estados e municípios, ele diz o seguinte:

Eu as considero assentadas pelo governo Lula. Porque elas foram incorporadas ao programa federal de reforma agrária. Quem fez a estrada, quem levou a energia elétrica, fez as casas? O crédito vem de onde? (ZERO HORA, 2010).

Para Hackbart, o importante é considerar se as famílias foram ou não beneficiadas pelos programas destinados a reforma agrária. Mesmo nos casos em

que os assentamentos foram originados através da regularização fundiária ou do reconhecimento, essas políticas devem ser tidas como reforma agrária porque ofereceram crédito, assistência técnica e infra-estrutura a comunidades que antes não os tinham. É um meio de melhorar a qualidade de vida dos camponeses dos mais variados tipos.

Esse questionamento também tem sido feito em âmbito acadêmico. Oliveira (2007) ao analisar as propostas do II PNRA e a divulgação dos dados sobre assentamentos criados durante o primeiro mandato do presidente Lula, chega à conclusão de que é um equívoco considerar como reforma agrária assentamentos oriundos da regularização fundiária, da incorporação e do reconhecimento. Para ele, somar essas ações aos dados de assentamentos novos (obtidos especialmente por meio da desapropriação) é uma atitude que infla os números da reforma agrária, enganando movimentos sociais e sindicais que lutam por sua efetivação.

Girardi (2008) busca responder o quanto reformadora é a política de assentamentos rurais implantada no Brasil. Ao relacionar as ocupações de terras com a criação de assentamentos rurais, o autor demonstra como as primeiras ocorrem em área de ocupação consolidada, enquanto os segundos são efetivados em áreas de ocupação recente, onde existe menor demanda dos produtos da agricultura camponesa, fazendo com que a qualidade de vida seja inferior. Esta oposição demonstra a ineficácia da política de assentamentos rurais realizada no Brasil, já que os conflitos não são resolvidos e o desenvolvimento é anulado. Ele divide os assentamentos em três modalidades: reformadores, não reformadores e reformadores com ocorrência de ocupação de terras no município. As características desses assentamentos são as seguintes:

De modo geral os assentamentos *não reformadores* são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com a política ambiental e de ocupação do território. A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecida como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica a desapropriação de terras. Também a regularização de posses não implica em desapropriação. Dessa forma, consideramos que o reconhecimento de posse e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores sem que seja necessário *reformar* as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos *não reformadores* o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os

assentamentos *reformadores* as terras são arrecadas geralmente, a partir da desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária na legislação brasileira atual (GIRARDI, 2008, p. 255).

A análise dos dados trazidos pelo autor demonstra que existem mais assentamentos reformadores do que os demais, entretanto, desde o segundo mandato de FHC os assentamentos não reformadores e os que têm pouco potencial reformador têm sido cada vez mais freqüentes na política agrária do governo federal, assentando mais famílias e ocupando maiores porções de terras. Estes, em sua grande parte, têm sido instalados na área de fronteira agropecuária, ou seja, distante das regiões que apresentam os maiores índices de conflitos pela terra. Isso faz com que o Índice de *Gini* e a estrutura fundiária permaneçam quase que inalterados. Assim, chega-se a conclusão de que a política de assentamentos rurais em voga no Brasil é pouco reformadora.

Por outro lado, alguns posicionamentos têm destacado a importância desses assentamentos que não tem origem em ações desapropriatórias ao garantir legalmente terra ao campesinato. Fernandes (2007) demonstra que a reforma agrária deve ser pensada através da perspectiva do desenvolvimento territorial, como uma questão nacional. A Reforma agrária e o agronegócio configuram uma disputa territorial pelas áreas agricultáveis do Brasil. O autor analisa os dados de assentamentos implantados no país desde o governo Sarney e conclui que no governo Lula é intensificada a implantação dos assentamentos oriundos da regularização fundiária em áreas da Amazônia. De acordo com ele:

Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro lado estes assentamentos impedem ao menos no âmbito legal o avanço do capital e do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras (FERNANDES, 2007, p. 89).

Portanto, o autor considera que apesar de não alterarem profundamente a estrutura fundiária brasileira, estes assentamentos criam obstáculos para que o agronegócio possa se territorializar nas regiões onde são implantados. Ele destaca a importância deles como um fortalecimento do campesinato na disputa territorial entre o campesinato e o capital. O campesinato se territorializa através dos assentamentos rurais. O capital através do agronegócio.

Em artigo mais recente, Fernandes (2010) volta a trabalhar com a atualidade das políticas de assentamentos rurais implantados no Brasil e propõe uma reconceitualização da reforma agrária. O autor entende que desde o governo FHC o conceito clássico de reforma agrária tem perdido o significado, já que a desapropriação de terras, como meio de penalizar o latifúndio “tem perdido espaço na correlação de forças que mantêm a reforma agrária na pauta política” (FERNANDES, 2010. p. 2). De acordo com ele, atualmente, os assentamentos rurais são implantados além da desapropriação, também pela compra e pela incorporação. Esses elementos, somados a territorialização do agronegócio sobre os latifúndios e a estrangeirização do espaço agrário, demonstram de acordo com o autor, uma necessidade de se reconceitualizar a reforma agrária. Assim, a reforma agrária

[...] não deve ser tratada como negócio, ou apenas pela dimensão econômica. Ela precisa ser compreendida como uma política territorial sustentável para superarmos pelo menos duas décadas de destruição social e ambiental causada pelo modelo do agronegócio (FERNANDES, 2010. p. 3)

Essa leitura traz elementos para o início de um debate que pode trazer a reconceitualização da reforma agrária. O autor entende que essa deve ser entendida territorialmente, como propositora de um modelo de desenvolvimento diferente do que é gerado pelo capital. Ele não coloca a reforma agrária como uma questão revolucionária e sim como uma ação que visa melhorar a vida dos camponeses dentro do capitalismo.

Também tem chamado atenção para a necessidade de reconceitualização da reforma agrária, Carvalho (2009). Para ele, a interpretação da reforma agrária, em voga no Brasil estaria superada, devido a fatores como a “modernização” do latifúndio e a destinação das terras devolutas e das terras públicas para empresas capitalistas. A atual concepção de reforma agrária estaria baseada em visões políticas de centro-esquerda que teriam como pressuposto a busca de uma revolução burguesa no campo, com o intuito de eliminar os restos feudais característicos do latifúndio. Com isso, ocorreria o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a valorização do trabalho assalariado e a criação de um mercado interno.

A grande limitação desta proposição estaria em não considerar o campesinato em sua diversidade, sendo deixados de lado comunidades extrativistas, quilombolas,

indígenas e mulheres. Baseados em uma leitura equivocada, os intelectuais de centro-esquerda teriam entendido que indígenas, quilombolas e extrativistas seriam considerados como restos feudais ou como entraves para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Para eles o capitalismo teria que se desenvolver no meio agrícola para que fossem geradas as contradições que promoveriam a revolução. Por isso, estes setores da sociedade não teriam o protagonismo no processo revolucionário.

Interpretando este posicionamento centro-esquerdista brasileiro sobre a reforma agrária, Carvalho (2009) propõe algumas teses para pensar a ressignificação do conceito. Para ele, a reforma agrária deve ser entendida num âmbito mais geral, considerando a diversidade de lutas ambientais, sociais, políticas, econômicas e ideológicas pela terra. Neste caso, a terra não é entendida apenas como um meio de produção, mas como unidade planetária, ou seja, é dado um sentido maior a luta pela reforma agrária em que esta indica para novas relações entre os homens e destes para com a natureza. Isso exige com que as lutas realizadas pelos sem-terra (assalariados rurais, arrendatários, posseiros, parceiros, foreiros, camponeses com pouca terra...) sejam travadas em consenso com as lutas realizadas pelos indígenas, extrativistas, quilombolas, ambientalistas, atingidos por obras de infraestrutura etc. Neste sentido, o que se buscaria, de acordo com o autor seria a “reapropriação social da natureza”, conferindo maior poder nas tomadas de decisão sobre os territórios rurais por parte destes setores da sociedade envolvidos na luta pela terra.

Essas discussões demonstram que os envolvidos no debate sobre a reforma agrária a interpretam considerando ou não alguns elementos que compõem a atualidade da política de assentamentos rurais no Brasil. Desse modo, interpretam os dados de acordo com suas concepções, configurando vários significados a um mesmo conceito.

Capítulo IV

O Território Cantuquiriguaçu e os assentamentos rurais

Neste capítulo temos dois objetivos principais: o primeiro é apresentar nossa compreensão acerca dos conceitos de território e territorialidade, que são centrais na análise que fazemos dos assentamentos visitados em campo; o segundo é caracterizar o Território Cantuquiriguaçu, demonstrando como os empreendimentos de reforma agrária têm sido representativos para sua organização social, política, econômica, cultural e ambiental.

4.1. - Delimitação teórica sobre Território e Territorialidade

Os conceitos de território e territorialidade são centrais neste trabalho que tem por objetivo a análise da diversidade dos tipos de assentamentos rurais. Entendemos os assentamentos rurais como territórios onde se desenvolvem relações camponesas. Estas relações darão forma e conteúdo aos assentamentos, configurando sua territorialidade. Consideramos os assentamentos como um espaço de resistência do campesinato, que busca garantir o domínio de suas terras através da manutenção de suas características de vida e produção.

Nossa compreensão do território parte da análise do espaço considerando as relações de poder. De tal forma, concordamos com a definição de território que é dada por Souza (1995, p. 78), que o entende como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”. Assim, considera-se que território e espaço se relacionam dialeticamente, um auxilia na construção do outro. O território não pode ser confundido com o Estado, nem com a violência ou a dominação.

Consideramos de grande importância a contribuição trazida por Raffestin (1993) que faz uma abordagem relacional do território, tratando-o como indissociável do poder. Embasado nas reflexões de Michel Foucault, o autor faz uma crítica à abordagem unidimensional do poder, onde este é exercido apenas pelo Estado-Nação. Para ele, deve-se considerar o poder expresso no conjunto das relações sociais. Todavia, faz-se importante frisar que discordamos da interpretação que Raffestin faz do espaço, tratando-o como palco, matéria-prima, sem levar em consideração fatores como a interferência da sociedade, os patrimônios construídos, as redes etc. Sendo assim, consideramos estas divergências conceituais ao utilizarmos algumas de suas proposições neste trabalho.

Entendemos que os territórios são formados por dimensões materiais e imateriais (Saquet, 2007; Fernandes, 2008). Os territórios vão além da materialidade expressa nas formas, sendo caracterizados também, pelas relações. A dimensão imaterial reporta aos pensamentos, a teoria, aos conceitos, aos métodos, as metodologias ou as ideologias. São as estratégias utilizadas para a construção/destruição dos territórios. Assim, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações formam os territórios imateriais.

Os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, assim “a produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial” (FERNANDES, 2009. p. 211).

A disputa por territórios imateriais fica nítida nas abordagens acadêmicas sobre o campo na atualidade. Dentre as diferentes correntes teóricas, observa-se que o campo pode ser tratado levando-se em consideração os conflitos que nele ocorrem ou tentando camuflá-los. Por esta razão, Fernandes (2008) identifica dois paradigmas que orientam os estudos no campo: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA aborda a questão agrária como um problema estrutural do capitalismo, gerando concentração de terra e poder por parte dos grandes proprietários e subordinando o trabalho camponês para poder expandir suas relações de produção. Entende-se que ao mesmo tempo em que o capitalismo expropria o campesinato ele também o recria, por necessitar do trabalho de base familiar. São considerados os conflitos, as desigualdades e as contradições. Como expoentes do PQA encontramos autores como Kautsky (1986); Chayanov (1974); Shanin (1983); Oliveira (1991); Fernandes (1999) entre outros. O PCA analisa o campo tendo o capital como totalidade, de maneira que o campesinato seria totalmente integrado pelo mercado capitalista. Assim, não focam os conflitos e as resistências. Alguns autores que pertencem a este paradigma são Veiga (1991); Abramovay (1992); Mendras (1984); Schneider (2006) dentre outros.

Felício (2006) demonstra que esta disputa pela imposição de concepções observada na academia acaba se refletindo no âmbito institucional e conseqüentemente na aplicação de políticas para o campo. Exemplos de instituições com concepções distintas de desenvolvimento rural são o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp), que defende a propagação das relações capitalistas no campo e o Centro Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso), que busca criar uma oposição ao pensamento consensual. Enquanto o Rimisp é vinculado ao Banco Mundial, a Clacso é vinculada a Via Campesina. No Território Cantuquiriguaçu esta disputa é percebida com a coexistência de concepções do Rimisp, que influencia o programa Territórios da Cidadania e da Via Campesina, expressa nas práticas de resistência dos movimentos socioterritoriais a ela vinculados, dentre estes o MST e o MPA. Todavia, é importante frisar que no Cantuquiriguaçu a enfática participação dos movimentos no conselho territorial

influencia grande parte das ações dos Territórios da Cidadania direcionadas ao território. Neste caso, a tática de luta utilizada pelos movimentos é disputar a direção das políticas e não buscar sua negação.

Sendo assim, percebemos que o território do Estado-Nação influencia os demais territórios, todavia estes também o influenciam. Por isso, consideremos a questão escalar de fundamental importância para não escamotearmos os conflitos em nossa análise. Consideramos o território em sua diversidade e não apenas como espaço de governança. Entendemos os assentamentos rurais como territórios conquistados pelos camponeses e que permanecem sendo disputados na medida em que o capital busca expandir seus territórios para aumentar o lucro originado de suas produções. Uma importante contribuição para este entendimento é trazida por Fernandes (2008; 2009), o qual pondera que a multidimensionalidade e a multiescalaridade são componentes que devem ser levados em consideração na análise dos territórios. A multidimensionalidade destaca o princípio da totalidade nos territórios, já que as dimensões social, cultural, econômica e ambiental relacionam-se dialeticamente. O princípio da multiescalaridade nos possibilita entender o território para além do espaço de governança, considerando os territórios do território, como aduz o autor:

O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade. Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e social numa acepção ao território como unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008. p. 278).

Tomando estes princípios por referência na abordagem territorial, o autor propõe a existência de três tipos de territórios: o primeiro, caracterizado como os espaços de governança, sejam eles a nível nacional, estadual ou federal; o segundo, definido como os diferentes tipos de propriedade privadas, sejam elas capitalistas ou não e o terceiro onde são considerados os territórios fluxos, “cujas fronteiras se movimentam de acordo com as ações institucionais e as conflitualidades”

(FERNANDES, 2008. p. 283). A grande contribuição oferecida por esta abordagem é que ela vai além da visão do território uno (controlado pelo Estado), considerando como territórios as propriedades privadas e coletivas, além das territorialidades fluxas.

Os assentamentos rurais fazem parte do segundo tipo de território. Eles influenciam e são influenciados pelos demais tipos. No Cantuquiriguaçu é notória a influência que os camponeses assentados exercem na organização do conselho do território, na disputa por territórios imateriais com setores da sociedade que apresentam propostas de desenvolvimento divergentes, como a Sociedade Rural, que defende o agronegócio, por exemplo. Do mesmo modo, as decisões tomadas nas esferas municipal, estadual e federal podem influenciar o território dos assentados.

A configuração territorial do assentamento será definida pelas territorialidades nele desenvolvidas. Para Raffestin (1993, p. 158-159) a territorialidade

[...] reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

A territorialidade é entendida como as táticas e ações para manter o controle e a organização do território. Ao exercer a territorialidade os grupos ou indivíduos territoriais exercem relações de poder através das quais gerem o espaço de existência e/ou produção. A territorialidade sempre será análoga ao poder e se refere tanto à intenção de modificar a natureza, quanto às relações sociais. Mais adiante, Raffestin (1993) define a territorialidade como um sistema tridimensional que contém a sociedade, o espaço e o tempo. Assim, a territorialidade é dinâmica, através do tempo a sociedade interfere no espaço e é influenciada por ele.

Também de grande importância na definição sobre a territorialidade é o pensamento de Robert Sack (1986). Os estudos deste autor demonstram um pioneirismo ao trabalhar com a ideia de territorialidade humana, já que antes esta era utilizada apenas para se referir aos animais. Ele demonstra que a territorialidade é formada pela tentativa de um grupo ou indivíduo de controlar as pessoas. O

território é delimitado na medida em que se exerce autoridade. Assim, enquanto Raffestin (1993) demonstra que o território é formado “de baixo para cima”, pelas relações sociais, Sack (1980) entende que ele é gerado “de cima para baixo”. Este tipo de entendimento pode ser observado no programa “Territórios Rurais”, onde conjuntos de municípios formam um determinado território, sem levar em consideração os demais territórios que neles existem. O conselho territorial toma as decisões sobre as políticas que serão adotadas no território, buscando um consenso entre as classes sociais.

Aprofundando o debate, Saquet (2007) entende a territorialidade através da processualidade histórica e relacional. O homem é central na formação de territórios e territorialidades (p.87). Deve-se considerar também os ritmos dos territórios que os geram e os compõem. Estes agem dialeticamente na relação espaço-tempo e idéia-matéria. A territorialidade

[...] efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através de relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com o seu lugar de vida, tanto econômica, quanto política e culturalmente (SAQUET, 2009, p. 87).

Evidencia-se que a territorialidade é gerada nas relações sociais em diferentes tempos e lugares. Foca-se o caráter multidimensional que ela possui, considerando a economia, a política e a cultura.

Fernandes (2010) demonstra que a territorialidade é uma propriedade do território. Ela expressa formas e relações de usos do território gerando a configuração territorial. Deste modo:

As territorialidades expressam as relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas nos ajudam a identificar quem domina e quem é dominado nos territórios. As territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas (FERNANDES, 2010).

Portanto, a territorialidade está relacionada à maneira como se dão as relações de poder que definirão as formas dos territórios. No campo, na atualidade, percebe-se essa realidade na disputa travada pelos modelos do agronegócio e do campesinato. Ambos possuem territorialidades diferentes, enquanto o agronegócio

usa a terra como meio de expansão dos lucros do capitalista o campesinato usa a terra como um meio de vida.

Tendo os autores acima como referência, elencamos alguns elementos que são importantes na análise da territorialidade dos assentamentos rurais. Entendemos que ela nasce do território, quando o sujeito ou grupo social que o possui desenvolve estratégias de manter o domínio sobre ele e ao mesmo tempo usá-lo para sua reprodução. Essas ações geram a organização do território, sendo que esta não é entendida apenas como forma, mas também como conteúdo, não só como seu aspecto material, mas também como as relações que o permeiam.

Dentro de um território podem existir várias territorialidades. No território do assentamento podem existir ao mesmo tempo as territorialidades do camponês, do capital e do Estado. Analisar a territorialidade dos assentamentos exige de nós levarmos em consideração elementos como as proposições dos camponeses ao agirem no espaço ocupado por eles; as intencionalidades que definem a infraestrutura, as produções e a disposição dos lotes; enfim, o projeto de sociedade que ali se expressa.

Ao analisarmos as territorialidades dos tipos de assentamentos rurais nos capítulos seguintes buscamos também demonstrar como elas são aplicadas nas distintas dimensões do território. Isso porque não objetivamos fazer uma análise unidimensional, focando apenas o econômico, o político, o social ou o ambiental. Buscamos compreender como ela se dá na multidimensionalidade do território. Obviamente, as dimensões se relacionam de maneira dialética, o que acontece em uma reflete na outra e assuntos podem ser abordados em mais de uma das dimensões. A formação de associações nos assentamentos, por exemplo, pode ser compreendida como uma ação econômica, política e social. Da mesma forma, os impactos que ocorrem na dimensão ambiental podem influenciar a composição das atividades econômicas.

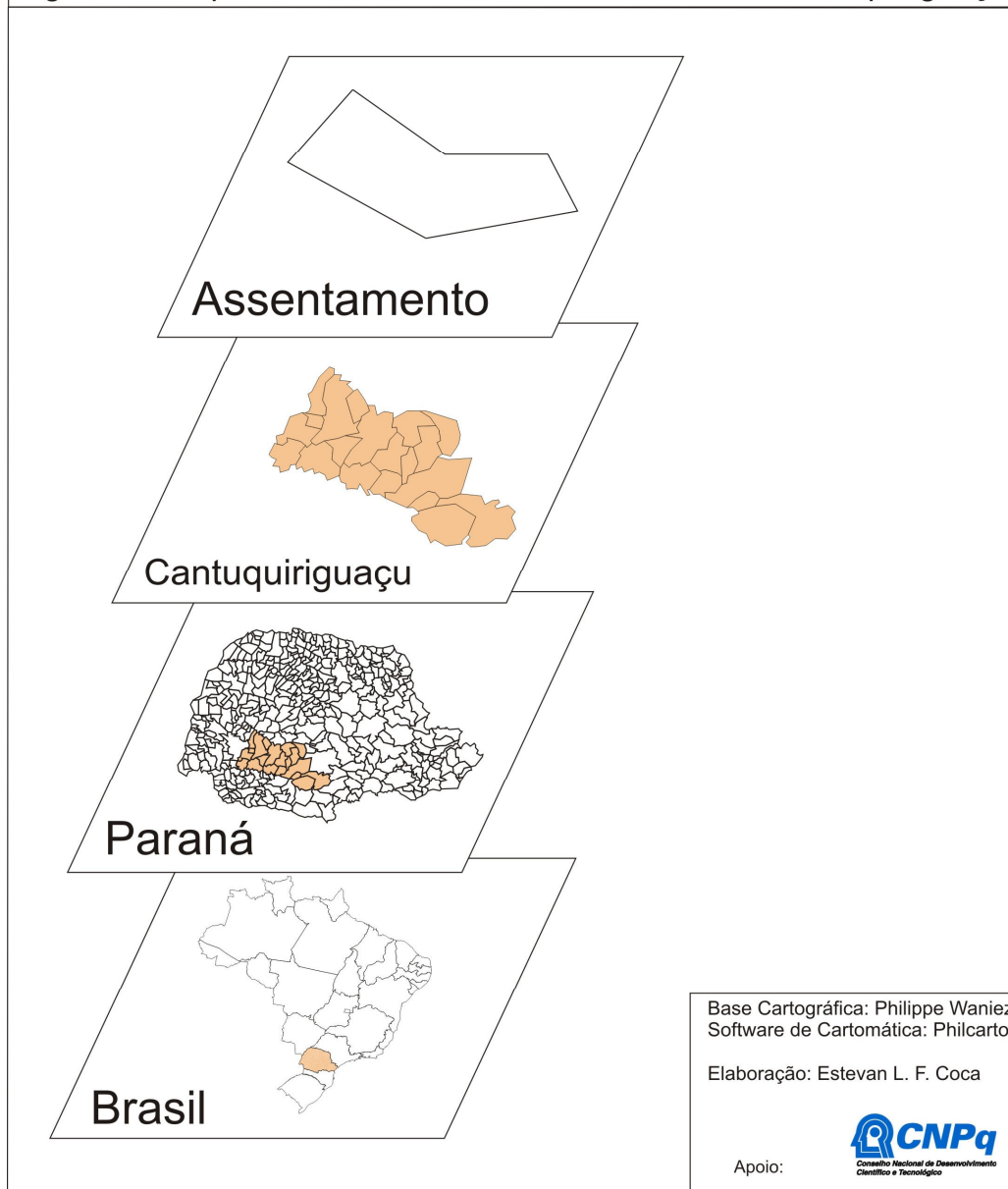
4.2. – Territórios em construção no Território Cantuquiriguaçu

A escolha do Território Cantuquiriguaçu para a realização dessa pesquisa nos possibilita compreender como a reforma agrária delimita territórios dentro do território do espaço de governança.

O Território Cantuquiriguaçu é um conjunto de 20 municípios pertencentes às mesorregiões Oeste Paranaense e Centro-Sul Paranaense (Figura 01). O nome é uma referência aos rios que o delimitam: o rio Piquiri, ao norte; o rio Iguaçu, ao sul e o rio Cantu, ao oeste.

O Território está inserido na área de abrangência das bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Piquiri, ambos pertencentes à bacia do rio Paraná. Como os rios que cortam o território possuem um forte potencial hidráulico, nele foram instaladas sete usinas hidrelétricas, dentre estas Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz de Areia. A construção dessas usinas gerou a expropriação de várias famílias que habitavam nas margens dos rios, dentre essas algumas foram para os centros urbanos e outras se incorporaram aos movimentos de luta pela terra, fato que intensificou os conflitos sociais do território.

Figura 01 - Tipos e Escalas Territoriais do Território Cantuquiriguaçu



A figura 01 demonstra como a definição deste conjunto de municípios como Território se relaciona com a tipologia de territórios que adotamos neste estudo. A área do estado do Paraná que compreende o Cantuquiriguaçu é definida pelas divisões municipais, portanto é um território gerado no espaço de governança. Contudo, nele existem outros territórios, como os assentamentos rurais, as terras indígenas e as pequenas propriedades rurais, por exemplo. A relação entre esses territórios é dialética, eles influenciam e são influenciados entre si. Adotar para a pesquisa a definição do Território Cantuquiriguaçu não quer dizer que entendamos que não existem outros territórios nele, pelo contrário, entendemos que inserido no

território do país e do estado do Paraná, o Cantuquiriguaçu é o ponto de partida para a existência de outras relações que formarão novos territórios. Por isso, entendemos como importante não chamá-lo, por exemplo, de “Região do Cantuquiriguaçu”, pois assim, perderíamos a oportunidade de destacar essa diversidade territorial.

É importante salientar, que nesses territórios que formam o Território Cantuquiriguaçu existe uma gama de identidades, por meio das quais são desenvolvidas complexas relações, configurando territórios distintos. De acordo com Saquet (2005, p. 13.872) “a identidade é processual, é construção; é homogeneidade e heterogeneidade ao mesmo tempo”. Ou seja, a identidade é uma construção social realizada por determinado grupo no decorrer do tempo, que se manifesta no espaço, formando territórios. Com isso, consideramos que a identidade forma o território e o território é formado por ela. Destacamos aqui, portanto, algumas dessas identidades para exemplificar como são geradas por meio delas diferentes relações que contribuirão para que existam territórios dentro do Território Cantuquiriguaçu.

No Cantuquiriguaçu está a maior concentração de indígenas do Paraná. Nele vivem 2.397 índios, ocupando uma área de 18.862 ha, onde foi criada a Reserva Indígena Rio das Cobras (Decreto 290/91), localizada nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão do Alto Iguaçu e Nova Laranjeiras (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2010). Nesta reserva estão índios pertencentes a dois povos: *Guarani Mbya* e *Kaingang*. Os indígenas possuem uma relação com o território que é diferente da relação que capitalistas ou camponeses possuem, pois para eles a terra possui um caráter místico. Os índios guaranis, por exemplo, tem como sentido de suas vidas o encontro da “Terra sem Mal”, por meio da qual acreditam poder chegar ao paraíso sem antes terem passado pela morte. De acordo com Brandão (1988, p. 63):

A Terra sem Males não é apenas um lugar para onde a tribo deve se deslocar sem tréguas em busca de uma vida sem a morte e sem o mal. Ela é também um tempo, pois eis que pelo menos entre os Guarani atuais um cataclismo próximo que, diferente de um primeiro, ancestral, destruirá a Terra má de agora e somente serão salvos os que houverem se posto em marcha em busca da Terra Sem Mal.

Portanto, fica claro que para esses índios o caráter místico da terra leva-os a crerem que ela não serve apenas para sua vida presente como também para a vida

futura. Esta terra ainda está por ser encontrada e o território ocupado por eles atualmente pode ser entendido como o ponto de partida para se chegar até ela.

Esse exemplo elucida que a identidade dos indígenas é diferente da identidade de camponeses e capitalistas, por isso eles irão construir territórios dentro do Território Cantuquiriguaçu.

Outro traço marcante no Território é que dos mais de 230 mil habitantes uma porção maior do que 50% habitam em áreas rurais. O município que possui maior população é Laranjeiras do Sul, com pouco mais de 30 mil habitantes e o que possui menor população é Diamante do Sul, com cerca de 3.700. Os traços rurais do Cantuquiriguaçu são confirmados quando se analisa a geração de riqueza do território, já que a produção primária é responsável por 33% do total, enquanto no Paraná ela responde por 14%. No campo, as principais atividades são a produção de grãos (feijão, milho e soja) e a pecuária extensiva. Além disso, 50,8% da População Economicamente Ativa (PEA) do território referem-se a agricultores camponeses (EMATER, 2004). Portanto, o campesinato é um elemento de extrema relevância na configuração do Território Cantuquiriguaçu.

O camponês enquanto classe social possui a capacidade de sobreviver tendo como referência a prática da economia familiar, que possui “seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece” (SHANIN, 2008). O uso que é feito do território por meio da prática desta economia é diferente do uso que é feito pela economia capitalista ou estatal. O camponês possui como elemento de destaque em sua identidade a referência a terra como meio de reprodução da sua vida e não como meio de acumulação, simplesmente. A identidade do camponês é formada por seus valores, sua cultura, os símbolos que lhes são característicos e tudo isso irá conformar diferentes usos do território.

Um dos tipos de camponeses que habitam o Cantuquiriguaçu é dos pequenos agricultores que já possuem terra e buscam através da agricultura de base familiar conquistar a sua reprodução. As relações produzidas por esses agricultores são diferentes das relações produzidas pelos capitalistas, pois a terra não é entendida apenas como um meio de exploração econômica, mas também como uma condição para que a vida de sua família se desenvolva. Em suas propriedades o trabalho é desenvolvido pela família, com a ocorrência de poucos casos de assalariamento.

Ao conhecermos alguns agricultores deste tipo no Território Cantuquiriguaçu, chamou-nos a atenção a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por meio da qual se tem buscado lutar junto ao Poder Público por melhores condições de vida para esses camponeses. Não pertencem ao MPA todos os pequenos agricultores que vivem no Território, porém aqueles que estão vinculados ao movimento têm sua identidade camponesa fortalecida. Os objetivos do MPA estão traçados no “Plano Camponês” (MPA, 2009)¹⁴, no qual é proposto um modelo de desenvolvimento baseado na identidade e na cultura camponesa.

O “Plano Camponês” é dividido em seis pontos: Produção, Educação e Formação, Vida de Qualidade, Comunidade Camponesa, Soberania e Contradições. A intenção do movimento é apresentar um modelo de sociedade diferente, tendo o Estado Brasileiro como um dos obstáculos a serem superados, isto aconteceria com a realização do socialismo. Todavia, mesmo tendo como meta a superação do Estado Brasileiro e do atual modelo de desenvolvimento econômico, o MPA tem se utilizado da atual estrutura para garantir que alguns de seus projetos sejam implantados.

No Território Cantuquiriguaçu importantes ações deste movimento são uma mini-usina de óleos vegetais, implantada no município de Porto Barreiro, os projetos da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Paraná (LTDA-CPC-PR), que tem objetivado a criação de uma linha de produtos com o título “Do Campesinato” e a reforma de casas dos camponeses por meio de créditos cedidos pelo MDA. Isso demonstra que esses camponeses também constroem seus territórios dentro do Território Cantuquiriguaçu. Eles possuem uma proposta de desenvolvimento que privilegia a reprodução do seu modo de vida e produção.

Além da identidade dos camponeses que já possuem terra existe também no Território Cantuquiriguaçu a identidade dos camponeses que não possuem terra. Dentre esses estão incluídos: arrendatários, parceiros, ocupantes, meeiros, assalariados permanentes e temporários, agregados, chacareiros e posseiros. Como a propriedade da terra é uma condição de extrema relevância para que os camponeses se reproduzam muitos deles são incorporados aos movimentos de luta

¹⁴ Na 1ª visita que fizemos ao Território Cantuquiriguaçu, ainda na realização do trabalho de campo da disciplina Teorias dos Territórios e da Questão Agrária tivemos a oportunidade de acompanhar uma exposição sobre este Plano feita pelo militante do movimento Walter.

pela conquista da terra, sendo que dentre esses o MST é o que mais se destaca no Território.

Rapchan (1993) demonstra que os camponeses que não possuem terra têm sua identidade corroborada ao atuarem nos movimentos socioterritoriais. O movimento faz com que agricultores que vivem as conseqüências da exclusão gerada pelo sistema capitalista encontrem força para lutar contra essa situação, através da luta pela terra. Para a autora o sem terra é diferente do Sem Terra. Isto porque, o segundo por estar vinculado a um movimento de luta pela terra tem maior consciência de seu papel enquanto classe social. Assim, o “Sem Terra é por definição, um sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra” (Rapchan, 1993. p. 19). Não possuir a terra é uma característica que fortalece a identidade desses camponeses:

[...] o processo de reconhecimento de seu direito a terra transforma a identidade negativa da ausência, da exclusão, da carência – o sem terra – numa identidade positiva que implica a classificação daqueles que estão excluídos da terra numa outra posição: a da reivindicação do direito à terra, da liberdade, da cidadania (RAPCHAN, 1993, p. 19).

No Território Cantuquiriguaçu a luta dos camponeses Sem Terra levou a implantação de 49 assentamentos rurais, nos quais vivem 4.204 famílias e ocupam uma área de 95.222 ha.

Outro tipo de camponês que vive neste território é o dos ilhéus, que foram trazidos em ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O ilhéu tem como característica marcante de sua identidade a necessidade de viver próximo dos corpos d água. Eles trabalham com a agricultura, porém, na pesca está uma de suas principais atividades. Isso implica em uma realidade que é diferente da agrária ou urbana. A pesca é “[...] uma atividade extrativa, cujo ambiente de trabalho não é passível de apropriação privada e de um controle que permita imprimir uma racionalidade capitalista no conjunto de sua exploração” (SCHIAVONI, 1996, p. 28). Deste modo, observa-se que os ilhéus possuem um modo de viver e produzir próprio, as relações desenvolvidas nos territórios demonstram uma identidade que o diferencia até mesmo de outros camponeses.

Indígenas e camponeses (com terra, sem terra, Sem Terra e ilhéus) são apenas exemplos das diferentes identidades que existem no Território Cantuquiriguaçu. A existência de diferentes identidades remete a existência de

diferentes relações sociais e a conseqüente manifestação de múltiplas territorialidades. Por isso, o Território Cantuquiriguaçu não encerra a diversidade territorial em si mesmo. Ele é o ponto de partida para a existência de outros territórios. Para este trabalho, a intenção é a de dar um enfoque específico para os territórios dos assentamentos rurais, contudo, existem outros territórios que estão em permanente construção e que não podem ser negados.

4.2.1. - Breve histórico das disputas por territórios no Território Cantuquiriguaçu

As disputas territoriais marcam a história do Território Cantuquiriguaçu. Primeiro, entre brancos e indígenas, depois entre o governo brasileiro e os governos de outros países, adiante entre colonizadores e colonos e mais recentemente entre sem-terras e latifundiários/agronegócio. Essas disputas demonstram não só a luta por terras, mas principalmente pelo modelo de sociedade que se busca, o confronto entre classes sociais antagônicas que buscam reproduzir suas relações.

Até meados do século XVIII a área do estado do Paraná hoje denominada Território Cantuquiriguaçu era ocupada quase que exclusivamente por populações indígenas pertencentes a diversas nações que se desdobravam em tribos. Por lá também existiam algumas missões jesuíticas conduzidas por padres espanhóis. Todavia, nesta época as missões começam a ser destruídas pelos portugueses que tinham o interesse de ampliar fronteiras e capturar indígenas para o trabalho escravo, o que demonstra que a ocupação desta área tinha um interesse geopolítico, além do econômico. Até o ano de 1853, o atual estado do Paraná pertencia a Província de São Paulo, sendo que a maior parte da população estava concentrada no litoral e na região que se estendia de Curitiba à Castro, Lapa e Ponta Grossa. O centro-sul do estado voltaria a ser ocupado novamente por populações diferentes das indígenas quando se intensificou o comércio de bovinos e muarees que eram levados do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo e Minas Gerais. Ao longo do caminho eram criados pontos de repouso para os tropeiros, sendo que muitos desses evoluíram até se tornarem cidades. Assim, especialmente na área dos Campos de Guarapuava e Palmas foi instalada uma infra-estrutura que possibilitou o estabelecimento de famílias vindas do litoral do estado do Paraná, de

Curitiba e dos Campos Gerais. Estes se dedicavam, especialmente, a criação de bovinos e a agricultura de subsistência (WACHOVICZ, 1985). Mais adiante, também viriam para esta região, imigrantes europeus, dentre estes: poloneses, alemães e ucranianos.

O estabelecimento desses núcleos gerou vários enfrentamentos entre os brancos e os indígenas que por lá viviam. Os indígenas julgavam que a presença dos brancos ameaçava a o controle que exerciam sobre seus territórios, por isso, mostravam-se arredios a eles. Em contrapartida, os brancos que por lá se estabeleciam, na base da força criavam os primeiros aldeamentos indígenas, já que consideravam que os índios dificultavam a livre circulação por aquelas áreas. O aldeamento dos índios Camés, Votorões e Dorins teve início no ano de 1810 e perdurou até meados do século (EMATER, 2004). Os índios eram impossibilitados de desenvolver seu modo de vida, baseado no nomadismo, ficando restritos ao espaço das aldeias, onde eram catequizados e instruídos na leitura e escrita da língua portuguesa (SANTOS, 2001). Muitas dessas aldeias eram criadas em locais que não possuíam terra fértil, já que estas eram ocupadas pelos brancos. Além disso, grande quantidade de índios foi capturada e destinada ao trabalho escravo.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, aos poucos as terras da região passam a ser utilizadas para a produção de lucro e não apenas para a sobrevivência, como é característico dos indígenas. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas, destacam-se a produção de erva-mate (*Ilex Paraguariensis*) e a exploração de madeira (EMATER, 2004). A erva-mate teve sua produção incrementada no século XIX, já que era encontrada na região de forma natural. Para que isso ocorresse, colaborou o fato de o Paraguai, grande produtor da erva, ter ficado isolado economicamente, obrigando a Argentina e o Uruguai a substituírem o consumo da erva-mate paraguaia pela brasileira. Bondarik, Kovalesk e Pilatti (2006), demonstram que com o desenvolvimento de tais atividades houve um acréscimo na infra-estrutura de várias regiões do estado, objetivando garantir a produção, beneficiamento, comercialização e consumo da erva-mate. Na área do atual Cantuquiriguaçu predominaram os investimentos de empresas de capital argentino. Esse tipo de exploração econômica entraria em declínio no ano de 1929, devido à crise econômica internacional.

Com o declínio da produção de erva-mate é fomentada a exploração de madeira, contribuindo para o povoamento de uma vasta área compreendida entre as cabeceiras dos rios Tormenta e Adelaide, que são tributários do Iguaçu (EMATER, 2004). A ocorrência da 1ª Guerra Mundial foi à grande propulsora de tal processo, já que devido à impossibilidade de importar pinho estrangeiro, o Paraná passou a abastecer o mercado interno e o argentino (HOEFLICH, 2003). A exploração madeireira entraria em declínio na década de 1940, quando as reservas de pinho do Paraná estavam quase que extintas. Com isso, houve a destruição de 80% da cobertura vegetal do Paraná, restando apenas 1% das florestas de araucárias, árvores símbolo do estado (OLIVEIRA e NUNES, 2007).

Nesse tempo, a área atualmente conhecida como Território Cantuquiriguaçu foi palco de disputas por terra e poder que ganharam relevo nacional e internacional. Dentre essas destaca-se a implantação das colônias militares Marechal Mallet, em 1888 e Iguaçu, em 1889 (EMATER, 2004). A implantação dessas colônias trazia consigo um forte apelo geopolítico por parte do governo brasileiro, que temia que a região fosse ocupada pelos argentinos.

Entre 1912 e 1916 nas proximidades da região ocorreria um dos mais emblemáticos conflitos camponeses do Brasil: a Guerra do Contestado. Este conflito ocorreu devido à disputa por uma área de 78.622 km² que fazia parte da divisa entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina, sendo requerida por ambos (CAMARGO, 2006). No ano de 1908, nessa área, o governo federal cedeu uma porção de terras de cerca de 30 km de largura no trecho onde seria construída a ferrovia São Paulo-Rio Grande à empresa estadunidense *Brazil Railway Company*, que cria a *Southern Brazil Lumber & Colonization*, para promover a exploração da área. A empresa explorou as madeiras existentes nessas terras, comercializando-as no Brasil e no exterior e expropriando as famílias que por lá viviam. Além do mais, com o fim das obras, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados perambulando pela região, sendo que muitos desses participaram de saques, ocuparam terras e se ofereceram a coronéis para trabalharem como jagunços (FERNANDES, 1999).

Essa situação favoreceu o surgimento de um movimento de caráter político-religioso, liderado por monges que por lá habitavam, trazendo ao povo mensagens de paz e de esperança. Dentre esses monges, destacou-se João Maria de Agostini,

italiano e que era conhecido como “profeta”. Ele pregava ao povo a necessidade de penitência, já que o século XXI seria precedido por uma guerra de grandes proporções (CAMARGO, 2006). Posteriormente, surgiram outros monges, alimentando o povo com uma postura mística, a população camponesa já somava mais de 2 mil pessoas. Esse fato causou incômodo em alguns coronéis da região, que viam neste movimento uma ameaça ao poder que exerciam não só dentro de suas propriedades, mas também em caráter regional. Nesse mesmo tempo, a *Southern Brazil Lumber & Colonization*, através de uma milícia armada (vaqueanos), expulsava os trabalhadores que haviam ocupado suas terras; os que ofereciam resistência eram assassinados, além de serem destruídos e queimados os ranchos e as roças dos camponeses. Grande parte dos trabalhadores refugiou-se em vilarejos da região, com especial destaque para o de Taquaruçu, no município de Curitiba. Em Taquaruçu, surgiu outro monge denominado José Maria, cujo nome verdadeiro era Miguel Lucena de Boaventura. José Maria era desertor da Polícia Militar do Paraná e além de exercer liderança religiosa frente aos camponeses, também oferecia liderança política, chegando a ensiná-los práticas militares (CAMARGO, 2006). José Maria recebeu o apoio de um coronel local, o que causou divergências no sistema coronelista, que novamente era ameaçado por esta organização social. Posteriormente, ele seria acusado de ter proclamado a monarquia, passando a ser perseguido e em seguida expulso, tendo que migrar para Irani, que ficava na região contestada pelo Paraná e por Santa Catarina. Os paranaenses interpretaram a chegada de João Maria e seus seguidores como uma tentativa de estabelecer domínio sobre as terras que reivindicavam, por isso os atacaram, causando a morte do monge.

Dada a intensidade do conflito, o então presidente da república Hermes da Fonseca resolve intervir, enviando a região do Contestado uma expedição militar. Essa expedição explorou entre outubro e novembro de 1912 as regiões de Porto União, Palmas e Irani, não encontrando nada de anormal. Porém, no final de 1913, o movimento messiânico ressurgiu com grande intensidade. Em resposta, o governo federal em aliança com os coronéis e a empresa *Brazil Railway Company* ataca o vilarejo de Taquaruçu. Na primeira investida, os camponeses messiânicos saem vitoriosos. Na segunda, ocorrida durante a madrugada, as tropas federais arrasaram o vilarejo, obrigando as famílias que por lá viviam a se locomoverem para

Guaraguatá, também no Contestado (FERNANDES, 1999). Neste reduto, com cerca de 5 mil camponeses não existia propriedade privada, as organizações política e religiosa eram de forte intensidade.

As tropas federais os atacam novamente, no dia 9 de março de 1914, sem obter sucesso. Todavia, ocorre uma epidemia de tifo, obrigando os camponeses a migrarem para pequenos núcleos. As tropas federais retornam e atacam o núcleo principal. Com isso, os camponeses passam a se organizar para lutar contra o governo, julgando que ele era o responsável pelo assassinato de trabalhadores para que as terras fossem entregues a empresas estrangeiras. Os camponeses ocupam partes da ferrovia, além de atacarem cidades e fazendas. A resistência teve fim, quando em dezembro, o exército, policiais e jagunços se organizaram para detectar a localização e posteriormente atacar os núcleos camponeses, colocando fim a resistência.

Além da Guerra do Contestado, outro movimento político do qual participou o atual Território Cantuquiriguaçu foi a Coluna Prestes, inserida no movimento do tenentismo. Esta se caracterizou como uma marcha que atingiu diversos pontos do país, liderada por militares que objetivavam destituir as oligarquias que definiam os rumos políticos do país até então. Após encontrarem resistência em São Paulo, os militares marcharam para o Paraná, onde em setembro de 1924 conquistam as cidades de Guaíra, Foz do Iguaçu e Catanduvas (pertencente ao atual Cantuquiriguaçu). Eles permaneceram na região até abril de 1925.

Na década de 1940, novamente o centro-sul do Paraná despertaria a atenção do governo federal brasileiro como um território que necessitava ser ocupado. A conjuntura política mundial, nesta época favorecia este tipo de preocupação em razão ocorrência da 2ª Guerra Mundial e o conseqüente desmembramento de territórios. A “marcha para o oeste”, propagada pelo governo Vargas tinha por objetivo povoar com brasileiros as áreas de fronteira, para que estas não fossem requeridas pelos países vizinhos do Brasil, especialmente a Argentina. Com isso, foram criados no ano de 1943, territórios federais em áreas de baixa densidade demográfica, dentre esses: o arquipélago de Fernando de Noronha, o do Amapá, do Guaporé, de Ponta Porã, o de Rio Branco e do Iguaçu, este último compreendendo a área do atual Cantuquiriguaçu. Estes territórios foram criados como desmembramentos dos estados e neles todo o aparato administrativo ficava a cargo

do governo federal. Fazer presença nessas áreas, gerindo os recursos sociais e naturais era importante para que outros países não os conquistassem. O Território Federal do Iguaçu, compreendendo áreas do Paraná e de Santa Catarina, com uma extensão de 51.452 km², tinha como capital o município de Laranjeiras do Sul, que hoje é sede da Associação de Municípios do Cantuquiriguaçu. O Território do Iguaçu teve dois governadores militares: João Garcez do Nascimento e Frederico Trotta. Com a promulgação da Constituição Federal de 1946 ele seria extinto, sendo as áreas devolvidas à administração de seus respectivos estados.

Como nesse período a maior parte da mata nativa do Paraná havia sido derrubada para a venda da madeira, as grandes colonizadoras aproveitaram para comercializar as terras do centro-sul do estado. No atual Cantuquiriguaçu atuou com maior intensidade a Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ). Essas empresas seriam responsáveis por pensar e gerir a divisão do espaço urbano e rural nos municípios do centro-sul e oeste paranaense. Nesta época, ganharam relevo as ações em favor das empresas colonizadoras realizadas pelo então governador paranaense Moisés Lupion. Este declarou como posseiros colonos gaúchos que já ocupavam estas regiões, entregando o direito de exploração das terras as empresas de colonização. Deste modo, os camponeses que já ocupavam as terras eram obrigados a assinar contratos de arrendamento, os que se negavam se tornavam alvo de violência por parte dos jagunços destas empresas. As terras tomadas eram repassadas a parentes e amigos do governador, que para explorá-las utilizavam dinheiro emprestado do Banco do Estado (FERNANDES, 1999). O descontentamento dos camponeses com tal situação acabou motivando uma série de revoltas, com maior destaque para a de Francisco Beltrão¹⁵, no oeste do estado.

Nas décadas de 1960 e 1970 um novo elemento passa a compor a Questão Agrária no Cantuquiriguaçu, assim como em boa parte do Brasil: a denominada “revolução verde”, responsável pela mecanização das práticas agrícolas e o conseqüente aumento da produtividade, tendo como ônus um crescente êxodo rural. Moro (2000) demonstra que na década de 1970 deixaram de existir 100.385

¹⁵ A revolta de Francisco Beltrão foi motivada pelo descontentamento dos camponeses que estavam sendo expropriados de suas terras devido aos acordos entre o governo estadual e a empresa Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada. No ano de 1957 os camponeses revoltosos tomaram a cidade de Francisco Beltrão e mesmo com as tropas federais sendo enviadas pelo governo para negociarem o conflito a questão só foi amenizada em 1962 quando o governo Goulart criou o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, que passou a entregar os títulos definitivos aos colonos.

estabelecimentos agropecuários no estado, ao mesmo tempo em que a população rural pela primeira vez deixava de ser maior do que a urbana. Com isso, boa parte da população do campo no Paraná é forçada a migrar, seja para as cidades; para a Amazônia, em projetos de colonização implementados pelo governo militar ou para o Paraguai.

Além disso, na década de 1970, no Paraná, foram construídas várias usinas hidrelétricas, através das quais seriam expropriadas milhares de famílias que habitavam o campo. Essas, organizadas pela CPT passam a reivindicar a indenização pelas terras perdidas e pelas benfeitorias nelas realizadas. O movimento dos atingidos pela hidrelétrica de Itaipu ganha vigor, vindo a se tornar o Movimento Justiça e Terra (MJT), exigindo o ressarcimento em forma de terra por terra. No Território Cantuquiriguaçu foram construídas sete destas usinas hidrelétricas, causando consideráveis impactos em parte da população camponesa, fato que abordaremos adiante.

De tal maneira, os efeitos da modernização conservadora, somados aos impactos sociais e ambientais causados pela construção de barragens deixaram como saldo o aumento do número de trabalhadores sem-terra em situação de miséria no campo paranaense. Por este motivo, o MJT seria o embrião de outros movimentos que surgiriam para organizar a luta dos camponeses, dentre esses o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) e o MST, que foi fundado com a realização do seu I Encontro Nacional, em Cascavel, no ano de 1984.

No Território Cantuquiriguaçu, a atuação desses movimentos levou milhares de camponeses a deflagrarem uma luta em favor da reforma agrária, nos anos 1980 e 1990. De acordo com o Dataluta (2010), entre 1988 e 2010, no Cantuquiriguaçu, ocorreram 63 ocupações, com a participação de 15.465 famílias. Merece destaque a ocupação do maior latifúndio contínuo do sul do Brasil (83 mil hectares) pertencente à empresa Giacomet Marodim/ Araupel, o qual estava presente em cinco municípios do território. Esta ocupação contou com a participação de cerca de 3 mil famílias, caracterizando-a como a maior dentre as registradas no centro-sul brasileiro. Através dela foram formados os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, estudados nesta pesquisa.

Como consequência dessa ação dos movimentos socioterritoriais, o Cantuquiriguaçu tem presenciado várias ações de reforma agrária, dando uma dinâmica diferente ao campo e sua população.

Como podemos observar na Tabela 29, dos 20 municípios que compõem o Território, 14 possuem assentamentos rurais, o que representa 70% do total. Isso demonstra que os assentamentos não são elementos isolados no Território, pelo contrário, representam uma realidade presente na maior parte dos municípios. Essa relevância da reforma agrária colaborou para que o Cantuquiriguaçu fosse inserido no grupo de Territórios Rurais beneficiados pelo MDA.

Dentre os municípios, o que possui maior número de assentamentos é Goioxim, entretanto o que possui maior número de famílias assentadas e maior área é Rio Bonito do Iguaçu. Essa diferença é explicada pelo fato de Rio Bonito do Iguaçu possuir os PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, abordados nessa pesquisa e que tiveram origem na maior ocupação de terras já registrada na região sul do Brasil, ocorrida no latifúndio pertencente a empresa Giacomet Marodin, que se estendia pelo território de vários municípios.

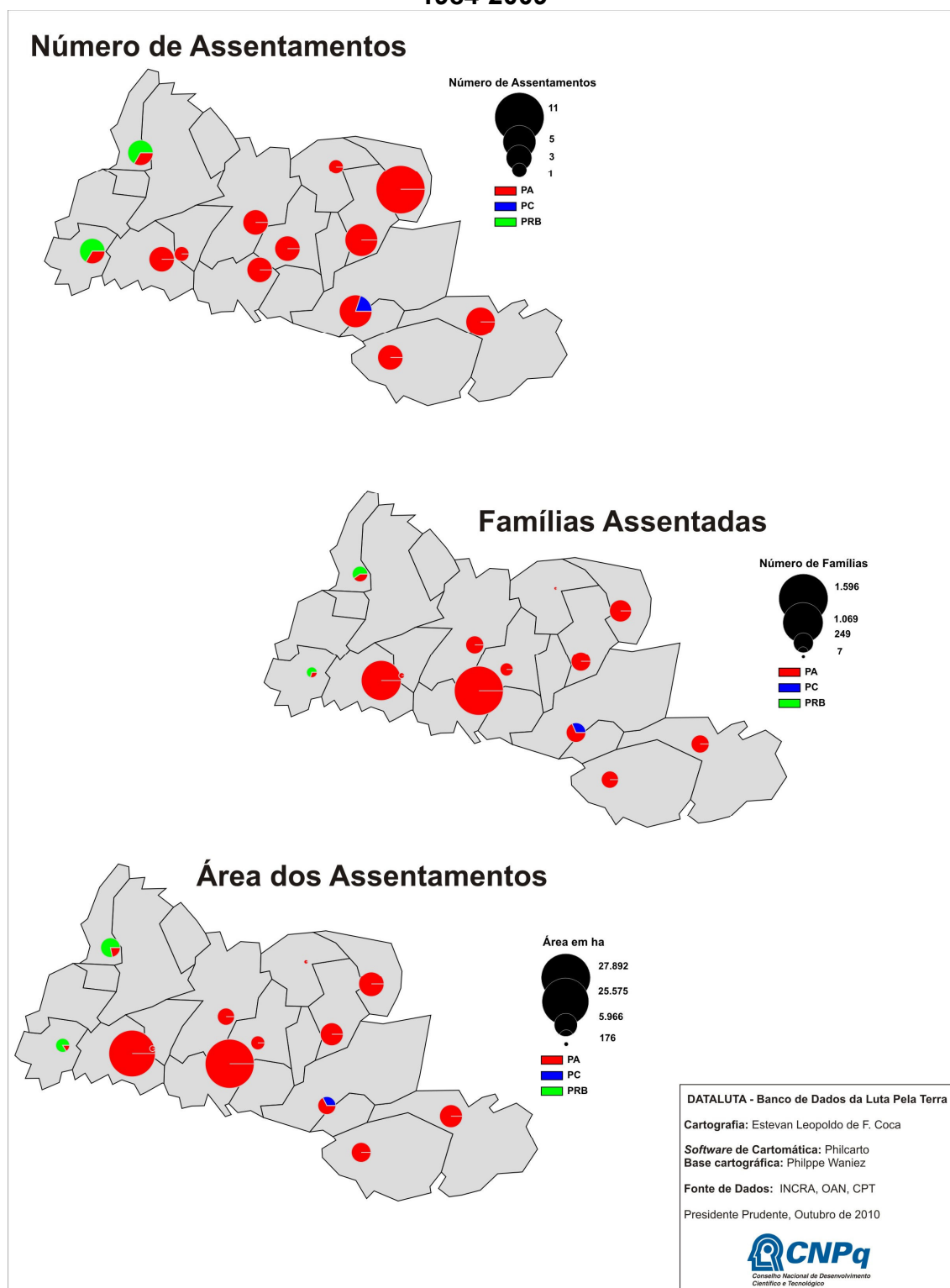
Tabela 29 - Território Cantuquiriguaçu - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária (1984-2009)

Município	Nº de assentamentos	%	Nº de famílias	%	Área em ha.	%
Campo Bonito	3	6,12	137	3,26	4.352	4,57
Candói	5	10,20	238	5,66	3.599	3,78
Cantagalo	5	10,20	152	3,62	6.259	6,57
Catanduvas	1	2,04	44	1,05	1.401	1,47
Diamante do Sul	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Espigão Alto do Iguaçu	1	2,04	23	0,55	403	0,42
Foz do Jordão	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Goioxim	11	22,45	284	6,76	7.288	7,65
Guaraniaçu	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ibema	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Laranjeiras do Sul	3	6,12	118	2,81	2.267	2,38
Marquinho	1	2,04	7	0,17	176	0,18
Nova Laranjeiras	3	6,12	219	5,21	3.436	3,61
Pinhão	4	8,16	197	4,69	5.966	6,27
Porto Barreiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Quedas do Iguaçu	3	6,12	1.042	24,79	25.575	26,86
Reserva do Iguaçu	3	6,12	95	2,26	4.329	4,55
Rio Bonito do Iguaçu	3	6,12	1.574	37,44	27.982	29,39
Três Barras do Paraná	3	6,12	74	1,76	2.189	2,30
Virmond	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	49	100,00	4.204	100,00	95.222	100,00

Fonte: Dataluta, 2010. Org: Estevan Coca.

Na Prancha 01 demonstramos como estes assentamentos, dividido em tipos estão distribuídos espacialmente nos municípios que compõem o Território. No Cantuquiriguaçu existem 3 tipos de assentamentos o PA, o PC e o PRB. O PA é o que possui maior quantidade, estando presente em todos os municípios que possuem assentamentos rurais. Em seguida, aparece o PRB, que está localizado nos municípios de Campo Bonito e Três Barras do Paraná. O PC só possui um assentamento, localizado em Candói.

Prancha 01 -Território Cantuquiriguaçu - Tipos de Assentamentos Rurais - 1984-2009



As colocações apresentadas neste capítulo nos mostram que a reforma agrária está longe de ser um fator irrelevante no Território Cantuquiriguaçu. Estudar os assentamentos deste é adentrar na busca pela compreensão de elementos

consideráveis para sua formação. Assim, nos capítulos seguintes, apresentamos a territorialidade dos tipos de assentamentos do Cantuquiriguaçu, evidenciando como eles contribuem para a definição da atualidade da reforma agrária brasileira.

4.2.2 - Políticas de desenvolvimento territorial e o Território Cantuquiriguaçu

A organização destes diferentes territórios no Território Cantuquiriguaçu, muito além de uma questão de identidade foi uma busca pela captação de recursos cedidos pelo Governo Federal. A primeira tentativa de organização dos municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu ocorreu no ano de 1984, com a criação da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu. Esta existe até hoje, tendo sua sede no município de Laranjeiras do Sul e sendo mantida pelas prefeituras que a compõem. Na Associação, o poder de voto sobre as políticas adotadas no Território ficam restritas aos poderes executivos dos municípios, não sendo concedido à sociedade civil. Neste caso, o território é gerido das escalas mais elevadas do poder para as menos elevadas, de cima para baixo.

Esses municípios que compõem a Associação possuem em comum um elevado grau de pobreza da população, o que faz com que muitas pessoas vivam em estado de miséria. Alguns dados comprovam este fato: todos os municípios do Cantuquiriguaçu possuem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) menor que a média do Brasil (0,766) e o do Paraná (0,787). No Território, 26.159 famílias são consideradas pobres, existindo *déficit* habitacional e de infra-estrutura em parte das residências. Além do mais, o Cantuquiriguaçu possui o mais alto índice de mortalidade infantil do Paraná (20,3 crianças para cada mil) e uma taxa de analfabetismo de 14,4% da população, quando no estado ela é de 9,0% (EMATER, 2004).

Esses fatos contribuíram para que o Território fosse elencado pelo Governo Federal como uma área carente de assistência econômica e social. Em 2004, o Cantuquiriguaçu foi inserido no grupo de “Território Rurais”, nos quais seriam desenvolvidas políticas integradas, visando dar a eles maior dinamismo e diminuir os índices de pobreza. Com isso, uma nova proposta de desenvolvimento do território seria aplicada com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Cantuquiriguaçu (Condetec), ainda no ano de 2004. Este é caracterizado como um órgão de caráter

consultivo, normativo e deliberativo (CONDETEC, 2009). Na formação deste conselho encontram-se diversas identidades presentes no Território, assim como segmentos da sociedade com diferentes objetivos, como: Incra, movimentos socioterritoriais, movimentos sindicais, indígenas, bancos públicos, órgãos de assistência técnica, entidades patronais etc. Através dessa proposta busca-se propor políticas para o território através do consenso entre os representantes desses segmentos sociais.

No ano de 2007, o programa “Territórios Rurais” foi ampliado, formando o programa “Territórios da Cidadania” e novamente o Cantuquiriguaçu foi inserido entre as áreas que seriam beneficiadas com investimentos, recursos e projetos de diversas instâncias do Governo Federal.

Para que um conjunto de municípios seja inserido no grupo de “Territórios da Cidadania” alguns critérios classificatórios são utilizados. O ponto de partida deve ser a existência de um colegiado que já trabalhe com propostas de desenvolvimento para o território, configurando certa organização social entre os setores sociais a ele pertencentes. Também são considerados pontos específicos como a existência de terras indígenas, comunidades quilombolas e de pescadores, relevância da agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, elevados índices de pobreza etc. Esses elementos são observados no Cantuquiriguaçu, daí sua inserção no programa.

A definição de territórios para execução de políticas públicas não é exclusividade do Brasil. Essa iniciativa tem caracterizado algumas políticas de desenvolvimento rural adotadas em países da União Européia, com destaque para a *Liaisons Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale (LEADER)*, em vigor desde 1991. Essas ações visam o desenvolvimento endógeno, de forma descentralizada, para dotar de infra-estrutura econômica e social regiões que não possuem o mesmo dinamismo que as demais. A partir da década de 1990, uma série de instituições internacionais, ligadas ao processo de expansão do capital passaram a defender o enfoque territorial do desenvolvimento rural, entre essas o BID, a FAO e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Isso demonstra que o “Territórios da Cidadania” é parte de um projeto de maior amplitude, que tem sido instalado em diversas partes do mundo. Uma análise crítica

dos fundamentos do programa pode nos revelar qual a intenção das instituições que incentivam essas propostas.

De acordo com o documento de referência do Sistema de Gestão Estratégica, elaborado pela Secretária de Desenvolvimento Territorial do MDA, o enfoque territorial possui como vantagem

[...] a criação de espaços de legitimação da participação organizada dos atores sociais em cenários de acordo territorial, os quais permitem estabelecer um modelo participativo de planejamento, uma estrutura institucional de participação e um modelo de gestão das decisões de política e de controle social (BRASIL, 2010, p. 3, grifo do autor).

Demonstra-se que através dos conselhos de desenvolvimento territorial criam-se espaços que possibilitam a existência de acordos entre as classes sociais que possibilitariam as tomadas de decisões. Isso acontece porque o território não é entendido em sua diversidade, neste programa, e sim através dos espaços de governança. Pode-se chegar à conclusão que essas abordagens consideram o território como uma microrregião. Assim, pensa-se em uma proposta de desenvolvimento que não considera as diferenças que existem entre setores com projetos distintos como os camponeses e os grandes proprietários, por exemplo.

Assumindo uma postura crítica a esta idéia, Gómez (2008) faz uma análise das propostas de desenvolvimento territorial rural para a América Latina. O autor mostra como o território adquire uma centralidade em tais propostas, sendo considerado como o “fulcro sobre la que se apoyaría una nueva forma de entender e implementar las políticas de desarrollo” (p. 265). O sentimento de pertença e as identidades estão diretamente relacionados com os territórios. Todavia, estas condições não impedem o conflito entre os sujeitos de um mesmo território, mas é preciso diferenciar um conflito intraclasse dos conflitos entre as diferentes classes, quando tratamos dos modelos de desenvolvimento.

Assim, na formação do conselho territorial, no caso do Cantuquiriguaçu, o Condetec, busca-se unir segmentos da sociedade com propostas de desenvolvimento distintas e levá-los a um ponto em comum. Concordamos com Gómez, que este tipo de estratégia possui a grande falha de camuflar os conflitos sociais ao buscar o consenso. A tendência é que as decisões tomadas sempre tragam uma quantia maior de benefícios para o capital.

No Condetec, os setores vinculados ao campesinato se sobressaem nos debates que lá são travados, entretanto, como o consenso é a tônica do programa, muitas decisões, que à primeira vista pareciam privilegiar a agricultura camponesa, no fim fortalecem ainda mais o capital. Quando visitamos o Território Cantuquiriguaçu, em março de 2010, tivemos a oportunidade de entrevistar o presidente do Condetec, João Costa, que também é prefeito do município de Porto Barreiro. Nesta oportunidade, ele nos alertou sobre estes percalços:

[...] em relação ao Territórios da Cidadania, a gente tem uma expectativa ainda maior. É um volume alto de recursos. Vamos pegar o Pronaf, que é um dos maiores: nós tínhamos 65 milhões para 2009 pro Pronaf, pro Território Cantuquiriguaçu, agora quando desse definitivamente vira renda pro agricultor? E quanto dá renda pra multinacional que vende semente, maquinário e tudo mais? Acho que essa é a grande pergunta que se tem que fazer: a política pública está acertada nas necessidades do agricultor ou do agronegócio? (João Costa - Presidente do Condetec - 16/03/2010).

Fica claro no depoimento, que mesmo em políticas que são criadas para os camponeses, como o Pronaf, o capital acaba sendo beneficiado. Isso ocorre porque o Territórios da Cidadania, como quase que a totalidade destas políticas de desenvolvimento territorial que tem sido adotadas na atualidade, é gerado e gerido pelo Paradigma do Capitalismo Agrário, explicado no início deste capítulo. Para este tipo de compreensão sobre os processos do campo na atualidade, o campesinato será superado pelo capital, portanto, as políticas que os têm como foco visam inseri-los no capitalismo e não fortalecê-los na construção de uma proposta distinta.

Quando os setores progressistas do Cantuquiriguaçu, como o MST e o MPA optam por participar do Condetec eles estão disputando um território que é do PCA, que luta por uma proposta contrária a que eles defendem. Todavia, conquistando esse espaço eles se fortalecem, para proporem outros enfrentamentos.

Essa discussão abre uma grande perspectiva para entendermos a atualidade da reforma agrária, que é a proposta desta dissertação. Isso porque a diversidade dos assentamentos rurais do Cantuquiriguaçu é um dos elementos que mais contribuíram para que este fosse inserido entre os Territórios da Cidadania.

Capítulo V

A territorialidade dos assentamentos do tipo PC

Nesta parte fazemos uma análise da territorialidade do assentamento Ilhéus, como forma de melhor entendermos as características dos assentamentos do tipo PC e sua contribuição para a definição da atualidade da reforma agrária brasileira. Mostramos como a configuração deste território expõe uma tentativa de oferecer aos assentados condições semelhantes àsquelas em que eles viviam anteriormente. Portanto, como projeto de colonização, ele reproduz em uma determinada região territorialidades características de outra.

5.1. - Os projetos de colonização no Brasil

Como demonstramos no item 3.2 do capítulo 2, os projetos de colonização foram políticas realizadas durante o regime militar com o objetivo de conter os conflitos por terra em regiões diferentes daquelas onde eram implantados e ao mesmo tempo impedir a realização de uma reforma agrária baseada na desapropriação dos latifúndios. Eles fizeram parte das táticas de modernização da agricultura brasileira, auxiliando na expansão da fronteira agrícola e oferecendo alimentos para os grandes centros urbanos que cresciam vertiginosamente com o processo de industrialização pelo qual passava o país. De tal modo, serviram para que o Estado exercesse forçosamente o controle social dos trabalhadores assentados, auxiliando na expansão do capital e no aumento da renda e do lucro em favor da burguesia agrária (TAVARES DOS SANTOS, 1985).

Dentre os tipos de assentamentos registrados no Dataluta, 5 referem-se a estas condições: o PAC, o PAD, o PAR, o PC e o PIC¹⁶. Esses somam 56 assentamentos. Desses 56, 69% foram implantados na região Norte, sendo que o lema dos militares para esta região era “integrar para não entregar” e os projetos de colonização eram utilizados geopoliticamente para que o Estado mantivesse o controle das terras da região. Todavia, nesta pesquisa demonstramos como a colonização relacionada à reforma agrária ocorreu também em outras regiões brasileiras, no caso, o sul do país, mais especificamente, no estado do Paraná.

Assim, nos referimos aos assentamentos do tipo PC. Dentre os 6 assentamentos pertencentes a este tipo, 5 estão localizados no Paraná, nos municípios de Clevelândia (2), Candói, Arapoti e Coronel Domingos Soares e 1 está localizado no município de Bataguassu, no estado do Mato Grosso do Sul (Mapa 01). Com exceção do PC Santa Paula, de Bataguassu, todos esses assentamentos possuem datas de obtenção da década de 1980, tendo origem na desapropriação de terras. Em nossa análise focamos o PC Ilhéus, localizado em Candói, que é o único assentamento deste tipo localizado no Território Cantuquiriguaçu.

¹⁶ Estes tipos de assentamento estão fora de vigência nas práticas do Incra. Já não são criados assentamentos sob tais especificações.



5.2. - A construção de Itaipu e a formação do assentamento Ilhéus

A formação do PC Ilhéus está relacionada com os passivos sociais gerados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no final da década de 1970. Esta usina foi originada através de um acordo firmado entre os governos brasileiro e

paraguai¹⁷. A intenção de ambos era de que através de um audacioso projeto fosse construída a maior hidrelétrica do mundo. Assim, a elite que governava o Brasil almejava fazer do país uma das grandes potências mundiais. Germani (2003, p. 13), ao estudar os impactos sociais gerados pela construção de Itaipu, demonstra que quando o Estado age desta forma são criadas condições favoráveis a acumulação de capital por parte das grandes corporações.

Uma das funções principais do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação da capital. Cabe, assim, a esse Estado, realizar os grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado, quer seja pelo volume capital necessário, quer pela lenta ou baixa taxa de retorno que esses investimentos proporcionam.

Isso é comprovado quando se sabe que um dos fatores que influenciaram a construção da usina é que naquele momento, em escala mundial, ocorria a crise do petróleo¹⁸, forçando os países a buscarem novas opções energéticas. Como o Brasil passava por um processo de desenvolvimento industrial, a hidroeletricidade surgia como opção para que os efeitos da crise não freassem esse crescimento, haja vista que até então a exploração de petróleo no Brasil era incipiente.

Para a localização da usina foi escolhido o rio Paraná, devido ao seu alto potencial hidrelétrico. Entretanto, Germani (2003) demonstra que esta escolha não foi baseada apenas em critérios técnicos, mas também políticos, já que o rio Paraná está inserido em uma área de tríplice fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Como o Brasil e a Argentina disputavam a hegemonia política e econômica sobre o Paraguai a construção da usina faria com que o Brasil fosse avantajado com em tal processo.

A formação do lago de Itaipu acarretou consideráveis impactos ambientais e sociais no oeste do estado do Paraná e no leste do Paraguai. Foi comprometida uma área de 111.332 ha, incluindo a represa e o reflorestamento marginal a ela. Com isso, mais de 40 mil pessoas do lado brasileiro foram forçadas a abandonar as

¹⁷ Nesta época, tanto o Brasil quanto o Paraguai possuíam governos autoritários. O Brasil era governado pelos militares, tendo como presidente o general Emílio Garrastazu Médici. O Paraguai era presidido por Alfredo Stroessner Matiuada, que ficou 35 anos no poder.

¹⁸ Acontecimento que gerou a escassez de oferta e a elevação do preço do petróleo em escala mundial. Para isso, dois fatores contribuíram: 1- A criação da organização denominada Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) e a formação de um cartel que unificou o preço do produto; 2- Retaliação de alguns países árabes produtores de petróleo aos Estados Unidos e a Europa, em razão do apoio concedido por estes a Israel.

áreas em que viviam. Ao todo, 8 municípios do Paraná foram comprometidos com a construção (Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu). A porcentagem das áreas dos municípios que foram atingidas pela represa e pelo reflorestamento variou, devido às diferenças na topografia, assim as áreas mais altas foram menos inundadas. Outro agravante foi o represamento das águas de alguns afluentes do Paraná, devido à extensão da represa formada. Com isso, alguns rios tiveram seu leito modificado.

Esses impactos demonstram como o Estado (1º território) pode modificar o uso das propriedades (2º território) para favorecer a expansão do capital. Essa característica permearia grande parte das obras de infra-estrutura realizadas pelos militares. Eram pensados, primeiramente, os benefícios econômicos, não lavando em consideração os impactos ambientais e sociais que seriam gerados (BERGAMASCO E NORDER, 1994). No caso das usinas hidrelétricas, isso pode ser observado não só na construção de Itaipu, mas de uma série de outras barragens como Sobradinho, Itaparica, Itá e Tucuruí.

No que se refere à população atingida, grande parte dela era rural, vivendo da exploração do trabalho familiar. Tinham chegado ao oeste do Paraná, principalmente através de fluxos migratórios vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Dentre as propriedades, duas formas de ocupação podiam ser detectadas: os que possuíam o título de proprietário e os posseiros. Quando houve a desapropriação das terras para a construção do lago, o tratamento dedicado a ambos pela empresa Itaipu Binacional foi diferenciado. Os proprietários encontraram maiores facilidades para conseguir a indenização pelas terras perdidas, já os posseiros receberam apenas uma compensação pelas benfeitorias que haviam realizado. Desta forma, o proprietário

[...] à medida que possui a escritura de sua terra, é inserido numa certa lógica do capital e Itaipu o privilegia, pois ambos obedecem à mesma lógica da propriedade privada da terra. Itaipu relaciona-se com o proprietário como seu parceiro; faz uma escritura de compra e venda, o que denota uma igualdade formal (GERMANI, 2003, p. 59).

Esta tática de indenização oferecida pela Itaipu, fez com que milhares de posseiros e trabalhadores que viviam nas propriedades atingidas ficassem à margem do processo. Ao mesmo tempo em que a construção da usina representava a modernidade para o país, garantindo parte da energia elétrica necessária para o

desenvolvimento das forças produtivas, também representava o atraso, já que as famílias que não tinham o título de propriedade das terras em que viviam ficaram a mercê do desenvolvimento econômico, muitas das quais em situação de extrema miséria. Zaar (1999) considera que isso foi facilitado porque a empresa bi-nacional utilizou-se da artimanha de negociar as indenizações individualmente, dificultando o posicionamento dos proprietários e posseiros por melhores condições de pagamento pelas terras ocupadas.

O descontentamento com a política indenizatória adotada pela Itaipu Binacional levou uma grande massa de camponeses a se unirem na exigência da observação de seus direitos. Contando com o apoio da CPT, muitos delas passaram a compor o Movimento Justiça e Terra, o primeiro em favor dos atingidos por barragens no Brasil. A luta dos atingidos tornava-se, portanto, um elemento da luta de classes, como aponta Germani (2003, p. 13):

A instalação de uma usina hidrelétrica implica na construção de um reservatório, o que ocasiona uma reestruturação espacial, trazendo como consequência inevitável, entre outras, a obrigatoriedade da remoção da população que habita a área a ser inundada. Este processo de remoção, ocasionou, no caso de Itaipu, um conflito. Conflito inserido no contexto de uma sociedade dividida em classes, com interesses diferenciados, portanto, que vai contrapor o Estado – representado pela Itaipu Binacional – e a população que terá que deixar a área.

Sob tais condições a população que formaria o assentamento ilhéus era expropriada das terras em que viviam. Como o próprio nome do assentamento demonstra, esses agricultores moravam em ilhas do rio Paraná que foram submersas assim que o lago do Itaipu foi formado. Grande parte destas famílias vivia nas proximidades de Guaíra, na divisa entre os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. O depoimento de Antônio Tavares Pereira, uma das lideranças dos assentados, demonstra como se deu tal processo

[...] a “espoliação” dos ilhéus do rio Paraná deu-se na década...desde 79...quando os ilhéus habitavam as ilhas, plantavam arroz, feijão, milho, mandioca; diversificado. Ali nunca se houve plantio de pacotes químicos, nem se ouviu falar em veneno, essas coisas químicas. Então, o povo plantava de maneira sustentável, vivia em harmonia com a natureza, até a criação da hidrelétrica de Itaipu em 1979. Foi o fechamento da hidrelétrica... ali provocou grande cheia no rio Paraná, impossibilitando os ilhéus de fica dentro das ilhas e então os ilhéus tiveram que sair para as margens do rio, fica acampado debaixo de lona preta e ficamos...ficamos dois anos debaixo de lona preta com a esperança de que as águas baixassem pra gente volta pras ilhas, mais

isso foi impossível porque ela deu uma baixada e em 82 deu uma cheia e ela parou no limite tampando as ilhas e aí então a gente perdeu a esperança de que a água fosse baixa, cerca as terra pra que a gente tivesse possibilidade de volta (Antônio Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

O relato demonstra como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu desestabilizou o modo de vida e produção dos ilhéus. O uso que eles faziam de seus territórios, não objetivava o lucro, mas apenas a garantia de sua reprodução social. Eles se orgulhavam de não fazer uso de implementos químicos para aumentar a produção, já que prezavam pela convivência harmônica com o meio ambiente. Com a construção da Usina, grande parte das famílias expulsas de suas terras teve que recorrer aos acampamentos organizados nas margens do rio. Uma pequena parcela teve condições de alugar casas nos centros urbanos, todavia para a maior parte não houve alternativa além do acampamento.

Os ilhéus tinham a esperança de que as águas baixassem, e assim pudessem retornar a seus territórios, fato que não ocorreu. Restou aos ilhéus lutarem junto ao Governo Federal para que fossem recompensados pelos passivos sofridos. Deve-se salientar, conforme demonstrado por Germani (2003), que no primeiro momento, o Incra abriu mão de sua função de reassentar esses agricultores, possibilitando com que o processo fosse conduzido pela Itaipu Binacional em parceria com empresas de colonização particular. Como os ilhéus não concordaram com as condições expostas, a luta prosseguiu.

Ao mesmo tempo em que viam sua esperança de retornar a terra cada vez mais distante de se realizar, os agricultores questionavam a maneira autoritária com que haviam sido expulsos dela. Aproveitando a conjuntura política de transição do regime militar para a democracia exigiam a indenização pela terra em que habitavam. Para isso, organizaram-se em uma comissão, que se dirigiu para Curitiba, requisitando a indenização em forma de terra e não em dinheiro. A solução proposta pelo Governo Federal foi oferecer aos ilhéus o acesso a lotes em programas de reforma agrária, através do Incra. Dentre os que aceitaram, alguns não exigiram terras no Paraná, sendo levados para outros estados, como o Mato Grosso do Sul. Outros exigiram terra no Paraná e foram assentados em municípios como Palmas, Clevelândia, Castro e Guarapuava, em assentamentos dos tipos PA e PC. Dentre os seis assentamentos do tipo PC que existem no Brasil, quatro estão relacionados a este conflito.

Neste contexto é implantado o PC Ilhéus, no município de Guarapuava, em área que posteriormente passaria por emancipação política, pertencendo hoje à Candói. Para o assentamento Ilhéus veio grande parte das lideranças dos expropriados, já que este se localiza em uma área marginal ao rio Cavernoso e ao lago da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguazu (figura 02). Estas condições eram semelhantes a que eles viviam anteriormente; fazendo deste um dos mais atraentes entre os assentamentos ofertados aos ilhéus. Isso porque eles não queriam apenas terra, queriam a reprodução de seu estilo de vida.

Figura 02 - Localização do Projeto de Colonização Ilhéus



Fonte: Google Earth, 2010.

Apesar de terem sido assentados no Paraná, o seu estado de origem, os ilhéus encontraram consideráveis dificuldades para se adaptar a nova realidade, como é demonstrado no depoimento abaixo:

[...] nós sofremos muito com isso, porque o pessoal nosso, eles têm um modo de fala, uma língua e um comportamento. Nós tinha nossa cultura, nossas festas cultural e muitas vezes no lugar que nós foi colocado, nessa região é diferente a cultura do povo e nós muitas vez somos ignorado pelo próprio

povo, pois nós trazia nosso modo de sê, de viver e que eles não... Muitas vezes é errado na região que colocaram a gente. Eles, achando errado, por falta de entendimento, acusava a gente de sê pessoas ruim. Então, nós sofremos o preconceito na região onde nos pôs, desde o clima... A região noroeste do estado do Paraná pra quem conhece a região sabe que o clima é um clima mais quente, é um clima mais... A temperatura mais elevada, de 25 a 30, vai até 40, 46,50 graus. Na época, ela baseava até 43. Nós viemos pra uma região que vai 10 abaixo de 0, isso dá geada que branquia tudo, então, mais o desequilíbrio, as doença, as ipidemia acabo com a saúde do nosso povo, nós tivemos que aprende os costumes da região sul ou centro do Paraná em conflito, e aprendendo a desdobra a língua pra não pode entra em conflito com o pessoal da própria região. Tivemos que se adapta, muito do nosso pessoal não consegui ficar [...] (Antônio Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

Demonstra-se que as dificuldades de adaptação ao território ofertado pelo Inkra causaram grande impacto na vida das famílias reassentadas no projeto de colonização. Na nova região, eles não observaram apenas diferenças físicas, como a temperatura e o relevo, por exemplo; mas também culturais (fala, costumes e outros). Por estes motivos, grande parte dos ilhéus que foram assentados no centro-sul paranaense desistiu de seus lotes. Entretanto, os entrevistados frisam que no PC Ilhéus os índices de desistência foram menores se comparados aos demais assentamentos para os quais os ilhéus foram trazidos. Os motivos, segundo eles, foram as vantagens que este assentamento apresentava em relação aos demais, como a terra fértil e proximidade dos corpos d água. Assim, viam a possibilidade de desenvolver a agricultura de subsistência aliada à pesca, como ocorria nas ilhas do rio Paraná.

Essas condições ainda hoje determinam a territorialidade desenvolvida no assentamento, como mostramos adiante.

5.3. - A territorialidade do PC Ilhéus: buscando reproduzir as condições encontradas nas ilhas do rio Paraná

5.3.1. – Dimensão social

Uma das características mais marcantes do PC Ilhéus é que nele, os assentados buscam reproduzir as relações que tinham com os territórios inundados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. É um assentamento feito para agricultores que já tinham terra e dela foram expropriados e não um assentamento constituído para agricultores sem-terra. Assim, a temporalidade na qual foi gerado

este território é diferente da dos assentamentos que são destinados aos agricultores sem-terra, por exemplo. Essa peculiaridade fica evidente, quando em seu depoimento, Antônio Tavares ratifica que prefere ser reconhecido como ilhéu e não como assentado em programa de reforma agrária:

[...] há uma confusão pela perda de identidade com relação ao sistema, nós se denominamos ilhéus... Ilhéus que fomos atingidos pelas águas do lago de Itaipu do rio Paraná. Nós somos ilhéus porque morávamos nas ilhas. Então, a identidade ilhéus é um modo de vida, uma cultura, é o que somos. Se você vê na ilha do Cavernoso, todo mundo diz eu sou ilhéu, porque até o projeto de colonização foi criado com essa "ilha", é ilhéus, até eles pensavam que a gente vivia só da pesca. Na vida de verdade nós somos toda vida agricultura artesanal, um sistema de vida sustentável, pensava de maneira sustentável, nunca violamos nada, nem pra ganha dinheiro, era pra viver em fartura e abundância (Antônio Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

Chama a atenção nesta fala, que a questão da identidade com fator característico deste assentamento. Os moradores deste território são ilhéus, eles têm como característica a vivência próxima dos corpos d'água. Eles não são ilhéus porque o assentamento foi formado e sim o assentamento foi formado porque eles são ilhéus e manifestaram a demanda por terra. Por isso, Antônio Tavares frisa que até mesmo o projeto de colonização possui na sua nomenclatura o "ilhéus".

Como apontado no depoimento, a proximidade dos corpos d'água é essencial para que o camponês ilhéu se reproduza socialmente. Criar estratégias de vida que utilizam a água como fator preponderante para a manutenção do seu estilo de ser e produzir faz parte da cultura destes camponeses. Sabendo disso, a grande maioria dos oitenta lotes do assentamento foi instalada nas margens do lago de Salto Santiago ou do Rio Cavernoso (exemplos podem ser observados na figura 03). Destes lotes, um foi destinado para uso comunitário, concentrando um posto de saúde; uma escola, que oferece educação desde o pré até a 4ª série; uma capela católica e seu salão comunitário e a sede da Associação dos Agricultores Assentados da Comarca da Ilha do Cavernoso, uma das 3 associações do assentamento. Fica claro, que para os assentados ser ilhéu é a condição para manter o controle do território. Não perder as características de seu modo de vida e trabalho é exercer a territorialidade característica do assentamento. A terra e a água servem para que eles mantenham sua identidade, sua cultura, suas práticas, não sendo usada como fonte de lucro.

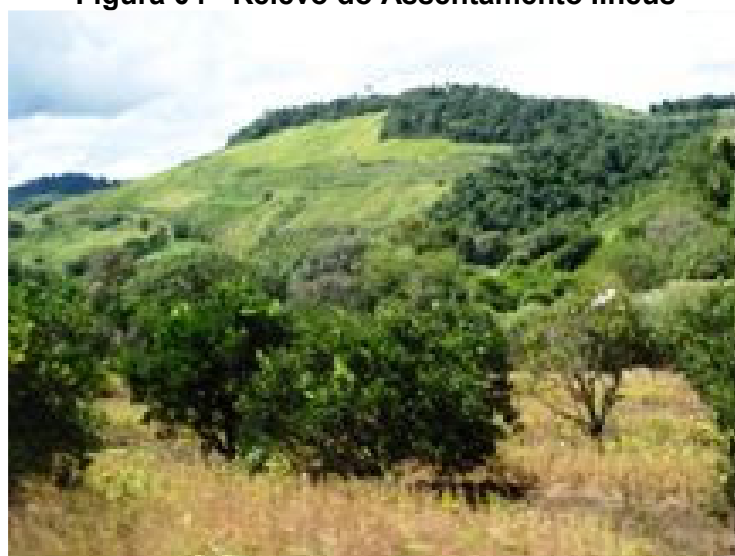
Figura 03 - Proximidade entre os lotes do PC Ilhéus e os corpos d'água



Fotografia: Estevan Coca. Data: 15/03/2010.

O tamanho dos lotes possui uma média de 14 ha, o que é considerado pequeno pelos entrevistados, já que o assentamento possui terreno acidentado (dobrado) (Figura 04), dificultando a prática produtiva. O processo de divisão dos lotes foi gerenciado pelo Incra. Optou-se por conceder porções maiores de terra às famílias que ficassem em áreas mais acidentadas e porções menores àqueles que ficassem em terrenos mais planos.

Figura 04 - Relevo do Assentamento Ilhéus



Fotografia: Estevan Coca. Data: 15/03/2010.

Quando os filhos dos assentados se casam torna-se praticamente inviável à permanência de duas famílias no lote. Neste caso, a nova família formada,

geralmente migra para os centros urbanos a procura de emprego e em menor proporção passam a compor os acampamentos de trabalhadores sem-terra¹⁹.

A posse dos lotes se dá através de títulos de propriedade. Na criação do assentamento, a intenção do Incra era que ela ocorresse através de concessões de uso, todavia, os assentados alegaram que já possuíam terra e que não seria justo não terem o título de propriedade dos lotes, prescrição que foi observada. Em seu relato, Pedro Tavares demonstra a importância de ter o título de propriedade:

[...] essa foi uma briga de início, eles queriam passar isso aqui em concessão de uso, pra gente não ter título. Não podia ficar pro resto da vida, mas foi uma briga do início, porque nós queria nossa terra trocada por outra terra e que tivesse um título definitivo (Pedro Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

O depoimento demonstra que ter o título de propriedade é ter a certeza de poder ficar na terra para o resto da vida, se assim for o desejo da família assentada. Os ilhéus julgavam injusto não terem o título da terra por terem sido expulsos das ilhas em que viviam de maneira violenta, sem terem a opção de decidirem pelo seu próprio futuro.

Com a concessão de uso, os assentados utilizariam um território pertencente ao Estado, desenvolveriam sua vida e suas práticas produtivas naquelas terras, mas não teriam a certeza de que elas lhes pertenciam. Com o título de propriedade o território pertence a eles, garantindo sua reprodução social. Isso demonstra que nos projetos de colonização essa questão não é estática, ter o título de propriedade ou não é uma questão a ser negociada entre o Incra e os agricultores assentados. Apesar de não ser demonstrado nos depoimentos, dado ao cuidado das lideranças entrevistadas, observamos que em alguns casos o título é buscado como uma tentativa de poder vender o lote por parte dos assentados.

Todavia, mesmo com o título de propriedade de uma nova área concedida pelo Incra como forma de indenização pelos passivos sofridos, os ilhéus ainda estão vinculados legalmente aos territórios inundados pelo lago de Itaipu. Nos depoimentos, eles alegam com pesar, que ainda pagam o ITR das áreas que foram inundadas. Quando foram assentados, houve a promessa de que em breve seriam

¹⁹ Em meados da década de 1990, muitos jovens que viviam no PC Ilhéus integraram acampamentos do MST em busca de novos assentamentos. Desses, boa parte foi assentada em projetos criados na região.

indenizados, fato que até hoje não ocorreu. Em setembro de 1997, na área em que as ilhas existiam foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande, ocupando mais de 78 mil ha e que hoje é administrado pelo ICMBio. Parte dos agricultores que habitavam as ilhas se uniram e formaram a Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande (APIG), com sede em Guaíra e que há mais de uma década tem trabalhado para a conquista da indenização por parte dos ilhéus, fato que ainda não ocorreu devido à grande exigência de documentos que tem sido feita pelos órgãos federais.

5.3.2. - Dimensão econômica

Dentre as práticas produtivas, além da pesca, destaca-se a laranja, e em menor escala o milho, o feijão e o leite. Logo após a formação do assentamento, em meados da década de 1980, uma parceria entre os governos municipal e estadual incentivou a formação de pomares de laranja nos lotes, numa tentativa de homogeneizar as produções desenvolvidas no assentamento. Essa intenção foi frustrada por fatores como: 1) a comercialização individual, mesmo com a existência da associação; 2) à distância com o centro urbano de Candói, que é de cerca de 50 km; 3) as péssimas condições da estrada de terra que liga o assentamento com as demais localidades (por volta de 22 km).

Sobre esse período, onde a assistência técnica incentivou os ilhéus a praticarem uma única produção, dedicando-se a cultura da laranja, o líder dos assentados Antônio Tavares apresenta uma visão crítica, pois de acordo com ele isso modificava a maneira como os ilhéus lidavam com os recursos naturais para sua sobrevivência. No depoimento abaixo ele faz um paralelo entre a maneira como produziam nas ilhas e as mudanças ocorridas com a criação do assentamento.

[...] o modo da gente planta, viver lá dentro das ilha, era um sistema que eles falam de diversificação, hoje eles falam isso. Pra nós aquilo lá, nós falava assim, é um plantio tudo misturado, como se diz a moda antiga o baião de dois. Lá, nós plantava arroz, feijão, milho, tudo no mesmo terreno, tudo misturado. Plantava o milho nos carreirão, plantava o feijão no meio, aí o feijão tava "coisano", nós plantava arroz no lugar do feijão e as verduras, a horta era jogada pro meio da roça, então, nunca se via fala, que a pessoa fazia sua horta de alimentos na beira da casa, no seu quintal, era sempre feito pela roça, jogado a semente. A terra nunca se viu fala de ponhar adubo...nada. A terra tem uma riqueza tão grande, porque os ciclo das água, quando repontava, apodrecia o mato, que tinha seco nas capina no meio da

roça e virava adubo e aquilo enriquecia o solo. Então, a gente nunca preciso de compra adubo, nem adubar, nem fazer horta separado, jogava a semente e lá produzia à vontade. Então, a gente não tinha preocupação com horta, nem com nada, era tudo junto e sempre tinha alimento farto e sabiam que nunca ninguém uso veneno, nem tratamento pra folha, nada, porque a força da planta não entrava doença, nada e o peixe, o pessoal quando tava pronto, que pegava aquela vara baixa do baxil, onde era os franco de arroz, aquilo ali era uma reprodução de peixe tão grande, que era como se compara uma bixera de peixinho comendo as planta, os arroz. Então, nesse período das cheia, nós...nosso serviço era pesca, e pescava para o sustento, muitos do nosso pessoal vendia o peixe, muitos compraram o barco, carroça, cavalo, arado, essas coisa pra poder facilita a manutenção nas ilha, transporte, essas coisa. Com o dinheiro do peixe, então, só tinha riqueza dentro desse ciclo das águas e quando as água baixavam as terra ficava fértil e nós continuava plantando, sem ir lá. Não se existia veneno e nem semente tratada, era tudo semente criola, que a gente produzia a própria semente, criava os animais.... A única forma que nós melhorava a genética do nosso criame era trocando com os vizinho, por exemplo, o porco a gente trocava cachacinho com o vizinho lá longe, aí os porco tudo bonito, grande, o bezerro... Então, assim, a gente fazia continua as espécies fazeno o sistema de troca de plantas e de animais, questão de sementes e a comunidade vivia bem, sem endividamento, sem nada. Hoje nós estamos tudo "lascado", porque a assistência técnica que nós recebemos no assentamento da ilha do Cavernoso, depois que viemos pro assentamento, ela nos orientou a pranta uma planta só, alegando que nós ia produzir mais Uma planta ira rouba o alimento da outra. Então, isso ia rende na produção, a produção ia sê melhor, nós ia consegui mais renda. Então, comecemos a planta arroz, só arroz; milho, só milho; feijão, só feijão; e assim até hoje os ilhéus vão perdendo seu modo de vida, de cultiva a terra, de sustentabilidade e ainda, assim mesmo, hoje, com um sistema que é inchado, ela fica um poco difícil, já estamos passando veneno nas terra pra limpa as planta, pra cultiva e isso tá saindo do nosso mundo e nós temo que viver, conviver com isso, porque não tem outras condições, então é um pouco isso [...] (Antônio Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

O relato demonstra como era desenvolvida a agricultura nas ilhas habitadas pelos camponeses ilhéus anteriormente. As práticas produtivas eram diversificadas, não se tinha o interesse de produzir somente uma cultura, já que a comercialização em larga escala não era o objetivo primeiro. É interessante observar que o sistema agrícola estava relacionado com as cheias do rio Paraná, o que demonstra que os ilhéus possuíam com a água não só um vínculo afetivo, mas também produtivo. Na época das cheias a produção aumentava, possibilitando com que eles vendessem parte dela, podendo assim, adquirir alguns bens materiais, entretanto, este não era o foco da agricultura por eles desenvolvida. Com a transferência para o assentamento, estes camponeses são incentivados a se dedicar a uma única produção, no caso a laranja, em razão da atuação dos órgãos de assistência técnica. Os conhecimentos que eles possuíam até então são colocados em segundo plano, visando melhor inseri-los ao mercado. Aí reside o principal motivo do insucesso desta iniciativa.

Nos lotes do assentamento, destaca-se o trabalho familiar, o que caracteriza a produção como camponesa (CHAYANOV, 1974). Entendemos que o centro da apreciação sobre o campesinato está no núcleo familiar e no balanço entre trabalho e consumo em determinada unidade produtiva, como mostra Chayanov (1974, p. 47):

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción. Y puesto que en la unidad económica que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición e el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina.

Assim, é a mão-de-obra familiar que garante aos camponeses a reprodução do seu modo de vida e trabalho. Esta análise privilegia os aspectos econômicos, todavia, sem deixar de considerar os demais. De tal modo, o camponês deve ser entendido não somente pelo viés econômico, como também por suas relações sociais, políticas e culturais, ou seja, a unidade camponesa é altamente integrada (SHANIN, 1983). O camponês é criado e recriado pela contraditória forma com que o capitalismo se relaciona com ele. Ao mesmo tempo em que ele o expropria de seus territórios, ele também utiliza de sua mão-de-obra para poder se expandir. Por isso, no capitalismo, o camponês é inserido marginalmente.

O campesinato se reproduz no sistema capitalismo devida a sua maleabilidade. Como sua principal característica é o trabalho de base familiar, destinado em primeiro lugar a sobrevivência, a intensidade deste é definida de acordo com as necessidades da família. Nos casos em que a mão-de-obra ofertada pelos camponeses é superior a demanda da unidade produtiva é comum que ocorra o assalariamento dos camponeses, o que o autor denomina como trabalho assessorio.

Cabe assim, conhecermos as necessidades de consumo e a capacidade de produção das unidades familiares para entendermos como nelas se desenvolve a territorialidade camponesa na dimensão econômica do território.

De tal forma, no PC Ilhéus as produções desenvolvidas nos lotes têm como primeiro objetivo suprir as necessidades das famílias que neles vivem. A circulação e comercialização destas mercadorias compõem o segundo objetivo, dadas as dificuldades citadas acima e o estilo de vida destes agricultores. Assim, o modo de produção que ali ocorre demonstra sua particularidade não só pelas relações de trabalho empregadas, mas também pelo destino dado à produção.

O trabalho familiar é uma das condições para ser ilhéu e esta é a que mantém o domínio sobre o território, ou seja, exercer uma territorialidade que garanta aos camponeses assentados o controle sobre a terra a eles concedida pelo Incra. Sobre isso, uma preocupação demonstrada nos relatos refere-se à saída dos jovens do assentamento. Este fato tem exigido em algumas famílias maior carga de trabalho para cada membro. Nas épocas de colheita, o trabalho familiar tende a não ser suficiente, nesses casos recorre-se a ajuda dos vizinhos, como forma de organização, o que é explicado por Pedro Tavares Pereira:

[...] na época da colheita tá tendo um problema muito sério, nós estamos ficando sem mão-de-obra, nossos filhos, nossos jovens, como já te falei, estão saindo para caçar seus meios... Um problema grande... Estão ficando só as pessoas adultas. Na época da colheita da laranja, do milho é difícil pessoa. Não é fácil... Tem que fazer mutirão, tem que pedi pra tá junta pra colhe as laranja, então tá nessa forma (Pedro Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

O relato demonstra como as práticas de vida dos assentados testificam a teoria exposta por Chayanov (1974). A preocupação com a existência de condições que garantam a realização do trabalho de base familiar demonstra o entendimento de que se outras relações como o assalariamento, por exemplo, passarem a ser desenvolvidas no assentamento, os assentados podem perder o controle sobre o território. A saída dos jovens exige que os membros restantes das famílias intensifiquem sua carga de trabalho. Para não recorrer a outras relações de trabalho, nos casos onde isso não é suficiente, especialmente na época da colheita, faz-se necessário requerer à ajuda de outras famílias assentadas em um sistema de ajuda mútua. É comum que quando termina o trabalho da colheita a família beneficiada com o mutirão realize um festejo em comemoração e como forma de retribuir o auxílio recebido dos demais.

Observa-se assim, que a dimensão econômica, enfatizada na busca pelo trabalho familiar, é tida como de grande importância para o controle ou não do território para o camponês ilhéu. Todavia, ela influencia e é influenciada pelas demais, daí a importância de olharmos para a multidimensionalidade do território. Um exemplo é o da busca pela implantação de uma indústria de beneficiamento de polpa de laranjas no assentamento, processo vivido pelos agricultores anos atrás. A intenção de criar esta indústria era justificada pela possibilidade de controlar todo o processo de produção, industrialização e comercialização da laranja e não apenas uma parte. Assim, seria agregado valor aos produtos gerados nos lotes.

Todavia, esta iniciativa foi barrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que apresentou resistência ao projeto, dizendo que os resíduos gerados iriam para os corpos d'água, inviabilizando sua execução. A relação entre as dimensões ambiental e econômica do território do assentamento exigiam que esta proposta de desenvolvimento não progredisse. Neste caso, observa-se também a questão da multiescalaridade do território, já que o IAP, órgão do governo estadual, ou seja, o 1º território normatizava o uso do 2º território (assentamento rural).

Dentre os recursos e programas que auxiliam para que a agricultura camponesa se desenvolva de maneira autônoma, no trabalho de campo verificamos que a principal linha de crédito utilizada pelos agricultores é o Pronaf. Contudo, poucos têm conseguido acessar a este tipo de financiamento produtivo, devido ao alto índice de inadimplência entre os assentados do Ilhéus, o que tem impedido a negociação desses com os bancos.

Além disso, também tivemos a oportunidade de acompanhar uma reunião entre os participantes da Associação dos Agricultores Assentados da Comarca da Ilha do Cavernoso onde se discutiu a possibilidade de inclusão de ao menos 35 famílias no Programa de Aquisição Alimentar (PAA) do Governo Federal. Este programa tem como objetivo garantir a compra de produtos originários da agricultura familiar, destinando-os aos estoques governamentais sem a necessidade de licitação. No caso, os alimentos seriam destinados a merenda escolar do município de Cândói. Os agricultores beneficiados teriam garantida a compra de parte ou da totalidade de sua produção.

Deve-se salientar que apesar de o Pronaf e o PAA ajudarem os agricultores a desenvolverem o modo camponês de produção eles se configuram apenas como

medidas paliativas, já que não compõem um projeto estrutural de mudança na agricultura onde o campesinato figure como detentor de um modelo de desenvolvimento alternativo.

5.3.3. - Dimensão política

Um fato característico dos projetos de colonização e que também se observa no Ilhéus é a ausência de organização política, o que contribui para que mesmo passados quase 30 anos de quando foram expulsos de suas terras ainda não terem sido indenizados. Assentamentos deste tipo têm origem na luta pela terra, mas apenas uma pequena parcela deles nasce das ocupações de terra. Não são consequência da ação dos movimentos socioterritoriais, e em muitos casos, nascem de conflitos isolados. Isso contribui para que posteriormente haja pequena organização política por parte dos assentados, sendo muito recorrentes as tomadas de decisão individuais em detrimento do coletivo.

Assim, no PC Ilhéus não atua nenhum movimento socioterritorial. O principal instrumento de conscientização de classe entre os assentados é a Rede Puxirão, que concentra várias comunidades tradicionais na busca pelo seu reconhecimento político, social e cultural. Nesta rede, ao lado dos ilhéus também estão faxinais, quilombolas, índios, benzedores e benzedadeiras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras e religiosos de matriz africana. As ações da Rede Puxirão no assentamento são basicamente voltadas pela busca do reconhecimento dos ilhéus como um tipo de camponês que requer políticas específicas, todavia, verifica-se que o engajamento dos assentados à rede ainda é baixo.

Esta situação de ausência da influência dos movimentos socioterritoriais sobre os camponeses foi diferente durante parte da década de 1990, quando o MST atuou junto aos assentados, demonstrando que a luta deles pelo reconhecimento enquanto ilhéus deveria estar associada à luta dos agricultores sem-terra, já que ambos eram prejudicados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. O MST agregou parte dos agricultores que eram excedentes nos lotes, levando-os para acampamentos organizados na região, sendo que muitos deles chegaram a ser assentados. Todavia, essa influência seria amenizada quando em 2 de maio de 2000, uma das lideranças dos ilhéus seria assassinada em manifestação realizada

pelo MST, através de uma marcha que rumava para Curitiba, como mostra o seguinte relato:

[...] até sofremos um massacre, em 02 de maio de 2000, na BR 277 com relação à morte do Antônio Tavares Pereira, que foi assassinado pela Polícia do Lerner, quando ia numa mobilização pela reivindicação de um direito que estava bloqueado no Incra, pra impossibilitar o desenvolvimento dos assentamentos. Então, o movimento sem-terra fez uma mobilização pra poder reivindicar esse direito ou então pressionar o governo pra liberar esse recurso. Aí houve algumas infiltrações de pessoas que pensaram contra o movimento e isso levou o governo a mobilizar o batalhão dele, da Polícia Militar, que cercou os sem-terra e nesse episódio o Antônio Tavares Pereira estava junto na coordenação e foi falar com o comandante, quando foi alvejado por um policial militar. Isso nos causa mais indignação ainda, porque em um país que se diz democrático e a democracia é violada, quando tiramos o direito de ir e vir, de reivindicar, de falar... Então, essas coisas pra nós são muito doloridas, nós sentimos na pele isso. Desde a violação, quando tivemos que sair e não recebemos nossa terra de volta, até hoje (Antônio Tavares Pereira - Liderança do PC Ilhéus - 15/03/2010).

Após este drástico episódio, a atuação do MST junto aos camponeses do PC Ilhéus foi aos poucos perdendo a intensidade a ponto de ser quase inexistente atualmente. O assassinato desta liderança gerou uma espécie de “terrorismo psicológico” nas pessoas que estavam envolvidas ou que pretendiam se envolver com a luta pelo acesso à terra.

Posteriormente, o MPA também desenvolveria algumas ações no território do assentamento, auxiliando a Associação dos Agricultores Assentados da Comarca da Ilha do Cavernoso a adquirir um caminhão, porém esta parceria não progrediu, devido ao desinteresse dos assentados em se vincular aos projetos do movimento.

Portanto, na dimensão social do PC Ilhéus, não existe uma conscientização coletiva embasada nos moldes dos movimentos de defesa dos camponeses. A Rede Puxirão possibilita uma aproximação da luta dos ilhéus com a de outros povos tradicionais, todavia, para o desenvolvimento do assentamento poucas ações são tomadas. Apesar de oferecer uma importante contribuição para que os agricultores assentados se conscientizem enquanto classe social, a rede não tem sido suficiente para que os agricultores entendam que a situação em que vivem é consequência da Questão Agrária e que por isso, as lutas por eles realizadas devem estar em sintonia com as que são travadas por outros assentados e também pelos sem-terra.

Essas condições nos demonstram que as conclusões a que chegaram Tavares dos Santos (1984) e Ianni (1979) também se aplicam ao assentamento estudado: os projetos de colonização freiam a mobilização social dos agricultores e desestabilizam a luta pela terra na região de origem dos colonos. Assim, a criação do PC Ilhéus e dos demais assentamentos frutos do conflito gerado pela criação do lago de Itaipu, serviu para que os ilhéus se pulverizassem pelos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, desestabilizando a luta pela indenização.

5.3.4. - Dimensão ambiental

Sem organização social torna-se mais difícil para os assentados permanecerem na terra, oferecendo resistência, a fim de evitar com que novamente sejam expropriados. O território do assentamento é dominado pelos camponeses, todavia, nele ocorre uma permanente disputa. Uma prova disso está sendo observada nas ações do IAP que tem questionado a aproximação dos lotes com os corpos d'água. A razão deste fato reside no processo de criação do assentamento, na área que foi destinada para que ele fosse implantado. A denominada "Ilha do Cavernoso", antes do assentamento, era cogitada para ser transformada em área de reserva legal. Porém, com a pressão exercida pelos ilhéus, que estavam vivendo em acampamentos e a escassez de terras passíveis de desapropriação, ela foi destinada ao assentamento das famílias. Com a instalação do assentamento, decidiu-se que dois lotes ficariam reservados para reserva, porém isso não foi observado, dada a grande demanda por terra. Também foi estabelecido, com base no Código Florestal que nos lotes seria permitido o desmatamento de apenas 80% da área, contudo, por falta de fiscalização muitos apresentam índices maiores.

Por estes motivos, mais de 26 anos após a implantação do assentamento, o IAP está requerendo que seja observada uma distância de 100 metros entre as construções e os corpos d'água, fato que obrigaria a grande maioria das famílias assentadas a abandonar os lotes. Apesar de o assentamento ser um território pertencente aos ilhéus, o Estado tem poder para poder regulamentar seu uso, influenciando desse modo, na vida dos assentados.

Essa disputa demonstra que na implantação do assentamento buscou-se uma solução que contemplasse a dimensão social dos territórios atingidos, todavia, não

se pensou na dimensão ambiental. Buscou-se implantar os lotes próximos aos corpos d'água, todavia não se levou em consideração os danos ambientais que tal fato poderia gerar, tornando inviável o assentamento. É digno de nota, que somente no ano de 1985, ou seja, um ano após a criação do assentamento é que seria criada a política nacional de avaliação dos impactos ambientais por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Esta política previa que fossem realizados estudos prévios e audiências públicas antes da execução de grandes empreendimentos como este assentamento. Se esses procedimentos tivessem sido tomados, o conflito entre os assentados e o IAP poderia ter sido evitado.

5.4. Considerações sobre os PC's

A análise realizada aqui demonstra que o PC Ilhéus possui diferenças se comparado com demais projetos de colonização. O entendimento de colonização utilizado nos projetos efetivados durante o Regime Militar era o de povoar áreas com baixa densidade demográfica e ofertar o acesso a terra a quem não a possuía ou que então a possuía de maneira precária. No caso do PC Ilhéus o que ocorreu foi a oferta de terra a quem já a possuía, mas que a perdeu devido a obras que potencializariam a ascensão do capital. Como observamos através dos relatos, também outros assentamentos do tipo PC tiveram processo semelhante, estando relacionados a expropriação das famílias que tiveram suas terras inundadas devido a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Assim, os PC's não são uma ação de povoamento e sim de compensação social. O próprio fato de os ilhéus expropriados exigirem terra no estado do Paraná demonstra que a demanda surge antes da intenção de se efetivar o projeto, ao contrário do que ocorre nos demais projetos de colonização.

De tal forma, os PC's demonstram diferenças para com os demais projetos de colonização em seus processos de origem e composição.

CAPÍTULO VI

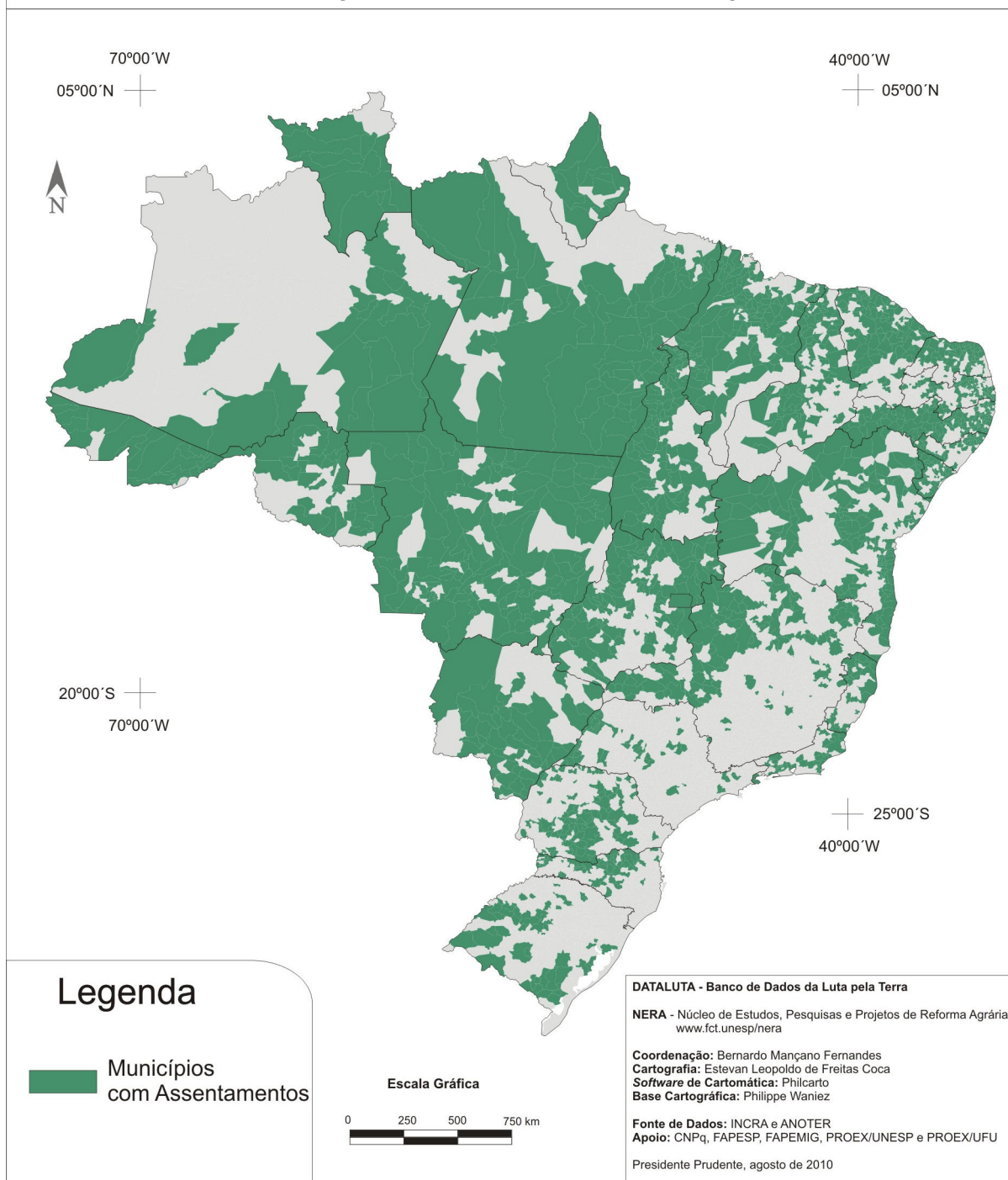
A territorialidade dos assentamentos do tipo PA

Neste capítulo, fazemos uma análise da territorialidade dos assentamentos do tipo PA, tomando como referência resultados obtidos em campo, quando visitamos os PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu e Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. Esses assentamentos são consequência da luta pela terra, realizada pelo MST por meio da ocupação do maior latifúndio do sul do Brasil. Mostramos como a territorialidade desenvolvida no assentamento começa a ser gestada ainda na ocupação, tendo grande influência da concepção de desenvolvimento que o MST possui.

6.1. - A representatividade dos PA's para a territorialização da reforma agrária no Brasil

Dentre os 20 tipos de assentamentos RA registrados no Dataluta, o PA é o que possui maior número. No Brasil, correspondem a 77% do total, com 69% das famílias e 37% da área, estando presente em todas as unidades federativas (Mapa 02). Esta discrepância entre os números de assentamentos e de famílias, comparados a área é explicada pelo fato de os assentamentos PA terem características agro-pastoris. Especialmente na região Norte, alguns assentamentos possuem características agro-florestais, onde os lotes são maiores, devido às territorialidades neles desenvolvidas. No Paraná, a predominância do PA é ainda maior, correspondendo a 93% dos assentamentos implantados e 92% das famílias assentadas e da área. No Território Cantuquiriguaçu, são 87% dos assentamentos, 95% das famílias e 91% da área. Portanto, este tipo de assentamento corresponde à maior parte das ações de reforma agrária que têm sido efetivadas no Brasil nos últimos 25 anos. Entendê-lo é fundamental para tecermos uma interpretação sobre a atualidade das políticas de territorialização do campesinato no território nacional.

Mapa 2 - Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1961-2009 Municípios com Assentamentos do tipo PA



O processo de implantação destes assentamentos foi intensificado após a redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980. Isso demonstra que estão relacionados a uma conjuntura de fortalecimento dos movimentos socioterritoriais e a conseqüente intensificação da luta pela reforma agrária. Por isso, 78% dos PA's são oriundos da desapropriação de terras, conseqüência das

ocupações realizadas pelos camponeses organizados. Assim, a análise deste tipo de assentamento passa pela compreensão da correlação de forças entre os movimentos socioterritoriais, o capital (concentrador de terra e poder) e o Estado. É isso que vai mostrar o histórico da implantação dos PA's estudados nesta pesquisa, como veremos no tópico à seguir.

6.2. - A conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado: do território do latifúndio ao território do campesinato

Para a análise dos PA's do Território Cantuquiriguaçu visitamos 3 assentamentos, que são o Ireno Alves dos Santos e o Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu e o Celso Furtado, localizado no município de Três Barras do Paraná. O histórico da implantação destes assentamentos está relacionado com o enfrentamento do MST com o maior latifúndio do sul do Brasil, pertencente à empresa Giacomet Marodin Indústria de Madeiras - SA, com sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Este latifúndio ocupava 83 mil ha, se estendendo pelo território dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Nele, a principal atividade desenvolvida até então era a exploração de madeira. Contudo, grande parte deste território não era explorada, por este motivo ele despertava o interesse dos camponeses sem-terra, que viam ali a possibilidade de desapropriação tendo como fim a reforma agrária.

Conquistar este latifúndio era um antigo desejo dos movimentos de luta pela terra no Paraná. Os primeiros enfrentamentos ocorreram no ano de 1980, quando surgia no estado um enorme contingente de agricultores sem-terra, em razão dos efeitos devassos gerados pela “modernização conservadora” pela qual passou a agricultura brasileira²⁰. Inspirados em outras lutas que vinham ocorrendo no sul do país, especialmente em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, agricultores sem-terra ocuparam 1.000 ha do latifúndio, já que a imprensa havia noticiado que ele havia sido desapropriado. Todavia, imediatamente houve a reação dos latifundiários, que

²⁰ Na década de 1970 deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários no estado do Paraná, ao mesmo tempo em que a população rural pela primeira vez deixava de ser maior do que a urbana (MORO, 2000).

contavam com o apoio de jagunços e da Polícia Militar paranaense. Sobre esse episódio, escreve Fernandes (1999, p. 55):

Foi uma operação de terror: rajadas de metralhadoras por sobre a cabeça das pessoas deitadas; amarraram outras em árvores e torturaram. Foram despejados, mas ficou a marca, tanto nos corpos de muitos trabalhadores como em suas mentes. Aquele latifúndio haveria de ser conquistado. Do decreto de desapropriação não se falou mais. O Incra não se manifestou. Àquela terra tinha um destino: a conquista pelos camponeses. Era uma questão de tempo, de se fazer a história.

Passado este acontecimento, o MST se estruturou no Paraná, unificando sua luta com a de outros movimentos que atuavam no estado, dentre estes o Mastro, o Mastes e o MTJ. Em janeiro de 1984, ocorreria em Cascavel o 1º Encontro Nacional do movimento, acontecimento que marcou a sua fundação. A partir destes fatos, se intensifica a territorialização do MST por outros estados da federação (FERNANDES, 1999), vindo a se tornar o maior e mais organizado movimento socioterritorial da América Latina.

Esse fortalecimento do movimento ocorria concomitantemente ao processo de redemocratização do Brasil, um período de mudanças nas diversas escalas de poder. Em 1982, a conjuntura ficaria ainda mais favorável a organização camponesa no Paraná, quando José Richa é eleito governador estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nomeando para a pasta da Secretaria da Agricultura o agrônomo Clauss Germer, conhecido defensor dos movimentos de luta pela terra.

Assim, dos meados da década de 1980 até a os meados década de 1990 as ações dos sem-terra no Paraná impulsionam a execução de algumas políticas de reforma agrária, especialmente através dos assentamentos do tipo PA. Contudo, a conquista do latifúndio da Giacomet Marodin ainda se mantinha na agenda de lutas dos movimentos de luta pela terra. O relato de Danilo Ferreira, uma das lideranças MST, que vive no assentamento Ireno Alves dos Santos, demonstra como este território era visto pelos sem-terra:

[...] essa área, ela há muito tempo, desde que surgiu o MST no Paraná como organização, começou a se discutir; até porque (era) um dos principais, ou o principal latifúndio do Paraná e a intenção das lideranças era ocupar isso porque na verdade nós estaríamos fazendo uma disputa nos extremos com os fazendeiro e aí até quando ocupavam outras áreas os caras diziam: “porque vocês não ocupam a Giacomet”. Eles desafiavam no debate e por várias vezes foram feitos acampamentos aqui na região, pensando em reunir famílias pra ocupar essa área, mais nunca conseguimos chegar a um número

bom de famílias para que se desse uma conjuntura favorável para se poder bancar uma ocupação desse nível, então, ia indo pra áreas vizinhas, tem aqui o assentamento Chagú, vários assentamentos em Cantagalo, Laranjeiras, poderia citar aí vários, mais eram famílias sendo organizadas tentando vim pra cá. Aí não dava o número suficiente você tinha que ir pra outro lado [...] (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos - 16/03/2010).

A fala demonstra que enfrentar este latifúndio era, acima de tudo, uma disputa por território imaterial. Era uma questão de honra para os sem-terra ferir aquele que era, na região onde viviam, o maior expoente da relação produtiva que lhes causara a miséria. Em várias oportunidades, o movimento se organizou para conquistar este território, entretanto não houve forças suficientes para consegui-lo. Ocupar uma área tão grande e com tamanha representatividade não era algo que poderia ser feito de qualquer forma. Era necessária a organização de um número de famílias suficiente para resistir às ações dos latifundiários, na defesa de seu território.

As intenções que o MST possuía para este território no referido período também são expressas na entrevista concedida por Elemar Cezimbra, militante do MST que atua no Território Cantuquiriguaçu ao Jornal dos Sem-terra:

O latifúndio da empresa, com aproximadamente 100 mil hectares, rodeado de minifúndios e famílias camponesas pobres, era o sonho de todo sem-terra. No entanto, era temido por sua violência extrema, com uma guarda de pistolagem com mais de 60 homens fardados, que cometeram inúmeros assassinatos, com cadáveres enterrados nas matas e que até hoje não foram investigados. A área era totalmente grilada e, além de devastar totalmente a madeira de lei, era improdutiva. Em 1996, a região centro já contava com mais de 1,5 mil famílias assentadas, a maioria em lugares remotos, de difícil acesso, com extremas dificuldades de desenvolvimento. Neste momento, o MST nacional discutia que a Reforma Agrária tinha de ser feita em boas áreas e que o latifúndio, independente da dimensão que tivesse, não cumpria a função social (ENGELMANN, 2009).

Fica claro que a conquista do latifúndio da Giacomet Marodin fazia parte da estratégia de fortalecimento do MST no Território Cantuquiriguaçu. Através de suas lutas, o movimento já havia conquistado alguns assentamentos na região, porém, tinha-se o entendimento de que era preciso lutar por áreas dotadas de melhores condições, como era o caso desta propriedade.

Passados 16 anos da primeira ocupação realizada no latifúndio, em 1996 seria gerada uma conjuntura que possibilitaria novamente a ação dos sem-terra neste território. Em março deste ano, nas margens da BR-158, nos municípios de Saudade do Iguaçu e Laranjeiras do Sul são formados dois grandes acampamentos

onde seria criado o espaço político que posteriormente possibilitaria a ocupação. No mês de abril, as cerca de 3 mil famílias que participavam destes acampamentos, totalizando quase 15 mil pessoas, saem em marcha rumo ao latifúndio, vindo, finalmente a ocupá-lo.

Ocorria assim, a maior ocupação de terras já registrada no sul do Brasil. O momento da entrada dos sem-terra, abrindo a porteira da fazenda ficou imortalizado nas fotos de Sebastião Salgado que ganharam notoriedade mundial. Na mobilização dos sem-terra houve grande contribuição da Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná (Coagri), que colocou sua infraestrutura a disposição dos sem-terra, com tratores, caminhões, carros e escritórios, demonstrando a solidariedade daqueles que já possuíam terra com aqueles que ainda não a possuíam (ENGELMANN, 2009).

A ocupação representava o enfrentamento do sem-terra contra o latifúndio. As famílias pertencentes ao MST manifestavam sua resistência perante o processo desigual e contraditório de desenvolvimento do capitalismo. Buscavam sua recriação. Com a ocupação é criado um novo espaço de luta pela terra, que é o acampamento (FERNANDES, 1999). As famílias que participaram da ocupação da fazenda da Giacomet Marodin passam a morar no acampamento “Buraco”, que ficava instalado nas margens da BR-158, junto ao rio Xagú e próximo à sede da fazenda ocupada. Neste novo espaço de luta e resistência, os sem-terra viviam em situação de extrema miséria, todavia, adquirindo grande conscientização política, entendendo a importância de lutar coletivamente. Era uma pequena área, onde viviam as quase 15 mil pessoas. Dada a proximidade do Xagú, o mesmo local onde lavavam as roupas era de onde tiravam água para beber e fazer comida. Durante este primeiro período de acampamento morreram cerca de 20 crianças, por fatores como a desnutrição e a insuficiência respiratória, motivada pela grande quantidade de fumaça que saía das barracas e não tinha para onde se dispersar, já que as barracas ficavam em uma área de depressão (INCRA, 2006).

Muito se destacou nesse período a atuação de uma religiosa católica chamada irmã Lia, que contribuía com a oferta de refeições para que os acampados, especialmente as crianças tivessem uma dieta alimentar mais equilibrada (HAMMEL, SILVA e ANDREATTA, 2007).

Já no acampamento começava a ser gestada a territorialidade dos assentamentos em estudo, pelo fato de o MST lá trabalhar com a organicidade de seus membros, visando à tomada de decisões pelo coletivo e evitando o individualismo. Foram formados grupos de 20 a 30 famílias, dentre os quais eram eleitos coordenador geral, de infra-estrutura, saúde, alimentação, acompanhamento e negociação. Em cada grupo uma pessoa era incumbida de cuidar dos assuntos de educação e outra da catequese. Na reunião geral era tomado extremo cuidado para que não entrassem “penetras”, ou seja, pessoas que vinham em busca de obter informações que pudessem prejudicar as ações dos sem-terra (SILVA, ANDREATTA, 2007).

Como as dificuldades de saúde, higiene, alimentação e moradia no acampamento se tornavam cada vez maiores, os acampados começam a criar estratégias de entrar efetivamente na fazenda. Nessa época, uma das lideranças que se destacava entre os acampados é a de Ireno Alves dos Santos, que posteriormente seria homenageado com o nome de um dos assentamentos conquistados. Depois de algumas discussões eles resolvem agir e ocupam um ponto denominado “Portão”, que possuía um grande valor simbólico, pois nele existia uma guarita, onde ficavam vários pistoleiros visando proteger a fazenda. Neste episódio, cerca de 150 sem-terra prenderam os jagunços e os entregaram a polícia. Neste local, hoje existe o portão de acesso ao PA Ireno Alves dos Santos (Figura 06)

Figura 05: Portão de acesso ao PA Ireno Alves dos Santos



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

Com a ocupação da área onde ficavam as guaritas parte do acampamento muda para lá. Passam-se três meses e nenhuma medida é tomada pelo Poder Público, indicando a desapropriação da área. Com isso, a situação de miséria dos acampados tornava-se cada vez mais alarmante. Eles não podiam produzir no “Buraco”, pois este era uma área de preservação. Em assembléia, decide-se por ocupar a sede da fazenda. Assim, milhares de sem-terras marcham para dentro da propriedade sob o grito de ordem: “É necessário plantar”. Depois de caminharem cerca 14 km se estabelecem em uma área 2.500 ha que estava sendo negociada para desapropriação, onde se dividem em 83 núcleos de trabalho.

Ali os acampados viveram durante alguns meses à espera da conclusão do trâmite do processo desapropriatório. Esta situação de espera só terminaria quando em 16 de janeiro de 1997 ocorreu um dos fatos mais dramáticos de todo o histórico de conquista da área. Dois acampados, Vanderlei Neves e José Alves dos Santos haviam saído para trabalhar quando repentinamente são surpreendidos por pistoleiros contratados pelos latifundiários que os atacam com fuzis AR-15, assassinando-os (SILVA, ANDREATTA, 2007). As perícias realizadas demonstraram, devido a marcas de sangue no chão, que os pistoleiros arrastaram os corpos por cerca de 100 m mata adentro para que desse a entender que eles haviam invadido uma área da empresa que não estava sendo requerida para desapropriação.

Depois desse acontecimento, que causou grande repercussão política, o processo de desapropriação foi acelerado e enfim, no dia seguinte ao assassinato foram desapropriados 16.852 ha que deram origem ao PA Ireno Alves dos Santos. Todavia, nele foi possível o assentamento de apenas 900 famílias, outras 606, excedentes, permaneceram aguardando terra. Deve-se salientar que nesta fase, passados nove meses de acampamento, cerca de metade das famílias já haviam desistido, devido às dificuldades citadas acima. O processo de escolha das famílias que seriam assentadas era denominado pelos acampados como “peneirão” (INCRA, 2006).

Em novembro de 1998, os acampados excedentes decidiram ocupar outra área do latifúndio, denominada “Paraíso”. Essa ocupação impulsionou a criação do PA Marcos Freire, também através de processo desapropriatório. Para este assentamento foi destinada uma área de 10.095 ha, divididos em 602 lotes. Como

nesse intervalo, outras famílias que participavam do acampamento desistiram da espera, o número de assentados foi completado com famílias que integravam outros acampamentos do MST e um grupo de dissidentes do acampamento.

Assim, o enfrentamento dos camponeses sem-terra com o latifúndio culminava na criação de dois assentamentos, quase vinte anos após a primeira tentativa de ocupação da área. O sucesso na disputa por este território influenciou a incorporação de novas famílias à luta pela reforma agrária no Território Cantuquiriguaçu, mostrando que a implantação de assentamentos serve como trunfo dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999). Deste modo, tendo como base a luta dos assentados nos PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, agricultores sem-terra iniciariam mais uma disputa com o latifúndio, a qual originaria o PA Celso Furtado.

Esta disputa começa quando em 1999, o MST no Paraná decide intensificar suas ações buscando a desapropriação dos cerca de 57.000 ha que ainda existiam do latifúndio da Giacomet Marodim, que já havia mudado de nome, chamando-se Araupel - SA. No dia 12 de janeiro de 1999 é formado um acampamento nas margens da BR-158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. O acampamento duraria quatro meses até que fosse tomada a decisão de ocupar a área requisitada. A ocupação ocorreu na madrugada de 10 de maio de 1999, contando com a participação de aproximadamente 800 famílias, que se instalaram em uma área do latifúndio conhecida como "Bacia", onde funcionava uma granja de suíno e também se produzia grãos (COTRARA, 2007). Nos primeiros meses depois de sua formação, o acampamento foi alvo de algumas investidas por parte de pistoleiros contratados pela Araupel, sendo essas foram frustradas. Ocorreram também tentativas de despejo, contudo, devido ao grande número de famílias nenhuma delas foi concretizada.

A disputa seria incrementada quando na madrugada do dia 15 de julho de 2003, cerca de 1.500 famílias que estavam acampadas nas margens da PR-158 também ocuparam a propriedade da Araupel, como forma de pressionar o governo a transferir este território dos latifundiários para os sem-terra. São criados núcleos de dez famílias, sendo que cada cinco desses formaria uma brigada. Essa organização influenciaria posteriormente a divisão dos lotes. Essa disposição se dá ao redor de

uma área onde ficava o silo da propriedade, formando o acampamento José Abílio dos Santos.

Assim, dois acampamentos são formados na área do latifúndio, o da “Bacia” e do “Silo”. As famílias que participavam de ambos são cadastradas pelo Incra e no dia 17 de novembro de 2004 seria efetivada a arrecadação daquela área e oficializada a implantação do PA Celso Furtado. O assentamento ocuparia uma área de 23.733 ha, divididos em 973 lotes. Deve-se ressaltar, que até a realização das visitas a campo, essa questão do parcelamento ainda não era definida, já que devido a um reflorestamento feito com araucárias o número de lotes ainda pode ser modificado.

6.3 - A territorialidade dos PA's: a influência do MST

6.3.1. - Dimensão social

Durante o período de acampamento, os sem-terra pertencentes ao MST são conscientizados acerca da importância do coletivo. Decisões individuais enfraquecem a luta, dificultando a conquista e manutenção de territórios pelo campesinato. Essa idéia se reproduz após a conquista da terra, quando os assentamentos rurais são implantados, influenciando no modelo de gestão dos territórios. Práticas de organização social que começaram a ser formadas ainda no acampamento são mantidas no assentamento, configurando suas territorialidades.

O Plano de Consolidação do Assentamento Ireno Alves dos Santos (2004, p. 47) demonstra que a organização em grupos de famílias, utilizada ainda no acampamento é aplicada também no assentamento:

A população do assentamento Ireno Alves está distribuída nos lotes agrícolas. O conjunto de vários lotes próximos forma o *Grupo*. O Grupo é a organização primária do assentamento, tendo sua origem ainda no "acampamento", onde cada um deles recebeu um número que se conserva até hoje. No assentamento existem, distribuídos aleatoriamente, 41 Grupos, com uma média de 23 famílias por Grupo. O conjunto de vários Grupos situados numa determinada área forma a Comunidade que, em número de 15, estão espalhadas por todo o assentamento, sendo que a distância entre elas varia de 2 até 20 km.

Os grupos são formações elaboradas quando os camponeses ainda estavam acampados, sendo que em muitos casos, motivaram fortes laços de amizade. O funcionamento do grupo se dá “sem regras escritas, sem diretoria, sem conselho fiscal, sem eleição. Ele tem um coordenador e os integrantes” (INCRA, 2004, p. 48). As comunidades são formadas pela proximidade dos lotes. No assentamento, existem 15 comunidades, mais o Grupo 52, que reúne dissidentes do MST e que também é tratado como comunidade. Dentre estas comunidades, duas se diferenciam das demais pela infra-estrutura que possuem. São elas a Arapongas (figura 06) e a Sede. Cada uma delas possui uma espécie de vila, onde estão as residências; estabelecimentos comerciais com fins variados (bares, mercados, agropecuárias); telefone público e outros.

Figura 06: Comunidade Arapongas - PA Ireno Alves dos Santos



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

Também no PA Marcos Freire este tipo de organização social se reproduz. Nele existem 11 comunidades e assim como ocorre no Ireno Alves dos Santos, essas comunidades estão organizadas em associações, que tem como função “a organização da Comunidade, pelo repasse de informações de interesse das famílias e pelos trabalhos visando à união do Assentamento²¹. Essas Associações estão legalizadas, possuem estatutos e registros jurídicos” (INCRA, 2006). Deve-se

²¹ No PA Marcos Freire a comunidade Santa Luzia é a única que não possui associação.

ressaltar que no PA Marcos Freire, a comunidade APRA se identifica como não pertencente ao MST, apesar de considerar que as lutas de ambos são unificadas.

De tal maneira, observam-se diferentes escalas territoriais nesses assentamentos. A primeira é o lote familiar, onde cada família opta pelas ações que serão desenvolvidas. A segunda é o grupo, sendo que este se forma através de um conjunto de famílias. A terceira é a comunidade, formada por vários grupos e que tem nas associações o seu vínculo formal. Por fim, tem-se a central de associações, que é a responsável pelo controle do território do assentamento como um todo. É importante frisar, que todas essas escalas de organização social do assentamento possuem uma forte influência do MST. A própria forma de divisão escalar é característica do movimento (FERNANDES, 1999).

De modo semelhante, no PA Celso Furtado, a organização começa nos lotes com a família, que é a responsável na tomada de decisão sobre o seu território. Cada conjunto de cinco famílias forma um grupo (núcleo de base) e os núcleos juntos formam uma brigada. No Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é explicada a proposta de divisão em comunidades a ser nele aplicada:

As famílias acampadas na área do futuro P.A. Celso Furtado, decidiram pela criação de 13 comunidades, das quais teriam duas categorias diferenciadas:

- *Comunidades Centrais*: serão 3, situadas nos atuais acampamentos existentes, da *Bacia* e do *Silo* e, outra na área conhecida como *Margarete*, as quais teriam todo tipo de serviços sociais (educação até segundo grau, posto de saúde com farmácia viva e complexo de lazer e esporte).

- *Comunidade Satélites*: serão 10, situadas em volta das três Comunidades Centrais, com a função principal de aproximar os serviços sociais básicos até as famílias que serão assentadas nos lotes mais distantes. O grau de dotação escolar destas Comunidades Satélites dependerá do perfil das famílias selecionadas, assim mesmo contaria com um pequeno posto de saúde (pronto socorro) e uma área de lazer e esporte (campo de futebol, cancha de bocha).

Dentro da área comunitária do *Silo*, vai se situar também uma escola técnica em agroecologia que abrangerá uma área aproximadamente de 48 hectares, ficando para a área propriamente comunitária um total aproximado de 22 hectares (COTRARA, 2006).

É importante salientar, que o conteúdo do trecho acima se refere a uma proposta de organização dos lotes, contida no PDA. Na época em que este documento foi elaborado, os agricultores que hoje estão assentados viviam nos acampamentos do “Silo” e da “Bacia”, aguardando a definição sobre quem iria, de fato, ser beneficiado com a terra. Este documento foi elaborado com a participação

das famílias, todavia, devido a irregularidades como a exploração de áreas que deveriam ser preservadas e a comercialização dos lotes, um novo PDA está sendo elaborado, agora sem a participação das famílias.

Observa-se, que a organização social destes três assentamentos do tipo PA possui como elementos de grande relevância o aprendizado trazido dos tempos de acampamento e o modelo de valorização do coletivo praticado pelo MST, através de suas táticas de luta pela conquista e permanência na terra. O coletivo é valorizado através de núcleos, comunidades, brigadas, agrovilas etc. São ações que visam à construção do território das escalas inferiores para as superiores. O território começa a ser moldado nos lotes, nas decisões tomadas por cada família.

É importante salientar, que o estímulo a nucleação das famílias e a organização dos lotes em comunidades é uma prática incentivada pelo MST em nível nacional, como forma de possibilitar maior socialização e inibir as tomadas de decisão individuais (GOLDFARB, 2007). É uma ação aplicada com o intuito de promover o desenvolvimento sócio-cultural das famílias assentadas, possibilitando o contato entre elas. Esse modelo de organização é observado nos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado. Todavia, deve-se lembrar, que mesmo tendo um incentivo por parte do movimento para o desenvolvimento de práticas coletivas, estes assentamentos tiveram na maior parte do parcelamento de seus territórios a opção pela disposição dos lotes em formato de quadrados, reproduzindo o modelo tradicional de implantação dos assentamentos rurais

Esse sistema de parcelamento vem sendo questionado pelo MST, pelo fato de recortar o assentamento, tornando mais difícil a instalação de componentes da infra-estrutura, em razão do isolamento das casas dentro dos lotes (GOLDFARB, 2007). De fato, esses empecilhos são observados nos assentamentos estudados. Existe muita dificuldade para o abastecimento de água, sendo que este acontece através de minas e poços artesianos, explorados nos lotes. Entretanto, não são todos os lotes que possuem boas condições para esta exploração, sendo chamados de “secos”. Quanto à energia elétrica, essa demanda só foi suprida recentemente, com a efetivação do programa “Luz para Todos” do Governo Federal, que é considerado pelos assentados como uma das heranças mais positivas do governo Lula. No que tange às estradas, nos três assentamentos não existe nenhuma que seja asfaltada. As estradas que existem neles podem ser divididas em principais e

secundárias. Quase de maneira geral, as principais possuem boas condições, sendo “casalhadas” e constantemente melhoradas pelo Incra e pelas prefeituras. As secundárias apresentam condições precárias, muitas são intransitáveis em períodos chuvosos. Isso traz dificuldades não só para o escoamento produtivo, como também para a circulação de pessoas, especialmente as crianças e jovens que se deslocam para as escolas.

A existência de agrovilas facilitaria o acesso à infra-estrutura, um único poço artesiano poderia servir para várias famílias, por exemplo. Também não seriam necessárias tantas estradas secundárias. Entretanto, muitas famílias ainda resistem a este sistema, já que com elas seriam separados os espaços de vida e de produção, ou seja, a área onde se desenvolvem as plantações e criações ficaria mais distante da casa dos assentados. Além do valor simbólico que este fato traz para um camponês (SILVA, 2003), também existiriam maiores dificuldades para as mulheres, que além de trabalhar na agricultura desenvolvem serviços domésticos.

Sobre o processo de divisão dos lotes, Danilo Almeida, demonstra que a iniciativa foi do Incra, que utilizou-se da divisão em quadrados, como forma de recortar o antigo latifúndio. Todavia, essa liderança também demonstra que em muitos casos preservaram-se os vínculos estabelecidos entre as famílias ainda no acampamento.

[...] foi dividido o “taião”, o número de famílias já variava... Um grupo tinha 17 famílias, outro tinha 20, outro tinha 25 e aí o Incra definiu pegando fazer um travessão daqui se ia lá na BR e aí a tantos metros outro travessão fazendo os grande pedaços da (). Depois, cortavam outro travessão no sentido contrário e aí ficavam os grandes lotes, vamos dizer que cabia ali 20 famílias aproximadamente, às vezes 25 [...] Aquele grupo que tinha 25 famílias, por exemplo, ele pegou às vezes um lote, um quadrado daquele, um quadro que tinha o mesmo tamanho do grupo que tinha 17 famílias. Aí nós tivemos reunião em todos os grupos pra que a gente pegasse famílias desse grupo e levasse pra lá e o outro trazia pra cá. Então, isso deu uma certa interferência no tamanho ali dos espaço, só que teve grupo que bancou, falo: “Não! Eu peguei aqui, não vou sair!” Aí, você tinha, as vezes 22 famílias num grupo que nenhum queria sair da área, então, beleza, nós vamos marcar o “taião” de vocês aqui e vai ser isso, vocês vão fica com o lote menor. Aí os caras: “Não, eu não quero saber!” [...] (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos - 16/03/2010)

O relato demonstra que apesar de o Incra ter tomado frente no processo, também houve participação das famílias, que em muitos casos, prezaram pela permanência ao lado dos amigos que constituíram ainda no acampamento. No PA

Celso Furtado, conforme relata Elder Marcelites, um novo elemento, além dos que foram observados nos demais influenciou na definição das famílias que ocupariam os lotes: a intenção das famílias em trabalhar com determinado tipo de produção:

[...] existia três formas de produção no assentamento. A forma de produção [...] orgânica, a convencional e a parte da madeira. Então, a partir do PDA, as famílias que se identificavam melhor com este tipo de produção, iam trabalhar nesse tipo de produção [...] as madeiras eram nas áreas que tinham reflorestamento de pinus, araucária e eucalipto. As áreas de agroecologia [...] foi determinado uma área com vistoria técnica aonde que seria mais viável a esse tipo de atividade. A convencional que era as outras demais áreas, que foi por brigada, cada família formava uma brigada. Foi por sorteio nessas área convencional. (Elder Marcelites - Liderança do PA Celso Furtado - 15/03/2010)

Mostra-se que a disposição das famílias no assentamento seria relacionada a um zoneamento de atividades produtivas que foi pré-estabelecido. Assim, seria reservada uma área de 11.875 ha do assentamento (50%) para a disposição dos lotes familiares, o restante seria destinado a áreas de reserva legal (27%), de preservação permanente (17%), de manejo sustentável (3%) e outros. Isso mostra que as condições ambientais influenciaram sobremaneira na disposição dos lotes do assentamento.

Nos três assentamentos, as famílias não possuem o título de propriedade dos lotes, tendo apenas a concessão de uso. O incômodo com tal fato é apresentado no relato de Danilo Ferreira:

[...] se tu tem um governo mais comprometido que é o exemplo do Lula, a gente fica tranqüilo, mais se entra um governo meio complicado nós vamos ter problemas e talvez nós se apura pra discutir lá na frente. Nós estamos pensando que está na hora de tratar esse assunto e ver qual tipo que se encaixaria pra nós e aí construí na região, em nível de Estado, tem que se um conjunto de debate pra qual o passo nós vamos dar e como é que a gente entra mais nós vamos ter que se estica aqui (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos- 15/03/2010).

Danilo demonstra que ainda existe uma indecisão quanto ao tipo de documento que legitimará o território como pertencente aos camponeses assentados. A concessão de uso é um instrumento que possibilita ao camponês viver e produzir em um território que pertence ao Estado e não a ele. Esta concessão pode ser revogada, de acordo com o interesse de quem gere o Estado. Sendo assim, qual seria o modelo ideal de titulação do lotes?

É sabido que o MST apóia que a titulação seja concedida de maneira coletiva, como um meio alternativo à propriedade privada da terra. De acordo com o artigo 189 da Constituição Federal, assim que o assentamento é obtido e os lotes são destinados às famílias, essas recebem títulos de domínio ou concessão de uso que durante um prazo de dez anos não podem ser negociados. O título de propriedade só pode ser concedido após esse prazo, desde que seja provado que o assentamento possui condições satisfatórias para que as famílias sejam consideradas capazes de se reproduzir autonomamente. Após isso, os beneficiários passam a pagar ao Incra pelos lotes que lhes foram concedidos. Esse processo é denominado pelo Incra como consolidação econômica do assentado.

Durante o governo de FHC, o Incra em parceria com o BIRD incentivou a intensificação desse processo nos assentamentos, buscando que esses fossem consolidados. O MST se posicionou de maneira crítica, pois acreditava que com isso o Estado se esquivaria de sua responsabilidade com as famílias assentadas, e principalmente, possibilitaria que os assentados que possuíssem a intenção de vender os seus lotes pudessem fazê-lo. Essa questão da venda dos lotes vem sendo combatida pelo movimento, que vê na titulação coletiva uma alternativa que pode impedi-la. A titulação seria entregue a uma instituição jurídica que represente os assentados. No estado de São Paulo, projetos embrionários desta concepção têm sido implantados através das Comunas da Terra, como mostra Goldfarb (2007). Nestes casos, são criados assentamentos onde não é prevista a entrega de títulos individuais aos assentados e sim a associações ou cooperativas criadas para este fim. Para isso, tem-se utilizado os dispositivos legais que gerem os assentamentos do tipo PDS, pois estes não prevêem a titulação individual. O movimento acredita que assim, os assentados podem pensar no assentamento como um todo e não apenas nos seus lotes, facilitando a luta e o trabalho na terra de forma coletiva. Todavia, esta idéia ainda carece de amadurecimento. Como os assentamentos estudados não foram moldados pensando-se em tal possibilidade, dificilmente assim também lá ocorrerá. O processo ainda está sendo debatido entre os assentados e entre esses e o Incra.

6.3.2. - Dimensão econômica

Desde o momento em que os camponeses que hoje estão assentados nos três PA's estudados ocuparam o latifúndio da empresa Giacomett Marodin, estava sendo proposto o desenvolvimento de novas relações produtivas neste território. O latifúndio caracterizava-se pela baixa produtividade, pela existência de poucas culturas e pelo trabalho assalariado. Com sua substituição pelo assentamento, essas territorialidades são modificadas, com a existência de culturas diversificadas, voltadas, primeiramente, para o auto-consumo das famílias. É a substituição de um modelo produtivo por outro. Através desse novo modelo, as famílias assentadas lutarão pela permanência na terra, criando estratégias que garantam sua reprodução econômica.

A dimensão econômica da territorialidade dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire tem sido modificada desde o momento em que foram criados. Nos primeiros anos, após a implantação dos assentamentos, destacava-se a produção do feijão e do milho, atualmente a soja também tem se destacado. Entretanto, a principal produção neste tempo tem sido o leite. Esta mesma tendência é observada no PA Celso Furtado, já que existe uma proposta da Emater que visa garantir o leite como principal fonte de renda das famílias. Observa-se, que além da influência do MST na definição da territorialidade econômica destes assentamentos, também se destaca a do Estado, representado pelas agências de assistência técnica. Essas agências influenciam nas produções dos lotes, sendo que em muitos casos, o que era proposto pelas famílias nem sequer começa a ser desenvolvido, prevalecendo as propostas dos técnicos.

A territorialidade camponesa na dimensão econômica dos territórios destes assentamentos pode ser observada no processo e no produto das relações que os efetivam. O processo caracteriza-se pelo trabalho de base familiar, que é predominante nestes assentamentos, como mostram os PCA's do Ireno Alves dos Santos e do Marcos Freire e o PDA do Celso Furtado. Em épocas de colheita, quando o trabalho familiar não é suficiente, geralmente recorre-se ao trabalho de diaristas, que não possuem vínculo formal de trabalho. Contudo, conforme observamos nas entrevistas de Marcelites (2010)²² e Almeida (2010)²³ não se têm

²² Entrevista concedida por Elder Marcelites. Projeto de Assentamento Federal Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, em 15/03/2010.

²³ Entrevista concedida por Danilo Ferreira de Almeida. Projeto de Assentamento Federal Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, em 16/03/2010.

conhecimento de casos de assalariamento nos lotes. É comum nas famílias a existência de pessoas que trabalham fora do assentamento, como meio de completar a renda. Dentre os trabalhos desenvolvidos, duas vertentes são as mais comuns: o comércio das cidades próximas e o funcionalismo público.

O produto da territorialidade é observado pela oferta de alimentos, ao contrário do que ocorre com o capital (agronegócio), que oferece *comodities*. Os entrevistados não souberam dizer a média da renda das famílias, todavia, sabe-se que em casos extremos, chega-se a ganhar mais de sete salários mínimos com a produção de leite, enquanto outras famílias não conseguem sequer um salário mínimo, dependendo dos programas sociais do Governo Federal para suprirem algumas de suas necessidades básicas.

No assentamento Celso Furtado, a oferta de uma agricultura diferente da que é gerada pelo capital é observada na produção orgânica que é realizada por um grupo de trinta e duas famílias, organizadas em uma associação. A agricultura orgânica tem por fundamento a produção de alimentos sem o uso de insumos químicos e de organismos geneticamente modificados. No PDA, já é proposto que uma parte deste território seria destinada à produção orgânica, sendo que as famílias que não desejassem trabalhar com esta produção teriam que passar por sorteio para a definição dos lotes, as que tivessem essa intenção seriam poupadas desse processo. Assim, antes de os lotes serem destinados às famílias, aqueles que se interessavam em desenvolver a agricultura nestes moldes receberam um curso promovido pela ONG WWF Brasil, de duração de seis meses.

Na visita a campo, tivemos a oportunidade de conhecer o lote de Isidoro Manoel Luiz, que já foi presidente da associação de produtores orgânicos e que hoje atua como secretário desta mesma associação. Nesta ocasião, ele nos explicou um pouco da importância deste tipo de produção por parte dos assentados:

Acho que ela pode contribuir de várias formas. Primeiro, é a questão do produto sadio, sem químico, sem veneno [...] Contribui porque além da pessoa tá comprando um produto de qualidade e nos tá ajudando, contribui com a saúde dele também. Só pra tu ter uma idéia, aqui eu não vendo meus produtos na cidade, o pessoal pega aqui [...] eu não to me esforçando pra vender meu produto lá fora, eles pegam aqui e tem a certeza, pra deixar bem claro, nós não temos selo ainda, orgânico. Mais quando o consumidor lá fora confia em você, pego seus primeiros produtos orgânicos e confia em você o selo pra ele não tem muita importância.

O relato demonstra a diferenciação que o assentado faz da agricultura orgânica da convencional. Por meio da agricultura orgânica é ofertado um alimento mais saudável, o que acaba atraindo à atenção dos consumidores. Isidoro faz questão de frisar que não precisa sair de seu lote para vender os seus produtos, as pessoas vêm buscá-los. Entretanto, ainda existe a ausência do selo que garante o produto como orgânico. Este selo é concedido por entidades que fiscalizam as propriedades que se dedicam a este tipo de produção, como forma de garantir que nelas os procedimentos necessários para um produto orgânico estão sendo tomados. Mesmo com a dificuldade para certificação o assentado se mostra satisfeito com os resultados conseguidos até agora. Aqueles que optam pela produção orgânica têm a satisfação de oferecer uma agricultura mais saudável do que a ofertada pelo capital, como está expresso na placa de entrada de um dos lotes onde se desenvolvem tais práticas (figura 07).

Figura 07 - Placa colocada na entrada de um dos lotes onde se desenvolve a agricultura orgânica no PA Celso Furtado



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

A frase contida na figura demonstra a idéia de libertar a terra através da agricultura orgânica. Poderíamos indagar: Libertar de quem? A resposta é objetiva: do capital e seus métodos de exploração que agredem o meio-ambiente, além de explorar o trabalho de grande parte daqueles que vivem no campo. Dentre os produtos orgânicos gerados nos lotes existe uma grande diversidade, entretanto,

destacam-se a produção de mandioca, batata, abóbora-moranga e milho. Constatase que apesar de ainda estar em fase de estruturação, a produção orgânica traz alguns dos objetivos da territorialidade que o MST visa instaurar na dimensão econômica do território do assentamento.

Entendendo a territorialidade também como estratégia para permanência no território, constatamos que a opção por essa prática produtiva vai muito além da tentativa de criar meios diversificados para a obtenção de renda das famílias. Ela representa um posicionamento crítico frente ao modelo produtivo vigente, gerado pelo capitalismo.

A principal linha de crédito à qual recorrem os assentados do Ireno Alves dos Santos e do Marcos Freire é o Pronaf Custeio Grupo A/C, que é destinado exclusivamente para beneficiários da reforma agrária e que possui limite de crédito de 5 mil reais. Contudo, os entrevistados frisam que devido ao grande número de inadimplentes tem sido cada vez mais difícil conseguir acessar estes recursos. Como o Celso Furtado é o assentamento mais novo dentre os que estudamos na pesquisa, nele a modalidade do Pronaf que tem sido utilizada pelos assentados é a Investimento. Através dela são oferecidos 21 mil reais, que chegam aos assentados em três parcelas. Quando realizamos o trabalho de campo, os assentados já haviam recebido a primeira destas parcelas, sendo que grande parte deles estavam utilizando-a para organizar o espaço produtivo de seus lotes, colocando cercas, formando mangueiras, comprando animais e preparando as pastagens.

Quanto à comercialização dos produtos, ela ocorre na maior parte dos casos individualmente. É muito comum que os produtos gerados nos lotes sejam comercializados com cooperativas da região. No Ireno Alves dos Santos e no Marcos Freire algumas famílias são beneficiadas pelo Programa de Aquisição Direta do Governo Federal, todavia, representam uma pequena porcentagem. Já no Celso Furtado nenhuma família participa desse programa, justamente por que nele as famílias ainda estão organizando o espaço produtivo dos lotes.

6.3.3. - Dimensão política

Os três PA's estudados tiveram origem na disputa do MST contra o maior latifúndio do sul do Brasil. São assentamentos conquistados através da luta pela

terra, realizada por um movimento socioterritorial que tem muito bem definido o modelo de sociedade que almeja. Esta influência do MST não ocorreu apenas na organização dos trabalhadores para que eles conquistassem a terra, permanecendo também no assentamento, já que quase a totalidade das famílias assentadas ainda pertence ao movimento. O MST batalha por mudanças estruturais na sociedade, assim, a conquista de um pedaço de terra pelos camponeses é apenas uma etapa das mudanças aspiradas. Dentre as linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST, realizado em Junho de 2007, em Brasília, consta o objetivo de se “articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro” (MST, 2007b), justificando esta afirmação.

Portanto, o MST apresenta uma proposta de sociedade onde o modelo capitalista de produção seria substituído por outro mais igualitário (socialismo). A terra seria compreendida como um espaço de vida, antes de ser um meio de se obter lucro. A tendência do capitalismo é expandir suas relações por outros territórios, utilizando-se de outras relações de trabalho diferentes da assalariada (OLIVEIRA, 1991). Como forma de resistência a este processo, para o MST o território do assentamento deve ser pensado antes de tudo como um espaço de resistência do campesinato frente ao capitalismo. Se no assentamento não houver condições para que a agricultura de base familiar se desenvolva as relações capitalistas tomarão conta dele, fato que coloca em risco o controle dos assentados sobre o território. Esta idéia fica explícita na entrevista de Valdir Misneroviks, integrante da coordenação nacional do movimento, ao Jornal Sem-terra:

Sempre estivemos atentos a esses debates de pensar o assentamento não somente como a conquista da terra. Pensar o assentamento como um espaço de organização do MST deu uma solidez ao Movimento. Levamos sempre em conta várias dimensões das vidas das famílias. Vidas que vão além das questões econômicas, mas que não deixam de pensar a renda das famílias. Mas que pensam também na lógica de resistência, que é o caso da educação, cultura, lazer, saúde e esporte. Pensar em assentamento é pensar em organização da produção, pensar em cooperação, educação voltada para a realidade do campo e em uma educação transformadora. O assentamento é muito mais do que pensar produção e viabilidade (STRAUBE, 2008).

Compreende-se o assentamento como um espaço de resistência da agricultura camponesa. O território do assentamento é tratado em sua

multidimensionalidade. Não são focadas apenas as possibilidades de desenvolvimento econômico, apesar da importância destas para a reprodução social das famílias. Pensa-se também em outras dimensões, já que se não houver boas condições de desenvolvimento cultural, educacional, de saúde, esporte e lazer, o assentado terá dificuldades de permanecer na terra. Deste modo, seriam criadas as condições necessárias para que o modelo de produção camponês se desenvolva no território dos assentamentos rurais. Assim, o MST enxerga o território do assentamento como uma constante construção social, que se manifesta em diferentes tempos e lugares.

A influência do MST faz com que, em grande parte das famílias assentadas, existe um grande grau de politização. O aprendizado trazido da luta pela terra os leva a se posicionarem de maneira crítica frente às políticas que têm sido efetivadas no campo.

Como fator de destaque desta politização, destacamos a luta por um processo educacional que privilegie os valores do homem do campo. Para o MST, o posicionamento crítico, enquanto classe social, por parte dos assentados ocorrerá na medida em que a eles for ofertada uma educação que não despreza a condição camponesa de vida e produção. Considera-se que o atual modelo educacional faz com que as crianças e os jovens não sintam interesse em permanecer no campo, já que se valoriza o meio urbano, tratando-o como moderno e desvaloriza-se o meio rural, tratando-o como sinônimo de atraso (MST, 2009). A educação oferecida aos assentados deve ser entendida como um processo contínuo, onde o educando deve se experimentar no mundo para poder conhecer-se. Além disso, tem-se como premissa que educação é um processo de construção coletiva da libertação, já que ninguém se liberta sozinho (FREIRE, 1970). Deste modo, a conquista da terra deve ser acompanhada da conquista de escolas que tenham estas perspectivas para que a reforma agrária tenha sucesso.

Sendo assim, desde que ocorreu a ocupação do latifúndio da Giacomett Marodin, uma das primeiras preocupações das lideranças dos sem-terra era com a oferta de educação às crianças. Foram construídos barracos onde as escolas funcionavam provisoriamente. Com a conquista da terra, são construídas escolas para que crianças, jovens e adultos não precisem ir até as cidades para serem educados. Hoje, existem nos assentamentos colégios que contemplam as diversas

etapas do ensino de 1º grau. As prefeituras são responsáveis pelo Pré e pelo Ensino Básico e o estado do Paraná pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. Nos assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, existem 12 escolas, destas seis são de Ensino Básico, quatro de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio. Dentre essas, merece destaque o Colégio Iraci Salete Strozak, que é a escola-base de todas as escolas itinerantes²⁴ do Paraná. Além dela, também destacamos o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Educação em Agroecologia (CEAGRO), que fica localizado próximo aos assentamentos, sendo instalado na estrutura que sobrou de uma vila montada para servir de abrigo aos trabalhadores que se dedicaram a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguaçu. Neste centro de educação é dada formação técnica em agroecologia a jovens assentados. Geralmente, durante o período em que os cursos ocorrem os educandos moram no próprio colégio, como foi possível observarmos em uma das visitas a campo.

Já no assentamento Celso Furtado existem dez colégios destinados ao Pré e o Ensino Básico e mais três grandes centros onde são ofertados o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esses colégios são suficientes para que todos os moradores do assentamento que freqüentam as séries do 1º grau não precisem se deslocar para poder estudar.

Ressaltamos que apesar desses colégios dos três assentamentos estudados representarem uma proposta alternativa ao modelo educacional ainda podem-se notar muitos problemas neles, como a precária infra-estrutura, a escassez de materiais didáticos e principalmente, a dificuldade de contratação de professores que atendam a demanda. Todavia, representam uma conquista, já que se pensa a reforma agrária como um processo que vai além da conquista da terra, atingindo outras dimensões essenciais para a vivência dos camponeses. Assim, a educação ofertada nos assentamentos é entendida como parte da dimensão política da territorialidade, porque representa uma tática de permanência na terra não só para a atualidade, como também para o futuro, no caso, os jovens.

Portanto, a conscientização de classe é um elemento de crucial importância para que o assentamento represente uma mudança positiva na vida desses camponeses. Isso porque o capital, representado pelo agronegócio, busca

²⁴ São denominadas de “escolas itinerantes” as escolas que funcionam em caráter nômade nos acampamentos do MST.

influenciar as ações desenvolvidas nos lotes dos camponeses, modificando suas territorialidades, conforme demonstra o depoimento de Élder Marcelites:

A partir do momento que eles vão pros lotes, eles vêem a sua vida, sua forma de produção mudar com a entrada do capitalismo mais forte no campo. A partir da monocultura, percebe assim, que é um território em plena disputa. Então, se você conversa com algumas pessoas que compreendem mais essa questão, eles percebem que o assentamento é um território em pleno campo de disputa (Elder Marcelits - Liderança do PA Celso Furtado - 15/03/2010)

Fica claro o entendimento de que o capital visa ter o controle do território do assentamento dos camponeses. O agronegócio é um inimigo a ser enfrentado. O camponês não pode ser enxergado como parte das relações capitalistas e sim como detentor de uma proposta diferente da que elas ofertam. Evidentemente, existem territorialidades do capital no assentamento e nem todos os assentados tem esse grau de conscientização exposto no relato acima. Entretanto, julgamos que esta idéia transmite de maneira objetiva o entendimento do MST, que é o principal movimento presente no assentamento.

Esses exemplos demonstram que é inegável a influência do MST na organização política dos assentados. Estes incorporam as idéias de sociedade do movimento, fazendo com que a luta pela permanência na terra travada no assentamento ocorra concomitantemente a outras lutas por um modelo de sociedade diferente do que atualmente é ditado pelo capital.

6.3.4. - Dimensão ambiental

A compreensão sobre a territorialidade desenvolvida na dimensão ambiental dos territórios dos PA's estudados nessa pesquisa também passa pela consideração dos pressupostos de valorização da agricultura camponesa adotados pelo MST. Os assentamentos aqui estudados representam uma mudança no paradigma de desenvolvimento nos territórios onde são implantados. Representam a substituição do latifúndio por pequenos lotes onde passa a ser desenvolvida a agricultura da base familiar.

Um dos argumentos usados pelo MST para desqualificar o uso dos territórios por parte do capital é que esse agride o meio ambiente, já que se desenvolve sem levar em consideração os efeitos nocivos que suas atividades exercem sobre os

recursos naturais. Assim, os assentamentos controlados pelo movimento deveriam apresentar uma proposta diferente, onde o desenvolvimento econômico das famílias ocorresse de maneira sustentável, sem prejuízos ao meio natural. Os territórios dos assentamentos não podem apresentar o mesmo desprezo para com as questões ambientais como os territórios geridos pelo capital.

Entretanto, em nível nacional, as dificuldades para fazer com que um assentamento seja ambientalmente sustentável são muitas (HADDAD, 2009), caracterizando-se como uma das principais limitações dos projetos efetivados pelo Incra até o presente momento. Muitas famílias são assentadas em áreas de pouca produtividade, o que obriga os assentados a maximizarem o uso do território. Além do mais, a falta de recursos e informações por parte dos assentados faz com que em muitos casos eles usem o território de maneira agressiva ao meio natural mesmo sem o saberem. Assim, muitos assentamentos tiveram em seus territórios uma superação dos índices de desmatamento permitido, além de outros agravantes ambientais (HADDAD, 2009).

Os assentamentos do tipo PA devem obedecer ao que é previsto no artigo 16º da Lei Federal n.º 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), o qual exige que seja observada uma área de 20% ou mais do total do território do assentamento como área de reserva legal. Quem escolhe qual área dos assentamentos que vai ser destinada para esta especificação são os órgãos competentes e não os próprios assentados. Também influenciam na definição dessas áreas: “a função social da propriedade, o plano de manejo da bacia hidrográfica; o plano diretor municipal; o zoneamento ecológico- econômico, e proximidade geográfica de outras unidades de conservação” (HADDAD, 2009, p. 33). É importante salientar, que as áreas de reserva legal podem ser exploradas desde que seja elaborado um plano de manejo sustentável. De tal forma, nas visitas a campo buscamos saber se essas áreas existiam e como elas se relacionavam com as concepções dos assentados.

Dos três assentamentos analisados, nenhum possui 20% do seu território como reserva legal. Nos PA Ireno Alves dos Santos e Celso Furtado, ela corresponde a 18% e no Marcos Freire, a 6%. Essas áreas são importantes para conservação da flora e da fauna nos assentamentos e os assentados sabem que preservá-las é de grande importância para que a reforma agrária não seja tida como um fracasso. Isso é mostrado no depoimento de Danilo Almeida, que fala sobre a

tentativa das lideranças dos assentados nos PA's Ireno Alves e Marcos Freire não prejudicar a área de reserva já existente e aumentá-la através de espaços dos lotes:

[...] no Marcos Freire tem uma parte, inclusive, que está tendo uns problemas de algumas pessoas que entraram na reserva e pela terceira vez nós tiramos. Levamos para uma área no assentamento e tal, mais aí sempre aparece um novo sem-terra que precisa e vai lá é uma briga. Mais tem a área e nós estamos, inclusive, fazendo um trabalho pra ver se a gente poderia ampliar. Tem vários assentados que tem deixado um pedaço de mato, seja dois hectares, seja menos, seja o tamanho que for. Aí estamos discutindo e construindo essa consciência social junto do grupo das famílias assentadas pra que a gente pudesse ampliar a área de reserva, porque legalmente aí a gente tem um déficit no Ireno Alves bem pequeno, mais no Marcos Freire um pouco maior e daí várias famílias falaram: "Não! eu concordo que eu posso averbar aqui a minha cabeceira de área com esse matinho aqui [...]" (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos - 16/03/2010).

Portanto, o depoimento destaca que as lideranças buscam formar uma consciência social junto aos assentados para que eles contribuam para que os assentamentos cumpram o que a lei exige a respeito da área de reserva legal.

No PDA do Celso Furtado é demonstrado que o território do assentamento deve ser um espaço privilegiado de reprodução da fauna e da flora. Parte do assentamento está inserida no corredor de biodiversidade do rio Iguazu.²⁵ Essa iniciativa, somada a prática da agricultura orgânica demonstra como busca-se gerar uma relação de complementaridade entre o desenvolvimento econômico das famílias assentadas e a conservação do meio natural.

Além dessas áreas de reserva legal, os assentamentos também possuem área de preservação permanente. A definição dessas áreas é estabelecida no Código Florestal de 1965. Eles visam conservar parcelas de uma determinada propriedade que são tidas como ecologicamente importantes. Dentre essas incluem-se: as áreas de mananciais, as encostas, desde que tenham mais de 45 graus de declividade, os manguezais e as matas ciliares. Na resoluções 302 e 303/2002 elaboradas pelo Conselho Nacional do Meio-Ambiente (Conama) fica estabelecido que em propriedades rurais deve ser respeitada uma distância de 100 m entre as edificações e os corpos d'água, com exceção dos que possuem menos de 20 ha de superfície, quando a distância mínima é de 50 m. Para os morros e montanhas na delimitação dessas áreas são levadas em consideração as curvas de nível.

²⁵ Corredores de biodiversidade são espaços que visam ligar determinadas áreas de características físico-naturais entre os espaços que possuem população para que a fauna e a flora possam se reproduzir.

Essas áreas correspondem a 9% do PA Ireno Alves dos Santos, 10% do Marcos Freire e 17% do PA Celso Furtado. É importante salientar que essas especificações referem-se a todas as propriedades rurais, não são elaboradas apenas para os assentamentos rurais. Os PCA's dos PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e o PDA do Celso Furtado demonstram que parte dessas áreas de preservação estão degradadas, todavia, na maioria dos casos, essa degradação ocorreu ainda no período do latifúndio e após o assentamento das famílias.

O que nos chamou a atenção nas entrevistas realizadas foi o fato de os assentados não considerarem estas áreas como obstáculos para o desenvolvimento econômico dos assentamentos. Sempre se considera que a evolução econômica deve acompanhar o respeito às questões ambientais.

6.4. - Considerações sobre os PA's

Através desta análise constatamos que os PA's são formados pela pressão dos camponeses que impulsionam o Estado a agir em favor da reforma agrária. Esses assentamentos são formados no conflito manifestado na luta pela terra. Assim, a identidade dos camponeses Sem terra, unidos nos movimentos socioterritoriais e suas demandas contribuem para a configuração desses territórios.

O processo de luta pela terra forma uma consciência que valoriza o coletivo nesses camponeses, de maneira que eles entendam que só será possível a sua reprodução social se a luta por um pedaço de terra for tratada por eles como uma luta que está inserida em um processo de enfrentamento contra o capital.

Com isso, o território desses assentamentos é constituído através da prática dos camponeses, por onde se busca propor um modelo de desenvolvimento diferente do que é proposto pelo capital.

CAPÍTULO VII

A territorialidade dos assentamentos do tipo PRB

Dedicamos este capítulo a uma análise da territorialidade dos assentamentos do tipo PRB. São assentamentos criados para compensar famílias que sofreram passivos sociais com a construção de grandes obras de infra-estrutura. Para esta análise, escolhemos dois assentamentos: o PRB Agroibema, em Campo Bonito e o PRB Três Barras, em Três Barras do Paraná. Ambos foram implantados pela Copel como forma de compensar as famílias que haviam sido expropriadas devido à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguaçu. Destacamos como estes assentamentos são caracterizados no processo de readaptação pelo qual passam estas famílias.

7.1. - Os assentamentos do tipo PRB no Brasil

Os assentamentos do tipo PRB surgiram como uma consequência da luta de famílias camponesas que foram expropriadas das terras em que habitavam devido à construção de barragens e outras grandes obras de infra-estrutura. O termo reassentamento é utilizado porque são políticas que beneficiam em grande parte, agricultores que já possuíam terra e dela foram expropriados, apesar de entre os beneficiários também existirem posseiros, meeiros, arrendatários, assalariados etc. É um tipo de assentamento reconhecido como beneficiário da reforma agrária pelo Incra, já que ele é implantado pelos responsáveis pela construção das obras que geraram a expropriação dessas comunidades, sendo posteriormente reconhecido pelo instituto de terras federal. Após o reconhecimento, as famílias reassentadas são inseridas nos programas de crédito, assistência técnica e infra-estrutura, destinados pelo Governo Federal para a reforma agrária.

Os primeiros projetos de reassentamento de atingidos por barragens surgiram no princípio da década de 1990, em Porto Nacional, no estado de Tocantins, como forma de compensar os passivos sociais gerados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Durante o governo FHC outros conflitos ocorridos nos estados do Paraná e de Minas Gerais iriam contribuir para que mais assentamentos deste tipo fossem implantados. Com a chegada de Lula ao cargo de Presidente da República e a elaboração do II PNRA, o reassentamento de atingidos por barragens e grandes obras de infra-estrutura figura como uma das ações que visam a territorialização da reforma agrária, como observamos no seguinte trecho:

Os atingidos por barragens correspondem às populações habitantes das margens de mananciais onde serão construídas unidades de geração de energia elétrica e grandes obras de infra-estrutura. Esta população está estimada em 10.000 famílias, sendo que, até o ano de 2006, com as novas obras previstas, estima-se que atinja mais 70.000 famílias.

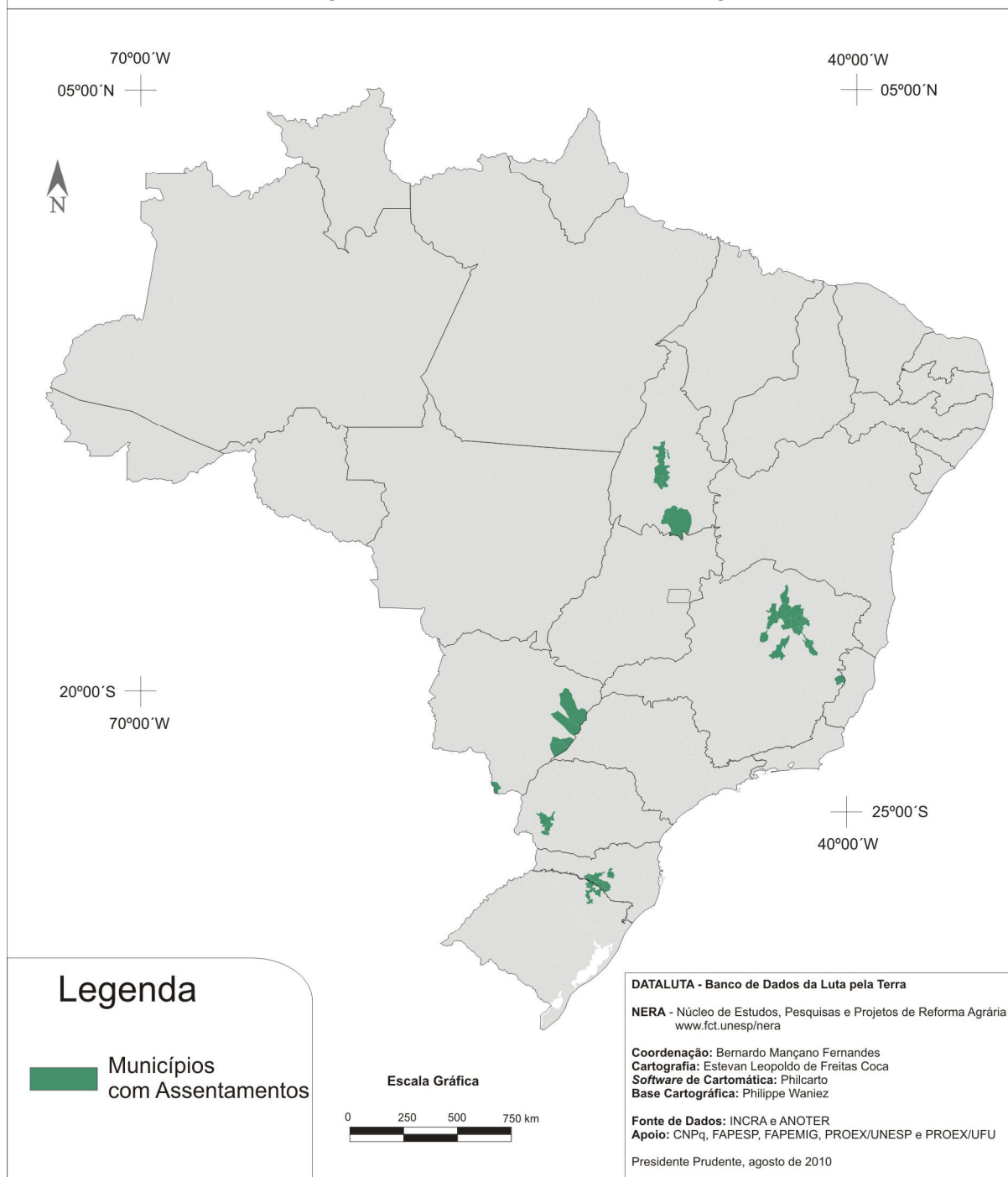
Até o momento, são bastante débeis as políticas de reassentamento das populações atingidas por tais obras. Em geral, ficam a mercê das iniciativas das empresas geradoras de energia que, em geral, não respeitam as práticas culturais e produtivas desta população e não consideram a necessidade de serem gestados novos projetos produtivos que promovam a melhoria da qualidade de vida.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária prevê a implementação de uma política específica de reassentamento deste segmento da população rural a ser coordenada pelo governo federal e que envolverá vários órgãos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p. 31).

De tal modo, fica estabelecido que uma das propostas para a reforma agrária no Brasil, durante o primeiro mandato de Lula seria intensificar a implantação dos reassentamentos de atingidos por barragens. É feita uma crítica a maneira como as empresas geradoras de energia tinham conduzido o processo de reassentamento das famílias expropriadas até então. O Incra se compromete a atuar junto aos responsáveis pela construção das usinas como meio de melhorar a qualidade dos reassentamentos. Sendo assim, ficava legitimado que os projetos de reassentamentos de atingidos por barragens iriam compor as ações de reforma agrária a partir de então.

Nos dados do Dataluta constatamos que atualmente existem no Brasil, 87 reassentamentos de atingidos por barragens, com 2.654 famílias e ocupando 117.296 ha. Esses reassentamentos estão territorializados por seis estados da federação (Mapa 03), sendo que o Paraná concentra 11% do total, com 22% das famílias e 15% da área. Desses, 5 estão no Território Cantuquiriguaçu, abrigando 194 famílias e ocupando uma área de 6.643 ha.

Mapa 3 - Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1992-2009 Municípios com Assentamentos do tipo PRB



7.2. - Da expropriação ao reassentamento: a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e a implantação dos PRB's Agroibema e Três Barras

Em campo, vimos dois assentamentos do tipo PRB: o Agroibema, localizado no município de Campo Bonito e o Três Barras, localizado no município

de Três Barras do Paraná. Ambos fazem parte da política de compensação social realizada pela Copel em razão da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Rixa (Salto Caxias), em 1995. Esta usina foi construída no trecho final do rio Iguaçu, em área próxima aos municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques. Com a formação da represa foram atingidos, além desses dois municípios, outros sete: Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste. Conforme se constata no Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) que avaliou as conseqüências dessa obra, foram atingidas, 1.322 famílias, totalizando 6.107 pessoas, sendo que 86,7% eram trabalhadores rurais, predominando o emprego de mão-de-obra familiar. Dentre os agricultores atingidos, 67% eram proprietários e 33% eram não-proprietários (arrendatários, meeiros e ocupantes) (RIMA, 1993).

Parmigiani (2006) demonstra que os primeiros conflitos ocasionados em razão da construção desta usina ocorreram ainda na década de 1980, quando surgiam os boatos de que ela estava sendo planejada para aquela região. Os sindicatos de trabalhadores rurais de Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Planalto e Três Barras do Paraná se uniram e escreveram uma carta direcionada à população e às autoridades do estado posicionando-se de maneira contrária à construção da barragem. Eles tomavam como referência o tratamento de desprezo que tinha sido dado aos atingidos pela construção da Usina de Itaipu e tentavam convencer os setores da sociedade envolvidos com a questão de que essa situação também poderia se reproduzir neste caso. Concomitantemente, a Copel reunia-se com prefeitos e outras lideranças dos municípios que seriam atingidos pela construção da represa e tentavam convencê-los dos benefícios que seriam trazidos com a efetivação da obra. O argumento utilizado pela empresa de energia elétrica era de que a região possuía um elevado índice de pobreza e que com a construção da usina seriam realizados investimentos que poderiam minimizá-los.

Em 1990 foi criada Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (Crabi), tendo como referência outras lutas que vinham sendo travadas pela Crabi do Rio Grande do Sul. A Crabi atuou na organização das 52 comunidades que seriam atingidas com a construção da obra. Em parceria com a CPT realizava

reuniões que eram chamadas de “arrastões”. Nessas reuniões eram passadas informações sobre a postura da Copel frente à possibilidade da obra e orientações às famílias atingidas na busca pela garantia de seus direitos. A Crabi buscava esclarecer os agricultores sobre a situação de abandono na qual se encontravam as famílias que tinham sido atingidas pela construção das usinas de Salto Segredo e de Salto Osório. Muitas delas estavam vivendo em barracos de lona sem nenhuma assistência da Copel. Com isso, os agricultores sentiam temor de que com eles o mesmo pudesse ocorrer, tomando uma postura crítica frente à construção da usina.

Entretanto, nesse período, a Copel não reconhecia a Crabi como interlocutora das famílias que seriam atingidas com a construção. A negociação era feita diretamente com prefeitos, vereadores, padres e outras lideranças, de maneira com que as famílias, que eram as maiores interessadas em tudo o que estava acontecendo, não tinham voz ativa na discussão.

Em março de 1993, a Copel inicia o trabalho de demarcação da área onde seria efetivado o lago, processo denominado por piqueteamento. Isso ocorre sem um aviso prévio à Crabi e às famílias que seriam atingidas, fato que motivou a revolta dos mesmos. Em resposta, esses se organizam para a realização de um protesto e contando com pouco mais de mil pessoas ocupam o local onde as obras estavam sendo efetivadas. Com essa ocupação, os manifestantes exigiam que antes de qualquer iniciativa visando à construção da barragem, fosse feita uma negociação diretamente com a Crabi. Através dessa negociação deveriam ser estabelecidas as formas de indenização que seriam utilizadas para compensar os atingidos. Entretanto, a Copel entendeu que esse protesto foi um ato de violência contra seu patrimônio e indiciou José Uliano Camilo e Nereu Gafuri, líderes do movimento, por incitarem o depredamento de seus bens. Os demais envolvidos decidiram que só retomariam as negociações com a Copel quando a queixa fosse retirada, fato que ocorreu pouco tempo depois.

Todavia, após o fim da ocupação é dada continuidade às obras. Os trabalhadores que chegavam àquela área perfuravam as lajes, caminhões se movimentavam e nada era comunicado às famílias atingidas que viam tudo isso com estranheza e preocupação (SCHRENER, 2002). Como a negociação não avançava, as famílias decidem novamente ocupar o canteiro de obras, o que ocorre na noite do dia 12 de agosto de 1993. A ocupação duraria 43 dias, sendo que as famílias diziam

que só sairiam de lá se a Copel assumisse o compromisso de negociar com elas antes de dar continuidade às obras. Com este acampamento, algumas famílias que até então estavam indiferentes a todo esse processo, também são incorporadas a luta organizada pela Crabi. As comunidades se revezavam, de maneira com que sempre estivessem, ao menos, 50 pessoas no acampamento.

O governo do estado do Paraná via essa resistência das famílias como uma grande afronta e passados 30 dias de formação do acampamento são enviados soldados do exército e membro do Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar (GOE) para expulsarem os agricultores de lá. Ao chegarem, eles iniciam a negociação com as famílias e estas conseguem o prazo de um dia para se retirarem do local. A notícia da ação do governo estadual é repassada pelos meios de comunicação e logo vários agricultores, envolvidos no caso, se dirigem para o acampamento para se unirem às famílias que seriam despejadas. Todavia, eles não podem entrar, já que a polícia e o exército cercavam o acampamento. Durante a madrugada, as famílias decidem resistir, se negando a sair passivamente da área ocupada antes que lhes fossem asseguradas condições de negociação para a indenização (SCHRENER, 2002).

Com isso, aumentou o número de policiais no acampamento e várias autoridades, como padres, advogados, prefeitos e deputados, além do próprio governador, Roberto Requião, para lá se dirigiram. O governador chegou a sugerir a negociação da área com o proprietário, fato que não ocorreu (SCHRENER, 2002). Dada a repercussão do fato, a Copel retomou as negociações e foi formada uma comissão das famílias que elaboraria uma proposta de resolução para o caso. A intenção da Crabi era de que esta comissão se posicionasse contrariamente à construção da usina, entretanto, isso não foi possível, dada a grande diversidade dos agricultores que a compunham.

As famílias optam por desocupar a área, entretanto, formulam um documento intitulado “Princípios, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida”, que tinha a assinatura da Copel e que foi registrado em cartório. Ficava estabelecido que a Copel reassentaria, além dos pequenos proprietários, também os meeiros, posseiros e arrendatários. De acordo com Schrener (2002, p. 297) dois princípios básicos eram observados neste documento, de grande importância para a territorialidade dos assentamentos aqui estudados: a) que as famílias deveriam ser

relocadas ou reassentadas sempre que possível no mesmo bairro rural ou município; b) que, durante o processo de remanejamento, a produção familiar não deveria sofrer decréscimo como consequência das obras do empreendimento.

No documento, eram previstas duas formas de indenização, em forma de carta de crédito ou em forma de reassentamento. A carta de crédito foi concedida individualmente, os agricultores receberam uma autorização cedida pela Copel com prazo definido, através da qual poderiam adquirir um imóvel dentro do estado do Paraná. Optaram por este tipo de indenização 486 famílias. O reassentamento foi concedido para aqueles que optaram pela indenização em forma coletiva (COPEL, 2008). Esse segundo tipo foi incentivado pela Crabi, dada a experiência adquirida pelo MJT, na luta dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e outras usinas.

Entretanto, a Copel passou a demonstrar indisposição em cumprir o que estava firmado no documento que continha a proposta de indenização. Passou-se cerca de um ano e meio e as indenizações ainda não haviam sido efetivadas, o que motivou a Crabi a organizar mais de 4 mil famílias que ocupam novamente o canteiro de obras (Parmigiani, 2006). Foi apresentado um novo documento, onde era especificado que os assentamentos deveriam conter casas, galpões, sistema viário, posto de saúde, posto telefônico, escola, centros comunitários, energia elétrica, igrejas e cemitérios (SCHRENER, 2002). O documento foi ratificado pela Copel, através da assinatura de um termo de compromisso. Os reassentamentos começariam a ser implantados no ano de 1996, após a formação de um grupo multi-institucional que tomaria frente neste processo.

De tal forma, foram formados 10 reassentamentos, como forma de indenizar 601 famílias. Para esses reassentamentos foi destinada uma área de 18.598 ha. Além de Campo Bonito e Três Barras do Paraná, os reassentamentos foram instalados nos municípios de Cascavel, Catanduvas, Ibema, Nova Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

7.3. - A territorialidade dos projetos de reassentamento de atingidos por barragens: os contrastes da adaptação aos novos territórios

7.3.1. - Dimensão social

Os PRB's implantados pela Copel como forma de indenizar as famílias que haviam sido expropriadas de suas terras com a construção da Usina de Salto Caxias são tidos como referência para os responsáveis por grandes obras de infraestrutura. Isso é comprovado quando no ano de 2003, a Copel recebeu o prêmio *Blue Planet*, concedido pela Associação Internacional de Energia Elétrica (IHA) aos melhores programas de compensação por passivos sociais e ambientais pelos projetos de reassentamentos.

Entretanto, nem sempre esses assentamentos representam aos reassentados uma melhoria da qualidade de vida, se comparado a sua condição anterior. Isto porque, grande parte dos reassentados já possuía terra antes de vir para o reassentamento. Com a construção da usina foram obrigados a deixar a terra onde viviam e reconstruir suas vidas em uma nova localidade. Por outro lado, o reassentamento possibilita uma melhoria nas condições de vida para muitos daqueles que não possuíam a propriedade da terra, a exemplo de posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros e filhos de proprietários.

É interessante que nesse processo o capital gera a desterritorialização dos camponeses com a construção da Usina, porém eles se reterritorializam com a conquista do reassentamento. As condições de vida encontradas nas novas terras não possuirão o mesmo valor simbólico e vivencial para os reassentados, podem ser vistas como um avanço ou um retrocesso, porém, representam sua sobrevivência frente à expansão do capital contra seus territórios.

Nas visitas a campo notamos que os agricultores reassentados expressam uma preocupação para que sejam reconhecidos como de origem social diferente da dos sem-terra. Eles não desprezam a luta travada pelo MST e os demais movimentos que são mediadores para que os camponeses tenham acesso a terra, porém, salientam que no caso deles, o que ocorre é uma indenização cedida pelo Estado. Eles já estavam na terra e não planejavam sair dela, ao contrário dos sem-terra que estão fora da terra e nela buscam entrar. Ao contrário do que ocorre com os camponeses ilhéus o que dá essa diferença a eles não é a identidade, já que eles possuem identidades diversas e sim o processo social a que foram submetidos com a construção da Usina Hidrelétrica.

Vilmar, do PRB Agroibema, logo no início do diálogo travado conosco, especificou que não gosta de ser chamado por assentado, assim como as pessoas que vivem no Agroibema e sim reassentado, já que “aqui não temos nem apoio do Incra” (Entrevista realizada em 09/08/2010). Também, Elias Costa, do PRB Três Barras fez questão de demonstrar essa distinção quando questionado se assim como grande parte dos assentados em projetos de reforma agrária os reassentados tinham acesso ao Pronaf: “Pronaf já é pros mais pequeninho, a gente tem um pouquinho mais” (Entrevista realizada em 16/03/2010).

Em ambos os casos, o que se pretendeu mostrar foi que as relações que originam os territórios dos reassentamentos de atingidos por barragens são distintas das que originam os assentamentos destinados aos sem-terra. São sujeitos distintos, mas que sofrem por serem um obstáculo à expansão do capital. Ao demonstrarem essa diferença, os reassentados entendem que o tratamento dado a eles pelo Estado deve ser diferenciado do que é concedido aos assentamentos destinados aos sem-terra. O território dos PRB's surge de uma luta diferenciada, onde o principal adversário não é o latifúndio e sim as políticas do Estado, que favorecem a expansão do capital via grandes obras de infra-estrutura.

Uma das exigências feitas pelas famílias quando ocorria a negociação com a Copel, propondo o reassentamento como forma de indenização, era a de que fosse possibilitado com que as famílias não perdessem os laços sociais estabelecidos nas comunidades. Assim, os reassentamentos deveriam ser moldados de maneira com que as famílias que viviam próximas umas das outras antes das obras da represa não perdessem esse vínculo. Isso permitiria com que, além dos vínculos afetivos, também fossem preservados os vínculos produtivos, que muitas dessas famílias possuíam. Entretanto, caso não quisessem permanecer próximas aos seus antigos vizinhos esses laços seriam rompidos.

De tal forma, os lotes foram formados de maneira com que nenhum deles tivesse menos do que 7 e mais de 24 alqueires, incluindo os 20% destinados a reserva legal. As famílias que possuíssem maior quantidade de membros teriam lotes maiores. O modelo das casas foi estabelecido por um grupo de mulheres que seriam reassentadas, buscando não concentrar as decisões sobre o modelo do reassentamento apenas em pessoas do sexo masculino.

As casas são feitas em alvenaria (Figura 08), possuindo energia elétrica, poços artesianos e fossas, que foram instaladas desde o momento da criação do reassentamento pela Copel. Assim, ao contrário do que acontece com os assentamentos que são destinados aos sem-terra, através do Incra, onde a infraestrutura muitas vezes demora anos para ser instalada, nestes projetos ela já vem pronta. Entretanto, os reassentados não vêem neste fato uma vantagem, já que antes de serem expropriados muitos possuíam condições semelhantes ou até mesmo melhores. Para estes, o reassentamento representa um retrocesso nas conquistas pessoais que já possuíam.

Figura 08: Modelo de residência criada pela Copel no PRB Três Barras



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010

No PRB Agroibema existem 53 lotes e no Três Barras, 27. Observamos que ao lado das casas construídas pela Copel têm sido construídas outras, em grande parte devido aos filhos dos reassentados que se casam. Muitas dessas casas novas são de madeira e possuem condições muito inferiores se comparadas com as casas construídas primeiramente. Isso demonstra que as condições encontradas nos reassentamentos pelos agricultores não tem sido suficientes para que propiciem aos seus ascendentes reproduzir o mesmo padrão de vida que eles possuem. No entanto, manter os filhos nos lotes é importante para que o trabalho familiar não perca intensidade.

Foi estabelecido, já no momento em que era negociada com a Copel a indenização das famílias atingidas pela construção da Usina de Salto Santiago, que os reassentamentos deveriam ser dotados de uma área onde seriam instalados espaços de lazer e religiosidade. Assim, tanto no Agroibema quanto no Três Barras, existe um área com igrejas, salão de festas e praças esportivas (figuras 10, 11 e 12).

No PRB Agroibema, existe também um posto de saúde, que possui ambulância e enfermeira. A proposta era de que neste posto um médico prestasse atendimento aos reassentados, entretanto, esses reclamam que a visita destes profissionais chega a demorar mais de 60 dias para ocorrer, o que os obriga a ir até a cidade para serem atendidos.

Figura 09: Campos de futebol e bocha do PRB Três Barras



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

Figura 10: Capela do PRB Agroibema



Fotografia: Estevan Coca. Data: 09/08/2010.

Figura 11: Posto de saúde do PRB Agroibema



Fotografia: Estevan Coca. Data: 09/08/2010.

Estes exemplos demonstram, que nos reassentamentos o enfoque temporal da territorialidade é diferente se comparado com os assentamentos implantados pelo Incra. Isso porque no momento em que as famílias têm acesso a terra já existe uma estrutura mínima de lazer, saúde e religiosidade para que os reassentados sintam um impacto menor com a nova realidade que vivem após serem expropriados de suas terras e levados para outra localidade.

Contudo, em nenhum dos dois projetos existem escolas que propiciem educação às crianças, aos jovens e aos adultos. Os estudantes que moram no PRB Três Barras precisam se locomover até a cidade de Três Barras do Paraná para freqüentarem a escola, sendo que o trajeto é feito com ônibus ofertado pela Prefeitura Municipal. Já os estudantes que vivem no PRB Agroibema precisam se locomover por mais de 33 km para chegarem até o colégio que fica no PRB Varguinhas (São Marcos), outro reassentamento da Copel, localizado no município de Catanduvas. De acordo com Vilmar “O colégio São Marcos é um dos melhores colégios que tem aí na região” (Entrevista realizada em 09/08/2010). Contudo, como destaca Cléber “[...] nós estamos tendo uma polêmica. É que nós pertencemos ao município (de Campo Bonito) e a verba não vem pro município de Catanduvas, o colégio foi feito pela Copel, então tá um rolo”. (Entrevista realizada em 09/08/2010). Isso mostra uma tentativa da Copel de integrar a oferta de educação aos reassentados em um único reassentamento e os problemas advindo disto, já que estes se localizam em municípios diferentes. A administração do município de Campo Bonito, por exemplo, está repassando a oferta de ônibus para os estudantes irem até Catanduvas.

Dadas essas considerações, podemos concluir que os PRB’s são formados como uma medida de compensação social, onde busca-se readaptar as famílias expropriadas com a construção de usinas hidrelétricas a um novo território. Para isso, é ofertada uma estrutura básica, seja nos espaços de vivência familiar, seja nos espaços de vivência comunitária. Isso faz com que a territorialidade deles, na dimensão social do território, tenha uma diferente relação com o tempo, se comparado com os assentamentos destinados aos agricultores sem-terra criados pelo Incra. Os reassentados são sujeitos sociais diferentes dos assentados, por isso a maneira como o espaço é transformado através do tempo também é diferente nos PRB’s.

7.3.2. - Dimensão econômica

Nos PRB’s estudados observamos que as principais produções de lavoura são o feijão, o milho e a soja. No princípio do Agroibema existiu uma proposta de fazer daquele território uma referência na produção de fumo, entretanto, os

assentados relatam que houve incompatibilidade entre a empresa que comercializava a produção e as famílias, fato que fez com que a proposta não vigorasse.

Contudo, não é a lavoura a principal fonte de renda dos reassentamentos e sim o leite. No PRB Agroibema este produto é comercializado através da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Integração Solidária (Coflap), que é uma tentativa de conquistar melhores condições de negociação deste produto junto ao mercado consumidor. No PRB Três Barras ele é produzido e comercializado individualmente pelas famílias junto a cooperativas e atravessadores.

Nos dois reassentamentos existem associações voltadas para variados tipos de produção, entretanto, os entrevistados frisaram que elas são de pouca representatividade.

As relações de trabalho desenvolvidas nos lotes dos dois reassentamentos são majoritariamente de base familiar, configurando a produção como camponesa (CHAYANOV, 1974). Os entrevistados frisaram que como forma de complementar a renda, em muitas famílias existem casos de pessoas que trabalham fora do reassentamentos, especialmente os jovens. Deve-se frisar também, que nos lotes muitos produtos e criações têm como finalidade o consumo familiar e não a comercialização. A inserção no mercado é importante para esses camponeses, porém, os produtos que são gerados no próprio lote para consumo da família também ganham relevância para o desenvolvimento de seu modo de vida e produção.

Quanto aos créditos produtivos, são tanto de origem pública como privada. No PRB Três Barras, o sr. Elias Costa disse que os reassentados não recorrem ao Pronaf porque esta linha de financiamento é para agricultores de menor capacidade de renda. Ele cita o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) como a principal fonte de recursos aos quais os reassentados recorrem. Esta cooperativa atua nos estados do Paraná e Santa Catarina e tem por objetivo fornecer recursos aos agricultores de base familiar. A opção dos reassentados pelo crédito de origem privada demonstra que neste caso, uma das funções de inserir os PRB's nos programas de reforma agrária não é atingida, quando os recursos cedidos através do Pronaf não são utilizados.

Já no PRB Agroibema, os entrevistados citaram o Pronaf como uma importante linha de financiamento. Os tipos de Pronaf destinados a eles são os das modalidades C e E. Ambas têm por finalidade o investimento e o custeio e são concedidas justamente pelo fato de terem sido reconhecidos como beneficiários da reforma agrária. Caso os reassentamentos em questão não fossem considerados pelo Incra como uma ação de reforma agrária esses créditos não seriam acessíveis aos agricultores.

No Agroibema também foi citada a linha de financiamento Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), que é efetivada pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, os reassentados reclamam que neste ano de 2010, os recursos provenientes deste programa não foram liberados por problemas cadastrais da Copel. Com isso, para os investimentos produtivos não houve outra alternativa de financiamento público que não fosse o Pronaf.

Ainda de acordo com as lideranças entrevistadas, em nenhum dos dois reassentamentos existem casos de famílias beneficiadas com o PAA do Governo Federal. Inserir-se neste programa é um desafio para os reassentados, já que com ele seriam ofertadas melhores oportunidades no mercado para os produtos por eles gerados.

Também não existem atividades industriais, o que contribuiria para que fosse agregado valor aos produtos gerados por eles.

7.3.3. - Dimensão política

Os reassentamentos estudados tiveram origem na luta das famílias atingidas pelas obras da Usina de Salto Santiago. Estas, em uma manifestação de defesa dos seus direitos foram organizadas pela Crabi e lutaram pela justa indenização. Entretanto, mesmo com a conquista dos reassentamentos e das cartas de créditos que foram oferecidas aos que optaram por esta forma de indenização, ainda existe uma grande lacuna na organização política dos reassentados. Nenhum dos três entrevistados reconheceu que nos reassentamentos existe a participação de movimentos socioterritoriais. Constata-se que a ação da Crabi ficou restrita ao processo de conquista da terra. Após o reassentamento, as famílias optaram por ter uma postura mais desvinculada do coletivo. Isso ocorre, principalmente, devido à

cultura que as famílias possuem, onde historicamente aprenderam a trabalhar individualmente em seus lotes, a gerir de maneira autônoma seus territórios. Exceções são observadas quando em alguns casos, as famílias requererem o auxílio de outras para executar algum tipo de trabalho que não pode ser executado apenas com a força de trabalho que possui.

Esse comportamento dos camponeses foi percebido durante as entrevistas, quando indagamos as lideranças sobre como é feita a gestão do assentamento. De acordo com Elias Costa, no PRB Três Barras o modelo de gestão é “[...] individual, foi tentado fazer aquela associação, mais não deu certo. Cada um toca pra si” (Entrevista realizada em 09/08/2010). No PRB Agroibema, conforme relatado por Cléber, ocorreu semelhante dificuldade:

No começo foi tentado o coletivo mais acabou não dando certo, deu rolo. Um começou a desconfiar do outro no primeiro ano e a partir do segundo ano, cada um optou individual. O que está funcionando agora, um pouco é a cooperativa de leite que foi organizada, daí, então, tamo tocando o barco (Cléber Rosalém - Liderança do PRB Agroibema - 09/08/2010).

Constata-se que primeiramente, por interferência da Crabi, foram pensadas alternativas o desenvolvimento dos territórios dos assentamentos se desse através de práticas coletivas. Entretanto, como as famílias reassentadas não tinham essa cultura a prática individual prevaleceu. O coletivo, ao qual os entrevistados se referem são as práticas produtivas estimuladas pelas associações, no processo de formação dos reassentamentos.

Quando os reassentamentos foram criados pela Copel, estabeleceu-se que primeiramente, os recursos destinados a eles seriam geridos por associações. Isso ocorreria porque a Crabi era impedida de fazê-lo, já que ela se trata de um movimento que não possui vínculo legal. As associações possuem estatutos e regimentos elaborados de acordo com as especificações de cada reassentamento.

Schrener (2002) chama a atenção para o fato de que a Copel tinha um interesse de que através dessas associações, parte dos investimentos feitos por ela nos reassentamentos pudesse ser devolvida. Isso ocorreria com o repasse de 250 sacas de milho por cada alqueire de terra que as famílias possuíssem em um prazo de 17 anos. A Crabi reverteu essa proposta, fazendo com que o número de sacas fosse diminuído para 10. Com isso, seriam criados fundos comuns, que seriam

aplicados nas comunidades durante esse prazo. O recebimento do título fica condicionado ao cumprimento ou não desse acordo.

Nos relatos, constatamos que as associações exercem pouca influência política sobre os assentados. Em geral, são pouca famílias que se relacionam com elas, como mostra o relato de Elias Costa do PRB Três Barras: “

[...] a gente montou (a associação) mais está pequeninha, uma maquinazinha mesmo, uma máquina de cortar silagem, mais nem todos eles têm parte. Vai sabê? Então nós temos, eu e o Jânio mais 4, 5 agricultores. (Elias Costa - Liderança do PRB Três Barras - 16/03/2010).

Fica evidente que a associação possui como finalidade a organização produtiva dos reassentados, ela foi criada com a intenção de dar um caráter coletivo às produções deste território. Entretanto, o relato demonstra que apenas algumas famílias se interessam por participar dela. Isso comprova que por parte dos reassentados não existe uma cultura que privilegie o trabalho coletivo.

Os reassentados entrevistados apontam como uma das principais dificuldades enfrentadas atualmente a questão do título de propriedade da terra. Por não terem essa situação resolvida, ainda, junto a Copel, eles encontram empecilhos para obtenção de créditos das mais diversas modalidades. A pouca organização coletiva observada entre eles colabora para o descaso da Copel na busca pela solução desta situação. Sobre as tentativas de reverter essa situação diz Cléber:

Nós já fizemos reunião com eles, mais, você sabe... Os caras vêm e só enrolam. “É o ano que vem. É o ano que vem”. Agora, esses dias, teve uns que foram pra Curitiba ver se resolviam isso aí, só que estão prometendo pra 2012, aí chega 2012 eles jogam mais pra frente, são promessas de político (Cléber Rosalém - Liderança do PRB Agroibema - 09/08/2010)

Portanto, o entrevistado cita um descaso da Copel para com a questão, fato que desperta a desconfiança dos reassentados sobre a possibilidade de se resolver esse caso em um curto espaço de tempo. Como não existe nenhum dispositivo legal regulamentando como deve se dar a titulação dos reassentado, a Copel se aproveita para adiar a questão para prorrogar a decisão.

Isso demonstra que a organização dos atingidos pelas obras da usina de Salto Caxias foi mais fecunda antes do reassentamento. Após o acesso a terra,

muitos já não se envolvem com as lutas coletivas, dificultando o acesso a conquistas importantes, como o título de propriedade das terras, por exemplo.

7.3.4. - Dimensão ambiental

As especificações do Código Florestal Brasileiro para as áreas de reserva legal e preservação permanente também normatizam o uso dos territórios dos assentamentos do tipo PRB estudados. Desse modo, fica estabelecido que 20% da área destinada a estes projetos deve ser guardada como reserva, além da necessidade de preservação de áreas de interesse como morros, nascentes, lagoas e outros.

Nos assentamentos pesquisados, constatamos que essas especificações são observadas. Vilmar e Cléber do PRB Agroibema salientaram que neste reassentamento é destinada uma área maior do que a prevista pelo Código Florestal, o que faz com que a reserva de outros projetos de reassentamentos de atingidos por barragens seja neste território. No total, a reserva chega a compor mais da metade dos 1.944 ha do reassentamento.

No PRB Três Barras a área de reserva, de acordo com Elias Costa, é de cerca de 290 ha, o que representa 28% do território do projeto. Portanto, também nesse caso, a área é superior ao que especifica o Código Florestal.

Assim, demonstra-se que a exploração da terra realizada pelos camponeses reassentados é acompanhada de uma consciência ambiental que faz com que nesses reassentamentos os índices de desmatamento ainda não cheguem ao limite do que é permitido legalmente. É interessante notar, que na fala dos entrevistados demonstra-se que a Copel quando da elaboração dos 10 projetos de reassentamentos pensou a questão ambiental como um elemento que deveria existir dentro desses territórios.

7.4. - Considerações sobre os PRB's

Os assentamentos do tipo PBR visitados são uma ação de compensação social, fruto do conflito estabelecido em razão da expropriação de famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. O reassentamento é um

processo que faz com que famílias que já possuíam terras sejam remanejadas para outras áreas, mesmo que isso, na imensa maioria dos casos, não fosse desejado por elas. É um processo forçado pelo Estado.

Notamos semelhanças no processo de constituição dos assentamentos PRB estudados e o PC Ilhéus, já que todos são formados por famílias que foram expropriadas de suas terras devido à construção de usinas hidrelétricas. Contudo, enquanto o PC é formado por um grupo de pessoas que possui uma única identidade, a do ilhéu, nos PRB's existem diversas identidades camponesas.

Assim, os PBR's possuem particularidades no que tange às famílias beneficiadas e ao processo de origem.

Capítulo VIII

Considerações finais:

A atualidade da reforma agrária no Brasil

Nestas considerações que encerram a dissertação propomos uma interpretação do conceito de reforma agrária, tendo como referência a diversidade dos assentamentos rurais, em sua origem e composição, como foi possível mostrar nos resultados colhidos em campo para este trabalho. Demonstramos como desde o governo FHC tem sido intensificada a implantação de assentamentos rurais por mecanismos diferentes dos que possuem caráter desapropriatório e tem crescido o número de assentamentos destinados a comunidades camponesas que já estavam na terra sem possuir o título dela (regularização fundiária). Este fato tem levado alguns estudiosos a questionar se estas ações podem ser reconhecidas como reforma agrária. Demonstramos como a reforma agrária deve ser realizada tendo como base o benefício da diversidade do campesinato e não apenas os camponeses sem-terra. Essa conclusão é reforçada pelos resultados obtidos em campo, onde percebemos como os diferentes tipos de assentamentos analisados contribuem para a permanência dos camponeses na terra.

8.1. A definição dos conceitos e a possibilidade de entendermos a reforma agrária mais abrangentemente

Antes de fazermos uma análise da atualidade da reforma agrária brasileira, objetivo deste capítulo que encerra a dissertação, julgamos pertinente demonstrar a compreensão que temos sobre o processo de elaboração de um conceito.

Consideramos a elaboração de um conceito como uma ação permeada de intencionalidade (SEARLE, 1995). O conceito traz consigo a visão de mundo de seu formulador, sendo uma atividade ideológica. Isto ocorre porque, ao propormos uma interpretação sobre determinado fato, podemos levar em consideração ou não alguns pressupostos inerentes a ele. Ou seja, os elementos que irão compor a definição dos conceitos dependerão do enfoque que queremos dar à nossa análise. Podemos levar em consideração os conflitos ou tentar escondê-los, podemos concordar com a ordem vigente ou questioná-la. Nossa postura é o que determinará o conteúdo do conceito.

Desse modo, enquanto alguns podem entender a reforma agrária apenas como a desapropriação de terras, outros podem considerar também medidas como a doação, a regularização fundiária e o reconhecimento de assentamentos criados por estados e municípios. Podemos entendê-la como uma ação que visa o fortalecimento do capitalismo ou o seu combate. Obviamente, ao elencarmos os elementos que julgamos pertinentes para o significado do conceito devemos justificar nossa escolha, caso contrário, não teremos rigor científico em nossa proposição. Contudo, esse rigor não indica a existência de uma única possibilidade de apreensão de determinado fenômeno.

Consideramos que os conceitos devem ser pensados em sua dinâmica espacial, como territórios imateriais. De tal modo, fazem parte de disputas onde as relações de poder se expressam através de concepções de mundo, ser humano e vida; sonhos; discursos; etc. Quando elaboramos uma definição para determinado conceito estamos nos posicionando como detentores de uma proposta para apreender determinada realidade. Esta proposta pode ser diferente da de outros pesquisadores que vêem o objeto com enfoques diferentes do nosso. Os territórios imateriais são formados pela classe pensante e podem influenciar o pensamento

das massas, de acordo com a divulgação dessas idéias por parte da mídia e de instituições vinculadas ao Estado.

Entendemos que é de grande importância o entendimento do método empregado para a apreensão de determinado fenômeno na definição de um conceito. O método deve ser entendido como um pensamento pensante, enquanto a teoria deve ser entendida como um pensamento pensado (Fernandes, 2005). Melhor explicando: o método é uma postura de abordagem perante determinado objeto, possuindo pensamentos que já foram elaborados por outras pessoas (teorias). Optar por um método é ter coerência ao buscarmos a compreensão sobre determinado fenômeno (TRIVIÑOS, 1995).

O método é o instrumento de análise que utilizamos para abordar a realidade. Ele determina a visão de mundo que temos sobre o objeto estudado e dá um conteúdo político ao nosso estudo. De acordo com o método empregado, podemos considerar determinados elementos ou não em nossa análise. Ele é uma relação de poder, quando definimos o seu conteúdo, estamos construindo e destruindo territórios.

De tal modo, ao abordarmos a reforma agrária levando em consideração a tipologia dos assentamentos rurais estamos demonstrando uma maneira de olhar para esta realidade. Através dos argumentos colocados, disputamos territórios com outras posições. Obedecer ao método e dialogar com a teoria são ações fundamentais para termos coerência na abordagem proposta.

Embasados nessas concepções, nestas considerações finais lançamos um olhar geográfico sobre o conceito de reforma agrária, entendendo-a a partir da construção e destruição de territórios.

8.2. - Tecendo uma interpretação sobre a atualidade da reforma agrária brasileira

Os dados e discussões trazidos anteriormente nos motivam a propor uma interpretação sobre a atualidade da reforma agrária brasileira. Tomamos como base os resultados sobre a análise dos tipos de assentamentos rurais para elencarmos os elementos que julgamos pertinentes para compor este conceito.

Frisamos que consideramos de grande relevância para a reprodução do campesinato os assentamentos que são oriundos das mais diversas políticas de obtenção de terras. Isso porque, mesmo que estas não contribuam para a alteração da estrutura fundiária e do Índice de *Gini*, elas garantem terra e aumentam o poder dos camponeses. Ter poder é ter domínio sobre o território (RAFFESTIN, 1993). Portanto, na medida em que é concedido o direito legal de os camponeses fazerem das terras em que ocupam seu espaço de vida e produção, ocorre uma relação de poder que os privilegia. Isso é de fundamental importância na disputa em que travam com o agronegócio pelas terras agricultáveis do país.

Quando um assentamento é implantado, possibilitando o acesso à terra a quem ainda não está nela ou garantindo a permanência de quem está mais ainda não possui especificações legais para tal, ocorre a conquista de territórios por parte do campesinato. O camponês ao se territorializar, conseqüentemente desterritorializa o capital ou ao menos, impede sua ação naquela terra. É um processo repleto de conflitos e contradições, pois a criação de um território gera a desterritorialização de outro. Assim, em uma análise geográfica da reforma agrária brasileira se faz importante considerarmos os processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR). Para que o assentamento exista o território do capital ou então as terras devolutas que pertencem ao Estado tornam-se território do campesinato.

Dentre os assentamentos estudados na pesquisa, nenhum foi caso de regularização fundiária, ou seja, em todos eles os camponeses ainda não viviam nas terras onde o assentamento foi instalado. Os PA's representam o caso mais drástico de modificação nas relações que eram desenvolvidas nas terras onde foram implantados, já que antes lá atuava uma empresa capitalista. Contudo, também o PC e os PRB's garantiram o acesso a terra aos camponeses, através da concessão de terras que não estavam sob domínio deles. Os PA's foram implantados com o intuito de ofertar terra aos que ainda não a possuíam, enquanto o PC e os PRB's foram implantados com o intuito de compensar quem a perdeu por conseqüência de obras de infra-estrutura. São ações diferentes, mas que demonstram um processo onde são criadas condições que possibilitam aos camponeses a conquista de territórios. As relações que passam a ser desenvolvidas nessas terras são diferentes, por isso, entendemos que se tornam territórios camponeses.

De tal forma, consideramos que a reforma agrária deve ser entendida na perspectiva da conquista da propriedade da terra pelos camponeses, ocasionando uma melhora na sua qualidade de vida e conseqüentemente fortalecendo-o enquanto classe social. A conquista da propriedade é entendida tanto para os agricultores sem-terra que são assentados como para os que estão na terra como posseiros.

Não estamos com isso, colocando a desapropriação no mesmo patamar ou em patamar inferior às demais políticas de obtenção de terras. Consideramos a desapropriação como o meio mais avançado de desconcentração de terra e poder em favor dos pequenos agricultores. Ela pune os proprietários que não cumprem a função social das terras que possuem. Através dessa punição, os agricultores sem-terra são beneficiados, porque as terras são destinadas a eles, através da criação de assentamentos rurais. Dizemos que é o meio mais avançado, porque majoritariamente, representa a mudança do paradigma de desenvolvimento de determinado território. Onde antes eram desenvolvidas relações capitalistas, muito provavelmente agora serão desenvolvidas relações camponesas. Esta política de desapropriação deve ser a principal ação executada na implantação da reforma agrária.

Entretanto, alguns elementos nos levam a acreditar que na realidade brasileira a desapropriação não é suficiente para garantir a reprodução das famílias camponesas no processo desigual do desenvolvimento capitalista. Primeiramente, destacamos que a legislação vigente possibilita com que em muitos casos, os proprietários que não cumpriam com a função social de suas terras acabem sendo beneficiados pelas desapropriações. Isto ocorre porque as terras que eles possuíam eram até então inutilizadas, não lhes despertando o interesse e com a desapropriação eles são beneficiados financeiramente com essas terras. Como já dizemos, os proprietários recebem TDA's pelas terras e dinheiro pelas benfeitorias. Em muitos casos, os valores pagos são mais altos do que os de mercado. Desse modo, ao mesmo tempo em que é aumentado o poder dos camponeses com a criação dos assentamentos também é aumentado o poder dos capitalistas com a indenização. Dizemos isso, porque ao receberem pelas terras desapropriadas, os antigos proprietários investirão esses recursos para o desenvolvimento de outras atividades capitalistas.

Outro fator que nos leva a apontar esses limites é a diversidade dos camponeses que têm sido beneficiados com a reforma agrária. A desapropriação serve para possibilitar o acesso à terra a quem ainda não a possui. Na maioria dos casos, esses se organizam nos movimentos socioterritoriais que realizam ocupações, pressionando o Estado a agir em seu favor. Essa organização dos camponeses tem sido a principal responsável pela implantação dos assentamentos rurais no Brasil. Os PA's Ireno Alves e Marcos Freire, estudados nessa pesquisa demonstram como essas ações são importantes para que os camponeses que não possuem terra tenham acesso a terra.

Entretanto, no país também existem camponeses que estão na terra mas que ainda não possuem título de propriedade e que com a regularização fundiária passam a tê-lo. Após terem sua situação regularizada, esses são organizados em assentamentos e podem ter acesso a recursos de financiamento, infra-estrutura e assistência técnica. Isso é importante para que eles sejam empoderados. Não é uma simples ação de compensação social, mas a garantia de que relações diferentes daquelas que são propostas pelo capital serão oferecidas. Na medida em que as terras são legalizadas, é dada a certeza de que os camponeses é que tomarão as decisões sobre as práticas de vida e produção que serão realizadas nestes territórios.

Isso evidencia que a reforma agrária deve ser entendida no Brasil como uma ação que visa ofertar terra para quem não possui e também garantir o direito sobre as terras ocupadas através de posses pelos camponeses. Através dessas ações, comunidades que historicamente ocupavam alguns territórios sem possuir o título de propriedade deles passam a tê-lo. Um dos tipos de assentamentos que tem sua origem, majoritariamente através dessas ações é o Resex. Falaremos um pouco sobre sua importância para as famílias assentadas para elucidarmos o que estamos propondo.

O Resex é consequência da luta de comunidades extrativistas do Norte do país. Esta luta se intensificou em meados da década de 1980 quando os sindicatos desses trabalhadores passaram a alertá-los para o perigo que representava os constantes desmatamentos, substituindo as florestas por fazenda de gados. Alegavam que isso poderia exigir com que milhares de famílias que estavam habituadas com a vivência na floresta tivessem que deixá-la. Uma das principais

lideranças dos seringueiros foi Chico Mendes, o qual “valorizava o modo de vida seringueiro que usava uma pequena parcela de terra junto à casa para fazer seu roçado e criar pequenos animais, fazendo a coleta de frutos e resinas da floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2005). Assim, especifica-se que a luta dos seringueiros era diferente da luta dos sem-terra. Enquanto, para os sem-terra o objetivo era entrar na terra e nela desenvolver atividades agropecuárias, os seringueiros ansiavam permanecer na terra e explorar a mata. As finalidades eram distintas, porém ambos lutavam por território.

Chico Mendes auxiliaria na fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, entidade que representaria esses trabalhadores na luta não só por melhores condições de trabalho, mas principalmente, pela permanência na terra. Através do CNS seria proposta uma reforma agrária que valorizasse as diferenças sociais e culturais. Nesse caso, defendia-se que assim como os trabalhadores que demandavam por entrar na terra, os seringueiros também deveriam ser beneficiados com a reforma agrária. De tal modo, a Resex aparecia como uma alternativa de assentamento rural para esses trabalhadores. Através dela buscava-se criar um território onde não fossem separados homem e natureza. Chico Mendes foi uma figura de total importância na elaboração dessa proposta. Ele

[...] costumava dizer que a Reserva Extrativista era a reforma agrária dos seringueiros. A Reserva Extrativista consagra todos os princípios ideológicos que Chico Mendes propugnava posto que, ao mesmo tempo, que cada família detinha a prerrogativa de usufruto da sua colocação com sua casa e com suas estradas de seringa, a terra e a floresta eram de uso comum, podendo mesmo cada um caçar e coletar nos espaços entre as estradas de cada família, idéia comunitária inspirada nas reservas indígenas (PORTO-GONÇALVES, XXXX, p. Grifo do autor).

Essas considerações evidenciam como a reforma agrária realizada através da regularização fundiária também é uma resposta à diversidade das lutas do campesinato. Nesse caso, o poder que configura o território não era garantido através da desapropriação e sim da regularização das posses. Quando nega-se estas ações na definição do conceito de reforma agrária estamos retirando da composição do conceito elementos que são de grande relevância para os camponeses em sua diversidade.

Além dos casos de regularização, também consideramos como importantes os casos de reconhecimento, compra e doação. O reconhecimento possibilita às

famílias assentadas a inserção nos recursos destinados à reforma agrária. Tomemos como exemplo, os assentamentos do tipo PFP, localizados no sertão do estado da Bahia. Eles são criados através uma parceria estabelecida entre o governo daquele estado e os municípios. O objetivo que possuem é o reconhecimento de comunidades onde existem regras consensuais por meio das quais se orienta o uso comum de terras para criação de gado de pequeno porte articulado ao uso individual de parcelas dispersas, onde plantam e residem (GERARDI e OLIVEIRA, 2006). Com a obtenção desses assentamentos, essas comunidades que historicamente ocupam os territórios têm a posse deles regulamentada. Além disso, o reconhecimento possibilita a eles melhores condições de vida, com o incremento da infra-estrutura, com a oferta de assistência técnica e com a possibilidade de acesso a linhas de crédito. Ou seja, essas ações representam uma melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas. Mais uma vez frisamos, que ações deste tipo não possuem a mesma importância da desapropriação de terras, entretanto representam uma melhoria na qualidade de vida dos camponeses.

Portanto, constatamos que além da desapropriação, outras ações também têm sido importantes para que os camponeses se recriem no processo contraditório do desenvolvimento capitalista. Contudo, salientamos que essas ações têm que ser efetivadas em sintonia. Ou seja, não adianta implantar assentamentos por meio da regularização e não os implantar por meio da desapropriação, por exemplo.

Devemos pensar a reforma agrária como a oferta de melhores condições de vida às famílias que já foram assentadas. Não se pode deixar de buscar a conquista de crédito, infra-estrutura e assistência técnica. Portanto, a reforma não se resume ao acesso a terra ou o reconhecimento legal da sua posse, referindo-se também a permanência na terra autonomamente. Caso não forem ofertadas condições de vida digna aos camponeses ou eles deixarão a terra ou reproduzirão relações capitalistas nos lotes.

Sobre a RAM também entendemos estas ações como medidas que garantem território aos camponeses. Todavia, as territorialidades dos camponeses assentados nesses projetos são diferentes das que são geradas pelos camponeses assentados por meio da RA. Como mostrado no trabalho de Ramos Filho (2008) a conscientização dos assentados na RAM é menor se comparada com os assentados por meio da RA, pelo fato de não possuírem o mesmo histórico de luta para entrar

ou permanecer na terra. Portanto, mesmo sendo importante, entendemos a RAM como um modelo que possui menor eficácia do que a RA.

Assim, na composição que temos do conceito trazemos mais elementos do que aqueles que a consideram apenas quando ocorrem ações desapropriatórias. Com isso, demonstramos que entendemos a reforma agrária não apenas como uma questão fundiária. Entendemos como uma relação de poder, embasados na leitura geográfica do território. Por agrário entendemos as relações que se efetivam no campo e não apenas a terra.

Para entendermos o significado da reforma agrária na atualidade devemos questionar: quais territórios estão sob domínio dos camponeses e quais estão sob o domínio do capital? Também é importante conhecermos quais as condições que têm sido ofertadas para que os camponeses possam ter o controle de seus territórios e quais condições sobre criadas por eles próprios. Desse modo, percebemos a existência de distintas propostas de reforma agrária que têm sido efetivadas simultaneamente no Brasil.

Referências

ABRAMOVAY, R. et al. A regulamentação da Lei Agrária. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 1992. v. 22, n.3. p. 77-80, set/dez, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BALZA, G. Brasil. Entrevista a João Pedro Stédile: "Reforma agrária regrediu no governo Lula". Barcelona: **Kaosenlared**, 2009. Disponível em: <<http://www.kaosenlared.net/noticia/brasil-entrevista-joo-pedro-stedile-reforma-agraria-regrediu-no-govern>>. Acesso em: 28 out. 2010.

BEGUOCI, L. Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 04 nov. 2007.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BONDARIK, R.; KOVALESK, J. L.; PILATTI, L. A. A produção da erva-mate e a iniciação industrial no Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 19, **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa, 2006.

BRANDAO, C. R. Os Guarani: Índios do Sul - Religião, Resistência e Habitação. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10., n. 4. P. 53-90. 1988.

BRASIL. **Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o Novo Código Florestal.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portaria nº 080 de 24 de fevereiro de 2002.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004.

_____. **Sistema de Gestão Estratégica**: documento de referência. Brasília, 2010.

BRITO, S. **A Constituição de 1988 e a diminuição do poder do Estado de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária**, 2007. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito, Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1997, Rio de Janeiro, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, H. M. de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. Passo Fundo: **Movimento de Mulheres Camponesas**, 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/artigos/111209_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2010.

CEBI - CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. **Os Pobres Possuirão a Terra**. Sao Paulo, Ed Paulina, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e problemas da terra**. 1980, Disponível em:

<<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

_____. **Igreja e Questão Agrária no início do século XXI**. Brasília, 2010.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. **Usina Hidrelétrica Governador José Richa**. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F5d546c6fdeabc9a1032571000064b22e%2F11e7888fab900575032574040074cf92>>. Acesso em: 29 out. 2010.

COTRARA - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Celso Furtado**. Curitiba, 2007.

DELGADO, G. C. Lula abandonou a reforma agrária, diz pesquisador. **Brasil de Fato**, 18, abr, 2008. Caderno Nacional.

_____. Condições para o desenvolvimento dos projetos de assentamento: alguns aspectos econômicos. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 2007. v.4, n.2. p. 119-124, jul/dez. 2007.

EMATER - EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (coord). **Território Cantuquiriguaçu - PR: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba, 2004.

ENGELMANN, S. Reconstruindo a casa humana (Entrevista com Elemar Cezimbra). São Paulo: **MST**, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/8618>>. Acesso em: 29 out. 2010.

FABRINI, J. E.; ROOS, D.; MARQUES, E. A espacialização da luta pela terra no Paraná. In: **Espaço Plural**, 2007, Marechal Cândido Rondon, n. 31, p. 33-41, set. 2007.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. A reforma agrária no século XXI: não basta distribuir terras. Brasília: **FAO**, 2008. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/cr_imprensa8.pdf>. Acesso em: 07 maio 2008.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista de**

Geografia Agrária - Campo Território, Uberlândia, v.1, n.2, p.14-30, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**. A Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979-1999), 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A ocupação de terra no Brasil: uma página virada na história? Lisboa: **Resistir.info**, 2001. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html>. Acesso em: 28 de out. 2010.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 11, p. 31-40, 2003.

_____. O novo nome é *agribusiness*. Presidente Prudente: **NERA**, 2004. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

_____. Desconstrução do texto. In: **NERA**, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Desconstrucao_Texto_1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2010.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 2007. v.4, n.2. p. 77-94, jul/dez. 2007.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

_____. Reconceitualizando a reforma agrária. In: **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, 2010. n. 31. p. 2-4, jul. 2010.

_____. **Territorialidade**. In: Dicionário de Políticas Públicas. No prelo.

_____. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. Presidente Prudente: **NERA**, 2007a. Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 28 out. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCIA, A. **Sociologia de la reforma agrária em América Latina**. Buenos Aires: Amorroutu, 1973.

GERMANI, G. **Expropriados: terra e água - o conflito de Itaipu**. Salvador: Ulbra, 2003.

GERMANI, Guiomar; OLIVEIRA, Gilca G. Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências. In: VII CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2006, Quito. **Anais eletrônicos...** Quito, 2006. Disponível em: <<http://www.baseportal.com/cgibin/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/VII Congreso ALAS RU&db=VII Congreso ALASRU&cmd=list&range=160,40&cmd=all&id=152>>. Acesso em: 09 abr de 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

GOLDFARB, Y. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GÓMEZ, J. R. M. Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: Fernandes, B. M.. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 249-274.

GONÇALVES, E. C. Disputa Territorial entre movimentos camponeses a agronegócio sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema. In: FERNANDES, B. M. **Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. No prelo.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HADDAD, L. N. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

HAMMEL, A. C.; SILVA, N. J. C.; ANDREEATTA, R. **Escola em movimento: a conquista dos assentamentos** - Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

HOEFLICH, V. A. Cultivo do Pinheiro-do-Paraná. **Sistemas de Produção**, v.7. Colombo: Embrapa Florestas, 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinheiro-do-Parana/CultivodoPinheirodoParana/05_aspectos_economicos_e_ambientais.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Consolidação do Assentamento Ireno Alves**: Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras - PR. Brasília, 2004.

_____. **Plano de Consolidação do Assentamento Marcos Freire**: Rio Bonito do Iguaçu - PR. Brasília, 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LUXEMBURGO, R. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária** - o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

MEDEIROS, L. S. **A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MUAD, 2004.

MENDRAS, H. **La Fin des paysans**. Paris : Actes Sud, 1984.

MISNEROVICZ, V. Precisamos implantar nossos modelos nos assentamentos. São Paulo: **MST**, 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5327>>. Acesso em: 03 out. 2009.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. A produção de cana-de-açúcar em área de reforma agrária na Paraíba. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 3, 2009, Niterói. **Anais eletrônicos...** 2009.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. **Geografia Social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Maringá. 2000. p. 27-60.

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Plano Camponês, 2009.

MST - MOVIMENTODOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Reforma agrária. São Paulo: **MST**, 2007a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4518>>. Acesso em: 07 mai. 2008.

_____. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. São Paulo: **MST**, 2007b. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/biblioteca/files/apostila_abnt.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2009.

_____. Educação: uma bandeira histórica do MST. São Paulo: **MST**, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6214>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, J.; NUNES, R. O agronegócio da madeira no Paraná: destruição ambiental e trabalho escravo ou: ainda nos chamam de eco-ditadores. Curitiba: **CPT/PR**, 2007. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=380&eid=128>>. Acesso em 29 out. 2010.

PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. In: **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 26, p. 107-123, 2006.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O legado político e moral de Chico Mendes. Rio de Janeiro: **Tita Ferreira**, 2005. Disponível em: <<http://titaferreira.multiply.com/market/item/79>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma de Mercado (2003-2006). Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

RAPCHAN, E. S. **De identidades e pessoas**: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Curitiba, 1993.

SACK, R. **Conceptions of space in social thought**: a geographic perspective. Londres: Macmillan, 1980.

SANTOS, Z. M. S. Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do Estado Provincial do Paraná, 1854/1859. In: **ANALECTA**, Guarapuava, v. 2, n.1 p.103-122 jan./jun. 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, R. O. **Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009**: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. p. 13.869-13.881.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHAFFNER, F. O cálculo que infla a reforma agrária. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06 jun. 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SCHRENER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHANIN, T. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

_____. A classe incômoda. In: Paulino, E. Fabrini, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SILVA, J. G. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, R. L. B. R. **Sobre o camponês do sertão**: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás - GO. Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

SILVA, R. O. **A Questão Agrária brasileira em debate (1958-1964)**: As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 352 p.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Política de colonização agrícola e o projeto camponês. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p 127-140, 1985.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIA CAMPESINA. **Vai faltar alimento, a agricultura camponesa é a solução**. Brasília, Via Campesina, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ZAAR, M. H. **A Produção do Espaço Agrário:** da colonização, à modernização e formação do Lago de Itaipu. Cascavel/PR: Edunioeste, 1999.

ZERO HORA. **O cálculo que infla a reforma agrária.** Porto Alegre, 2010.